

# História, educação e sociedade

Andrea Silva Domingues

Atilio Catosso Salles

(orgs)

# História, educação e sociedade

Andrea Silva Domingues  
Atilio Catosso Salles  
(Orgs.)

Pouso Alegre – MG  
UNIVÁS

2018

Copyright © 2018 da organizadora representante dos colaboradores.

Direitos cedidos para esta edição com exclusividade para publicação para a Univás. Todos os direitos reservados

Todos os direitos desta edição estão reservados à Univás.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora.

Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Coordenação Editorial: UNIVÁS

Editoração: Atilio Catosso Salles

Capa: Atilio Catosso Salles

Univás - Avenida Tuany Toledo, 470 37550-000 - Pouso Alegre - MG Telefones: (35) 3449-9248  
/ (35) 98862-9580 / (35) 98858-1993 Pouso Alegre: Univás 2018 Universidade do Vale do  
Sapucaí – Univás

Reitor da Universidade do Vale do Sapucaí

Prof. Dr. Antonio Carlos Aguiar Brandão

Vice-Reitor da Universidade do Vale do Sapucaí

Prof. Dr. Luiz Roberto Martins Rocha

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Antonio Mauro Vieira

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof<sup>a</sup> Andrea Silva Domingues

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Antônio Homero Rocha de Toledo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro)**

Domingues, Andrea Silva (Org.).  
História, educação e sociedade / organização de Andrea Silva  
Domingues e Atilio Catosso Salles. -- Pouso Alegre: Univás, 2018.  
349p. : il.

Bibliografia

ISBN: 978-85-67647-52-8

1. História. 2. Educação. 3. Sociedade. 4. Linguagem. I. Salles,  
Atilio, Catosso. II. Título.

CDD – 410  
- 401.41  
- 900  
- 981

## Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO OCIDENTAL EM RELAÇÃO AO ISLÃ, ENTRE ESTERÉOTIPOS E REALIDADE .....	13
ADALBERTO MOTA DE CASTRO .....	13
CABEÇAS LEVANTADAS, MÁQUINAS PARADAS, DIA DE PESCAR: AS EXPERIÊNCIAS DE LUTA DOS CALÇADISTAS DE POUSO ALEGRE (1988 – 1990)....	25
ADRIANO MARCOS DA SILVA; SANDRA AP. PORTUENSE DE CARVALHO .....	25
MARGINALIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO SÃO GERALDO .....	48
ALEX PRADI ALVES DE SOUZA; SANDRA AP. PORTUENSE DE CARVALHO.....	48
ÀS VEZES EU VEJO O QUE QUASE NINGUÉM VÊ: SERÁ SÓ IMAGINAÇÃO? A CONTRACULTURA NO FIM DA DITADURA .....	68
ANA CLAUDIA FARIA DE MELO .....	68
O BANDEIRANTE FERNÃO DIAS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE (MG) E O BANDEIRANTISMO NO SUL DE MINAS GERAIS.....	86
CAÍQUE DE PAULA DIAS; CAROLINA RAMOS DE SOUZA .....	86
O ESTADO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A QUESTÃO DO ENSINO PROFISSIONAL .....	100
GIOVANE SILVA BALBINO, SANDRA AP. PORTUENSE DE CARVALHO .....	100
ANTICOMUNISMO: O SIGMA EM POUSO ALEGRE-MG .....	115
IVAN TEODORO MARQUES, ANDREA SILVA DOMINGUES .....	115
<i>A MENSAGEIRA</i> : DISCURSO E IDEOLOGIA .....	133
LHAIS PAULYNE SILVA RIBEIRO; CAROLINA RAMOS DE SOUZA .....	133
A FESTA MAIS DOCE DO BRASIL: PIRANGUINHO E O MAIOR PÉ DE MOLEQUE DO MUNDO.....	149
LUCAS INÁCIO RODRIGUES; ANDREA SILVA DOMINGUES.....	149
ENTRE CAUSOS E LENDAS: QUESTÕES TEÓRICAS .....	164
MAICON FERNANDES DE PAIVA; DÉBORA MASSMANN .....	164
BELA, RECATADA E “DO LAR” .....	184
MARCIENE DA SILVA VIEIRA, ANDREA SILVA DOMINGUES .....	184
CORTEJOS DOS REIS CONGOS, DA EXALTAÇÃO À REPRESSÃO, DO ELOGIO AO REPÚDIO: TERNO SÃO BENEDITO DE POÇO FUNDO – MG.....	196
MARIA CECÍLIA JOÃO LUIZ; MARILU CARDOSO.....	196

DEUS NO DISCURSO FEMINISTA ESPIRITUAL DA SEGUNDA ONDA FEMINISTA NOS EUA E EUROPA .....	221
MARIANA REZENDE DINI, CAROLINA RAMOS DE SOUZA .....	221
TERRA DO XUPA-KABRA: POBREZA E FOME NO BRASIL PELAS CANÇÕES DA BANDA MUKEKA DI RATO.....	252
NELSON AUGUSTO VIEIRA MINEIRO, MARILU DOS SANTOS CARDOSO .....	252
ARQUIVO E MEMÓRIA: O CENTRO DE MEMÓRIA INATEL – CMI EM SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG (2010 a 2017).....	269
PATRÍCIA APARECIDA VIGILATO; ANDREA SILVA DOMINGUES; MARILU CARDOSO.....	269
MEMÓRIA E INFÂNCIA: A CASA DA CRIANÇA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ-MG E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES .....	280
PEDRO CÉSAR PORTO SILVA; MARILU CARDOSO .....	280
O COTIDIANO DAS MENINAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ITAJUBÁ (MG): “GÊNERO, RAÇA, CLASSE E EDUCAÇÃO” .....	300
PRISCILA CAETANO MENDES; MARILU SANTOS CARDOSO .....	300
O GRITO DO IPIRANGA CONTADO EM IMAGENS.....	315
TIAGO MENDES VIANA; CAROLINA RAMOS SOUZA .....	315
O LUGAR DA FESTA: OS DIFERENTES OLHARES PARA O DIA 16 DE JULHO EM BORDA DA MATA – SUL DE MINAS. ....	329
CLEYTON ANTÔNIO DA COSTA; WALTER LUIS BARONE.....	329
ÍNDICE REMISSIVO .....	347
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	349
ANDREA SILVA DOMINGUES .....	349
ATILIO CATOSSO SALLES.....	349

## APRESENTAÇÃO

O livro “História, educação e sociedade”, organizado pelos pesquisadores Andrea Silva Domingues e Atilio Catosso Salles, é resultado de pesquisas realizadas no campo disciplinar da História. As pesquisas levam em conta questões pertinentes à constituição de nossa sociedade na medida em que fazem análises sobre a construção do imaginário nacional, sob diferentes abordagens e perspectivas.

No primeiro capítulo, intitulado “A construção do imaginário ocidental em relação ao Islã, entre estereótipos e realidade”, Adalberto Mota de Castro visa à compreensão dos estereótipos criados pela mídia ocidental em relação ao oriente, que trataram, no decorrer da história, o árabe como inferior ao homem ocidental, atribuindo características depreciativas à sua religião (Islã). Tendo em vista fatores que fortalecem o preconceito, é analisado como extremistas islâmicos e países do ocidente interpretam de forma equivocada os escritos de Maomé (Muhammad), corroboram para a demonização do islã e para o advento de diversas formas de violência praticadas contra os muçulmanos.

Seguindo, os autores Adriano Marcos da Silva, Sandra Ap. Portuense de Carvalho, no capítulo “Cabeças levantadas, máquinas paradas, dia de pescar: as experiências de luta dos calçadistas de Pouso Alegre (1988–1990)”, abordam a questão das greves realizadas pelos trabalhadores das indústrias de calçados na cidade de Pouso Alegre entre 1988 e 1990. Apresentam o impacto da crise econômica do Brasil na vida dos trabalhadores após a redemocratização e as resistências do movimento operário local em relação às perdas salariais ocasionadas por sucessivos planos econômicos fracassados.

Em “Marginalização socioespacial do bairro São Geraldo”, Alex Pradi Alves de Souza se pergunta: pode uma sociedade ser estruturada em desigualdades sociais ao mesmo tempo em que a igualdade entre seus cidadãos é assegurada por lei? Como conviver com falta de elementos mínimos para sobrevivência de um cidadão, como

moradia, alimentação, educação e saneamento básico? Como entender a ocupação e marginalização dos espaços?

A autora Ana Cláudia Faria de Melo, em “Às vezes eu vejo o que quase ninguém vê: será só imaginação? A contracultura no fim da ditadura”, procura resgatar posicionamentos e atuações da banda Legião Urbana durante o período crítico da história Brasileira que foi a transição do regime militar para a redemocratização, abordando novas leituras acerca da juventude que busca na cultura meios para expressar seus incômodos cotidianos e políticos. Os instrumentos de pesquisa usados para compreender e analisar esses posicionamentos e como a juventude criou identidade com essa forma de contracultura foram as letras da música da banda e a capa dos seus álbuns.

No capítulo “O bandeirante Fernão Dias no município de Pouso Alegre (MG) e o bandeirantismo no sul de Minas Gerais”, Caíque de Paula Dias pretende desenvolver um estudo da representação da figura do bandeirante e estabelecer uma análise quanto à utilização de sua imagem nos dias atuais e, em especial, na cidade de Pouso Alegre, demonstrando a influência do bandeirantismo, predominante na região entre os séculos XVI e XVIII. O texto aborda aspectos ocorridos na cidade depois da construção da rodovia BR 381, que engendrou outros sentidos de identidade para os habitantes locais, como a institucionalização de uma figura paulista na cidade mineira, adotando um símbolo “de fora” para o cotidiano da média cidade localizada no sul do Estado de Minas Gerais.

Em “O estado na Primeira República: a questão do ensino profissional”, os autores Giovane Silva Balbino e Sandra Ap. Portuense de Carvalho têm como proposta analisar e contextualizar a atuação do Estado na Primeira República do Brasil (1889–1930) no que se refere ao ensino profissional, com a questão da industrialização e do trabalho. Influenciada pelo sentido de progresso, a educação profissional teve como marco fundamental especializar os filhos da classe trabalhadora para uma mão de obra técnica e qualificada para a indústria e disciplinar para o hábito do trabalho.

No capítulo seguinte, Ivan Teodoro Marques e Andrea Silva Domingues, em “Anticomunismo: o Sigma em Pouso Alegre-MG”, buscam realizar uma análise sobre o discurso de ódio propagado por meio da imprensa integralista, atentando-se principalmente à questão do anticomunismo. Os autores utilizam para tais discussões recortes do jornal *A razão*, publicado de 1936 a 1937, que propagou os ideais integralistas na cidade de Pouso Alegre. Metodologicamente, a linha de pesquisa História e Culturas Políticas junta-se à Análise de Discurso a fim de permitir perceber, por meio das discursividades na imprensa integralista, a construção histórica desse movimento.

No capítulo “A mensageira: Discurso e Ideologia”, as autoras Lhais Paulyne Silva Ribeiro e Carolina Ramos de Souza analisam a revista *A Mensageira* que circulou entre os anos de 1897 a 1900 no estado de São Paulo. A produção literária voltada ao público feminino, de acordo com as autoras, trazia versos e textos literários, além de crônicas e críticas, discussões que expressavam a preocupação com o papel da mulher em um contexto onde as mesmas enfrentavam forte preconceito.

Em “A festa mais doce do Brasil: Piranguinho e o maior pé de moleque do mundo”, Lucas Inácio Rodrigues e Andrea Silva Domingues objetivam entender e problematizar as motivações e intenções que culminaram na organização da Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo em Piranguinho, Sul de Minas Gerais. A Festa começou suas atividades no ano de 2006, porém em algumas ocasiões anteriores já foram organizadas festas para comemorar a importância do doce na vida social da população piranguinhense.

No próximo capítulo, Maicon Fernandes de Paiva e Débora Massmann apresentam uma forte discussão pautada na compreensão das principais características das lendas urbana. De acordo com os autores, o estudo tem como objetivo “ampliar a discussão em torno do tema “lendas urbanas” a fim de analisar os efeitos de sentido que são produzidos por e a partir dessas lendas na atualidade”.

Marciene Da Silva Vieira e Andrea Silva Domingues, no capítulo “Bela, recatada e do lar”, buscam analisar a construção do discurso sobre as mulheres produzido pela revista *Veja*, no artigo homônimo publicado em 16 de abril de 2016.

A seguir, em “Deus no discurso feminista espiritual da segunda onda feminista nos EUA e Europa”, as autoras Mariana Rezende Dini e Carolina Ramos de Souza propõem uma articulação entre a fonte pictórica *God Giving Birth* criada em 1968 pela artista Mônica Sjöö e um parágrafo do texto da teóloga Mary Daly na reintrodução de seu segundo livro *Além de Deus, o pai: em direção a uma filosofia de libertação das mulheres*, analisando-os mediante o método de Panofsky e a Análise de Discurso, respectivamente, com o intuito de proporcionar um vislumbre da concepção de deus e seus desdobramentos no discurso feminista espiritual da segunda onda feminista nos EUA e Europa.

Maria Cecília e Marilu Cardoso em “Cortejos dos Reis Congos, da exaltação à repressão, do elogio ao repúdio: Terno de São Benedito de Poço fundo” investigam sobre a importância do último terno de Congo da Cidade de Poço Fundo- MG, Terno de Congo São Benedito, que resiste bravamente para manter viva na cidade essa manifestação cultural brasileira de influência africana, tradicional e que é mantido por mais de cem anos na cidade e que passa de gerações para gerações das famílias que fundaram o terno.

Nelson Augusto Vieira Mineiro, em “Terra do Xupa-Kabra: pobreza e fome no Brasil pelas canções da banda Mukeka Di Rato”, argumenta que a música ainda é uma fonte pouco explorada pelos historiadores para a compreensão da história dos homens e mulheres em seu cotidiano, ainda mais quando se trata do Hardcore Punk. Nesse artigo, o autor pretende dar alguns passos para enriquecer esse campo de pesquisa, analisando como eram compreendidos alguns dos problemas sociais enfrentados pela população brasileira na década de 1990 por meio da análise de duas canções da banda Mukeka di Rato, do Espírito Santo.

Em “Arquivo e memória: o Centro De Memória Inatel – CMI em Santa Rita Do Sapucaí/MG”, as autoras Patrícia Aparecida Vigilato, Andrea Silva Domingues e

Marilu Cardoso realizam uma discussão no sentido de buscar compreender as transformações acerca da preservação patrimonial ocorrida em Santa Rita do Sapucaí a partir da criação do Centro de Memória Inatel – CMI – em outubro de 2010. A questão central deste trabalho se constrói a partir de análises sobre as relações da cidade com a memória antes e após a criação do CMI e da forma como este (re)constrói a memória local.

No capítulo “Memória e infância: a casa da criança de São Gonçalo Do Sapucaí-MG e suas relações familiares”, os autores Pedro César Porto Silva e Marilu Cardoso analisam as relações que a instituição de assistência infantil tinha para com as famílias que eram alvos de seus trabalhos. Para esse fim foram utilizados fontes memorialistas de São Gonçalo do Sapucaí, cidade em que a instituição se localizava, e que relatavam as atividades da Casa, mas sempre com o cuidado de problematizar essa fonte e não tomá-la como verdade absoluta.

Em “O cotidiano das meninas em uma escola pública de Itajubá (MG): gênero, raça, classe e educação”, Priscila Caetano Mendes e Marilu Santos Cardoso problematizam as relações de gênero, raça e classe presentes em uma escola pública de Itajubá (MG). Foram realizadas entrevistas com algumas alunas dessa escola com o objetivo de investigar como as mesmas se reconhecem enquanto sujeito no espaço escolar, ao mesmo tempo em que investigou-se o olhar dos professores em relação a essas alunas. Tratando de forma específica como as discussões relacionadas a gênero, raça e classe de forma interseccional afetam o processo escolar dessas meninas, o texto aborda também situações de resistência construídas por elas no ambiente escolar.

Tiago Mendes Viana e Carolina Ramos Souza, no capítulo “O Grito do Ipiranga contado em imagens”, desenvolvem uma pesquisa histórica sobre uma nova releitura do quadro do pintor Pedro Américo, o Grito do Ipiranga, obra que se encontra na cidade de São Paulo, no Museu do Ipiranga, e que é muito reproduzida nos livros didáticos de História das escolas públicas e particulares, tendo vários usos quanto à descrição histórica que faz.

Por fim, Cleyton Antônio da Costa e *Walter Luis Barone em* “O lugar da festa: os diferentes olhares para o dia 16 de julho em Borda da Mata – Sul de Minas”, discutem o lugar em que é realizada a festa de 16 de julho na cidade de Borda da Mata, Sul de Minas, popularmente conhecida na região como “A Festa da Borda”. Metodologicamente, utilizam a prática da História Oral, que possibilita dialogar com as memórias de diferentes gerações e estabelecer um diálogo profícuo com outras fontes, como jornais e fotografias, tentando compreender as permanências e rupturas dessa prática cultural, que é permeada de valores, sentimentos e tensões.

Desejamos uma excelente leitura!

Andrea Silva Domingues  
Atilio Catosso Salles  
(Orgs.)

# **A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO OCIDENTAL EM RELAÇÃO AO ISLÃ, ENTRE ESTERÉOTIPOS E REALIDADE**

**ADALBERTO MOTA DE CASTRO**

Av. Prefeito Tuany Toledo, 470 – Fatima, Pouso Alegre – MG, 37550-000

Email do autor: [adalbert@outlook.com.br](mailto:adalbert@outlook.com.br)

## **Introdução**

Diversos casos de preconceitos, têm se intensificado contra imigrantes de países de origem islâmicos, e contra a religião mulçumana, devido a vários fatores que somados, ocasionam o preconceito e violência. Nesse contexto, o artigo visa investigar, as possíveis origens de estereótipos, presentes no senso comum ocidental, que deturpam a cultura árabe e a religião islâmica.

Para a devida compreensão desses estereótipos, foi utilizado o método analítico, visando compreender alguns versos do alcorão e os devidos motivos, que levam muitos mulçumanos, e não mulçumanos, a interpretarem de forma equivocada, versos descontextualizados do livro sagrado dos mulçumanos.

Algumas palavras presentes no alcorão, ao serem lidas ou estudadas de forma isolada do seu devido contexto, pode dar margem para interpretações equivocadas. Para compreender esses versos do alcorão, buscou-se verificar o contexto histórico social da época, em que foi escrito, sobre quem foi escrito e para quem foi escrito, visando compreender os erros de interpretação equivocados.

Para averiguar os preconceitos presentes na sociedade, foi utilizado como referenciais teóricos, à obra de Said, O orientalismo, que abordou os estereótipos criados pelo ocidente em relação à cultura árabe e a religião islâmica, também se fez uso da obra, Muhammad o mensageiro de Deus de Rahman Alsheha, A Historia do povo Árabe de Sourdel, e O alcorão traduzido por Challita, com intuito de averiguar o contexto Histórico do Alcorão e assim buscar meios para desmistificar falácias preconceituosas contra o islã.

Foi abordado também o conceito jihad, termo utilizado de forma pejorativa, como “guerra santa”, atribuído aos extremistas do Isis, grupo fundamentalista islâmico, que deturpou o verdadeiro sentido da palavra jihad.

Nesse contexto, para exemplificar casos de estereótipos, e preconceito contra o islã, foi transcrito no artigo, de forma sucinta, sem invalidar assim o verdadeiro sentido, testemunhos de uma brasileira que se converteu ao islã e testemunhou casos de estereótipos presente na sociedade.

### **1) A visão etnocêntrica**

A visão etnocêntrica se consolida, quando um estudioso, ou outro indivíduo, observa ou estuda outras culturas, a partir de seus próprios vieses ideológicos, atribuindo a elas sua cosmovisão cultural, e assim contribui para a construção de mentalidades preconceituosas, e para o advento de variadas manifestações de violência contra a pluralidade cultural, como a xenofobia e o bullying.

A disseminação do imaginário ocidental, munidos de estereótipos, em relação aos árabes e muçumanos, é consequência de um discurso criado, e perpetrado pelo ocidente, disseminando uma realidade distorcida através da mídia.

Nesse contexto podem-se exemplificar fatos, que originam estereótipos em relação à religião islâmica, dentre eles, autores literários e filmes, que abordaram o oriente e os povos muçumanos, de forma simplista, sem o devido compromisso com análise de fontes. Segundo Said:

Nos filmes e na televisão, o árabe é associado com a libidinagem ou com a desonestidade sanguinária. Ele aparece como um degenerado excessivamente sexuado, capaz de intrigas inteligentemente tortuosas, é verdade, mas essencialmente sádicas, traiçoeiras, baixas. Traficante de escravos, camaleão, cambista, um patife pitoresco: esses são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema. ( SAID, 2016, p.383)

Said analisa como o ocidente criou conceitos deturpados em relação ao oriente, e esses estereótipos estão contidos na arte, literatura, e trabalho de estudiosos, que projetaram a imagem do oriente como ambiente de pessoas violentas, desprovidas de senso crítico, e extremamente sensuais e promíscuos.

Passou-se a enxergar o islamismo como inimigo dos ocidentais, inferior ao cristianismo, criou-se paradigmas e sentimento de aversão ao árabe mulçumano.

Os estereótipos em relação aos mulçumanos fazem parte desse imaginário preconceituoso ocidental, que demonizou a cultura árabe, e sua religião, sendo que o islamismo não é uma religião apenas de árabes, existem muitos mulçumanos em vários países do ocidente, assim como existem muitos árabes que são católicos, evangélicos, espíritas, judaicos. Nem todo árabe é mulçumano, assim como nem todo cidadão de Israel é judeu, e nem todo mulçumano é árabe. Saíd ainda menciona que:

Nos documentários e nos noticiários, o árabe é sempre mostrado em grandes números. Nada de individualidade, nem de características ou experiências pessoais. A maioria das imagens representa fúria e desgraça de massas, ou gestos irracionais (por isso, irremediavelmente excêntricos). Espreitando por trás de todas essas imagens está a ameaça da jihad. Consequência: o medo de que os mulçumanos (ou árabes) tomem conta do mundo. .(SAID, 2016, p.383)

A mídia atribui aos mulçumanos uma figura de selvageria e inferioridade, em relação à cultura judaico-cristã, devido aos estereótipos criados ao longo da história pelo ocidente, que forjou uma imagem distorcida do árabe mulçumano. Observa-se não só na literatura, mas também no cinema, filmes que retratam o árabe e mulçumano como selvagem, grosseiro, sensual, arrogante, avarento.

## **2) A deturpação do islã.**

Para romper com estereótipos, é preciso compreender a cultura religiosa do Islã, através das análises de fontes como o alcorão, livro sagrado dos mulçumanos, levando em consideração o contexto histórico cultural em que foi escrito, e a conjuntura social e política da época de Maomé. Assim, um versículo do alcorão isolado e analisado fora do seu devido contexto pode ser interpretado de forma equivocada, e aparentar fazer apologia ao crime, ao homicídio e a xenofobia.

A passagem de o Alcorão a seguir, é um exemplo de versos que se analisados fora de seu devido contexto, sem fazer uso de métodos necessário como à exegese, dará ocasião para interpretações equivocadas.

Matai-os onde quer que os encontréis. E expulsai-os de onde vos expulsaram. O erro é pior do que a matança. Contudo, não os combatais perto da mesquita sagrada, a menos que eles mesmos vos combatam lá. Nesse caso, defendei-vos e matai-os. Tal é o castigo dos descrentes. Defendei-vos e matai-os. Tal é o castigo dos descrentes. Se desistirem, lembrai-vos de que Deus é clemente e misericordioso. (CHALLITA, 2016, p.47)

A expressão utilizada por Maomé “Matai-os”, “expulsai-os”, “defendei-vos, e matai-os” devem ser compreendidas no seu devido contexto, por um mulçumano do século XXI, assim como passagens e versículos do Antigo testamento da Bíblia sagrada cristã, em que há versos onde profeta Moisés, dá ordens para matar, devem ser bem entendidas no seu devido contexto, por cristãos do século XXI. Vejamos um exemplo da bíblia onde cita Moisés:

E, vendo Moisés que o povo *estava* despido, porque Arão o havia despido para vergonha entre os seus inimigos, <sup>26</sup> pôs-se em pé Moisés na porta do arraial e disse: Quem é do SENHOR, *venha* a mim. Então, se ajuntaram a ele todos os filhos de Levi. <sup>27</sup> E disse-lhes: Assim diz o SENHOR, o Deus de Israel: Cada um ponha a sua espada sobre a sua coxa; e passai e tornai pelo arraial de porta em porta, e mate cada um a seu irmão, e cada um a seu amigo, e cada um a seu próximo. <sup>28</sup> E os filhos de Levi fizeram conforme a palavra de Moisés; se caíram do povo, aquele dia, uns três mil homens. (ALMEIDA REVISTA E CORRIGIDA, 2009, Êxodo 32:25-28)

Esse versículo faz parte de um texto, e nunca deve ser analisado isolado, fora de seu contexto, assim como os versículos do alcorão dos mulçumanos. Se retirarmos esses versos dos seus respectivos contextos, deturparemos o sentido da história contada. Assim podemos ver que na história de várias religiões, houve indivíduos que interpretaram de forma errônea seus escritos sagrados, e as utilizaram para justificar crueldades.

Nesse contexto, demonizar uma religião, atribuindo-lhes um caráter violento e bárbaro, como o ocidente constantemente realiza no decorrer da história contra o oriente e o islã, também pode ser considerado como um atentado e um crime cometido, e consentido pelo ocidente.

Maomé, assim como Moisés, quando escreveram sobre temas polêmicos, como o incentivo ao uso da força, tiveram seus escritos interpretados como apologia à violência. Para estudar textos de livros como o corão e a bíblia, são necessário observar o contexto social, cultural e religioso em que foram escritos, as circunstâncias históricas em que foram escritas, sobre quem foram escritos e para quem foram escritos e ter em mente que eles escreveram para seu próprio tempo.

Segundo Xequê Rodrigues em entrevista para UOL NOTÍCIAS, em São Paulo, 07/01/2016 06h00, muitos seguidores de Maomé (Muhammad), foram mortos em Meca pelos povos idólatras, que também expulsaram Maomé de sua região de origem. Então Maomé escreveu aconselhando seus adeptos, a tratarem esses povos da mesma forma em que foram tratados, mataram vocês? Mate-os, expulsaram vocês? Expulse-os.

Na verdade Maomé encorajou os muçumanos a defenderem-se de violências e nunca ataquem ou façam guerras.

Rodrigues destaca ainda, que muitos interpretam passagens do Alcorão, como se fosse escrito para os nossos dias, e então explodem bombas matando inocentes, como casos de atentados ocorridos na França.

SOURDEL, 2011, relata que em 622, Maomé e seus seguidores migraram pra Yathrib (Medina), após dificuldades encontradas em Meca. Essa migração ficou conhecida como Hégira, e após conseguir novos e numerosos adeptos em Medina, retornou a Meca de forma triunfante.

Analisando esse contexto, pode-se observar que Maomé escreveu orientando seus prosélitos a matarem, a expulsarem aqueles que vierem a usar de violência contra os muçumanos, como ocorridos em Meca. Maomé mudou-se para Medina por encontrar oposição dos moradores de Meca, que eram contra as mensagens do Alcorão, e perseguiram Maomé como na passagem a seguir.

Não somente se negaram totalmente a aceitar o islã, como também culpavam e magoavam o profeta, dizendo que estava louco, que era um feiticeiro e mentiroso... Incitaram as massas e os ignorantes a que se pusessem contra ele e também torturaram seus companheiros...

Depois de todas as dificuldades que os muçumanos tiveram que enfrentar por parte de seu próprio povo, Deus lhes permitiu emigrar de sua cidade para Medina. (RAHMAN ALSHEHA, 2007, p. 20, 21)

Maomé escreveu muitas de suas passagens descrevendo como ele, e os adeptos do islamismo encontraram resistência, e perseguição dos seus conterrâneos, politeístas de Meca. Muitos mulçumanos da época sofreram perseguição e mortes, tendo que deixar Meca, para residir com Maomé em Medina.

Nesse contexto muitas frases do alcorão que parece fazer apologia à violência, devem ser analisadas de acordo com o contexto histórico da época, Maomé estava sendo perseguido por aqueles que não aceitavam a ideia de uma religião monoteísta, então ele escreveu orientando os mulçumanos a se defenderem caso fossem atacados.

Afirmar que o livro sagrado dos mulçumanos faz apologia à violência, é cometer equívoco e reforçar estereótipos, visto que a ignorância e o acesso às informações distorcidas da mídia em relação ao alcorão e aos mulçumanos é um dos fatores principais para o preconceito. Maomé escreveu para o seu tempo, é preciso estudar os seus escritos fazendo uso da exegese, para evitar anacronismos e más interpretações.

Outro fator que colabora de forma expressiva, para agravar a violência e preconceito contra os mulçumanos, são os diversos crimes cometidos por terroristas, que se intitulam mulçumanos, desde o ataque contra o World Trade Center nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, até os conflitos atuais, envolvendo grupos radicais que se denominam Estado Islâmico.

O Estado Islâmico é também conhecido como Jihadistas, esse termo foi deturpado e retirado do seu real sentido, passando a ser associado ao terrorismo, assassinato e também como termo pejorativo para demonizar a religião islâmica no ocidente.

O termo Jihadista, atribuído aos radicais do Estado Islâmico deve ser estudado e compreendido no seu real conceito, a fim de desnaturalizar o senso comum. Segundo Pereira Costa a jihad é:

Luta ou esforço feito pelo fiel para manter-se em sua fé. Esse esforço esta dividido em três momentos, o primeiro particular, feito pelo próprio fiel com ele mesmo, o segundo a luta contra as injustiças, e o terceiro, a luta contra a ignorância que se estende para o redor. (PEREIRA DA COSTA, 2016, P. 30)

Assim o conceito de jihad esta sendo distorcido pelo Estado islâmico que não representa a totalidade da religião islâmica. Esses radicais interpretam a jihad como sendo guerra contra os infiéis. Esses infiéis são considerados todos aqueles que não professam o islã como religião, e os próprios mulçumanos não extremistas, que são a maioria em países mulçumanos.

Atualmente já são vários casos de ataques violentos cometidos por esse grupo radical na Europa, e países de maioria mulçumana, sendo que mulçumanos também são vítimas de atentados, por não concordarem com o radicalismo, e interpretações equivocadas do Alcorão.

Nesse contexto, com a violência do estado islâmico, e o discurso islamofobico criado pela mídia, mulçumanos do mundo todo inclusive do Brasil tem sofrido violência verbal e física. Mulheres são vítimas de discriminação por usarem as vestes femininas islâmicas como o jihat, e humilhadas, rotuladas de “mulher bomba” e até mesmo agredidas. A mídia como formadora de opinião é na maioria das vezes omissa ao repassar informações, distorcendo muitas das vezes a realidade e contribuindo com a islamofobia.

De acordo com Jihad Hassam Hammadeh, em entrevista para o site da ISTOÉ, Edição 29/07/2016:

O preconceito está crescendo, existe uma onda. O estereótipo de que o islamismo está ligado ao terrorismo piorou muito desde 2001, com o atentado ao World Trade Center. E tende a aumentar. O muçulmano se sente injustiçado, calado. A discriminação traz esse sentimento. As pessoas à sua volta começam a olhar diferente. Aonde você vai, vira alvo de cochichos, de olhares. É especialmente desagradável quando as pessoas começam a se afastar se você põe a mão no bolso para pegar qualquer coisa, como uma carteira ou um celular. (ISTOÉ, 2016)

A islamofobia é um fato crescente em nosso país, evidencia-se isso analisando os relatos de mulçumanos que residem em nosso país e que vivenciaram o preconceito devido o uso das vestes e outros adereços comuns na cultura islâmica.

Para uma melhor compreensão sobre a religião islâmica e os preconceitos presentes no cotidiano dos adeptos da religião, analisaremos os depoimentos

concedido por uma mulçumana brasileira, realizado nos dias 26 de fevereiro de fevereiro de 2018, via whatsapp.

A entrevistada é Tereza Vitoria Feitoza Balettaci. Tereza é graduada em Biomedicina, reside em Fortaleza e frequenta o Centro Islâmico Al Salam, em Fortaleza Ceará, e é mulçumana há Três anos, também é conhecida na religião como Aishah Bint .

**1. Como meu artigo busca estudar o preconceito contra a mulher mulçumana, queria te perguntar, você já sofreu ou sofre algum tipo de preconceito na sua vida social, (escola ou trabalho, ônibus, supermercado) poderia relatar algum fato?**

Eu, além do hijāb, o véu islâmico que é obrigatório, uso também o niqāb, assim cobrindo também o meu rosto. Desde que esteja fora da minha casa, sofro preconceito todos os dias. Em shoppings e supermercados seguranças me seguem, no ônibus as pessoas se levantam para saírem de perto e quando eu desço elas colocam a cabeça para fora e por muitas vezes aproveitam a ocasião para falarem palavras ofensivas...

**2. Sofreu algum tipo de agressão física ou mesmo verbal (insultos) pelo uso da jīhab?**

Agressão física nunca e todos os louvores são para Allāh que me salvou, quanto a agressões verbais, sim, como relatados anteriormente.

**3. Sobre piadas de mal gosto o que mais você ouve em relação a sua cultura e religião?**

“Olha a mulher bomba!” “Sai de perto que ela vai explodir” “Volta para o seu país!” “Bin Laden”...

**4. Sabemos que em todas as religiões existem pessoas ruins, e devidos o contexto atual, especificamente a guerra na Síria, e os atentados terroristas praticados por minorias árabes, que sabemos que não professam o islã, porque o islã é uma religião de paz. Esses atentados criam uma série de preconceitos, e em vários países Latino Americanos e em geral, mulçumanos que professam verdadeiramente sua fé, são vítimas de preconceitos. Na sua visão o que nós professores de História poderíamos fazer para acabar com esse preconceito?**

Se possível chamar alguém de conhecimento verdadeiro na nossa religião para palestrar. Se não for possível, e talvez em longo prazo, os professores poderiam procurar a fonte de conhecimento verídico na religião do Islam. e aprender para que possa passar esse conhecimento de forma correto para os alunos.

O Islã significa submeter-se a um Deus Único, reconhecendo que Ele Sozinho criou tudo que existe, nos dá a vida e morte, o sustento, proteção e decide todos os assuntos. E depois que reconhecer isso saber que Ele é o Único que merece adoração, sem colocar intermediários ou outros junto com Ele na adoração. E, em verdade, todos os Profetas e Mensageiros vieram com o mesmo chamado: “Adorai ao meu Senhor e ao Vosso Senhor que criou tudo o que existe.” O islã é um modo de vida completo, todos os louvores são para Allāh, e não se limitando somente quando nós vamos para a mesquita. O islã nos ensina tudo que é bom para o nosso dia-a-dia também, como é a melhor maneira de dormir, de acordar, de nos limparmos, tomar banho, comer, como tratar os pais, os vizinhos, os irmãos na religião, aquele em autoridade sobre você... O islã é uma religião muito clara e, por isso, muito fácil de ser seguida. Isso tudo leva a paz, com certeza, mas tem tantas coisas que levam a isto, que é muito simplório simplesmente falar que é a religião da paz.

Quanto aos terroristas que se dizem muçulmanos, o Mensageiro de Allāh, que a paz e as bênçãos de Allāh estejam sobre ele, disse com relação a eles: “Eles irão recitar o Alcorão, mas isto não irá além de suas gargantas, eles sairão da religião, assim como uma flecha passa rapidamente por seu alvo.” E no sagrado Alcorão nós encontramos que é proibido o suicídio e que quem quer que salve um inocente é como se tivesse salvado toda a humanidade e quem quer que mate um inocente é como se tivesse matado toda a humanidade. [Alcorão 4:29 e 5: 32]

**5. E em relação à mídia, geralmente vemos filmes Americanos, Hollywood, colocando o árabe mulçumano como o vilão, aborda o árabe como terrorista em seus filmes, e colocam os Estados Unidos como os salvadores do mundo. Na verdade, o cinema Americano é um dos grandes responsáveis por essa onda de preconceitos criando uma cultura de medo. Na sua visão você acha que muitas das vezes as manchetes de jornais, e filmes, reforçam o preconceito contra o Islã?**

Sim, afinal de contas, se uma pessoa que se diz cristã entra em uma escola e mata um monte de crianças, ele é descrito como um louco psicopata, mas se uma pessoa que se diz “muçulmana” faz isso, então é um atentado. Já percebeu que a palavra “atentada” só serve se a pessoa se diz muçulmana? E que fique claro que não sou a favor desses terroristas aos qual o meu amado profeta ﷺ descreveu como os cães do inferno e em verdade os muçulmanos são os que mais sofrem com eles. Eles matam mais muçulmanos do que pessoas de outras religiões todos os dias e ainda denigrem a imagem dos muçulmanos. Se as pessoas parassem para pensar veriam que eles são os inimigos dos muçulmanos. Uma vez, eu recebi uma moça que também estava fazendo uma pesquisa, e ela me fez a seguinte pergunta: “Por que então que os muçulmanos não fazem nada para acabar com isso e se fazem por que não escutamos nas mídias vocês falando contra isso?” Os muçulmanos lutam sim contra isso nos próprios países muçulmanos e os muçulmanos sempre que acontece algo de grande alcance nas mídias, somos solicitados para darmos entrevistas e coisas do tipo, mas não é isso que dá ibope.

## Conclusão

A visão preconceituosa contra o islã é a junção de vários fatores como, distorções e teorias criadas pela mídia ocidental, amplamente divulgada para o mundo, retratando e o islã como uma religião violenta, e também denegrindo não só o islã, mas também a cultura árabe depreciando-a.

Outro fator que colaborou para agravar o preconceito contra o islã, foi à violência praticada por grupos fundamentalistas mulçumanos, que distorcem o verdadeiro sentido da religião, e pregam doutrinas que não está em conformidade com a religião, desvirtuando o verdadeiro sentido do Jihad, que é luta, esforço para manter sua fé, segundo PEREIRA DA COSTA, 2016.

Os grupos fundamentalistas utilizam de forma errônea, muitas doutrinas do alcorão para justificar seus atos bárbaros, como o atentado de 11 de setembro, contra o World Trade Center e outros atos bárbaros na atualidade, cometidos por esses grupos.

Esses terroristas acabam denegrindo a imagem da religião islâmica no mundo, tendo como consequência a demonização do islã por outras culturas, que desconhecem o verdadeiro sentido da palavra, e atribuem a essa religião o crime, o assassinato em massa, e a violência.

Segundo nossa entrevistada Tereza Vitoria Feitoza Balettaci, se uma pessoa que se diz cristã entra em uma escola e mata um monte de crianças, ele é descrito como um louco psicopata, mas se uma pessoa que se diz “muçulmana” faz isso, então é um atentado.

Nesse contexto podemos mencionar bíblia cristã, ALMEIDA REVISTA E CORRIGIDA, 2009, Êxodo 32: 25-28, no velho testamento que contem versículos onde Moises instrui o povo a matar. Esse versículo se analisado fora do contexto pode ser mal interpretado, assim como no alcorão.

Assim, nenhum versículo deve ser analisado fora de seu contexto, pois poderão parecer dizer coisas que não está dizendo, semelhantemente é alcorão.

## **Referências Bibliográficas**

COUTO, Geremias Couto; Andrade, Claudionor de Andrade, **Bíblia de Estudo Pentecostal**. Rio de Janeiro: Editora CPAD, 1995.

CHALLITA, Mansour Challita. **O Alcorão**: Livro Sagrado do Islã. Rio de Janeiro: Editora Best Seller Ltda, 2016.

ISA GARCIA, Muhammad Isa Garcia. **Muhammad**: o mensageiro de Deus. Rabwa: Escritório de difusão do Isla em Rabwa, primeira edição em 1428/2007.

MONTENEGRO, Raul Montenegro. **Está difícil ser muçumano. Aonde você vai vira alvo**. Disponível em < <https://istoe.com.br/esta-dificil-ser-muculmano-aonde-voce-vai-vira-alvo/> >. Acesso em: 12 abril 2018. Hora:19, minuto: 25, segundo:15.

MARCHAO, Talita Marchao. **Como o Alcorão é manipulado para justificar o terrorismo de radicais islâmicos?** Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2016/01/07/como-o-alcorao-e-manipulado-para-justificar-o-terrorismo-de-radica-islamicos.htm> >. Acesso em: 14 de Abril Hora: 20, minuto: 30, segundo: 25.

PEREIRA DA COSTA, Jéssica Pereira da Costa. **Vocabulário de conceitos para o estudo do islã e dos muçumanos**. Caxias do Sul: 2016. Programa de pós-graduação em Historia – Mestrado profissional, Universidade de Caxias do Sul-UCS.

SOURDEL, Dominique Sourdél. **Historia do Povo Árabe**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2011.

# **CABEÇAS LEVANTADAS, MÁQUINAS PARADAS, DIA DE PESCAR<sup>1</sup>: AS EXPERIÊNCIAS DE LUTA DOS CALÇADISTAS DE POUSO ALEGRE (1988 – 1990)**

**ADRIANO MARCOS DA SILVA; SANDRA AP. PORTUENSE DE CARVALHO**

[adrianomarcos81@yahoo.com.br](mailto:adrianomarcos81@yahoo.com.br)  
[sandra\\_portuense@yahoo.com.br](mailto:sandra_portuense@yahoo.com.br)

## **Introdução**

Ao adentrarmos a segunda década do século XXI, podemos vislumbrar um processo de precarização institucionalizada do trabalho no Brasil. O surgimento de uma reação coordenada das elites dirigentes, associada aos setores ligados aos meios de comunicação, e aos sistemas financeiro e judiciário, abriu espaço para um ataque sem tréguas aos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo de décadas.

O golpe<sup>2</sup> que destituiu a presidenta eleita Dilma Roussef em 31 de agosto de 2016, não só impôs um brutal retrocesso ao arcabouço jurídico que respaldava legalmente as relações de trabalho no país, como também, segundo o sociólogo Jessé Souza representou um “ataque à democracia e às garantias constitucionais em nome da justiça e da moralidade” (SOUZA, 2016, p.131).

---

<sup>1</sup>O título se refere aos versos da música “Linha de Montagem”, composta por Chico Buarque de Hollanda em 1980 por ocasião das greves dos metalúrgicos do ABC paulista: “As cabeças levantadas / Máquinas paradas / Dia de pescar / Pois quem toca o trem pra frente / Também de repente / Pode o trem parar”.

<sup>2</sup>Neste artigo empregamos o termo “golpe” no sentido que lhe foi atribuído por Jessé Souza no livro *A Radiografia do Golpe*: “O golpe não teria acontecido sem a politização do judiciário. Ninguém guardou ou defendeu efetivamente a constituição. Direitos individuais sagrados foram e são profanados. Foi, na realidade, em grande medida, um golpe jurídico – um golpe que articula capitalismo selvagem de rapina e enfraquecimento das garantias democráticas” P. 131. Souza, Jessé. *A Radiografia do Golpe: Entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro, LeYa Editora Ltda, 2016.

No esteio do golpe de 2016, a classe trabalhadora assistiu atônita a institucionalização sistemática de medidas que visavam minar seus direitos: terceirização, reforma trabalhista, reforma da previdência e flexibilização da CLT<sup>3</sup> (Consolidação das Leis do Trabalho).

O consórcio parlamentar, midiático e jurídico que pavimentou o caminho para cassar o mandato presidencial de Dilma Roussef, criou uma assimetria nas relações de trabalho, retirando dos trabalhadores garantias constitucionais que historicamente permearam as lutas do movimento operário. A ruptura dessas garantias que regulamentavam as relações trabalhistas no Brasil, provoca sobre a classe trabalhadora um efeito devastador, afinal, a camada da população que vive do trabalho, é inegavelmente, o elo mais frágil nas relações de produção.

É neste cenário de ruptura institucional travestido de legalidade, que a classe trabalhadora e as forças democráticas são desafiadas a criar um projeto alternativo de poder. Assim sendo, as lutas e resistências construídas pelo movimento operário ao longo dos últimos 40 anos no Brasil, ganham hoje um sentido de emergência exasperador.

É com base nessa premissa, que pretendemos abordar neste artigo, as experiências de luta e resistências dos trabalhadores calçadistas de Pouso Alegre nas décadas de 1980 e 1990. O espaço temporal que separa as lutas empreendidas pelos calçadistas entre os anos de 1988 e 1990, até os dias atuais, nos faz repensar acerca das práticas de resistência dos trabalhadores em relação a exploração econômica do trabalho.

Ao mesmo tempo, ao nos debruçarmos sobre a trajetória percorrida pelos trabalhadores calçadistas de Pouso Alegre, queremos reafirmar nosso compromisso com as questões candentes que permeiam a constituição e a razão de ser da classe trabalhadora, ou seja, a construção de um modelo de sociedade baseado na solidariedade e na emancipação dos trabalhadores.

Ao assumirmos esse compromisso, comungamos das ideias de Déa Ribeiro Fenelon, que nos alertava para o fato de que a produção historiográfica, deve se inserir no contexto de nossas práticas sociais, culturais e políticas:

Ao contrário disto, queremos dizer, que se estamos lutando por algo, seja em nossa prática social, seja na acadêmica, é pelo reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e, sobretudo, de considerar

---

<sup>3</sup> A reforma trabalhista que flexibilizou a CLT permite que os acordos coletivos se sobreponham a lei, aumentou a jornada parcial de 25 para 30 horas semanais sem contar hora-extra, as férias podem ser parceladas em até 3 vezes, o trabalho em locais insalubres passa a ser permitido para grávidas e lactantes, a contribuição sindical deixa de ser obrigatória, regularizou a jornada de trabalho intermitente e criou mecanismos para inibir a quantidade de ações trabalhistas na Justiça do Trabalho. Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-trabalhista-entra-em-vigor-o-que-muda> ? Acessado em 30/04/2018.

que a nosso ver estaremos produzindo uma história que será sempre política, por que inserida no seu tempo e comprometida com ele. (FENELON, 1993, UNESP)

Ao salientar que a história, é necessariamente política, Fenelon desmistifica o problemático conceito de “isenção” no que se refere a produção de narrativas históricas, afinal, essa pretensa busca pela imparcialidade, já é em si mesma, uma forma de posicionamento político.

Em artigo<sup>4</sup> publicado na revista Projeto História (PUC - SP) em fevereiro de 1987, a historiadora Maria do Rosário Peixoto, chama a atenção para a importância que o tempo presente exerce sobre o ofício do historiador. Para Peixoto, as escolhas feitas pelos historiadores, seja do objeto de estudo ou das abordagens metodológicas, estão inextricavelmente relacionadas aos modos de viver e sentir do pesquisador.

Ao analisar os aspectos relativos à classe operária no Brasil nas primeiras décadas do século XX, Peixoto salienta o compromisso político do historiador com as questões contemporâneas a sua própria existência:

Este trabalho expressa uma reflexão sobre o meu objeto, sobre o ofício do historiador, sobre o tempo em que vivo e o meu modo de intervenção nesse processo. Com isso estou querendo dizer que o meu compromisso é com o hoje e é o peso dessa palavra empenhada que me faz voltar para o passado. Á semelhança do narrador de que nos fala Benjamim, o historiador deve tecer a trama de sua narração com os fios da experiência: a sua e as dos outros, de modo que o seu relato possa ser incorporado à experiência de seus leitores, ouvintes, etc.” (PEIXOTO, 1987, P. 6)

Nesse sentido, a construção da narrativa histórica, dar-se-á à luz dos desafios colocados no tempo presente, desafios aos quais, os historiadores não podem fugir e nem tampouco evitar. É com esse olhar, portanto, que pretendemos compreender as formas de luta e resistência dos trabalhadores calçadistas, sem jamais perder de vista, a assertiva com que o historiador Ciro Flamarion Cardoso<sup>5</sup> criticava algumas vertentes da historiografia contemporânea: “o que mais me incomoda é uma historiografia que não se mostra muito preocupada com o mundo ao qual pertence”.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> A Classe Operária: Uma Temporada no Paraíso (Rio de Janeiro 1923 – 1924). Revista Projeto História fev. de 1987.

<sup>5</sup> Professor Emérito do departamento de História da Universidade Federal Fluminense falecido em 29 de junho de 2013.

<sup>6</sup> Entrevista de Ciro Flamarion Cardoso realizada pela Revista de História da Universidade Federal Fluminense em fevereiro de 2013.

## 2. O movimento operário e a transição para a democracia

As greves do setor calçadista de Pouso Alegre nas décadas de 1980 e 1990, estão inseridas dentro de um contexto histórico, econômico e social, que adquiriu amplitude nacional a partir do renascimento do movimento operário a partir de 1978 na grande São Paulo. A reorganização do movimento operário, nesse período, representou um forte abalo nas estruturas que sustentavam o regime autoritário no país.

No final dos anos 1970, a ditadura civil-militar brasileira, implantada pelo golpe de 1964, dava os seus primeiros sinais de fraqueza. Na região do ABC paulista, trabalhadores das indústrias metalúrgicas desafiaram o governo e retomaram o protagonismo sindical interrompido pela edição do AI-5<sup>7</sup>. Ao entrar em cena, segundo Éder Sader<sup>8</sup>, os metalúrgicos da Grande São Paulo catalisaram, os anseios de mudanças da ordem social e política vigentes. Nesse sentido, a reorganização do movimento operário no ABC paulista, extrapolou os limites geográficos de sua atuação. As lutas empreendidas pelos metalúrgicos de São Paulo, impactaram diretamente na organização de outras categorias profissionais de diversas regiões do país.

Um dos efeitos causados pelo ressurgimento do movimento operário na Grande São Paulo, foi a interiorização da produção de bens de consumo. A multiplicação das greves operárias entre 1978 e 1985, provocou uma fuga de indústrias de transformação para cidades de pequeno e médio portes do interior. Assim sendo, grandes indústrias de setores variados como o calçadista e o metalúrgico, por exemplo, se estabeleceram na cidade de Pouso Alegre no início dos anos 1980.

A cidade de Pouso Alegre possui uma localização privilegiada, as margens da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Por ser um pólo-regional em desenvolvimento, Pouso Alegre apresentava na década de 1980, algumas características que a tornavam um lugar atrativo para receber novos investimentos. A classe empresarial encontrou na cidade uma razoável infraestrutura, mão-de-obra barata, e principalmente, um movimento operário incipiente e desarticulado.

Aos poucos Pouso Alegre se consolidou na região do sul de Minas Gerais, como um destacado pólo calçadista, impulsionado pela instalação de várias indústrias num curto espaço de tempo<sup>9</sup>. O estabelecimento das indústrias calçadistas na cidade, incorporou ao cenário local, uma

---

<sup>7</sup> Editado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo do Gal. Arthur da Costa e Silva.

<sup>8</sup> Sader, Éder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

<sup>9</sup> Segundo as fontes pesquisadas no Museu Histórico Municipal Tuany Toledo eram elas: São Paulo Alpargatas S/A, Âncora S/A, Sigra, Hatari, Le Cheval, Confecções Brito Loyola e Verlon S/A.

gama de profissionais cujas as atividades estavam diretamente relacionadas ao universo da produção fabril.

As indústrias calçadistas, que nesse período, representavam a reestruturação da matriz produtiva do município, até então baseada na agricultura, utilizavam uma farta mão de obra feminina em toda a extensão do processo produtivo. O cotidiano na fábrica exigia dos profissionais uma grande habilidade, uma vez que, a despeito da modernização dos processos produtivos, o setor calçadista preservava em grande parte a utilização do trabalho manual.

Dessa forma, costureiros, pesponteiros, operadores de balancim, coladores, auxiliares de produção, cronometristas, embaladores entre outros, passaram a vivenciar cotidianamente as relações de exploração no interior do ambiente fabril.

### **3. Os calçadistas e o colapso da economia**

Na década de 1980, a classe trabalhadora foi submetida a inúmeros planos econômicos fracassados. O agravamento da crise minava o poder de compra dos trabalhadores e potencializava as tensões no espaço fabril. A insatisfação dos trabalhadores calçadistas de Pouso Alegre tornou-se latente a partir de 1988, quando eclodiu uma greve na unidade da indústria Âncora S/A. Como podemos ver na ata abaixo, os grevistas decidiram retornar ao trabalho no dia 05 de maio, após 8 dias de paralisação:

Garantia dos grevistas: A empresa não punirá os grevistas em virtude da paralisação, nem os demitirá por justa causa com base na lei 4330 / 64 (lei de greve) uma vez que o movimento chegou a termo a partir das 06:00 horas do dia 05 (cinco) de maio de 1988, ressalvados os motivos constantes no artigo 482 da CLT.

Aprovado em sua totalidade após votação, ficou decidido pela assembléia que os trabalhadores da empresa Âncora S/A Indústria e Comércio retornariam as suas atividades normais na empresa, a partir das 06:00 horas do dia 05 (cinco) de maio de 1988.<sup>10</sup>

A greve iniciada numa terça-feira, 26 de abril de 1988, tinha na sua pauta de reivindicações um reajuste salarial de 61,33 %, exigia o estabelecimento de um piso salarial de CZ\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos cruzados por mês) ou CZ\$ 57,92 (cinquenta e sete cruzados e noventa e dois centavos por hora). Além disso, o sindicato cobrava um adicional noturno de 30% sobre o

---

<sup>10</sup> Ata lavrada em 04 de maio de 1988 pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçado e Vestuários da comarca de Pouso Alegre, ítem 36 da pauta de reivindicações.

salário nominal dos trabalhadores e redução da jornada de trabalho, sem prejuízo do salário para os funcionários da empresa que trabalham em regime de compensação.

As reivindicações dos calçadistas naquele momento, só podem ser compreendidas, a luz das privações impostas a classe trabalhadora em decorrência de uma política econômica excludente, incapaz de promover uma redução das desigualdades acentuadas pela crise. Ao analisar a situação econômica do Brasil em *A Formação da Classe Operária*, Paul Singer afirma:

Após os poucos anos de “milagre”, a economia brasileira passou por dificuldades crescentes, que culminaram na pior crise de nossa história moderna. Entre 1980 e 1983, a produção caiu no campo e nas cidades, o desemprego se agigantou e parcelas significativas tanto da pequena burguesia, quanto do proletariado foram lançados no subproletariado. (SINGER, 1994, P. 72)

O impacto da greve dos trabalhadores da indústria Âncora S/A, gerou de imediato uma reação por parte da classe empresarial. Por mais que a pauta de reivindicações dos trabalhadores calçadistas, representasse o objetivo de sanar os prejuízos de caráter econômico, havia na greve um forte conteúdo de insubordinação. A paralisação de apenas 08 dias, representou naquela conjuntura uma demonstração de força e organização por parte dos trabalhadores da cidade. A greve por certo, repercutiu de formas diferentes, entre o empresariado local e as demais entidades de classe que representavam outras categorias.

O movimento grevista deflagrado pelos trabalhadores da Âncora S/A, ocorreu um pouco antes da promulgação da constituição de 1988<sup>11</sup>. A nova constituição que entraria em vigor nos próximos meses, despertava interpretações contraditórias, que só podem ser compreendidas se levarmos em consideração os interesses de classe envolvidos.

Entre o empresariado, havia um consenso de que a nova constituição era demasiadamente benevolente, em relação as garantias sociais e políticas que constavam de seu texto<sup>12</sup>. A possibilidade de que o “garantismo” proporcionado pela constituição, impulsionasse paralisações e greves por todo o país, desagradava profundamente as elites empresariais.

Em Pouso Alegre a greve dos trabalhadores da Âncora S/A provocou uma reação imediata. Em julho de 1988, indústrias de grande porte como a metalúrgica Sobral Invicta do Brasil, uma das maiores produtoras de garrafas térmicas do país, interromperam novos investimentos que estavam

---

<sup>11</sup> A promulgação da Constituição de 1988 ocorreu em 05 de outubro de 1988, permanecendo em vigor até os dias atuais.

<sup>12</sup> Jornal Sul das Gerais, 28/08/87: “Alerta de Minas: Empresários Discutem Nova Constituição”.

previstos para a cidade. O dono da Sobral Invicta do Brasil, o empresário João Fernando Sobral, concedeu uma entrevista ao jornal Sul das Geraís, onde demonstrou toda a sua insatisfação com a situação:

“Se depender de mim Pouso Alegre não terá novas indústrias. Sempre fui um incentivador dessa cidade, chegando a apontá-la como um futuro polo industrial do país, mas diante dos problemas que estão surgindo, passei a ser contra a vinda de novas indústrias para Pouso Alegre”<sup>13</sup>.

A cobertura das greves pelos jornais da cidade, como o Sul das Geraís e Jornal do Estado, foi claramente parcial. A ameaça de cortar investimentos industriais na cidade soava como uma espécie de chantagem, e foi amplamente reproduzida pela imprensa local. Aliás, ao analisarmos as reportagens sobre as greves realizadas naquele período, conseguimos notar que os jornais locais optaram de forma deliberada pela desqualificação do movimento grevista, posicionando-se ao lado da classe empresarial.

Havia também um esforço por parte desses veículos de comunicação de normalizar as relações de trabalho, criando uma falsa sensação de harmonia, onde havia um enorme caldo de tensões e antagonismos. Apenas um mês antes da greve na indústria Âncora S/A, o jornal do Estado publicou matéria sobre uma competição de beleza entre as trabalhadoras da Sigra, uma das pioneiras da indústria têxtil em Pouso Alegre:

“Em seu segundo ano de existência, o grêmio Sigra elegeu no dia 19 deste mês a sua Miss Sigra de 1988, num ambiente de descontração e muita alegria, onde os associados lotaram as dependências da sede do clube. Diretores do grupo Sigra também estiveram presentes à festa acompanhados de suas esposas. Após os desfiles em trajes social e maiô, a candidata Lourdes Meire Bento de Souza foi a vencedora, recebendo a faixa de Miss Sigra 88 das mãos de sua antecessora Luciene Galdino. A segunda colocada Rosilene Ribeiro e a terceira Guiomar Bento de Souza, também foram premiadas pela diretoria do grupo Sigra”<sup>14</sup>.

O concurso de Miss Sigra 1988, vencido pela funcionária Lourdes Meire Bento e noticiado pelo Jornal do Estado, servia para escamotear a exploração do trabalho, domesticar as relações de

---

<sup>13</sup> Jornal Sul das Geraís 10/06/88: “Invicta interrompe novos investimentos em Pouso Alegre”.

<sup>14</sup> “Meire Miss Sigra 88”: reportagem publicada pelo Jornal do Estado em 25/03/1988.

produção e difundir na opinião pública a ideia equivocada de que a fábrica é um espaço de sociabilidade desprovido de tensões.

O dia a dia na produção vivenciado pelos trabalhadores, encarregou-se de demonstrar o flagrante desequilíbrio existente entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem. É no interior do processo produtivo que se pode antever as potencialidades geradas pelos diferentes interesses em disputa. A fábrica se torna um palco de resistências efetivas e simbólicas, constituindo-se num caldeirão de interesses distintos, e muito raramente, conciliáveis.

O plano inicial de transformar Pouso Alegre, numa alternativa segura contra a agitação sindical não se concretizou. Na esteira das greves iniciadas pelos calçadistas, inúmeras categorias, algumas inclusive, sem representação sindical decidiram promover paralisações e enfrentaram o empresariado.

A pedido da Associação Profissional dos Trabalhadores das Indústrias de Refratários de Pouso Alegre, a direção da greve desencadeada pelos operários da Sobral Invicta do Brasil em julho de 1988, ficou a cargo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e Vestuários. Algo inédito até então na cidade, essa união entre duas categorias distintas entorno de um interesse em comum, elevou a outro patamar a organização do movimento operário local.

A medida em que os interesses contraditórios de trabalhadores e empresários, tornavam-se mais claros, a luta de classes despiá-se apresentando contornos mais visíveis. A disposição dos trabalhadores de enfrentar o poderio econômico da classe empresarial, conferia ao movimento uma unicidade representativa, ao mesmo tempo em que rompia, definitivamente, com o isolamento político da classe trabalhadora na cidade ao reafirmar a sua condição de classe, que segundo Thompson, está mais ligada as experiências vivenciadas pelos trabalhadores do que quaisquer determinações econômicas:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses se diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 2004, p. 10)

Nesse episódio envolvendo a união dos trabalhadores calçadistas e refratários, podemos perceber, como as reivindicações dessas categorias convergiam num mesmo sentido, que claramente, não representava os interesses de classe dos empresários. Em reportagem publicada pelo jornal Tribuna do Linguarudo, no dia 24 de julho de 1988, verificamos o salto organizacional dos trabalhadores da cidade:

“Episódio inédito em Pouso Alegre, a greve levada a cabo pelos trabalhadores da Invicta, colocou em polvorosa não só o sr. João Fernando Sobral, mas a maioria dos empresários pouso – alegrenses. Os trabalhadores se defendem das acusações feitas, tanto pelo diretor da empresa, como pelos demais empresários, que empenharam seu apoio ao industrial, afirmando que sua pauta de reivindicações não foi ao menos negociada”<sup>15</sup>.

O temor dos empresários, de que estivesse surgindo na cidade um movimento operário organizado, tinha fundamentos. A articulação do movimento grevista em 1988, contou com o apoio de partidos políticos e centrais sindicais, que resultaram da ação da classe trabalhadora na região do ABC paulista, entre os anos 1970 e 1980. Ainda na reportagem da edição de 24 de julho, a Tribuna do Linguarudo ressaltava:

“A presença da CUT, acenada como o sr. João Sobral como uma ameaça, ao contrário, é uma realidade, e já se fez sentir durante os acontecimentos. Os grevistas contaram com o apoio do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além das associações e sindicatos da cidade e região”<sup>16</sup>.

Os jornais locais Sul das Gerais, Jornal do Estado e Folha do Vale repercutiram amplamente o incômodo dos empresários com a organização dos trabalhadores. O único jornal a dar espaço para as versões dos segmentos que representavam os trabalhadores foi a Tribuna do Linguarudo. A desproporção da cobertura do movimento grevista, evidencia a proximidade das famílias proprietárias desses veículos de comunicação, com os donos das indústrias no município. Para a elite econômica local, era necessário sufocar o movimento grevista, convencer a opinião pública a respeito da radicalidade da atuação dos trabalhadores, e o principal, tornar os seus negócios imunes a agitação sindical.

Em resposta ao presidente da ACIPA<sup>17</sup>, Padilha o líder da Associação dos Metalúrgicos de Pouso Alegre, criticou a falta de diálogo e a desqualificação do movimento sindical promovido por entidades patronais da cidade. Ao analisarmos a documentação referente as greves dos calçadistas e refratários em 1988, ficam evidentes a radicalização dos discursos de ambos os lados. Ao Tribuna do Linguarudo, Padilha reafirma a necessidade da união entre as categorias, ressaltando o caráter intransigente das elites locais ao negociar com os trabalhadores:

---

<sup>15</sup> Tribuna do Linguarudo, 24/07/88: “Sindicalistas protestam na greve da Invicta”.

<sup>16</sup> Tribuna do Linguarudo, 24/07/88: “Sindicalistas protestam na greve da Invicta”.

<sup>17</sup> Associação do Comercio e Industria de Pouso Alegre, fundado em 20 de abril de 1922.

“Consideramos infeliz a colocação do Sr. Alfredo Caruso presidente da Associação do Comércio e da Indústria de Pouso Alegre, que chamou o sindicalismo de selvagem e ignorante. Acreditamos que selvagem e ignorante é o nível de exploração da classe trabalhadora hoje no Brasil e principalmente em Pouso Alegre. Consideramos que o Sr. Alfredo Caruso não deveria opinar em relação a um assunto do qual ele desconhece, devido ao alto padrão de vida que ele parece ser portador”<sup>18</sup>.

O pioneirismo do movimento grevista desencadeado pelos trabalhadores da Âncora S/A, em abril de 1988, pode ser compreendido à luz do advento do “novo sindicalismo”<sup>19</sup>. De acordo com Éder Sader, configurou-se na região da Grande São Paulo a partir de 1978 uma reestruturação do movimento operário organizado. A retomada do protagonismo da classe operária, ocorreu à revelia de organismos partidários ligados à esquerda tradicional. Nesse sentido, as lutas operárias desse período foram forjadas nas experiências vivenciadas pelas relações de produção.

O “novo sindicalismo” estabeleceu novos paradigmas, criticava o sindicalismo pelego<sup>20</sup> de estreitas relações com os segmentos patronais, mas, ao mesmo tempo, se negava a atuar a reboque de partidos políticos. Assim o protagonismo político, antes centrado na figura do partido, foi deslocado para as ações coletivas da classe trabalhadora.

Esse novo modelo de atuação sindical, rapidamente criou ramificações e alcançou outras regiões do país. Sob o impacto do chamado “novo sindicalismo”, os calçadistas e as demais categorias colocaram em prática, táticas e estratégias que potencializaram as tensões sociais e políticas entre trabalhadores e empresários.

A inexperiência que caracterizou os primeiros anos do movimento operário na cidade de Pouso Alegre, foi gradativamente dando espaço para a formação de uma nova consciência coletiva, apoiada nas experiências de lutas do movimento operário dos grandes centros urbanos. Ao incorporar parte dessas experiências, os grevistas pouso-alegrenses alcançaram um novo patamar de resistência, desnudando de forma cabal e definitiva, a natureza irreconciliável da luta de classes.

Os antagonismos verificados entre trabalhadores e empresários, através da imprensa local, também foram notados no cotidiano do trabalho nas fábricas. No período de vigência da greve

---

<sup>18</sup> Tribuna do Linguarudo, 24/07/88: “Sindicalistas protestam na greve da Invicta”.

<sup>19</sup> Sader, Éder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980. São Paulo, Paz e Terra 2001.

<sup>20</sup> Pelego era o nome que se dava a pele de carneiro colocada entre a sela e o cavaleiro para amortecer os impactos. Historicamente, a expressão se transformou em sinônimo de um sindicalismo atrelado mais aos interesses do governo e dos empresários, do que propriamente dos trabalhadores.

dos calçadistas em 1988, os trabalhadores foram submetidos a todo tipo de pressão e contrainformação pelos dirigentes das fábricas.

Nos informativos distribuídos pelos sindicalistas durante a greve, percebe-se uma necessidade premente, de desconstruir o discurso do empresariado reproduzido por ocupantes de cargos de chefia que se opunham a luta dos trabalhadores. Ao expor a chefia responsável pela operacionalização da produção nas fábricas, o movimento grevista pretendia despertar entre os calçadistas, a resistência contra as hostilidades e os constrangimentos perpetrados pela direção das fábricas:

Aos companheiros e companheiras da Âncora

Queremos esclarecer sobre as mentiras que a chefia vem passando para dividir e jogar os diretores do sindicato contra a categoria. O elemento Raimundo Ramos está criando problemas para a categoria, passando informações falsas para os seus subordinados sobre o sindicato. Por isso trabalhadores sejam conscientes ! Acredite em vocês mesmos, e em quem luta pelos seus direitos. Não acredite em chefes puxa-sacos. A nossa luta sempre foi e sempre será a favor da redução da jornada de trabalho. Deixamos claro que o sindicato é de todos os trabalhadores que unidos lutarão pelos seus direitos, e que toda informação que vem da chefia é para ferrar os trabalhadores. Só há conquistas com a luta e participação de todos.

Participe do sindicato. Categoria unida, sindicato forte !

Este informe publicado durante a greve dos calçadistas em 1988, revela a natureza da luta de classes, no interior das relações de produção. Os trabalhadores que ocupavam cargos de chefia, relacionados a burocracia dos processos produtivos, adotavam como seu, os discursos e as práticas oriundas dos proprietários dos bens de produção.

Os calçadistas vivenciavam no seu cotidiano, as mais diferentes formas de exploração no âmbito do espaço fabril. As exigências e cobranças constantes para a superação de metas produtivas, se aliava ao assédio moral constante por parte dos chefes de seção, supervisores e gerentes, como veremos adiante na greve da São Paulo Alpargatas em julho de 1990.

Ao analisarmos a documentação referente ao primeiro semestre de 1990, percebemos a disposição do sindicato em organizar e conscientizar os calçadistas, acerca da exploração econômica a que os trabalhadores eram submetidos. Os boletins informativos ressaltavam a importância da coesão dos calçadistas, no momento crítico das negociações salariais com o empresariado. Assim sendo, em março de 1990 os calçadistas deram início a sua campanha salarial, convocando os trabalhadores a comparecer as assembleias da categoria:

Sindicato dos trabalhadores na indústria de calçados de Pouso Alegre.<sup>21</sup>  
Campanha Salarial 1990.

Mais uma vez voltamos a discutir a questão do reajuste salarial e outras vantagens. Temos que partir da luta consciente que os patrões têm todas as condições de atender as nossas reivindicações, mas, para que esta luta seja vitoriosa é necessário a união e a participação de todos os sapateiros. O sucesso nas negociações, vai depender da força de vontade de cada trabalhador e dessa responsabilidade ninguém pode fugir, porque a luta é de todos.

O boletim do sindicato calçadista, prosseguia indicando os lugares onde seriam realizadas as reuniões da categoria, destacando a importância da participação dos trabalhadores para o sucesso da campanha salarial que se iniciava:

Por isso, é necessário que todos estejam presentes nas reuniões de bairro, no dia 18 de março (domingo).

Bairro:	Horário:	Local:
Chapadão	9:30 hs.	Grupo escolar
Cidade Foch	9:30 hs.	Creche
São João	9:30 hs.	Creche
Sertãozinho	9:30 hs.	Clube
Centro	9:30 hs.	Sede
São José do Pantano	9:30 hs.	Clube

Esta fonte evidencia a disposição do sindicato de descentralizar as discussões, promovendo assembleias em bairros da periferia da cidade, onde se concentrava a maior parte dos trabalhadores calçadistas. É possível notar também um esforço dos dirigentes sindicais, para fazer com que os calçadistas construam por si próprios, mecanismos de resistência e atuação sindical.

É no instante em que as relações de produção entram em colapso, que o movimento operário se vê na contingência de construir uma proposta contra-hegemônica a exploração do trabalho. Ao analisar a experiência da classe trabalhadora, Castoriadis<sup>22</sup> ressaltava a importância da auto-constituição do movimento operário, ao mesmo tempo em que rechaça a tutela dos intelectuais sobre os trabalhadores.

Crítico da ortodoxia marxista, Castoriadis defendia a autonomia do movimento operário, que na sua visão não deveria ser enquadrado dentro de modelos político-ideológicos previamente concebidos. Para Castoriadis, o movimento operário deveria despir-se das determinações

---

<sup>21</sup> Boletim informativo sobre a campanha salarial dos calçadistas em março de 1990.

<sup>22</sup> Castoriadis, Cornelius. A Experiência do Movimento Operário. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

teleológicas atribuídas a ele, somente assim, segundo o autor, os trabalhadores assumiriam as rédeas das lutas operárias sem a intermediação de terceiros:

“Ouso dizer que falo disso com conhecimento de causa; pois, ao mesmo tempo em que a crítica da burocracia e da degenerescência da Revolução Russa me levou a ideia da autonomia do proletariado e às suas consequências diretas – ou seja, de que não há “consciência” do proletariado fora do próprio proletariado, de que a classe operária não pode exercer o seu poder através de uma “delegação”, qualquer que seja a sua forma, de que (se ela não pode se dirigir e dirigir a sua sociedade) ninguém poderá fazê-lo em seu lugar”. (CASTORIADIS, 1985, p. 15)

Nesse sentido, a maior amplitude das discussões acerca da campanha salarial de 1990, instou os trabalhadores das indústrias de calçados a se posicionar e indicar caminhos a serem percorridos pelo sindicato da categoria. Ao destacar a união e a participação de toda a categoria na campanha salarial, o sindicato evidencia a centralidade do papel do trabalhador na construção de uma proposta alternativa a exploração do trabalho pelo capital.

O início das negociações coletivas em 12 de junho de 1990, levou o sindicato a produzir um documento, que traçava um breve balanço da situação econômica do país, classificando a política econômica do governo Collor de Mello como “desastrosa”. No entanto, o que mais chama a atenção é o 3º. Parágrafo onde pode-se ler :

“A palavra que deve ser mais usada daqui para frente é: vamos nos unir e aumentar a força para arrancar o que nos pertence. Vamos nos unir e provar aos patrões que estamos firmes e decididos em torno das nossas reivindicações. A hora é agora, não fiquem acomodados, e não deixem que o sindicato sozinho decida por você. Pois o sindicato somos todos nós da categoria”.<sup>23</sup>

A recomendação do sindicato aos calçadistas era clara e objetiva: “não deixem que o sindicato sozinho decida por você”. Ao fazer tal afirmação, os representantes da categoria buscavam suplantam a passividade da classe trabalhadora, fazendo com que os calçadistas se tornassem uma peça chave na fase da negociação.

A negociação do sindicato calçadista com os representantes das empresas durou aproximadamente um mês. No decorrer desse período, a categoria conseguiu estabelecer acordos coletivos com várias indústrias de grande porte na cidade, como a Âncora S/A e a Bari Indústria e

---

<sup>23</sup> Panfleto elaborado pelo sindicato dos trabalhadores calçadistas em julho de 1990, onde se criticava o Plano Collor I em vigor desde março de 1990. A principal medida do Plano Collor I foi a substituição do Cruzado Novo (NCz\$) pelo Cruzeiro (Cr\$).

Comércio que conseguiram zerar as perdas dos trabalhadores com o Plano Collor e avançaram nas cláusulas sociais propostas pelo sindicato.

Porém, o acordo coletivo com a São Paulo Alpargatas, a maior empresa calçadista da cidade, não avançou como desejado. O impasse das negociações realizadas na cidade de Poços de Caldas, levou o sindicato a convocar uma nova assembleia para o dia 01/07/1990. O objetivo era expor aos trabalhadores o teor das negociações e indicar os novos passos a serem adotados pela categoria. Nesse informe é possível notar o incômodo gerado pela proposta salarial da empresa:

“A proposta da São Paulo Alpargatas na última negociação está muito longe do que nós queremos. Não teve nenhum avanço nas cláusulas sociais e ofereceram um reajuste de 72% dividido em 3 parcelas; sendo que, as nossas perdas são de 128% já descontando todas as antecipações”.<sup>24</sup>

A proposta da empresa causou uma insatisfação generalizada entre os calçadistas. As negociações não avançaram um milímetro sequer nos dias subsequentes, fazendo com que a greve fosse deflagrada no dia 11 de março de 1990. Durante a greve a direção da empresa São Paulo Alpargatas S/A visando enfraquecer o movimento grevista, lançou uma intensa campanha difamatória nas rádios da cidade, com o objetivo de manipular a opinião pública, jogando-a contra os trabalhadores.



Vista aérea da São Paulo Alpargatas, as margens da Rodovia Fernão Dias (unidade Pouso Alegre) Fonte: Mapa Google.

Entre as principais acusações da São Paulo Alpargatas S/A, podemos destacar a inviabilização de instalação de novas industriais no município. Não por acaso, este foi o mesmo discurso adotado pelo sr. João Fernando Sobral, durante a greve dos refratários em 1988. Como resposta, os grevistas distribuíram inúmeros panfletos pela cidade, reafirmando o caráter justo de suas reivindicações:

---

<sup>24</sup> Informe do sindicato calçadista convocando os trabalhadores para a assembleia a ser realizada em 01/07/1990.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Vestuários e Similares de Pouso Alegre.

Ao Povo de Pouso Alegre, Por quê Parou ?

1 – Com o Plano Collor, os salários de todos os trabalhadores foram violentamente arrojados. Enquanto isso, os preços são liberados. Isto prova que o governo Collor sempre esteve do lado dos patrões e contra o povo.

2 – Nós, trabalhadores da Alpargatas, estamos lutando pela reposição das perdas salariais. Tentamos de toda forma negociar com a direção da fábrica. Mas os patrões foram intransigentes, fazendo apenas uma proposta que não atende as nossas necessidades.

3 – Esgotadas as negociações, não tivemos outro caminho a não ser a GREVE. Só assim, poderemos vencer a intransigência da Alpargatas. Perguntamos: SE ANCORA E A BARI JÁ ATENDERAM AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES, POR QUE A ALPARGATAS QUE É A MAIOR E PRODUZ MAIS, NÃO QUER ATENDER ?

4 – Além de não negociar, a Alpargatas está pressionando os trabalhadores, através de propaganda nas rádios da cidade, tentando assustar – los com ameaças que carecem de fundamento.

5 – Mas apesar da pressão, os trabalhadores da Alpargatas vão resistir até a vitória, e contam com o apoio da população de Pouso Alegre.

A GREVE CONTINUA !

Uma vez mais, é possível perceber a emergência da situação econômica do país, sobre a vida dos trabalhadores. A crise econômica se aprofundava, a inflação descontrolada corroía o poder de compra da classe trabalhadora, a carestia e o desemprego vicejavam, sobretudo, entre os setores populares no fim dos anos 1980.

Esse cenário desolador contribuiu para a polarização política na eleição presidencial de 1989. Ao disputar o segundo turno das eleições com o ex-operário metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, a candidatura de Collor foi impulsionada pelos setores midiáticos, moldando no imaginário popular a alcunha do “caçador de marajás”.

Eleito com amplo apoio dos setores da burguesia e dos órgãos de comunicação, Fernando Collor de Mello apresentava-se como uma novidade no cenário político do país. Na prática, o seu governo representou uma inserção do Brasil no processo de globalização da economia. Para Ricardo Antunes, professor de sociologia do trabalho da Unicamp, o governo Collor, escancarou o mercado brasileiro para a concorrência internacional, sem que o empresariado brasileiro tivesse condições de competir em pé de igualdade com os seus concorrentes estrangeiros:

“Collor elegeu-se com base em um projeto de modernização do país. Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando a desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos”. (ANTUNES, 2004, P. 16)

Esse contexto político e econômico, explica em grande parte, a natureza das reivindicações econômicas dos trabalhadores na transição da década de 1980 para 1990. O desemprego estrutural desencadeado pela crescente desindustrialização do país, dificultava enormemente a articulação do movimento operário. A política econômica imposta pelos governos neoliberais, representava uma espécie de torniquete que impedia a melhoria de vida dos trabalhadores.

Segundo Antunes, nos países de industrialização tardia, como o Brasil, a classe trabalhadora foi submetida a uma superexploração do trabalho nos anos de consolidação das políticas neoliberais:

“Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte – se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia formal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente de suas necessidades”. (ANTUNES, 2004, p. 17)

Ao pesquisar o impacto das políticas neoliberais sob as formas de organização dos trabalhadores, nas décadas de 1980 e 1990, Antunes ressalta que a ação sindical adquiriu um caráter estritamente defensivo. Para o autor, os sindicatos de classe que representavam os interesses dos trabalhadores, não foram capazes de dar uma resposta efetiva aos ataques perpetrados pelo capital sobre o universo do trabalho:

“Qualitativamente distinta do descontentamento de setores do capital, a rebeldia do mundo do trabalho encontra-se, entretanto, moldada por uma ação ultradefensiva, que se deve também à incapacidade e paralisia dos seus organismos de representação sindicais e políticos, que não sabem por onde caminhar”. (ANTUNES, 2004, P. 18)

Esse cenário identificado por Antunes, marcado pela desestruturação da atividade sindical, restringia as formas de resistência dos trabalhadores as reivindicações de caráter econômico. O

agravamento do cenário econômico potencializava a queda da qualidade de vida da população, fazendo com que o governo de Fernando Collor de Mello, recém-eleito em eleições diretas, caísse em descrédito.

No primeiro semestre de 1990, ainda no começo do governo Collor de Mello, setores ligados ao movimento operário distribuíram panfletos no centro da cidade criticando a política econômica do governo. O panfleto, cujo título era “Desemprego e arrocho salarial no Plano Collor: Olho Nello”, fazia um balanço da situação sócio-econômica do país, ressaltando os reflexos negativos da política econômica sobre a classe trabalhadora na cidade:

Após 35 dias de funcionamento do “PLANO” parece que as coisas não estão bem do jeito que se apresentaram inicialmente. A cada dia que passa cresce o número de demissões nas fábricas, construção civil, nos diversos setores e categorias. Aqui em Pouso Alegre, só a Alpargatas já demitiu 720 trabalhadores. A Âncora, Refinações, Brasinca e Latasa além de demissões, também tem licença remunerada e férias coletivas. Será que é o rico que está perdendo ?<sup>25</sup>

O panfleto era assinado pelo sindicato dos Metalúrgicos, sindicato dos Calçados, sindicato dos Gráficos, sindicato da Alimentação e Partido dos Trabalhadores. A unicidade das lutas dessas categorias, elevou o nível dos debates relativos a organização do movimento operário em Pouso Alegre. Os trabalhadores foram instados a discutir e formular propostas de ação coletiva, para enfrentar a superexploração do trabalho a que eram submetidos:

Convidamos todos a participar de um debate que será realizado no dia 25 de abril, (quarta – feira), as 20:00 horas, no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Pouso Alegre, situado a rua Cel. José Inácio, número 78, (próximo a rodoviária).<sup>26</sup>

Por mais que a nível nacional, predominasse os debates a respeito dos rumos da macroeconomia, os trabalhadores preocupavam-se mesmo com os aspectos relativos a microeconomia, que refletia diretamente no seu cotidiano. O aumento do preço dos alimentos, tornava-se ainda mais trágico, num contexto de arrocho salarial e altas taxas de desemprego. O pão francês, base da alimentação das famílias brasileiras não ficou incólume a tendência de alta dos preços:

“A delegacia regional da Sunab divulgou os novos preços do pão francês, que começam a vigorar na região metropolitana de Belo Horizonte e no interior de Estado. O aumento

---

<sup>25</sup> Panfleto distribuído em Pouso Alegre no primeiro semestre de 1990.

<sup>26</sup> Panfleto distribuído em Pouso Alegre no primeiro semestre de 1990.

é de cerca de 20% e acompanha o reajuste da farinha de trigo, em prática desde terça-feira. O pãozinho de 50g passa de CR\$ 5,50 para CR\$ 6,50 no interior de Minas.”<sup>27</sup>

A carestia se abatia sobre as famílias brasileiras, a inflação corroía o poder de compra dos salários e o desemprego tirava o sono dos trabalhadores. O cenário nacional era desolador, aos sindicatos não restava alternativa, a não ser continuar pressionando o governo e as elites empresariais para minimizar o impacto da crise sobre a classe trabalhadora.

Durante a greve da São Paulo Alpargatas em 1990, saiu o primeiro número do boletim informativo Sapatada, órgão oficial do sindicato dos trabalhadores calçadistas. Nesse boletim é perceptível a evolução a respeito das técnicas de edição e impressão, muito superior aos demais informativos publicados anteriormente, de forma totalmente artesanal ou com o auxílio de uma máquina de datilografar.

O movimento grevista na unidade da São Paulo Alpargatas se arrastou por longos 15 dias, forçando a direção da empresa a negociar com os trabalhadores. Ao promover essa greve, os trabalhadores calçadistas estavam cientes das dificuldades que enfrentariam, afinal, a empresa em questão era a maior empregadora do município, e sabidamente, tinha o maior poderio econômico entre todas as indústrias de calçados de Pouso Alegre.

A greve dos Alpargateiros, como eram conhecidos os trabalhadores da São Paulo Alpargatas, extrapolou os limites de Pouso Alegre. O movimento grevista iniciado na unidade fabril do município, repercutiu na cidade de São José dos Campos, onde a São Paulo Alpargatas possuía uma filial.

Os trabalhadores das indústrias de calçados de São José dos Campos, não somente demonstraram apoio aos calçadistas de Pouso Alegre, como enviaram efetivamente, quadros da sua direção para auxiliar os Alpargateiros na organização da greve. Na mensagem de apoio a paralisação dos Alpargateiros, os dirigentes sindicais de São José dos Campos, acusam a São Paulo Alpargatas de estar “sempre visando o lucro sem se importar com as condições do trabalhador”<sup>28</sup>:

“Sabemos que os companheiros estão em greve desde o dia 11.07.90, reivindicando melhores condições de trabalho e salário mais justo. Nós que sempre apoiamos toda

---

<sup>27</sup> Sul das Gerais 09 / 11 / 1990: “Preço do pão vai a CR\$ 6,50 em MG com aumento de 20%”.

<sup>28</sup> Mensagem de apoio publicada pelo Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Calçados de São José dos Campos - SP em junho de 1990.

greve, desde que a mesma seja justa e pacífica, não poderíamos deixar de estarmos solidários nesta hora difícil”.<sup>29</sup>

Com base na documentação levantada junto ao sindicato dos calçadistas, pode-se notar que a repressão ao movimento grevista incidia diretamente sobre os trabalhadores desde a fase das negociações, quando 4 diretores do sindicato foram afastados de suas funções pela empresa. Os trabalhadores que ocupavam postos de chefia, como supervisores ou gerentes, constantemente pressionavam os calçadistas e tentavam jogá-los contra o sindicato.

No boletim Sapatada de agosto de 1990, o sindicato calçadista expõe as pressões a que os trabalhadores da São Paulo Alpargatas eram submetidos no local de trabalho. A chefia responsável por controlar a produção, e conseqüentemente os calçadistas, usavam de diversos recursos para dificultar o alcance das propostas do sindicato<sup>30</sup>.

Toda a negociação do movimento grevista com a empresa, foi marcada por constantes ameaças de demissões, propagação de mentiras por parte dos ocupantes de cargos de chefia e tentativas de controlar as atividades sindicais dos trabalhadores. Os trabalhadores tiveram que construir mecanismos de organização e resistências por meios próprios, como as reuniões na sede do sindicato calçadista e panfletagens no centro da cidade.

O movimento grevista foi uma reação dos calçadistas ao definhamento da qualidade de vida dos trabalhadores. A perda incessante do poder de compra da classe trabalhadora, devido à pressão inflacionária, tornava a vida das famílias brasileiras num martírio. Em Pouso Alegre uma enorme camada da população, que dependia do transporte público, foi surpreendida pelos aumentos abusivos das tarifas cobradas pela empresa de transportes, segundo o Jornal do Estado:

“As passagens de ônibus urbano estão mais caras a partir de hoje. Os preços aumentaram em 25%, subindo para CR\$ 500,00 (tarifa industrial). O aumento foi justificado pelo proprietário da Viação Princesa do Sul, Rogério Bertolucci Pereira, pelo aumento recente dos combustíveis em 25% e pela reivindicação de 84,54% de aumento de salário feita pelo sindicato dos motoristas. Com o aumento, o trabalhador que não goza de vale

---

<sup>29</sup> Mensagem de apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de São José dos Campos.

<sup>30</sup> “O Sr. José Raimundo, Cabinho, Gilson e a Srt<sup>a</sup>. Astrogilda, que pensam serem os donos da fábrica (Alpargatas) e vem fazendo pressões aos seus subordinados, ameaças de demissões, etc... Como se não bastasse, durante a greve, a Srt<sup>a</sup>. Astrogilda vinha em uma residência próxima ao sindicato bisbilhotar a assembleia da categoria”. (Boletim Sapatada de agosto de 1990).

transporte terá que desembolsar CR\$ 15.400,00 mensais para ir e voltar do trabalho, o que corresponde a 16% do salário mínimo”.<sup>31</sup>

A reportagem deixa claro a estratégia da classe empresarial de tentar superar a crise econômica cobrando a fatura dos trabalhadores. O aumento de 25% no preço da tarifa, comprometia uma boa parte da renda mensal das famílias com os deslocamentos diários pela cidade. No entanto, o que mais chama a atenção nesse episódio, é o fato do proprietário ter apontado as reivindicações salariais dos trabalhadores da empresa, como justificativa para a elevação das tarifas.

Ao analisar a atuação dos sindicatos ingleses na década de 1970, Hobsbawm salienta a estratégia do empresariado de apontar o movimento operário, como um dos fatores que gerava um desarranjo da economia. Para Hobsbawm, no entanto, essa tese não se sustenta quando é analisada em perspectiva histórica. Segundo o historiador: “Cento e cinquenta anos de experiência tornaram as bases sindicais céticas quanto ao argumento de que os aumentos salariais produzem a catástrofe econômica” (Hobsbawm, 2008, p. 395).

Nesse caso específico, o aumento salarial conquistado pelo sindicato dos motoristas, foi debitado na conta dos milhares de usuários do sistema público de transportes de Pouso Alegre, passando a impressão de que as reivindicações trabalhistas de uma categoria específica, poderia impactar negativamente na vida de milhares de pessoas.

O desafio do movimento grevista dos calçadistas, era se opor a esse tipo de manipulação por parte dos empresários, e conscientizar os trabalhadores da importância de se manter a coesão dos trabalhadores durante as greves. Os grevistas da São Paulo Alpargatas criaram uma maneira sui generis de despertar a consciência crítica dos calçadistas, ao ressaltar aspectos morais relacionados ao posicionamento dos trabalhadores diante da paralisação.

Nesse contexto, a figura do pelego ganha um papel central na construção do discurso elaborado pelos grevistas. No boletim Sapatada, o órgão oficial do sindicato dos trabalhadores calçadistas, a figura do pelego era frequentemente retratada como “puxa-saco”, indigno e fraco do ponto de vista moral. O pelego era em síntese, a personificação do traidor de classe, que no momento de acirramento das relações de trabalho, virava as costas para os trabalhadores e se associava aos interesses do patrão.

Ao opor grevistas e pelegos com base em conceitos binários vagos, como o bem (grevista) e o mal (pelego), os trabalhadores conferiam a greve um sentido mais moral do que propriamente político. Para Hobsbawm, esta característica limitava significativamente a luta sindical, cada vez

---

<sup>31</sup> Jornal do Estado, 07/02/1990 manchete: “Ônibus sobem mais 25%”.

mais voltada para ações localizadas e de alcance muito restrito: “Os trabalhadores em greve com frequência ficam incomodamente conscientes de seu isolamento. Apesar das esperanças e esforços da esquerda, a militância é em grande parte apolítica” (Hobsbawm, 2008, p. 396).

A construção da imagem do pelego como um aproveitador descompromissado com os interesses de sua classe, carrega em si, um forte conteúdo moral. Na Carta Aberta aos Pelegos<sup>32</sup> pode-se notar:

[...Traindo os seus colegas  
Boicotando o movimento  
E agora está sorrindo  
Contente com o aumento ...]  
[... Se o pelego fosse honesto  
E tivesse hombridade  
Doaria o seu aumento  
Prás casas de caridade ...]  
[... Pelego é como vampiro  
Que só ataca no escuro  
Espera a grana na sombra  
Enquanto o outro dá duro ...]  
[... É o famoso puxa-saco  
Sugador de sangue alheio  
Ao encontrá-lo na rua  
Mude logo de passeio ...]

O português coloquial e as rimas simplórias da carta endereçada aos pelegos, busca atingir os brios dos trabalhadores calçadistas. Aqui o pelego, também conhecido como “fura-greve”, é apresentado como alguém moralmente inferior, sabujo, infame, servil e digno de pena. No entanto, a representação do trabalhador grevista se contrapõe ao pelego, afinal, a greve e a luta por melhores condições de trabalho e salário, são apresentadas como algo positivo.

Na imagem abaixo, publicada no boletim informativo Sapatada em agosto de 1990, o filho se diz orgulhoso do pai, uma vez que, aos paralisar as suas atividades o trabalhador assume uma posição a favor de uma causa coletiva, que diz respeito aos interesses dos trabalhadores. Dessa forma, o compromisso com a classe extrapola os limites da consciência política, e se confunde com os aspectos relativos aos valores morais.

---

<sup>32</sup> Boletim Sapatada, órgão oficial do sindicato dos trabalhadores na indústria de calçados, vestuários e similares da comarca de Pouso Alegre. Agosto de 1990.



Boletim Sapatada (agosto de 1990).

A greve da São Paulo Alpargatas paralisou as atividades de aproximadamente mil trabalhadores por 15 dias. Após o término da greve, o sindicato fez um breve balanço dos resultados obtidos, e ressaltou a união dos calçadistas durante todo o processo de paralisação dos trabalhadores.

Neste balanço<sup>33</sup> o sindicato destaca a importância da solidariedade e da unidade dentro do movimento operário. As conquistas obtidas neste caso, são resultados da ação sindical forjada na luta dos próprios trabalhadores. A passividade e o conformismo saem de cena, cedendo espaço para a constituição de novas formas de resistência entre os trabalhadores.

#### 4. Considerações finais.

As disputas que se verificaram no esteio das greves dos calçadistas de Pouso Alegre, entre 1988 e 1990, formam apenas um capítulo regional, localizado, da tragédia que se abateu sobre a classe trabalhadora no Brasil com o aprofundamento das políticas neoliberais.

Esse período, aliás, foi classificado por Antunes<sup>34</sup> como a “desertificação neoliberal no Brasil”. À luz dos novos tempos, os trabalhadores tiveram que reformular estratégias de resistências e propor novas alternativas de enfrentamento ao capital produtivo e especulativo. Em regiões periféricas do capitalismo, como o Brasil, o combate ao avanço do neoliberalismo se deu em condições particularmente difíceis.

<sup>33</sup> Boletim Sapatada, agosto de 1990: “Quais são as vitórias de nossa greve ?”

<sup>34</sup> Ricardo Antunes é professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp) onde leciona a disciplina de Sociologia do Trabalho.

O presente artigo é uma pequena contribuição a História social do Trabalho em Pouso Alegre. Esperamos que as experiências vivenciadas pelos calçadistas entre as décadas de 1980 e 1990, encontrem eco na atual conjuntura política e econômica do país, onde é possível observar novamente, uma política coordenada de expropriação da classe trabalhadora.

## **5. Referências bibliográficas:**

Antunes, Ricardo. A Desertificação Neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula. Campina, SP: Autores Associados, 2004.

Cardoso, Ciro Flamarion. Ciro Flamarion Cardoso: Um grande historiador que se foi. (Disponível em <http://www.diplomatizzando.blogspot.com.br>). Acessado em 20 de abril de 2018. 20:30:45 h.

Castoriadis, Cornelius. A Experiência do Movimento Operário. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

Fenelon, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós – Graduados de História) PUC – SP, 1993.

Hobsbawm, Eric J. Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Social do Trabalho.

Peixoto, Maria do Rosário da C. A Classe Operária: Uma Temporada no Paraíso. Rio de Janeiro 1923 – 1924. Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós – Graduados de História) PUC – SP, 1987.

Sader, Éder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Singer, Paul. A Formação da Classe Operária. São Paulo: Editora Atual, 1994.

Souza, Jessé. A Radiografia do Golpe: Entenda Como e Por Que Você Foi Enganado. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2016.

Thompson, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa (Vol. I): A Árvore da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

# **MARGINALIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO SÃO GERALDO**

**ALEX PRADI ALVES DE SOUZA; SANDRA AP. PORTUENSE DE CARVALHO**

## **Introdução**

Como compreender uma sociedade estruturada em desigualdades sociais, onde a igualdade entre seus cidadãos é assegurada por lei? Como conviver com falta de elementos mínimos para sobrevivência de um cidadão, como moradia, alimentação, educação e saneamento básico? Como entender como os espaços são ocupados e Marginalizados?

Analisar essa perspectiva de um País como o Brasil é um tanto complexa, devido a sua formação territorial extensa com proporções continentais. Para podermos analisar essa temática da ocupação urbana, tomaremos como foco de análise uma visão micro espacial, tendo como estudo de caso o bairro São Geraldo, no município de Pouso Alegre, Minas Gerais. Região essa que geograficamente encontra-se em uma parte central da cidade.

Através de análise de diferentes fontes como jornais, livros, artigos dissertações, imagens, procuramos responder aos questionamentos feitos sobre a marginalização do espaço. Quando falamos em regiões marginalizadas, nos remetemos a lugares periféricos. Realmente boa parte das periferias são lugares marginalizados, mas isso não se faz uma regra. Fato é, que regiões marginalizadas se fazem presentes geograficamente também em áreas centrais, esse é o cerne da discussão, tentar compreender como regiões centrais tornaram- se marginalizadas.

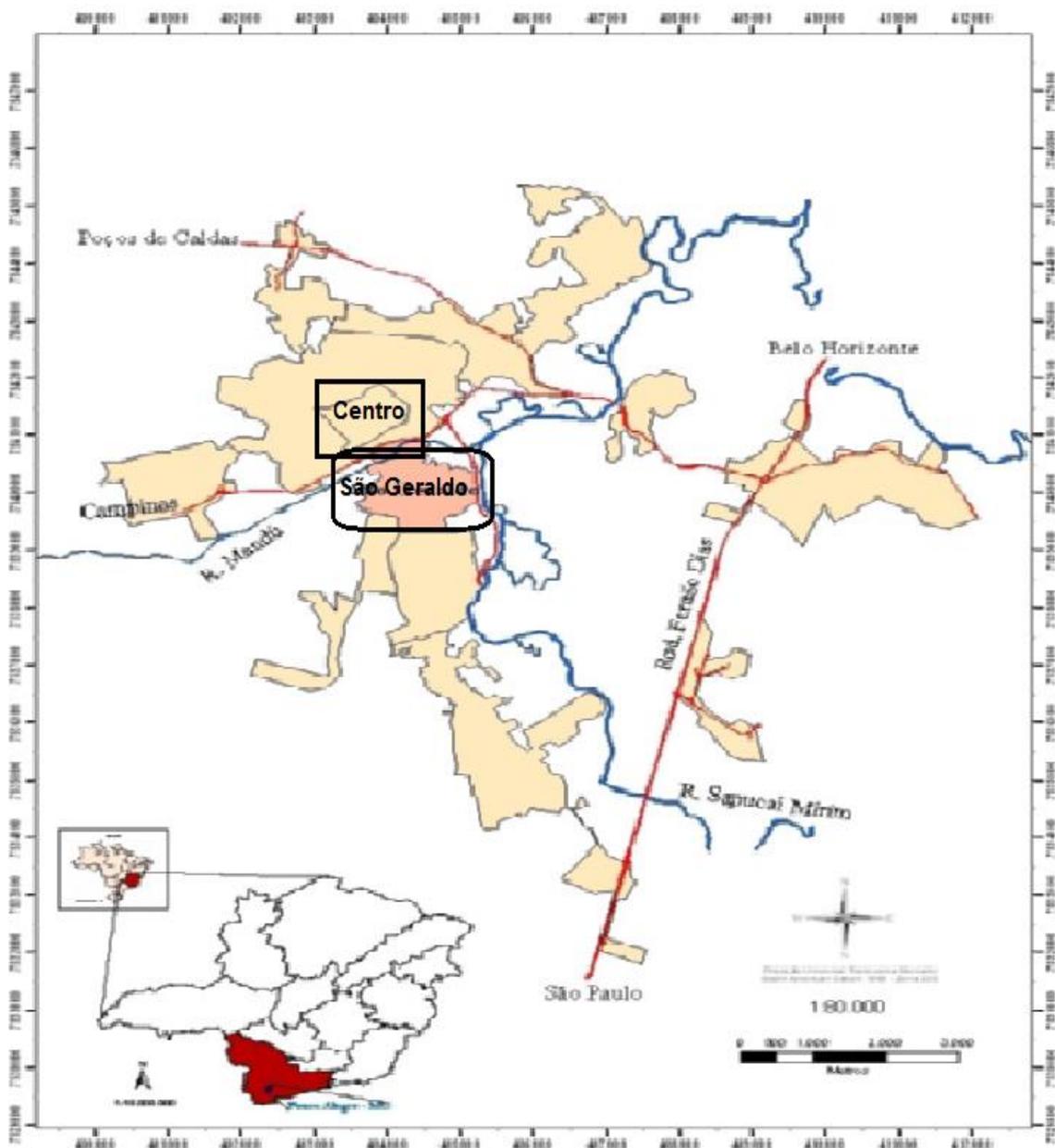
Nessa análise, procuraremos compreender que elementos contribuíram para marginalização do bairro São Geraldo seriam fatores sociais, geográficos ou políticos? Muitos são os fatores que podem ter contribuído para marginalização daquela localidade.

Diante disso, esse artigo propõe uma compreensão dos fatores que possibilitam a marginalização de um espaço, analisado na perspectiva de uma visão geograficamente física e humana.

## **Marginalização Espacial**

Este texto traz uma análise sobre o bairro São Geraldo da cidade de Pouso Alegre, que se localiza no sul do estado de Minas Gerais. Nele procuraremos entender quais agentes são responsáveis pela marginalização de um espaço, nesse caso, o bairro São Geraldo apresentado na figura abaixo.

Figura 1:



Fonte: A figura 1 foi adaptada da 3.1 citada na dissertação de mestrado Território urbano e o processo saúde-doença: perfil territorial da Saúde no São Geraldo em Pouso Alegre- MG de Rivaldo Mauro de Faria.

Como observado na figura 1 o bairro São Geraldo ocupa uma região central da cidade. Esse fato torna nosso objeto de pesquisa um pouco complexo. Pois mesmo localizado em uma região central o bairro apresenta características que são associadas a periferia e a subúrbio, diferentemente das características de uma área central com grande oferta de serviços diversos. De acordo com Álvaro Domingues:

[...] o subúrbio corresponde normalmente a uma representação social estigmatizada. O subúrbio é o lugar da exclusão, da marginalidade e da segregação sociais, da anomia, da ausência de uma noção de pertença a um lugar, do déficit de cidadania, etc. A "distância" ao centro é, assim, uma distância sociológica a um centro, sendo este definido pela diversidade e pela densidade das relações sócias, pela intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais, políticos, económicos, etc. (DOMIGUES,1994, p.7).

O bairro em questão se identifica com as características de subúrbio, excluído, marginalizado, segregado socialmente, entre outras. No aspecto geográfico aquela localidade próximo ao centro da cidade vai ao encontro com os conceitos de Domingues(1994) sobre subúrbio. Onde fato de ser subúrbio ou periferia, não está relacionado a distância física ou geográfica à área central e sim ao distanciamento social entre um lugar e o outro. Esse conceito de subúrbio defendido por Domingues(1994) é abordado por Carlos Ritter e Olga Lúcia C. F. Firkowski (2009) em *Novo conceito para as periferias urbanas*.

As periferias são caracterizadas cada vez mais por outros contextos, não aqueles mensuráveis simplesmente por quilometragem ou marcação de anéis, coroas ou outro qualquer representativo geométrico, contextos esses alicerçados nas condições e contradições econômico-sociais dos seus moradores, pelas infraestruturas existentes, pelas territorialidades estabelecidas e reestabelecidas, enfim, pelas suas espacialidades. (RITTER, FIRKOWKI,2009, P.22).

No entanto quando analisamos a realidade do bairro São Geraldo, percebemos que a proximidade com a região central não foi suficiente para desenvolvimento estrutural e social do

bairro. Nessa localidade percebe-se que aspectos relacionados a saneamento básico <sup>35</sup>ainda é insuficiente.

O presente artigo pretende analisar que agentes foram favoráveis a marginalização do bairro São Geraldo. Mas o que seria marginalização? O conceito de marginalização refere-se a pessoas que encontram-se às margens da sociedade e não possuem os mesmo direito e acesso à saúde, alimentação, moradia e a educação que pessoas de outros bairros, ou seja, colocando pessoas em posições de inferioridade na sociedade. Para George Cruz dos Santos, marginalização:

[...] é aquela que se dá em um contexto cultural, que segundo Corrêa (2000) contribui para alterar a importância dos lugares a nível tanto espacial quanto social. Espacial porque se criam sentimentos de desprezo quase que natural com determinados espaços, e social porque quem neles habita são vistos com preconceito, com discriminação. (SANTOS,2017, p.09,10.)

O conceito de marginalização abordado por Santos elucidada, em parte a realidade do bairro São Geraldo, que ao longo do tempo foi moldada e embasada no preconceito sobre seus habitantes. Essa visão sobre a marginalização dessa localidade se difere da abordada por Coelho:

“Na verdade, a mera opção pelo termo marginalidade já sugere conotações teóricas normativas ou ideológicas” (COELHO,1979). Por outro lado, (COELHO,1979) enfatiza que população marginal é aquela constituída pelos que se encontram em situação de desemprego, subemprego ou pobreza.

Sobre a marginalização há diversos tipos, marginalização social, conceito associado à exclusão e as condições sociais dos indivíduos; marginalização cultural, conceito associado à exclusão cultural e ao afastamento da cultura em que está inserido; marginalização política, que consiste na exclusão política formada por indivíduos que não podem exercer os mesmos direitos e deveres de outros grupos políticos; marginalização econômica, consiste na exclusão econômica. Assim, os que possuem baixas condições econômicas são excluídos e, portanto, não possuem os mesmos direitos; marginalização espacial ocorre quando uma área entra em crise ou declínio condicionado por algum fato de ordem econômica, social política.

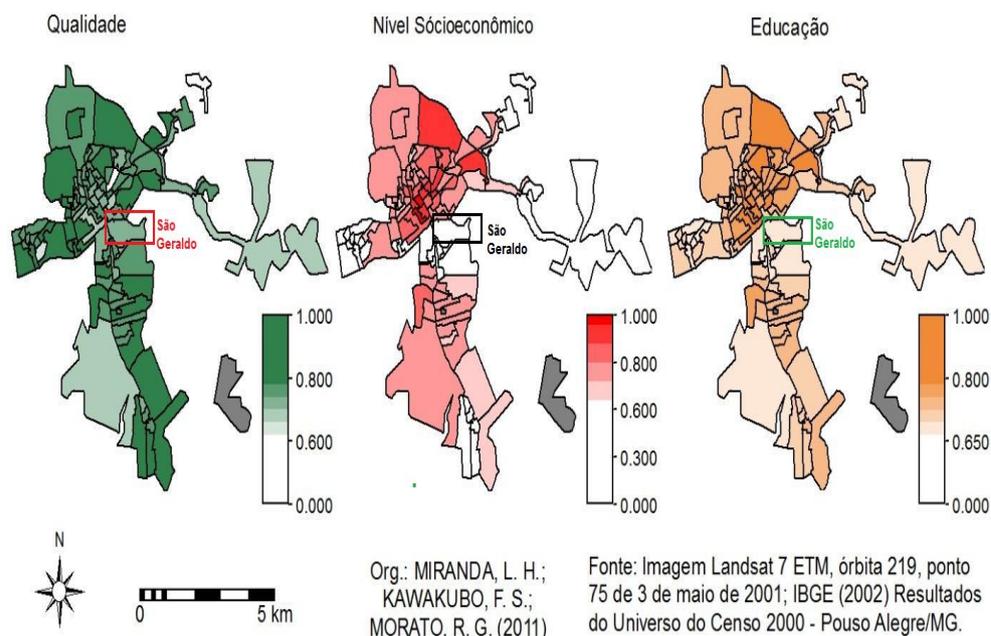
Do ponto de vista da marginalização do bairro, alguns fatores devem ser considerados. O bairro pode ser apenas um local marginalizado por resultar de uma área com pouca especulação imobiliária, ou uma área de grande ocupação de pessoas de baixa renda, a marginalização

---

<sup>35</sup> **Saneamento básico** é o conjunto de medidas adotadas em uma região, em uma cidade, para melhorar a vida e a saúde dos habitantes impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico mental e social.

econômica. A questão é que o bairro é habitado predominantemente por pessoas que estão na base da pirâmide da distribuição de renda na sociedade pouso alegreense. Como pode ser analisado na figura abaixo que é resultado de uma pesquisa realizada por Lays Horta de Miranda com o objetivo de mapear a qualidade de vida na cidade de pouso alegre.

Figura 2: Qualidade de vida de Pouso Alegre



Fonte: ImagemLandsat7ETM, orbita219, ponto 75 de 3 de maio de 2001; IBGE(2002) Resultados do Universo de Censo 2000- Pouso Alegre/MG

Por se localizar em uma região central como visto na figura 1, o bairro São Geraldo poderia ser visto com grandes perspectivas imobiliárias. Mas não é o que acontece. Para compreender essa baixa especulação imobiliária faz se necessário analisar a origem e desenvolvimento do bairro.

Em sua dissertação de mestrado intitulada Território Urbano e o Processo Saúde-Doença: Perfil Territorial da Saúde no São Geraldo, Pouso Alegre -MG, Rivaldo Mauro de Faria, apresenta uma das principais características da história de Pouso Alegre e a sua relação com o Rio Mandu. Ele teve objetivo de analisar os focos de dengue no bairro, que nos ajudam a compreender a origem daquela localidade. Em seu texto ele descreve:

O povoado que deu origem a sede do município foi se desenvolvendo às margens desse rio e ao longo da antiga estrada de ferro. As cheias e as enchentes não só contribuíram para a formação da cidade como também estiveram presentes no decorrer de toda a sua história.

De forma mais evidente depois de sua emancipação em 1848, foram realizados muitos aterros para conter as cheias do Rio Mandu e facilitar o deslocamento das pessoas para as áreas à direita desse mesmo rio. (FARIA, 2008, p.75-76.)

No início os aterros se deram em uma estreita faixa, para facilitar o trânsito de comerciantes e tropeiros que passavam por ali com destino à São Paulo. Esses que ficavam praticamente isoladas devido as inundações que acabavam por impedir o trânsito nessa área. No fim da década de 1920 com a chegada dos primeiros automóveis essa passagem foi alargada<sup>36</sup>.

Por se tratar de uma área de vazão dos rios Mandu e Sapucaí Mirim como pode ser observado na figura o bairro estava sujeito a grandes inundações nos períodos de chuvas.

Figura 3. Mapa altímetro

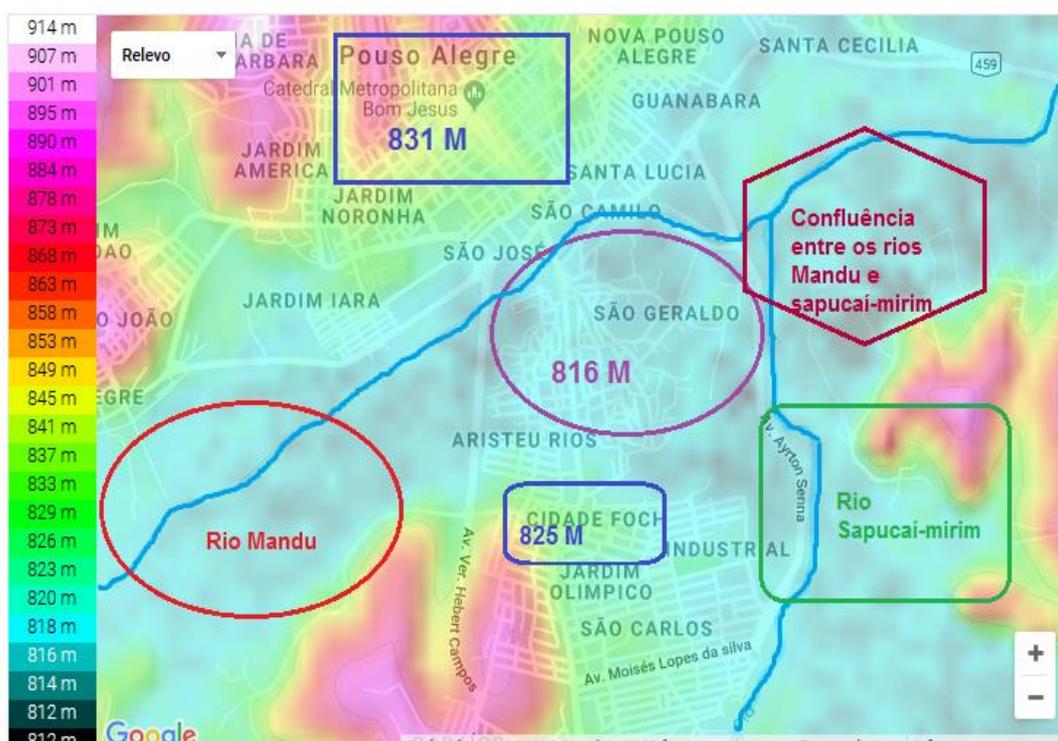
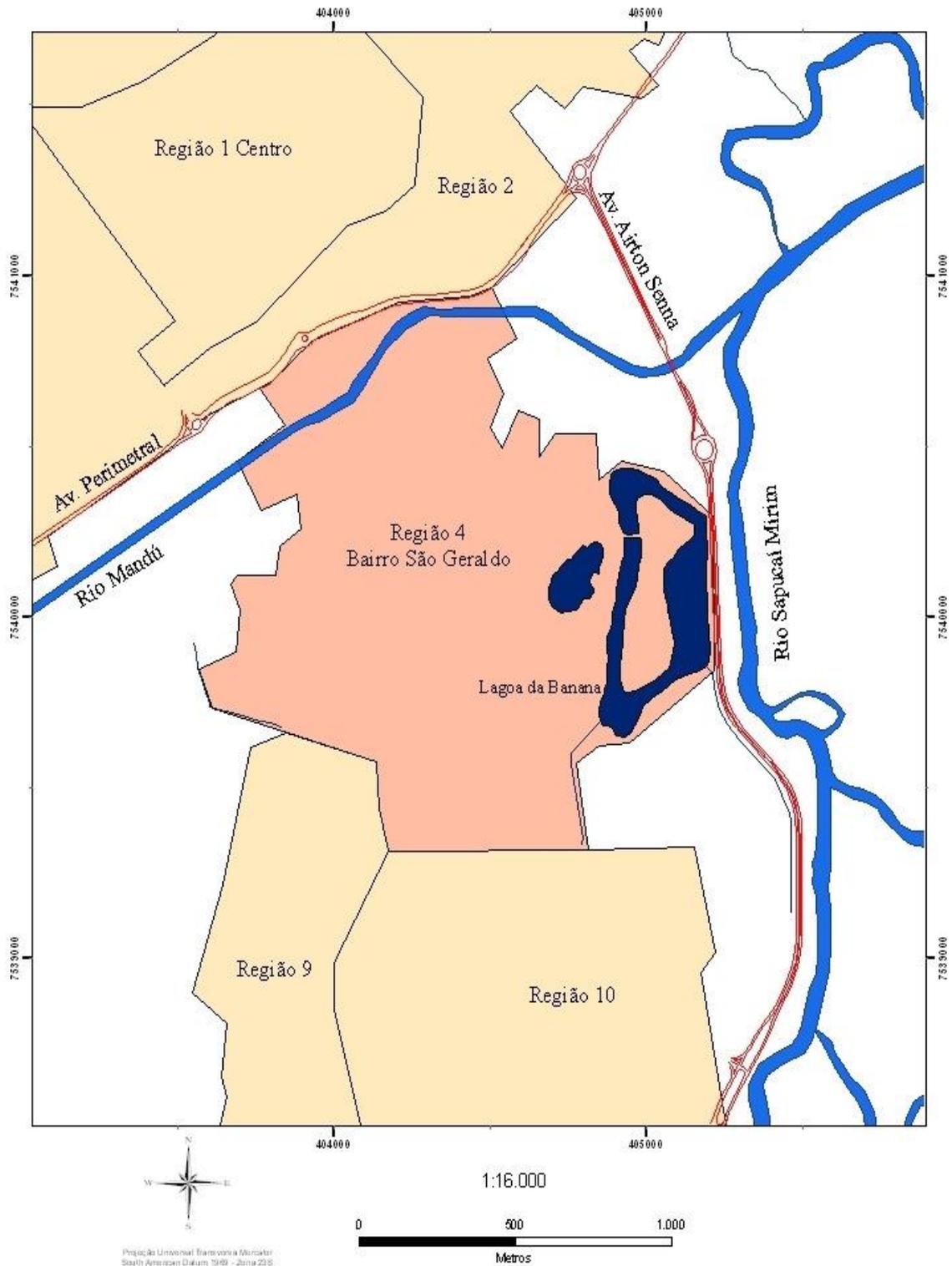


Figura 4. Localização do Bairro São Geraldo

<sup>36</sup> Adaptado da produção audiovisual ([https://www.youtube.com/watch?v=R1IHvG1\\_bBw](https://www.youtube.com/watch?v=R1IHvG1_bBw)) de Finamor, professor de história e radialista.

Figura 3.4: Localização do Bairro São Geraldo em Pouso Alegre-MG



Analisando a figura 4 fica evidente que a probabilidade de enchentes nessa área períodos de chuvas são bem reais. Pois a localidade do bairro em questão se encontra em uma área de confluência dos rios Mandu e Sapucaí-mirim. Sendo assim, estando suscetível as inundações.

“Nessas áreas aterradas foram sendo construídas casas e se formando um Bairro chamado Aterrado”, Rivaldo(2008). Área de baixo valor agregado, atraindo pessoas de baixo poder aquisitivo. No entanto o bairro São Geraldo também foi construído por meio de apropriação de muitas pessoas que tomaram pra si partes dessa área. Apropriações estas que não foram contidas pelo poder público, resultando assim em baixos investimentos do na infraestrutura do bairro que contribuíram para a marginalização do bairro São Geraldo.

Constantemente os moradores do São Geraldo sofreram com a precarização da infraestrutura do bairro, no que se diz respeito a épocas de cheias dos rios Mandu e Sapucaí Mirim, exemplificado mas imagens abaixo referentes a duas cheias em período distinto, 1940 e 2000.

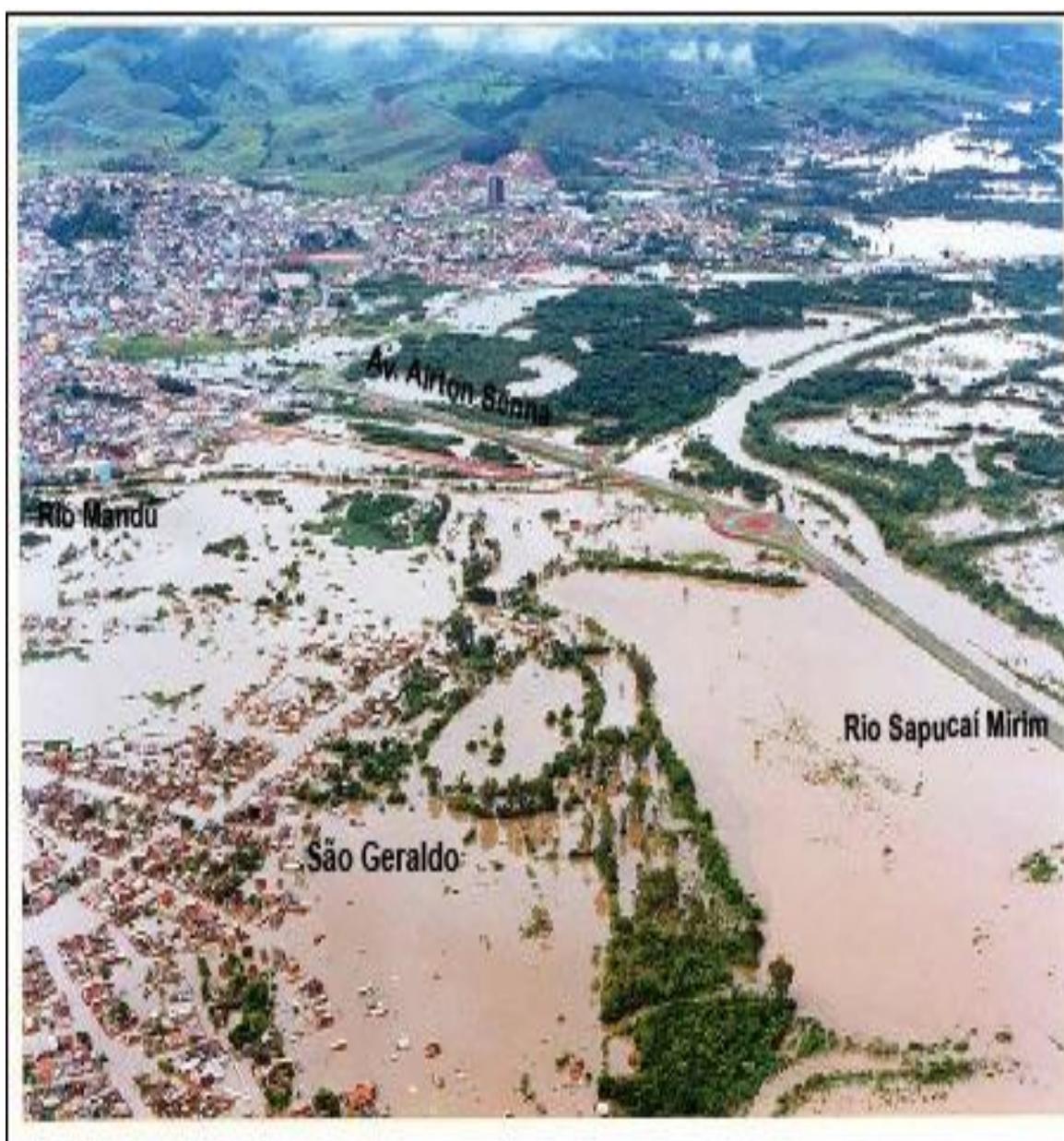
Figura 5. Ponte sobre o rio Mandu em 1940



Ponte do Rio Mandu, várzea, enchente- 1940 Acervo do Museu Histórico Municipal Taunay Toledo.

É importante ressaltar que na imagem acima é uma visão no sentido sul, e que toda área alagada é onde se localiza o bairro São Geraldo. Nota-se que em 1940 o bairro não continha uma grande área urbanizada. Percebe-se também que há uma grande aglomeração de pessoas sobre a ponte do rio Mandu e nas margens do rio. No entanto, não podemos identificar quem são essas pessoas, poderiam ser moradores do bairro que tiveram que abandonar suas moradias devido a cheia do rio, ou pessoas que estavam aproveitando a cheia para momento de recreação, como navegar pela inundação causada pelo transbordamento do rio Mandu, identificados na imagem acima pelas pequenas embarcações que navegavam pela área inundada.

Figura 6. Bairro São Geraldo ano de 2000



Fonte: Fernando Bonillo – IBAMA - Pouso Alegre-MG, 2000.

Diferentemente de 1940, na figura 5 onde percebia-se uma pequena aglomeração urbana do bairro São Geraldo, a figura 6 mostra uma grande aglomeração urbana do bairro São Geraldo, mostra a enchente iniciada em dezembro de 1999 e início de janeiro de 2000.

O ano de 2000 sem dúvidas é um ano inesquecível na vida de muitos pousoalegrenses. Aproximando-se da meia noite do dia 31 de dezembro de 1999, começa uma chuva como outra qualquer, frustrando a virada de ano de muitos que saíram às ruas para assistir à queima de fogos, que falharam, salvando apenas alguns estouros. Não passava na mente de ninguém que aquela chuva causaria uma calamidade na cidade de Pouso Alegre, trazendo muitas tristezas. A chuva não cessou por 3 dias, o bairro São Geraldo foi o primeiro a inundar, [...] (Thiago C. Soares,2010)

Figura 7. Terminal rodoviário de pouso alegre enchente de 2000



Fonte:<https://www.google.com/search?q=imagens+enchente+2000+pouso+alegre>; acessado em 20/06/2018

Nas figuras acima fica evidente os problemas sofridos pela população do bairro São Geraldo em períodos de cheias dos rios Mandu e Sapucaí Mirim. No caso da enchente do ano 2000 a cheia causou efeitos catastróficos, pois não só o bairro São Geraldo sofreu com as inundações, outras áreas da cidade sofreram com as cheias desse ano como pode ser visto na figura 7, onde mostra o terminal rodoviário de Pouso Alegre localizado na área central da cidade, parcialmente alagado devido a enchente do ano 2000.

No caso do bairro São Geraldo, sua área ficou quase na sua totalidade atingida pela cheia do rio. Mesmo com a construção de um dique sob a Avenida Airton Senna na margem do rio Sapucaí

Mirim, essa construção foi planejada para conter os transbordamentos do rio e, assim, evitar as inundações das áreas de várzea principalmente o bairro São Geraldo.

A boa intenção na construção do dique pode ser questionada ao observar que a construção da Avenida Airton Senna estava associada com a necessidade da criação de infraestruturas para dar suporte a industrialização do município. O escoamento da produção e das pessoas estava bastante comprometido pela saturação da via principal que corta o bairro São Geraldo (essa era a única via de acesso entre o centro e os bairros ao sul do município, onde está localizado o Distrito Industrial). Então, a construção do dique se fez mais por uma necessidade econômica do que por um planejamento sócioespacial, Rivaldo (2008).

Mesmo com a construção de um dique, com objetivo de conter as cheias do rio Sapucaí-mirim, no ano de 2000, essa construção não foi suficiente para impedir que as forças da natureza sobressaíssem causando uma das maiores cheias da história de Pouso Alegre. Como pode ser visto nas figuras abaixo, com duas vistas distintas de um mesmo local, uma que não sofreu com as cheias e a outra totalmente alagada.

Figura.8 Imagem aérea com destaque para bairro São Geraldo



Imagem aérea com destaque para bairro São Geraldo, Avenida Airton Senna, rio Mandu e Sapucaí-mirim (google maps).

Figura 6. Bairro São Geraldo ano de 2000



Fonte: Fernando Bonillo – IBAMA - Pouso Alegre-MG, 2000.citada na dissertação de mestrado Território urbano e o processo saúde-doença: perfil territorial da Saúde no São Geraldo em Pouso Alegre- MG de Rivaldo Mauro de Faria.

O problema das enchentes constantes no bairro São Geraldo, adicionado aos problemas de construção naquela localidade como apropriação a falta de investimento na infraestrutura tornou o espaço marginalizado. Percebe-se que a marginalização espacial do bairro São Geraldo difere-se do conceito de Corrêa(2003) onde ele diz que

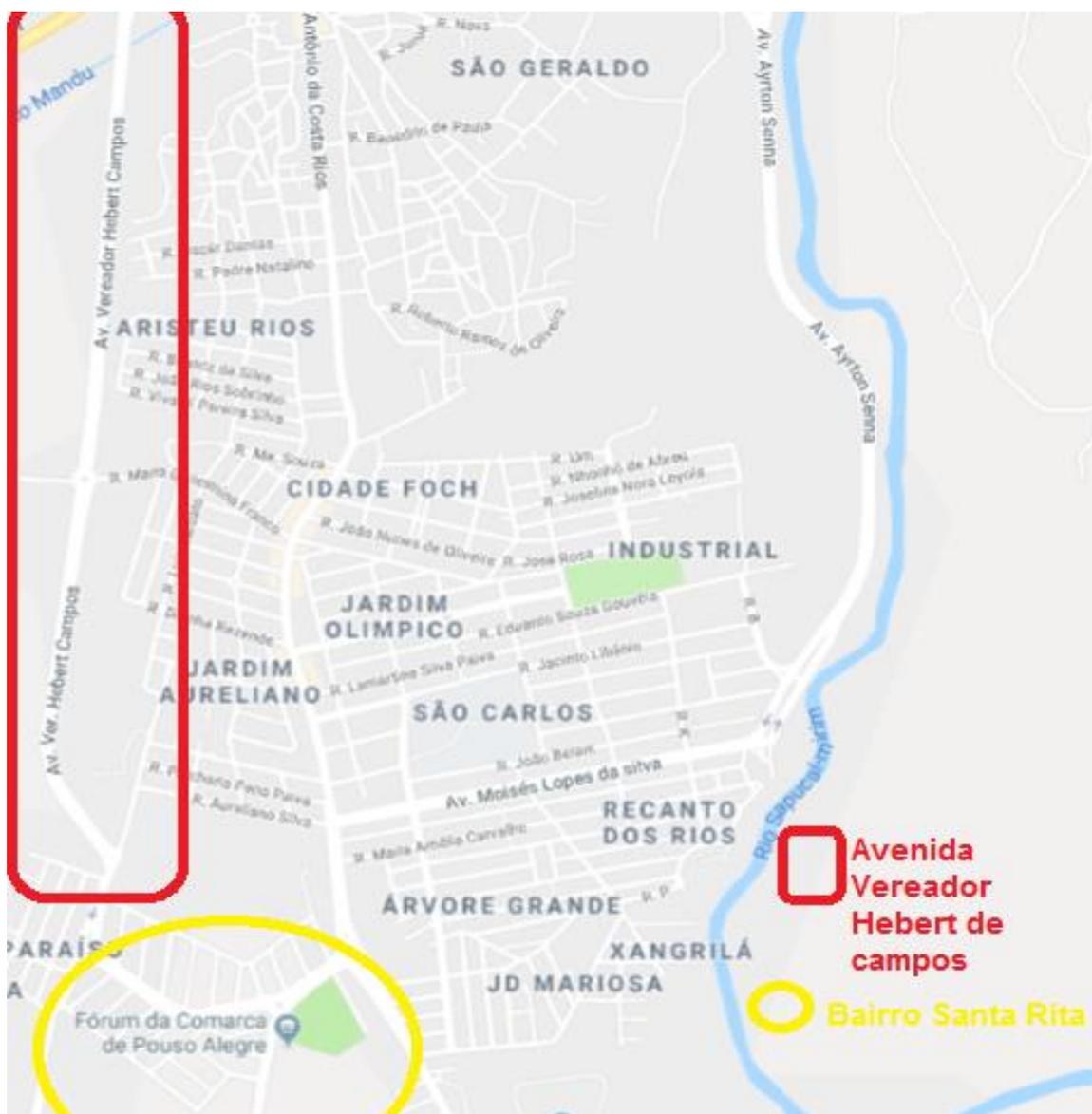
“Os valores atribuídos a um dado lugar pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política ou cultural podem alterar a sua importância e, no limite, marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava...” (CORRÊA, 2003, p.41).

O bairro São Geraldo não se encaixa nesse conceito de marginalidade como destacado por Corrêa, pois desde o início da sua construção não foi uma área de atração econômica ou imobiliária. No entanto se enquadra no conceito mais superficial de marginalização que consiste na segregação

do espaço em relação a outras áreas da cidade. Mesmo sendo uma área de grande importância na ligação da região central com região sul da cidade. A área desse bairro não se desenvolveu como as outras, principalmente na região sul, como exemplo os Bairros Santa Rita, Cidade Foch entre outros localizados na região sul do município que receberam grandes investimento estruturais, serviços bancários onde várias agencias foram abertas, algumas filiais de lojas varejistas, serviços entre outros.

Com o objetivo de conter as cheias do rio Mandu que assombrava o bairro São Geraldo. Fez se necessário a construção de um outro dique a “dique 2”. Entretanto, além da função de tentar erradicar as enchentes no bairro São Geraldo, sobre o dique foi construída a Avenida Vereador Hebert Campos com a mesma função da Avenida Airton Senna de integração entre a região central e a região sul da cidade de Pouso Alegre que popularmente ficou conhecida como novo centro.

Figura 9.



Podemos dizer que os moradores do bairro São Geraldo podem ficar mais tranquilos em relação as cheias do rio Mandu. Nos últimos anos as enchentes não causaram danos ao bairro. O grande volume de água causados pelo período de chuvas foram contidas pelos diques.

### **Marginalização Social**

Mesmo com a precariedade de infraestrutura, devida a sua localização ou de falta de interesse do setor público, o bairro São Geraldo aumentou significativamente sua população. O processo de intensificação de ocupação do bairro se dá juntamente com processo de industrialização da cidade de Pouso Alegre. Nesse período, a cidade de Pouso Alegre passava por uma grande transformação urbana. A população de Pouso Alegre estava aumentando aceleradamente, fato que não era percebido até a década de 1970, século XX, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela I: Crescimento Populacional da Cidade de Pouso Alegre

<b>ANOS</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
1950	20.670
1960	27.763
1970	38.072

Fonte: (IBGE, Censos Demográficos).

No entanto, a partir da década de 1980 a população apresentou um crescimento expressivo como veremos no quadro abaixo.

Tabela II: Crescimento Populacional da Cidade de Pouso Alegre

<b>ANOS</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
-------------	------------------

1980	57.362
1990	81.838
2000	106.776
2010	130.615
2017*	147 137*

Fonte: (IBGE, Censos Demográficos). (\*) Estimativa do IBGE.

Quando analisamos as tabelas acima, percebemos o expressivo aumento da população de Pouso Alegre nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Nesse contexto alguns questionamentos fazem-se necessários. Como se deu esse crescimento populacional? Seria causado pelo crescimento natural ou crescimento demográfico? Entende-se que crescimento natural de uma cidade é o resultado da diferença entre a taxa de natalidade e taxa de mortalidade. **Crescimento demográfico ou populacional** é a taxa de crescimento populacional calculada a partir da soma entre o crescimento natural e o crescimento migratório, (**crescimento migratório** é a taxa de crescimento de um local medido a partir da diminuição da taxa de imigração, ou seja, pessoas que chegam pela taxa de emigração, ou seja, pessoas que se mudam).

No caso da cidade de Pouso Alegre, a taxa de crescimento vegetativo não subsidia o crescimento acelerado de sua população. O resultado do crescimento populacional da cidade de Pouso Alegre nas últimas décadas do século XX é observado pelo rápido crescimento industrial da região sul mineira, no qual Pouso Alegre se destacou atraindo várias empresas. A partir da década de 70, o município passou por uma mudança econômica muito significativa. Avançou para uma estrutura produtiva de base industrial, ao mesmo tempo em que se intensificavam as atividades ligadas aos serviços. As empresas deixavam as principais regiões metropolitanas do país em busca de cidades ofereciam mão de obra baixo custo, maiores subsídios com isenção de impostos, entre outros. Período esse que ficou conhecido no Brasil como guerra fiscal<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> A guerra fiscal funciona do seguinte modo: prefeituras ou governos estaduais, na busca por dinamizar as suas economias locais, oferecem incentivos fiscais, terrenos, fácil acesso a matérias-primas e outras vantagens para atrair a instalação de empresas – geralmente multinacionais. Os incentivos mais praticados são as isenções de impostos durante um determinado período.

Impulsionado pela a industrialização da economia da cidade de Pouso Alegre, sua população aumentou e boa parte dos migrantes que chegavam a cidade instalavam-se no bairro São Geraldo. Como dito outrora, a localização do bairro muito próximo da área central da cidade oferecia maior acessibilidade há alguns serviços, dos quais não poderiam ser usufruídos na localidade do bairro pois ali as ofertas de vários serviços eram escassos. Outro fato que atraiu muitos migrantes para bairro São Geraldo é a questão imobiliária, pois os imóveis têm um baixo valor imobiliário, devido sua localização que sofriam com constantes inundações. Diante disso, os terrenos de baixo valor no mercado atraíam pessoas de poder aquisitivo reduzido.

O processo de industrialização da cidade de Pouso Alegre não se difere de outras regiões do país e até mesmo de outros países subdesenvolvidos, ou seja, com um rápido crescimento industrial, porém esse crescimento desenvolveu-se de forma desorganizada.

[...], o crescimento demográfico galopante teve um papel particularmente importante em certos países asiáticos, como, por exemplo, a Índia. Em todos os casos, esse aumento do potencial demográfico pôde alimentar a hipertrofia urbana, provocada por um conjunto de causas sociais e políticas. Um ritmo acelerado da urbanização, principalmente a partir de 1950, é uma das características dos países subdesenvolvidos. (Santos,2008, p.17)

Durante o período conhecido como guerra fiscal os municípios e estados ofereciam subsídios atraindo empresas para suas localidades. Entretanto os mesmos não investiram em infraestrutura suficiente para acompanhar, o acelerado crescimento populacional.

Em Pouso Alegre, o alto crescimento populacional e falta de infraestrutura e saneamento básico fez do bairro São Geraldo um lugar marginalizado. A marginalidade do bairro seria alvo de diversas e complexas discussões. Levando em consideração os fatores que marginalizam a região do bairro, seja ele físico ou social não podemos considerar que a população marginalizada seja uma população de criminosos. Muitas pessoas costumam erroneamente associar pessoas marginalizadas como pessoas criminosas, pois pessoas que estão à margem da sociedade não são criminosas, são pessoas que sofrem com a disparidade econômica e social imposta a esses cidadãos.

A marginalização do bairro São Geraldo, erroneamente associado a criminalidade é facilmente percebido pelo olhar daqueles que não fazem parte da realidade diária daquela localidade. Por exemplo, quando você digita bairro São Geraldo Pouso Alegre em uma simples pesquisa sobre notícias no Google os primeiros resultados são:

**“Homem é preso e menores são apreendidos por tráfico de drogas no São Geraldo, em Pouso Alegre, MG”**

Fonte:G1 Sul de Minas 13/04/2018 11h33 Atualizado 13/04/2018 11h33

**“Rapaz morre baleado no bairro São Geraldo em Pouso Alegre, MG.**

**Suspeito do crime teria discutido com vítima, segundo a polícia. Crime aconteceu na Rua Sapucaí; rapaz morreu a caminho do hospital.”**

Fonte:G1 Sul de Minas 05/11/2016 18h26 - Atualizado em 05/11/2016 18h26

**“Homem é morto a tiros no bairro São Geraldo em Pouso Alegre, MG”**

Fonte:G1 Sul de Minas 28/10/2016 12h58 - Atualizado em 28/10/2016 13h00

**“Homem apontado como chefe do tráfico de drogas é morto a tiros no São Geraldo, em Pouso Alegre, MG Conforme a polícia, dois homens em uma moto dispararam contra a vítima.”**

Fonte:G1 Sul de Minas 22/02/2018 14h11 Atualizado 22/02/2018 19h50.

## **Conclusão**

Ao compreender, o processo de marginalização do bairro São Geraldo, fez-se necessário a análise de duas vertentes. A análise da marginalização espacial e social da perspectiva física e social dessa localidade. Onde partimos do pressuposto da construção desorganizada do espaço, característica de regiões de industrialização tardia e crescimento demográfico acelerado e falta de infraestrutura compatível com o desenvolvimento industrial e demográfico.

Ao analisarmos as transformações ocorridas ao longo da história da ocupação daquele bairro, torna-se perceptível os problemas que os moradores do bairro estavam sujeitos, como as enchentes que assombrou a população do bairro por vários anos.

O presente artigo não tem intenção de enumerar os problemas sociais ou de ordem física do bairro. Mas o de procurar compreender os fatores que levaram a marginalização daquela localidade, que se encontra em uma área central da cidade, que em tese teria condições geográficas para se beneficiar da proximidade do centro da cidade. Entretanto bairro se desenvolveu com características mais similares de regiões periféricas, com um grande contingente populacional e falta de infraestrutura.

Por fim, ao analisarmos as vertentes da perspectiva física e social da construção do bairro, abriu-se outras possibilidades de análise daquela localidade, tornando, assim, sua compreensão bem complexa. O fato é que o bairro São Geraldo é geograficamente central e socialmente periférico.

## **Referências Bibliográficas**

Azevedo, Kalyne Thayanna de. **Pobreza, marginalização e segregação socioespacial: uma visão teórica das periferias urbanas**. Guarabira, PB, 2012

Coelho, Edmundo Campos. **A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade**. Rio de Janeiro, RJ, 1978.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

Domingues, Álvaro. **(Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?** \*  
Revista da Faculdade de Letras — Geografia I Série, Vol. X/XI, Porto, 1994/5, pp. 5-18.

Faria, Rivaldo Mauro de. **Território urbano e o processo saúde-doença: perfil territorial da saúde no São Geraldo em Pouso Alegre - MG** /Rivaldo Mauro de Faria. -- Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Miranda, Lays Horta de. **Mapeamento da qualidade de vida em Pouso Alegre**, 2011

NUNES, ANA EUGÊNIA; SANTOS, LUANA TAIS. MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL TUANY TOLEDO MEMÓRIAS DE POUSO ALEGRE (MG). Acervo, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, P. 349-360, JAN./JUN. 2014

Santos, George Cruz dos. **A marginalização espacial no espaço urbano: o caso do bairro da união em Parintins**, AM, 2014.

Santos, Milton, 1926-2001. **Manual da Geografia Urbana/Milton Santos**. -3.ed. –São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.

<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia>. Acesso em 09 de maio de 2018

<https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 12 de março de 2018

<https://www.google.com/search?q=imagens+enchente+2000+pouso+alegre>; acessado em 20/06/2018

<http://pousoalegre.net/noticia/2016/02/historia-enchentes-ja-foram-motivo-de-lazer-em-pouso-alegre>. Acesso em 23 de abril de 2018

<http://panamemoria.blogspot.com.br/2010/11/enchente-de-2000.html>. Acesso em 23 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE.

Infográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 março 2018.

# **ÀS VEZES EU VEJO O QUE QUASE NINGUÉM VÊ: SERÁ SÓ IMAGINAÇÃO? A CONTRACULTURA NO FIM DA DITADURA**

**ANA CLAUDIA FARIA DE MELO**

Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS  
Av. Prefeito Tuany Toledo, 270. Pouso Alegre-MG

Faria.aninha@hotmail.com

## **Introdução**

O tema dessa pesquisa permeia a problemática dos valores morais e éticos, construídos em uma sociedade conflituosa, discutidos nas músicas da banda Legião Urbana. Já de início, três aspectos devem ser destacados nesse período da história do Brasil 1964 - 1985. Primeiro, o processo de "distensão política", depois chamado "política de abertura" e, por fim, "transição política" .

O recorte temporal delimitado procura abranger os dois últimos períodos da ditadura civil e militar e a transição para a democracia, do governo do presidente Geisel (1974-1979) e a “política de abertura” ao governo do presidente Sarney (1985-1990). Procuramos nesse contexto a formação da banda Legião Urbana e suas influências musicais no cenário social brasileiro.

O interesse pelo tema surgiu pelo grande fascínio em música que tenho, apesar de não ter habilidades por tal. Por não ter formação em música reconheço que tive dificuldades, em ritmos e melodia, mas não sendo uma barreira para a pesquisa.

O estudo de trabalhos realizados na área de música durante a ditadura militar foi muito importante para a delimitação do tema dessa pesquisa, como a dissertação da Ma. Professora Marilu Cardoso, “Para não esquecer Vandrê”.

A pesquisa possui um tema inserido na política e na cultura com abordagens que se diferenciam dos métodos tradicional da historiografia, uma nova metodologia e novas perspectivas fazem do objeto de estudo relevante.

Permitindo uma contribuição ainda maior para a historiografia. O novo olhar sobre as novas fontes tem o intuito de perceber onde a voz do povo sentiu-se a necessidade de expressar

de formas diversas a repressão que passa a sofrer com o golpe militar de 64. No ano de 1968, em que se instaurou AI5 (Ato Institucional nº5) no Brasil, a censura e a repressão foram impostas contra qualquer forma de expressão, perseguindo movimentos sociais, estudantis e culturais, período mais duro da Ditadura Militar.

É nesse contexto que a música vai ser usada como instrumento de manifestação. Os jovens insatisfeitos com a pobreza e angústias fomentam o mercado do rock que dá cara e voz a essa manifestação contra um governo coercitivo.

Pretendo abordar de uma maneira diferenciada, uma forma de olhar essa contracultura e seus distanciamentos que surgiram a partir do surgimento do movimento punk. O movimento era marginalizado e desaprovado pela sociedade por seus ideais de rebeldia e por suas revoltas contra o sistema, pois ironizava a sociedade com suas músicas sarcásticas de acordo com a realidade socioeconômica dos jovens.

A proposta do estilo era a transgressão à ordem através da licenciosidade sexual, do consumo de drogas, da violência, dos comportamentos agressivos, das vestimentas impactantes, do repúdio aos hábitos consumistas etc. Mais tarde o estilo tratou de agregar também algumas propostas ideológicas das quais as principais são o pacifismo, o antimilitarismo e o anarquismo (WEBER,2004)

E esse estilo punk vai ser incorporado ao rock nacional brasileiro nos anos 80, como forma de manifestar as insatisfações que ocorriam no país nesse momento. A ditadura militar brasileira é objeto de inúmeras pesquisas e publicações. Muitas delas sobressaem as que centram nas mortes e torturas. Esse artigo procura pensar o impacto que a ditadura causa na cultura. A banda Legião Urbana vai marcar essa tendência da música punk rock como um impacto de contracultura pós ditadura militar.

Conduzida por fontes primárias previamente selecionados, as canções e capas do disco “Legião Urbana” (1985), primeiro álbum do grupo, “Dois” (1986). Analisando os as capas dos álbuns e as imagens que eles carregam com si:

[...] representar iconicamente um objeto significa transcrever, por meio de artifícios gráficos, as propriedades culturais que lhe são atribuídas. Uma cultura, ao definir seus objetos, remete a códigos de reconhecimento que indicam traços pertinentes e caracterizastes do conteúdo. (FLAMARION,1997)

O material imagético da pesquisa possibilita a abertura de novas perspectivas sobre a história. Como uma metodologia que levanta questionamentos importantes, na intenção de perceber a simbologia das capas dos LPs.

### **Temos nosso próprio tempo**

Trabalhamos com o referencial de fonte a banda Legião Urbana, a pertinência na percepção das produções artísticas marcadas por rupturas, anseios, aceitações, questionamentos implícitos em forma de música. Por meio das músicas os integrantes da banda expressavam o seu cotidiano e o cotidiano da juventude na sua contemporaneidade dando representatividade, como discutido anteriormente por Marc Bloc “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. Renato Russo como principal articulador das letras, procura colocar seus dilemas e conflitos.

Nesse contexto:

[...] se o quadro é de incertezas e crises no campo social, político e econômico, o mesmo não podemos dizer da área cultural, pelo menos para a música jovem, pois o crescimento e a concretização de um mercado para a juventude fazem do rock um dos principais meios de expressão e análise em relação à situação por que passa o Brasil.” (BRANDÃO, 2004)

O propósito do governo Geisel (1974-1979) foi promover uma distensão, isto é, um relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade. A censura prévia foi parcialmente suspensa, os resultados eleitorais, depois de algumas manipulações das regras, Geisel promoveu uma desarticulação política sustentada pelas premissas estabelecidas pelo Ato Institucional nº 5, que censurava severamente o país.

O mercado fonográfico do rock vai ter um grande crescimento e uma grande transformação nesse período no Brasil. As músicas da banda voltavam-se para um público mais jovens, durante o período proposto para recorte temporal da pesquisa, uma das variações que nos permitem uma discussão que está presente na capa dos álbuns, variou conforme a essência da canção. As pretensões comerciais são questões que envolvem esse contexto da banda.

Estava relacionada diretamente ao perfil que a banda queria transmitir no momento do lançamento do disco, as questões que eles traziam apregoados ao disco e, por fim, mas não menos importante de se falar a produção para o mercado. Toda música e toda capa de disco necessita de um mercado consumidor. Esse mercado denominamos de indústria fonográfica, na qual produz uma diversidade mercadológica de gêneros muito abrangente, conhecida como indústria cultural.

O gênero reflete os interesses étnicos, etários, gênero, geográfico, compartilhando valores sentimentos, experiências. Formando padrões e trazendo significações para determinadas práticas no cotidiano. A experiência da música é uma prática cultural humana e mostra a forma de como nos apropriamos da música, “a indústria joga um importante papel nessa cultura, mas não a controla” (FRITH, 2006).

E nessas perspectivas algumas interpretações do universo do rock atribuem o sucesso alcançado pelo gênero, suas canções, letras, estruturas, e artistas, á genialidade de produtoras musicais e gravadoras. (DIAS, 2000)

Em suas produções, a banda Legião Urbana conseguiu transmitir seus sentimentos e seus desejos de uma forma subjetiva, permitindo assim que os jovens se apropriassem das músicas, formando uma identidade cultural e emergindo uma nova forma de resistência na sociedade. Assim as canções da Legião Urbana são a soma proveniente dos desejos do público, dos anseios dos artistas e ambições comerciais do mercado, entre os impasses declarados de algumas das linhas evolutivas da modernidade e o impacto da repetição nos meios de massa, fica impossível pensar a multiplicidade das músicas contemporâneas a não ser através de novos parâmetros (WISNIK, 2017, p.13).

Para entender o pensamento da banda é de extrema importância observar as temporalidades que se passam; passado, presente e futuro que projetam os participantes. Podemos perceber essas mudanças temporais e subjetivas ao mesmo tempo em que se modificava a realidade do país, as capas, as letras e o som. Renato Russo nasceu no Rio de Janeiro em 1960. Em 1972 mudou-se para Brasília em função da transferência de seu pai, economista e funcionário do Banco do Brasil. Formou-se em Jornalismo, lecionava inglês, foi também locutor, e entre 1979 e 1982 formou a banda Aborto Elétrico em referência ao fato ocorrido em 1968, quando “uma estudante grávida teria perdido o filho após ser golpeada com um cassete equipado com dispositivo capaz de disparar choque nas vítimas: aborto causado pela intensidade da descarga elétrica.” (MARCELO, 2012)

Na formação da Legião Urbana, Renato contava com a participação de mais três integrantes, Dado Villa-Lobos, que nasceu na Bélgica, em junho de 1965, filho de Diplomata, mudou-se para Brasília em 1979, e Marcelo Bonfá, que se mudou de Itapira (SP) para Brasília em 1977, por conta da transferência de seu pai, também funcionário do Banco do Brasil. Além de Renato Rocha, filho de sargento do exército no Rio de Janeiro, que mudou-se para Brasília em 1970. Podemos perceber que os integrantes da banda pertenciam à classe média e isso não os impossibilitava de ter aversão ao sistema político imposto no Brasil nesse período, “Éramos filhos de classe média, com casa, comida, papai e mamãe, e falando mal de tudo” (RUSSO,2000).

A banda Legião Urbana fez sua primeira apresentação no dia 5 de setembro de 1982 em Patos de Minas (MG), a mais de 405 quilômetros de Brasília, onde a banda surgiu, não só assistida pela plateia local como também observada por dezenas de policiais fardados, a banda executa a música, “Música urbana 2”, que comporia o segundo disco da banda lançado em 1986. Os versos já apresentavam uma representação da realidade que apresentava o controle absoluto do Governo, sob a forma de repressão policial e também a reprodução de verdades impostas pelo regime:

Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana,  
Nas ruas os mendigos com esparadrapos podres  
cantam música urbana,  
Motocicletas querendo atenção às três da manhã -  
É só música urbana.

*Música Urbana* aparece como uma forma de protesto, a voz do povo ausente, a expressão caracterizada como um grito dos oprimidos. A repressão armada contra a cultura vai levar as pessoas a pensar essas novas formas de se movimentarem e se identificarem com meios de protestos. As tensões políticas vividas nesse período foi um dos fatores que levou a população a usar dos meios que tinham para se comunicar e procurar uma visibilidade. Por meio da música o povo pode transmitir a informação.

Michel de Certeau trabalha com discurso de táticas e estratégias do cotidiano, foi justamente a perspectiva deste autor que podemos pensar a música nesse período e possibilitando perceber microrresistências, a possibilidade de deslocamento da fronteira da dominação (Certeau,1994). A questão do poder nas mãos de uma pequena elite focada apenas nos militares acaba se desfazendo, pois até aqueles que eram mais marginalizados pela sociedade na descrição do autor, teve a oportunidade de interação social e de expressão “mendigos com esparadrapos podres cantam música urbana.”

É importante notarmos durante essas mudanças na sociedade os valores sociais e culturais que influenciam diretamente nos agentes sociais, a noção moral empregada por nossos militares no período de ditadura, como essa é afirmada pelo filósofo Kant: “Age de tal modo que a máxima de tua ação possa sempre valer como princípio universal de conduta” (KANT, 2007).

Analisando os princípios da consciência moral de Kant, conclui que a vontade humana é verdadeiramente moral quando regida por imperativos categóricos, que são assim chamados por serem incondicionados, absolutos, voltados para a realização da ação tendo em vista o dever.

Logo após a apresentação de 1982, foram detidos e levados ao posto policial próximo ao local do show, foram liberados sob a condição de que retornassem imediatamente para Brasília. Em um dos textos de divulgação escritos por Renato Russo

[...] é bem mais fácil controlar a juventude oferecendo a válvula de escape ideal e não uma música que faça todos pensarem e questionarem as hipocrisias construtivas de uma sociedade falsa, à beira da autodestruição atômica. (MARCELO, 2012)

Os dois primeiros discos da banda Legião Urbana que foram os escolhidos para análise tem inclinação para determinado grupo, aqui referente ao grupo de jovens urbanos, valorizando a coletividade, os relacionamentos juvenis e os conflitos cotidianos.

O primeiro álbum do grupo aborda temas como a indiferença entre os indivíduos (“Petróleo do Futuro”), violência (“Baader-Meinhof Blues”), crítica ao consumo (“dança”), e nos versos da música (“Será”) o cenário da ditadura militar, podemos perceber no verso esse cenário: *“Tire suas mãos de mim/ Eu não pertenço a você/ Não é me dominando assim/ Que você vai me entender”*.

O “eu” e o “você” não seriam simplesmente categorias gramaticais distintivas, mas evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas pelas relações de poder (MUCURY, 2008).

Nesse primeiro trabalho da banda, o ritmo predominante foi o punk, na capa podem-se identificar alguns símbolos que nos remetem a origem da banda na Capital Federal, como podemos observar a representação da Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O nome da banda na parte mais alta da capa, centralizada e a única a possuir cor aparece com o intuito de legitimar a banda.

A dificuldade que os jovens encontravam de agrupar-se e integrar-se durante o período militar, fica bem retratado na capa, pois cada integrante da banda olha para uma direção. A presença do índio na parte de baixo da capa representa o conservadorismo, a origem da nação.



**Imagem 1 – Capa do Álbum Legião Urbana 1985**

A banda pode ser considerada desengajada ao se pensar num projeto; entretanto suas “atitudes”, isto é, performance, comportamento e letras, podem ser lidas como uma espécie de crítica à realidade vivenciada pelos artistas, à medida que elas se encontram impregnadas por questões existenciais; mazelas da sociedade de consumo, criação musical e mercado, sem contar a presença da crise econômica e da sátira política. Na música (Geração Coca-Cola) presente nesse álbum, a relação de contexto econômico, político e social, é marcada pelo crescimento expressivo do movimento de oposição aos regimes de poder regente.

Quando nascemos fomos programados

A receber o que vocês

Nos empurraram com os enlatados

Dos U.S.A., de nove às seis

Desde pequenos nós comemos lixo

Comercial e industrial

Mas agora chegou nossa vez

Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês

Depois de 20 anos na escola

Não é difícil aprender

Todas as manhãs do seu jogo sujo

Não é assim que tem que ser

Vamos fazer nosso dever de casa

E aí então vocês vão ver

Suas crianças derrubando reis

Fazer comédia no cinema com as suas leis

Somos os filhos da revolução

Somos burgueses sem religião

Somos o futuro da nação

Geração Coca-Cola

O consumismo é questionado em forma de protesto e revolta, consumismo esse alimentado por gerações anteriores: *“Quando nascemos fomos programados/ A receber o que vocês/ Nos empurraram com os enlatados/ Dos U.S.A., de nove às seis/ Desde pequenos nós comemos lixo/ Comercial e industrial/ Mas agora chegou nossa vez/ Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês”*. A juventude está totalmente envolvida por essa cultura do consumismo, mas reconhecer o seu lugar dentro desse processo da cadeia do consumo, como os próprios integrantes da banda fizeram já é um passo da revolução. *“Somos os filhos da revolução/ Somos burgueses sem religião/ Somos o futuro da nação”*.

Em 1986, após o primeiro álbum, a banda se engajou no lançamento do segundo álbum, “Dois”, com temáticas um pouco diferentes, voltada para relacionamento entre os jovens e o cotidiano. Porém apesar da temática do segundo álbum, a pegada punk musical ainda está muito presente em muitas das músicas do disco. Exemplos desse ritmo punk “Fábrica”, “Plantas de Baixo do Aquário” e “Metrópole”.

A capa do segundo disco da Legião Urbana tem ausência de imagens. Renato Russo era bem ousado em suas produções, mas nesse segundo disco a banda procurou focar o nome e expressar sem censurar os pensamentos da juventude urbana que estava florescendo.



**Imagem 2 – Capa do Álbum Dois 1986**

Podemos analisar a palavra “DOIS” que dá nome ao segundo disco. As múltiplas intenções da palavra na capa do álbum estaria relacionado não apenas por ser a segunda produção da banda, mas pelo LP ter dois lados com temáticas um pouco distintas, o lado A voltado para os relacionamentos juvenis e cotidianos, o lado B para o punk de críticas urbanas e sociais.

Essa nova característica que a banda Legião Urbana trouxe para o cenário do rock brasileiro nos anos 80, pode-se observar nas linhas paralelas da capa, simbolizando namoros ou relacionamentos, criando um novo sentido, uma proposta e uma identidade para a banda nesse momento.

Esses levantamentos sobre a imagem levam “*cada um de nós, enquanto sujeito, a nossa potência subjetiva e qualificação do visível [...] convida a dizer que o que chamamos de imagem pode ser, ou não, constituinte dos sujeitos que as olham.*” Com essa fala de Marie-José Mondzain reafirma a forma que levantamos os questionamentos da imagem. A leitura possui a subjetividade do sujeito, não deixando verossimilhança com o contexto real que a imagem está inserida.

O álbum assim como as músicas é cercado por críticas, diversas letras *fizeram sucesso aos admiradores. Renato Russo possuía uma relação de passado, presente e futuro em suas músicas, partindo do momento vivido no cotidiano pelos jovens, sendo uma herança do regime militar que estava se findando no Brasil, projetando um futuro incerto e por vezes angustiante.*

Nesse segundo álbum, as letras se distanciam um pouco da coletividade e se aproximam das relações amorosas. Na música “Tempo Perdido” podemos analisar essas características de temporalidade e dilemas amorosos dos jovens de Brasília.

*Todos os dias quando acordo  
Não tenho mais o tempo que passou  
Mas tenho muito tempo  
Temos todo o tempo do mundo*

*Todos os dias antes de dormir  
Lembro e esqueço como foi o dia  
Sempre em frente  
Não temos tempo a perder*

*Nosso suor sagrado  
É bem mais belo que esse sangue amargo  
E tão sério  
E selvagem*

*Veja o sol dessa manhã tão cinza  
A tempestade que chega é da cor dos teus olhos  
Castanholas*

*Então me abraça forte  
Me diz mais uma vez que já estamos  
Distantes de tudo  
Temos nosso próprio tempo*

*Não tenho medo do escuro  
Mas deixe as luzes  
Acesas agora*

*O que foi escondido  
É o que se escondeu  
E o que foi prometido  
Ninguém prometeu  
Nem foi tempo perdido  
Somos tão jovens*

É perceptivo a angustia no decorrer da música quando se trata da velocidade do tempo, o tom de voz dá indícios da ansiedade, em um ritmo rápido e de batidas marcantes “*Não tenho mais o tempo que passou/ Mas tenho muito tempo*”; Existe também referência a um comportamento regular, um ciclo, uma espécie de rotina que leva o sujeito a refletir acerca destas questões nos momentos em que deveria estar descansando: “*Todos os dias antes de dormir /Lembro e esqueço como foi o dia/ Sempre em frente*”, o esquecimento marca essa estrofe como algo que machuca o autor e precise sempre ser apagado.

No terceiro parágrafo da música faz referência ao tempo relacionado ao capitalismo selvagem (ANDRADE, 2002), onde o trabalhador é reprimido a trabalhar cada vez mais, onde o tempo é dinheiro; “*Nosso suor sagrado/É bem mais belo que esse sangue amargo/E tão sério/E selvagem*”, O "sangue amargo", "sério" e "selvagem" seria assim símbolo daqueles que oprimem e que enriquecem graças ao suor alheio. Este parece ser um comentário político e social de Renato Russo que promove a exploração dos pobres pelos ricos, que desumaniza os trabalhadores, reduzindo suas vidas a mera sobrevivência.

“*Então me abraça forte/Me diz mais uma vez que já estamos/Distantes de tudo/Temos nosso próprio tempo*”. Nestes versos, se torna palpável a presença de outro sujeito. Assim, a relação amorosa surge como um refúgio, uma possibilidade de conforto e segurança (“*Então me abraça forte*”), como se juntos pudessem viver numa outra realidade, num mundo só seu (“*E diz mais uma vez / Que já estamos / Distantes de tudo*”).

Dessa forma o tema juvenil fica bem retratado nas músicas da banda Legião Urbana, demonstrando ao mesmo tempo maturidade e imaturidade, namoros, trabalho angustia e diversões. E que todas as experiências vividas por mais intensas que seja não são “*Tempo perdido*”. Essa música estava localizada do lado A do LP, as seis músicas desse lado do disco estavam voltadas para os relacionamentos; o lado B ainda mantinha parte dos discursos apresentados no primeiro disco, de denúncia e procura por espaço social e abordando o cotidiano juvenil de relações pessoais.

Para compreender o lado B do segundo disco, uma música que ganhou muita popularidade e que nos permite entender essa produção é a canção “Índios”, escrita com aspas, para nos mostrar a boa e grande ironia intelectual de Renato Russo, é uma obra que fala de falsos índios. Fala dos “índios brasileiros” e não dos índios das Índias, que é o ponto chave da crítica.

Quem me dera ao menos uma vez  
Ter de volta todo o ouro que entreguei a quem  
Conseguiu me convencer que era prova de amizade  
Se alguém levasse embora até o que eu não tinha

Quem me dera ao menos uma vez  
Esquecer que acreditei que era por brincadeira  
Que se cortava sempre um pano de chão  
De linho nobre e pura seda

Quem me dera ao menos uma vez  
Explicar o que ninguém consegue entender  
Que o que aconteceu ainda está por vir  
E o futuro não é mais como era antigamente

Quem me dera ao menos uma vez  
Provar que quem tem mais do que precisa ter  
Quase sempre se convence que não tem o bastante  
Fala demais por não ter nada a dizer

Quem me dera ao menos uma vez  
Que o mais simples fosse visto como o mais importante  
Mas nos deram espelhos  
E vimos um mundo doente

Quem me dera ao menos uma vez  
Entender como um só Deus ao mesmo tempo é três  
E esse mesmo Deus foi morto por vocês  
Sua maldade, então, deixaram Deus tão triste

Eu quis o perigo e até sangrei sozinho, entenda  
Assim pude trazer você de volta pra mim  
Quando descobri que é sempre só você  
Que me entende do início ao fim

E é só você que tem a  
Cura pro meu vício de insistir  
Nessa saudade que eu sinto  
De tudo que eu ainda não vi

Quem me dera ao menos uma vez  
Acreditar por um instante em tudo que existe  
E acreditar que o mundo é perfeito  
E que todas as pessoas são felizes

Quem me dera ao menos uma vez

Fazer com que o mundo saiba que seu nome  
Está em tudo e mesmo assim  
Ninguém lhe diz ao menos obrigado

Quem me dera ao menos uma vez  
Como a mais bela tribo  
Dos mais belos índios  
Não ser atacado por ser inocente

A banda faz uma leitura crítica do sujeito em relação ao mundo, de uma percepção crítica não só da política, mas também do amor, de entender o sujeito como dependente do amor para as fugas sentimentais das opressões sociais. A letra de “Índios” é uma crítica filosófica, que exprime a realidade do Brasil desde suas ocupações, sem ocultar o ideal pregado nos discursos das classes dominantes de um país maravilhoso; a relação interpessoal onde o sujeito coisifica o outro, abrindo a realidade para um mundo que valoriza objetos e valores materiais, reduzindo, assim, as pessoas a peças desse mercado.

[...] a autonomia do homem como indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação das massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. Assim, o progresso ameaça anular o que se supõe ser o seu próprio objetivo: a ideia de homem. (Horkheimer, 2000)

É possível relacionarmos a sociedade questionada por Renato Russo na música “Índios”, com o conceito de progresso de Horkheimer, a busca subjetiva do sujeito pelo intrapessoal, a análise sobre si mesmo sem se julgar, sobre a consequência presente e futura de seus atos de modo franco, sem se culpar e sem se inocentar, mas sim sendo justa consigo mesma. Mas a ideia de progresso acaba se esbarrando com essa busca da *consciência sobre o homem*.

Tais modos são expressos por Renato e nos deixa transparecer de muitas coisas e hábitos que não mudaram. O fanatismo a vontade de querer se sair bem, o estar "acima" e o estar "abaixo" moralmente, economicamente e culturalmente.

Nesse aspecto literário que Renato Russo escreve a primeira estrofe da música, *Ter de volta todo o ouro que entreguei a quem/ Conseguiu me convencer que era prova de amizade/ Se alguém levasse embora até o que eu não tinha*. Relaciona diretamente a exploração sofrida pelos índios com os portugueses

durante o período colonial, criticando assim o processo econômico e social sofrido nos primeiros anos da colônia, e deixando nas entrelinhas o poder exercido em todos os tipos de relações.

Essa ideia de micropoder (Foucault,1993), onde o poder não está localizado em um lugar ou no governo, o poder deve ser entendido como algo que circula, é algo que se exerce, todas as pessoas são ligadas a esse poder. Não é possível escapar dessa força que muitas vezes está relacionada à repressão, porém não necessariamente o poder está ligado isso.

[...], com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. (Foucault,1993)

É nessa leitura de Foucault que podemos compreender as relações de amizade expressa por Renato, onde um dos sujeitos sempre será o dominador e outro o dominado. No decorrer das próximas linhas da música conseguimos perceber como isso o afeta psicologicamente; *Esquecer que acreditei que era por brincadeira/ Que se cortava sempre um pano-de-chão/ De linho nobre e pura seda.* Ao se apropriar da expressão 'esquecer' nos permite identificar a procura pelo apagamento de algo que incômoda, pois não se quer apagar algo que traga bons sentimentos e lembranças; apagar as lembranças de "simples" (índio) crendo que se usava como pano de chão, já o linho nobre e pura seda pelos orgulhosos que queriam esbanjar poder em tudo, desde o nome até o "pano de chão".

A música carrega consigo a característica marcante do disco Dois, que é a visão de temporalidade *“Explicar o que ninguém consegue entender/ Que o que aconteceu ainda está por vir/ E o futuro não é mais como era antigamente.”* A visão da vida como um círculo vicioso, onde os fatos se repetem, mas com intensidades diferentes, pois a história não é linear, assim sendo uma das possíveis análises desse tempo futuro descrito na música.

Renato Russo fala a um interlocutor nessa canção. E esse interlocutor a quem ele chama "*Você*" é o que podemos chamar de Deus. Renato, provavelmente, tentou o suicídio por não mais acreditar na vida, Renato cortou os pulsos, a depressão que Renato Russo sentia era pela dor do mundo, por não acreditar que vivia *num mundo onde a verdade é o avesso e a alegria já não tem mais endereço.*

Renato Russo, frequentemente, pensava nos males do mundo, nos males do ser humano. E ficava triste. Mas, então, depois de tentar se matar por causa dessa tristeza descobriu que Deus o entendia. *Quem me dera ao menos uma vez/ Entender como um só Deus ao mesmo tempo é três/ E esse mesmo Deus foi morto por vocês/ Sua maldade, então, deixaram Deus tão triste.* O restante da música ele faz referências a Deus e ao seu relacionamento com Deus, o único que entende do início ao fim e que

possui a cura para o seu vício. A forma como Renato expressa sua agonia pela falta de reconhecimento do ser humano com Deus, “ *Quem me dera ao menos uma vez/ Fazer com que o mundo saiba que seu nome/ Está em tudo e mesmo assim/Ninguém lhe diz ao menos obrigado.*

E são esses tipos de questões religiosas, políticas, amorosas, sociais e econômicas que os jovens urbanos procuravam, novas respostas, novas perspectivas, se apropriando assim do rock crescente dos anos 80 e 90 no Brasil. Legião Urbana que foi uma das grandes recordistas de discos levou essas lutas para o campo das ideias e estimulou o mercado da música.

As questões discutidas nessa pesquisa cunharam novas visões sobre os valores adquiridos pelos jovens por meio do rock, o princípio de moral e ética levantados nessa pesquisa é do pensador Karl Marx, levando em consideração que o autor não escreveu nenhum livro a respeito do tema. Mas são conceitos passíveis de serem pensados na obra do autor.

Para Karl Marx o homem nem essência nem recipiente no qual o espírito se manifesta, o indivíduo é o ser social, e assim enfatiza que a moral é uma produção social e atende a determinada demanda social. As relações sociais se transformam ao longo da História e com isso transformam-se tanto os indivíduos quanto as moralidades. Segundo Marx a moral é uma forma de consciência própria a cada momento determinado do desenvolvimento da existência social.

[...] pode-se afirmar que o homem se faz no mundo com o estabelecimento de relações necessárias com outros homens para a construção e utilização de meios materiais para transformar a natureza e retirar dela os bens necessários à sua sobrevivência que, com o decorrer da história e as várias inovações e mudanças no modo de produção com as quais o homem vai se confrontar, ele se molda. (CUNHA, 2016)

Assim onde os dois conceitos de moral se diferenciam incitamos os questionamentos sobre a apropriação do jovem pelo rock e o estilo de vida adquirido, a partir dos movimentos de luta sociais e políticos as (re)significações construídas pelos jovens. A juventude brasileira das décadas de 80 e 90 deixaram de ser apenas receptores passivos dos mercados, passam a ter atitudes e pensamentos próprios, fazendo surgir grandes movimentos juvenis no país.

A década de 80, em meio à desorganização econômica do país, foi marcada pela participação do jovem brasileiro no processo de redemocratização (“Diretas Já”) e na formação de entidades ecológicas. Essa participação sofreu influências da explosão comercial do rock nacional do início dos anos 80, que se tornou um dos principais canais de expressão da juventude brasileira.(BRANDÃO,2004)

É importante enfatizar que os sentimentos que moviam os jovens nesse período eram bem subjetivos, não estando intrinsecamente envolvido no social. Os jovens que optaram por essa esfera do rock passaram por desafios, mas as influências recebidas do exterior chegavam ao Brasil com grande força, dando aparato ao rock nacional. Uma grande influência foi o festival de Woodstock de 1969 que ocorreu nos Estados Unidos, em uma cidadezinha do interior de Nova York; a contracultura dos hippies em 1969 era contrária a guerra do Vietnã e ao capitalismo, mas eram adeptos do amor livre, sexo e muito Rock in Roll. Representavam a libertação do Homem e da Mulher em suas mais variadas nuances.

Nesse intuito a mentalidade da juventude do rock foi aproximando no Brasil ocorreram dois eventos que ficaram conhecidos como Woodstock brasileiros, uma cópia do festival americano, em 1972 no interior de Pernambuco contou com a presença de Músicos como Zé Ramalho, Lula Côrtes, Lailson e bandas Ave Sangria, Flaviola & o Bando do Sol que se apresentaram em dois dias no melhor estilo paz e amor. E em 1975, na Fazenda Santa Virgínia, em Lacanga, interior de São Paulo.

E dessa forma o rock nacional foi criando suas tendências, mercado fonográfico e uma personalidade ímpar com os jovens. E a banda Legião Urbana conseguiu atingir os ideais do punk e do rock, o que permitiu o grande auge de mercado da banda e o fascínio dos jovens.

### **Considerações finais**

Essa pesquisa propôs-se a analisar a ligação entre a banda Legião Urbana, seu público, o cenário brasileiro que possibilitou a abertura para diálogos da contracultura e a construção de novos sujeitos, abertos a influências culturais externas; e a criação de novas identidades urbanas com ideais mais liberais.

Entre as fontes utilizadas, músicas e capas de discos evidenciaram as metáforas, a atuação do Estado que determinava um cenário de desigualdades sociais, atos de violência, configurando o total descumprimento do seu papel de promover o bem-estar social.

Analisando a criação de uma identidade mais subjetiva dos jovens e da própria banda, foi possível visualizar a trajetória de Renato Russo e da Banda desde a sua primeira formação com Aborto Elétrico até a formação da Legião Urbana, e os jovens que acompanharam esse processo.

Os movimentos que influenciaram o rock no Brasil e a formação das ideias de liberdade moral entre os jovens, ainda ficarão em aberto em relação à discussão da apropriação do rock para

liberdade de valores para uma dissertação futura, que venha confrontar liberdade com libertinagem, e as distorções que o público jovem utilizaram a partir do rock no decorrer da história.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE; Regis de Castro. *Brasil: a economia do capitalismo selvagem*. Lua Nova n° 57. 2002.
- BRANDÃO; Antonio Carlos, DUARTE. Milton Fernandes; *Movimentos Culturais da Juventude*. Moderna, São Paulo. 2004.
- BLOCK, Marc. *Apologia da história*; Ofício do historiador, Edição brasileira, Rio de Janeiro, 2001.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. O SIGNIFICADO DAS QUESTÕES ÉTICO-MORAIS PARA MARX. 2016
- FLAMARION, Cardoso. MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os exemplos da fotografia e do cinema. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Campus, Rio de Janeiro 1997.
- FRITH, Simon. La industria de la musica popular. In: FRITH,Simon; STRAW, Will; STREET, John (Org.).a outra historia del rock. Trad. Jorge Conde. Barcelona: Ediciones Robinbook,2006.
- FOUCAULT, Michel . *Microfísica do poder*. 11° ed. Rio de Janeiro: Graal. 1993.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2000.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando entender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética da história oral. In: *Revista projeto histórico*. São Paulo: EDUC n 15.
- MARCELO, C. Renato Russo, *O filho da revolução*, 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2012.
- MUCURY, Julliany. “Será só Imaginação?”: A intenção do autor na obra de Renato Russo. XI Congresso da ABRALIC. São Paulo. 2008 ( inserir o site)
- RUSSO, R. *Renato Russo de A a Z: as ideias do líder da Legião Urbana*. Simone Assad. Campo Grande: Letra Livre, 2000. P 221
- KANT,Immanuel. *Textos Básicos de Filosofia Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein*. 5ª edição. Zahar. 2007.
- Weber, A. F., Gallina, J. F., & Ronsini, V. V. (2004). *A construção do estilo punk: identidade, mídia e classe social*. Cadernos de Comunicação, P 170.
- <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2/index.php/ccomunicacao/article/viewFile/5162/3171>>  
> acessado em: 23 de abr 2018
- WISNIK; José Miguel. *O Som e o Sentido*; uma outra história das músicas: São Paulo. Companhia das Letras. 3° edição. 2017 p13
- <<http://www.renatorusso.com.br/album/doi/>> acessado em: 02 de fev de 2018.
- <<https://www.vagalume.com.br/legiao-urbana/musica-urbana-2.html>> acessado em: 02 de fev de 2018.

<[https://www.correiobraziliense.com.br/noticia/interna\\_diversao\\_arte,321057/legiao-urbana-se-apresentava-pela-primeira-vez-ao-publico-ha-exatos-30-anos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/noticia/interna_diversao_arte,321057/legiao-urbana-se-apresentava-pela-primeira-vez-ao-publico-ha-exatos-30-anos.shtml)> acessado em: 16 de mar 2018.

# **O BANDEIRANTE FERNÃO DIAS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE (MG) E O BANDEIRANTISMO NO SUL DE MINAS GERAIS**

**CAÍQUE DE PAULA DIAS; CAROLINA RAMOS DE SOUZA**

Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS

Av. Prefeito Tuany Toledo, 470 - Fatima, Pouso Alegre – MG – CEP: 37550-000

E-mail: [caiquedepauladias@gmail.com](mailto:caiquedepauladias@gmail.com)

“Não há nada mais trabalhoso do que viver sem trabalhar.”

Seu Madruga.

## **Introdução**

O tema central deste estudo refere-se à figura do bandeirante Fernão Dias e a relação de sua representação com a cidade de Pouso Alegre. A mesma representada na localidade, como em esculturas localizadas em diversos pontos da cidade, tendo como destaque uma do Clube de Campo Fernão Dias, outra no trevo de acesso à cidade pela rodovia BR-381 e, por fim, uma de menor porte, próximo ao campus Fátima na Universidade do Sapucaí.

Reconhecido em todo território brasileiro, precisamos estudar mais a fundo o suposto “herói” da expansão das linhas fronteiriças que foram alongadas com o perpetuamento do fenômeno bandeirante, que atuaram incessantemente no período histórico que reconhecemos como colonial (1500 - 1822), abrangendo desde a vinda dos portugueses para a América, até o desvincular econômico pelo que entendemos por relação metrópole / colônia, havendo um fim da imposição e domínio comercial lusitano em terras brasileiras.

É de suma importância compreender o bandeirantismo antes mesmo de construir ou desconstruir uma figura que é resultado desse movimento ocorrido nos séculos XVI e XVIII, presente nos dias atuais e com forte presença seja nos livros didáticos, almanaques históricos, revistas ou no próprio cotidiano popular.

Assim, se tomarmos para nossa pesquisa a referência da Nova História, inaugurada pela Escola dos Annales como referência, é preciso construir um olhar para além dos heróis ou registrada por fatos oficiais, mais uma história vista de baixo para cima, buscando em diversas fontes como fotos, jornais, livros ou

revistas para que tenhamos uma compreensão do tempo em que um determinado objeto foi produzido e as intenções daqueles que fabricaram.

Pouso Alegre está localizado na mesorregião situada no sul do Estado de Minas Gerais e que desde os primórdios tem influência de povos de diversos locais, sejam os nativos ou outros que vieram a ocupar ou simplesmente passaram pelo local. Resultado de um processo histórico nacional que interfere no local, o bandeirante se faz presente. Um exemplo concreto é a estátua de Fernão Dias localizada em um dos bairros da cidade que irei estudar no artigo.



Imagem 1: *Bandeirante Fernão Dias* <sup>38</sup>

Com a chegada de etnias europeias no continente americano, duas potências econômicas e marítimas (Espanha e Portugal) dividiram entre si, com o consentimento da Igreja Católica as novas faixas de terra de grado particular para ambas durante a Era das Grandes Navegações (entre o século XV e início do século XVII), deixando de lado outras nações europeias que chegariam tardiamente na repartição do novo mundo. Diversos fatores levaram a exploração do território virgem pelos homens brancos, como a tentame ganha do território inóspito, disputas fronteiriças, combates entre nativos, algo que seria rentável mercadologicamente, entre outros. Mas o que foi fortemente dissolvido e empregado no que hoje

---

<sup>38</sup> Arquivo pessoal do autor.

compreendemos por Brasil colonial foi o bandeirantismo, podendo considerá-lo a forma mais “popular” de perpetuação da jurisdição dos portugueses no continente sul-americano resultando em heranças hoje tidas pelo brasileiro. E como isso aconteceu?

No ano de 1500 d.C., Pedro Álvares Cabral liderando uma frota chegou ao litoral brasileiro e assim começaria a presença marcante lusitana no nosso país, que também marca “objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade.”<sup>39</sup> Até o ano 1530 d.C. apenas trocas de escambos entre nativos e europeus ocorriam, como o pau-brasil (árvore nativa do Brasil de grande importância no mercado europeu.), espelhos, machados, alimentos e alguns animais eram comercializados. A partir daquela data a coroa portuguesa seguida de pressões das nações adversárias incentivou a colonização litorânea por seus súditos em seus domínios, mesmo que discreta para que evitasse a perda de sua autoridade sobre o território conquistado.

No ano de 1580 d.C., devido ao trono português estar vago com o desaparecimento de Dom Sebastião, rei de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir no norte da África, contra os Mouros, assumiu o rei Filipe II da Espanha, coroado Felipe I de Portugal. Mediante a essa mudança de conjuntura, inicia-se a chamada União Ibérica, período em que todas as possessões espanholas e portuguesas tornam-se terras de um mesmo rei. Conseqüentemente, no decorrer de 60 anos, as fronteiras que separavam o lado português do espanhol se dissolveram, possibilitando assim uma maior interação com territórios antes “proibidos” a cada um dos reinos.

Muito diferente das outras capitanias hereditárias, o litoral paulista permanecia “esquecido” aos olhos da metrópole, se comparado às outras regiões coloniais que detinham maior importância ao olhar mercadológico, uma vez que seu solo não detinha as condições necessárias para o cultivo de cana-de-açúcar e nem tinham encontrado metais preciosos. Diante de tal panorama, os colonos da capitania, que vivam em zona de pobreza, foram pressionados a acharem outro tipo de renda para a sobrevivência. Dentre as possibilidades, optou-se pelo bandeirantismo, sendo que um elevado número de pessoas adentrava na mata desconhecida em busca de algo que poderia trazer alguma forma de lucro, fosse a caça, o apresamento de nativos escravizados fugitivos de seus senhores dos engenhos, o comércio ou a procura por metais preciosos.

Verdadeiros exércitos humanos particulares eram organizados para adentrarem na mata, muitas vezes sem o consentimento da coroa (maior autoridade daquele período), que até o fim da união ibérica não os patrocinava. Adquirindo o título de bandeira por se utilizarem de uma flâmula ou estandarte para que se

---

<sup>39</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001, p. 54.

identificasse o objetivo de cada expedição, várias delas adentraram a região do sul do Minas, inclusive a região onde hoje se encontra Pouso Alegre como a bandeira de “D. Rodrigo de Castelo.”<sup>40</sup>

Havendo um grande “boom” do bandeirantismo no momento que entra em decadência o cultivo da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro para a busca de pedras preciosas em todo o território português e além de demarcações territoriais instituídas até aquele momento entre as coroas ibéricas. Inúmeros bandeirantes procuraram por essas riquezas minerais que tinha alto valor econômico e propuseram a encontrarem no continente inóspito para o homem branco, jazidas que pudessem serem extraídas para o enriquecimento desses aventureiros. Os primeiros achados com grande significância ao interesse dos sertanistas, foram encontrados no Estado de Minas Gerais no século XVII e assim instruindo um novo aspecto no sistema comercial daquela época, que era a exploração e venda de ouro no Brasil colônia. Dando início a um capítulo importante para a história nacional, mas que não aprofundaremos nessa pesquisa.

No início do século XX os cafeicultores paulistas começaram a patrocinar intelectuais, a “renovar” o bandeirante e a criar uma verdadeira imagem de construtor e povoador do Brasil. Através de pintores, escultores, poetas e tantos outros com influência em outras áreas do conhecimento, começaram a desenvolver uma personalidade que igualasse os bandeirantes aos verdadeiros barões do café, que detinham o poder político e econômico no alvorecer do período republicano no Brasil, que construíram em remeter o bandeirante a eles. “Heroicizados à exaustão por diversos autores além de Ricardo (tais como Taques, Taunay, Magalhães, Cortesão e Ellis Júnior).<sup>41</sup>

Com a chegada à presidência de Juscelino Kubitschek, em 1956, uma política desenvolvimentista foi aplicada, tendo como meta modernizar o Brasil, sob o slogan 50 anos em 5. Esse ar desenvolvimentista atingiu Pouso Alegre e determinadas pessoas que se identificavam com o discurso empolgante da época absolveram o intuito de progresso disseminado pela sociedade trazendo para sua realidade como algo benéfico seguindo o padrão nacional. E um dos fatores que presenciamos nos dias atuais é a presença do ilustre bandeirante que dá nome a rodovia BR-381, e que foi adotado pelos sujeitos da cidade para representar a identidade do pousoalegrense.

O objetivo geral do artigo é analisar a presença que o bandeirante tem na cidade de Pouso Alegre, eventualmente localizada no Estado de Minas Gerais, mas que apresenta uma forte influência de um personagem paulista que está vivamente representada no cotidiano dos cidadãos do município. É de grande importância que necessitamos compreender o movimento bandeirista que foi um marco na história nacional por apresentar características que sentimos nos dias atuais, como um deles é a atual extensão territorial do país que é o quinto maior na escala mundial. Compreender como foi feita a construção da imagem que

---

<sup>40</sup> BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das Esmeraldas A Bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro. RJ: Livraria José Olympio Editora S.A., p. 102. (A escrita foi transcrita como se encontra na obra de Eduardo Canabrava).

<sup>41</sup> NETO, Manuel Pacheco. *Vivendo Bandeirantemente e Morrendo Cristãmente: a Remissão do Bandeirante à Beira da Morte*. Universidade Federal da Grande Dourados, MS, p. 10.

temos nos dias atuais, bandeirantes aparentam ser figuras vivas de “nobres” com roupas inadequadas para a função que exerciam nas matas muitas vezes úmidas e quentes contrapondo como são lembrados nos quadros e esculturas. Analisar como é a figura do bandeirante na cidade de Pouso Alegre e quais são os imaginários que o paulista instituiu na cidade mineira e associar como essa perspectiva progressista é usada por determinados indivíduos como um certo propósito.

### **1.1. Bandeirante: vilão ou herói?**

Procurarei escrever sobre o bandeirante paulista pelo fato do mesmo ser lembrado constantemente em um município mineiro fora da zona mineradora do Estado de Minas Gerais durante o Brasil colonial. A relevância do estudo do sertanista é necessária, tendo em vista que por mais que a região sul mineira, no caso o objeto de minha análise que é o município de Pouso Alegre, tivesse pontos de exploração aurífera no período colonial brasileiro, nunca chegou a ter a importância e o destaque que regiões como Ouro Preto, Tiradentes e São João Del Rei<sup>42</sup> cultivaram por décadas no ciclo aurífero na história nacional.

Fugindo do discurso dos forasteiros, Pouso Alegre não conviveu constantemente com homens que abarcavam em verdadeiras batalhas em terras virgens para os europeus e mestiços que gananciavam em descobrirem riquezas no solo desconhecido. Incompatibilizando como uma lembrança de Fernão Dias aqui que foi um dos responsáveis em encontrar e traçar caminho para a descoberta de pedras preciosas para a coroa portuguesa e terceiros beneficiar-se. Inviabilizando um discurso que o mesmo seria de destaque no passado de Pouso Alegre, o bandeirante paulista não se faz presente em grau de notoriedade no passado do município. Gostaria de compreender porque ele ser lembrado em diversas maneiras e qual o verdadeiro significado dessa significação.

Focarei em discutir a representatividade de Fernão Dias que é tido em cenário nacional, não aprofundando nesse âmbito por não ser o objetivo em si desta pesquisa, mas mostrando, de forma breve, questões que são necessárias para uma compreensão mais ampla da temática proposta nesta pesquisa. Contudo, deve-se ressaltar que o foco permanece no estudo regional, focado basicamente em Pouso Alegre. É claro que a figura do sertanista teve uma reconfiguração através das décadas por pessoas que tinham objetivos e discursos para legitimar suas atividades para reorganizar e constituir uma imagem idealizada dos bandeirantes de acordo com seus interesses.

O meu principal objetivo da pesquisa é alcançar e demonstrar para leitores que uma imagem adotada através da figura com discursos de diversas pessoas, não representa a história que foi produzida por sujeitos

---

<sup>42</sup> A região Campo das Vertentes, que eram grandes centros populacionais e econômicos do Brasil colonial, viveu um auge de produção histórico interligado as pedras preciosas, o sul de minas sendo distinto dessas áreas.

comuns regionais e sim uma elite que retiram e se beneficiam com determinadas posições. Tentar compreender que construções como o clube de campo Fernão Dias e o Grupo Fernão Dias (14º GAC), que são instituições de prestígio cívico para a população, levam o nome do bandeirante e que ao total trajeto da rodovia interestadual, apenas a cidade de Pouso Alegre apresenta uma estátua gigante a margem do asfalto é necessária entender sua própria história e os agentes dela.

Para que qualquer sujeito possa construir projetos acadêmicos é necessário que o mesmo recorra a fontes que propicie um melhor entendimento sobre o contexto em que se dedica a entender e compreender. Assim irei abordar trabalhos acadêmicos que tratem sobre o objeto estudado que são os bandeirantes e as bandeiras, em especial Fernão Dias e demais outros que sejam contribuintes da pesquisa.

Recorrerei a sites da web que possam ajudar a colher informações sobre o bandeirantismo na cidade e no Brasil. Pesquisas relevantes de outros autores também são de vital importância para que eu compreenda e forneça outros olhares sobre o meu projeto. Possibilitando uma enorme contribuição para o artigo a interdisciplinaridade com outras ciências e fontes que possa me auxiliar nesse trajeto. Foi feita algumas imagens de campo com o intuito que possa demonstrar como o bandeirante é retratado.

## 2.1. Um paulista em terras mineiras

Antes de tudo, é necessário compreender a figura bandeirante, mesmo que superficialmente, para que tenhamos uma análise mais bem-sucedida dos fatos que abordaremos ao logo dessa pesquisa. Aprofundar sobre o tema é essencial para adentrar sobre aspectos muitas vezes deixado de lado sobre a história dos bandeirantes, uma construção através dos tempos foi realizada por sujeitos que tinham intenções particulares em utilizar a figura dos sertanistas para benefícios próprios e que as produzem histórias conforme tendências que são privadas.

Os eventos nem sempre são políticos – pense-se na quebra da bolsa de 1929, a grande peste de 1348, ou mesmo na publicação de Guerra e Paz. De todo jeito, discussões sobre história política, história dos eventos e narrativa histórica estão muito interligadas.<sup>43</sup>

Analisarmos que o discurso como é constituído nos dias atuais com intenções, até mesmo as pessoas que são consideradas como “heróis” foram resultados de construções particulares e aspectos próprios de seu tempo. Compreender apenas um sujeito sem que possamos adentrar no seu contexto social é errôneo.

---

<sup>43</sup> BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, SP: UNESP, 1992, p. 104.

Para que desenvolvemos uma pesquisa do bandeirante Fernão Dias e resultados sejam alcançados coerentemente, irei me basear em composições históricas de outras áreas do conhecimento como as sociais que tragam possibilidade de novos olhares sobre o verdadeiro intuito do nosso objeto de pesquisa.

Fernão Dias participou do que descrevemos nos dias atuais como expedições ao interior do Brasil durante o ciclo colonial que penduraram do século XVI ao XVIII. Que as mesmas expedições eram verdadeiras investidas nos territórios desconhecidos pelos portugueses ou mestiços residentes no continente americano.

Há diversos fatores para que possa explicar como se originaram as expedições. Uma das primazias é a questão em que vivia os sertanistas, organizando bandeiras “denominação pela qual ficou conhecida na História oficial do Brasil o movimento de penetração e ocupação do interior do País”<sup>44</sup> que adentravam dentro do continente em busca de riquezas ou formas de sobrevivência. Darcy Ribeiro em sua obra intitulada “O Povo Brasileiro” faz uma análise sobre quem foram essas pessoas e suas condições de vida que eram muito escassas de regalias e devido ao descaso com a corte portuguesa perante a região do atual Estado de São Paulo, onde localizava a maioria dos bandeirantes que era literalmente esquecida pela corte, assim se formando um descaso altíssimo. Fator que o nordeste brasileiro desempenhava contrariamente com mais “carinho” aos olhares lusitanos. Responsável por produzir a grande riqueza da época colonial que era o açúcar, com grande importância no olhar mercadológico intensamente no período pós 1530.

Assim, os bandeirantes se empenhavam em verdadeiras empreitadas para que pudessem encontrar outras formas de sobrevivência e enriquecimento econômico. Organizaram verdadeiros exércitos particulares para jogar-se em campanhas muitas vezes desumanas para benefícios próprios. Surgindo os tipos específicos, “Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra,”<sup>45</sup> instituindo-se em verdadeiras campanhas militares, como a de “Apresamento ou Preação” que era a caça de nativos do continente e seriam depois de capturados vendidos como escravos nos engenhos de açúcar. As de “Sertanismo de Contrato” com a finalidade de combater quilombolas. “Monções” que tinha como o comércio atividade central.

Fernão Dias participou ativamente de várias bandeiras durante sua vida, “sertanista afamado, foi um dos potentados paulistas que recebeu carta do rei, em 1664. Sua Majestade prometeu-lhe benefícios e ordenou-lhe que ajudasse Barbalho no que fosse necessário para o descobrimento das minas.”<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> FARIAS, Roberto. *A Atual Situação Diglossica do Brasil: Suas Origens no Bilingüismo dos Primeiros Séculos de Colonização*. Universidade Federal de Rondônia, Brasil: Actas do I Simpósio Internacional Sobre o Bilingüismo, p. 1020.

<sup>45</sup> ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998, Congresso Nacional Praça dos Três Poderes s/nº CEP 70168-970, p. 108.

<sup>46</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do Sertão ao Território das Minas Gerais: Entradas e Bandeiras, Política Territorial e Formação Espacial no Período Colonial*. Belo Horizonte, MG: 2013, p. 112.

A que mais lhe deu reconhecimento popular foi a “Prospecção ou Mineração” sendo como finalidade encontrarem metais preciosos como o ouro, que o bandeirante Fernão Dias faleceu em 1681 resultado da elevada idade e “apesar de algumas discrepâncias de outros, o que não invalida o consenso geral quanto à morte de Fernão Dias Pais nas proximidades do rio das Velhas, em área também próxima ao Sumidouro”<sup>47</sup> hoje localizado no Estado de Minas Gerais. É importante para o leitor entender como eram construídas as expedições no interior do território dos nativos americanos para ter um certa noção e localização sobre como eram as bandeiras.

Supostamente quando ele se propôs a procurar e dedicar-se a empreitada em busca de riquezas, sabia que estaria lesado em receber todo tipo de mal que o mesmo e seus apoiadores poderiam sofrer com o tempo, sejam doenças, combates com nativos, traições dentro do grupo, desânimo pelo longo itinerário, etc. Ciente dessas questões que poderia acontecer em sua bandeira, porque o bandeirante já é acostumando com as inúmeros riscos por participar de outras tantas campanhas pelos território pouco conhecido.

Seu trajeto deu-se início na capitania de São Vicente adentrando a serra da Mantiqueira que está na divisa do atual Estado de Minas Gerais e São Paulo. Construindo feitorias para as estadias e abastecimentos das tropas, foi povoando lugares inóspitos pelos portugueses. Um dos principais nomes que forjaram trajetos para a futura exploração das minas auríferas no século XVIII que ficou compreendido como ciclo minerador no Brasil. Nesses trajetos não há nenhum tipo de documento oficial que prove que o bandeirante esteve na cidade de Pouso Alegre. O mais perto averiguado concretamente nos estudos sobre bandeirante é uma presença marcante e registrada na cidade de Baependi que está a mais de 100 km de distância em linha reta de Pouso Alegre.

---

<sup>47</sup> BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das Esmeraldas A Bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora S.A., p. 112. (A escrita foi transcrita como se encontra na obra de Eduardo Canabrava).

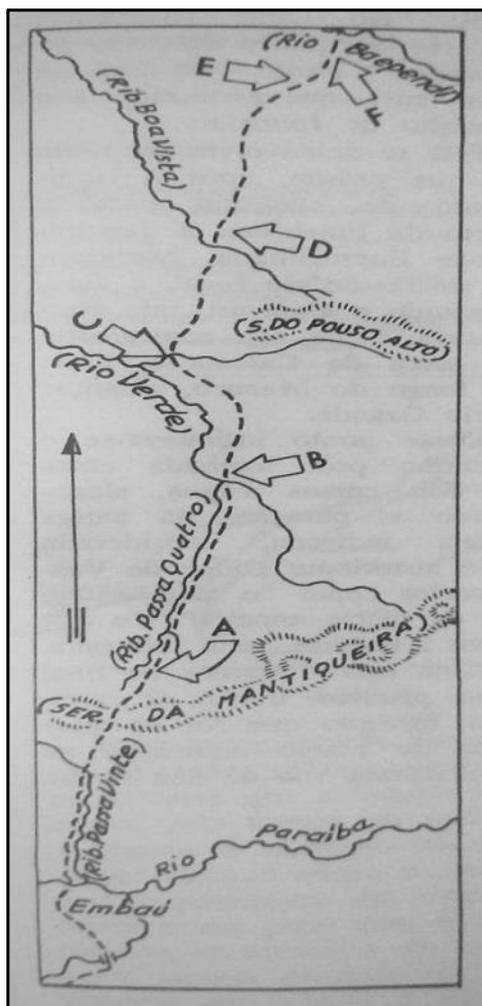


Imagem 2: Caminho mais plausível de Fernão Dias em 1674.<sup>48</sup>

A imagem a cima é sobre o provável itinerário da bandeira de 1674, deixando claro que o bandeirante poderia ter uma estadia no local que hoje é a cidade de Pouso Alegre, mas é muito pequena essa hipótese em considerarmos que o percurso se faz presente aproximadamente na região de Baependi onde está o rio com o mesmo nome e que a seta “F” indica a atual cidade. “Esta expedição de Fernão Dias, fundamental para a formação de Minas Gerais, não passa por Pouso Alegre mas pela região centro-oeste de Minas.”<sup>49</sup>

Com ajuda de dados quantitativos e sujeitos que nos proporcionam embasamento teórico sobre o nosso objeto de estudo, é quase que irrelevante a estada do bandeirante na cidade de Pouso Alegre, que usavam rotas conhecidas ou já traçadas por alguns nativos mestiçados com os europeus. A primeira onda de povoamento no território sul-mineiro, constituída essencialmente por paulistas das bandeiras, adentrava

<sup>48</sup> BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das Esmeraldas A Bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora S.A., p. 45. (A escrita foi transcrita como se encontra na obra de Eduardo Canabrava).

<sup>49</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. Os sentidos de uma Estátua: Espaço Individuação, Acontecimento e Memória. Pouso Alegre, MG: Univás, Entremeios: revista de estudos do discurso, disponível em <http://www.entremeios.inf.br>, volume 1, nº1, Julho/2010, p. 7.

em serras da localidade e acidentes assinaláveis cujo nomes basicamente em dados em tupi. Os mesmos foram de importância gigantesca para a formação do atual paulista do século XIX, mas que abordaremos em uma outra discussão.

No início do século XX os cafeicultores paulistas que detinham grande poder econômico e político, disponibilizaram-se o patrocínio de intelectuais que de alguma forma tenderiam a “melhorar” a imagem dos bandeirantes. O objetivo era que com a vinda de imigrantes europeus que nessa época era muito incentivada pelo governo federal, os paulistas não perdessem credibilidade e prestígio social como os “herdeiros” de um sangue legítimo do velho continente. Vários artistas sintetizaram a ideias em suas obras marcadamente como Olavo Bilac que participou em várias criações em prol de uma “rejuvenescida” dos bandeirantes, seu poema “O Caçador de Esmeraldas” que conta sobre a última bandeira de Fernão Dias nas serras mineiras é verdadeiramente uma epopeia latino-americana. Transformando constantemente os que antes eram maltrapilhos em verdadeiros heróis da expansão do território nacional e vestidos a caráter como os cafeicultores em suas festas. Como a figura do bandeirante Domingos Jorge Velho pintado por Benedito Calixto em 1903, que foi responsável pela destruição do Quilombo dos Palmares é quase por completo modificada de como seria humanamente.

Com a finalização da rodovia Fernão Dias (BR-381) no ano de 1961, houve grande implementação de um discurso de progresso que atingia todo o território nacional vindo do então presidente com cunho desenvolvimentista Juscelino Kubitschek (1956-1961). “Sua estratégia básica era insistir na industrialização rápida”<sup>50</sup> apoiado por discursos que traria a evolução capitalista e a euforia que encontrava-se o país aliado ao recursos naturais com os investimentos estrangeiros parecendo com o entusiasmo do pós primeira guerra nos EUA.

Certas camadas da população do município de Pouso Alegre identificaram-se com o momento em que todo o Brasil estava vivendo. Basicamente a cidade não apresentava grande influência econômica no sul de Minas, por apresentar números que representavam dados iguais as cidades vizinhas e “até a década de 50, a maior concentração da população na zona rural. Após esse período, iniciou-se a instalação de indústria de transformação, culminando na década de 90, como a maior crescimento neste segmento.”<sup>51</sup> Através de incentivos públicos, como a isenção de impostos para indústrias de médio e grande porte, ocorreu no sistema capitalista durante meados do século XX uma mudança sistemática econômica para o município. Como a migração de indústrias, vindas basicamente da capital paulista em busca de lugares que proporcionassem menores contribuições fiscais e gozarem de privilégios, a diminuição da carga de impostos seria tentadora. Pouso Alegre entrou na mira dessas corporações por apresentar localização geográfica

---

<sup>50</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010, p. 206.

<sup>51</sup> GOMES, Júlio Antônio Moreira. *Evolução Econômica e o Crescimento Populacional e os Seus Impactos na Vida Social Pousoalegrense*. Pouso Alegre, MG: Univás, Universidade do Vale do Sapucaí, 2010, p. 40.

privilegiada, estando entre a capital paulista e mineira que detinham grande poder econômico já em meados dos anos 1960.

## **2.2. Conclusão**

Para concluirmos o artigo que é um pequeno passo para compreendermos um pouco mais sobre a rica história regional, foi necessário à compreensão dos fatos que antecederam o objeto estudado que é o bandeirante Fernão Dias na cidade de Pouso Alegre. Através de contribuições de outros sujeitos que produzem história como geógrafos, escultores e entre tantos outros, ficou claro que a imagem do bandeirantismo foi modificada com o tempo em concepção aos interesses particulares de determinadas classes que beneficiariam do sertanista. Pouso Alegre apropriou-se de um imaginário que transmite sinal de progresso e desbravamento ao momento que é interligada ao processo de industrialização que o município se encontrava com a construção da rodovia interestadual. Práticas antes inexistentes na cidade começaram a ser aplicadas principalmente com o processo desenvolvimentista incentivado por JK como o sentido de desenvolvimento e o industrial.

Mas o que traria a instituição de uma figura bandeirante ali? Para os que adentrarem na cidade, vindos de um dos meios mais utilizados que é a BR-381, perceberá uma estátua no trevo que dá acesso à cidade.



Imagem 3: *Estátua do Bandeirante Fernão Dias*<sup>52</sup>

É significativa a imagem de um indivíduo que traz tanto sentido para nós. De fato, é perceptível de maneira simples quem passa por ali. Sua composição é de concreto, “ela é dividida em vários blocos (cabeça, tronco e membros), e ocupou três carretas e um caminhão. Os moldes foram elaborados por um artista português foram trazidos da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1962”.<sup>53</sup> Trazer uma imagem de progresso é muito mais do que instituir apenas um discurso, tem a ver com a determinação sobre um local ou determinado lugar.

O discurso sobre Fernão Dias – e estamos falando do poder de evocação da estátua – encarna a territorialidade em que se localiza Pouso Alegre, em seu entorno, em sua sociedade, em sua cidade, sua população. Em seus sujeitos. Visamos compreender como Fernão Dias, o Bandeirante, mas sobretudo, o bandeirante feito estátua, que pousa na entrada de Pouso Alegre, contribui para a constituição de um espaço unificado – unidade

---

<sup>52</sup> Arquivo pessoal do autor.

<sup>53</sup> Jornal: *Sul das Geraes*, Pouso Alegre, MG: 02/04/1999, ano: XIV, edição 793, p. 02. (A escrita foi transcrita como se encontra no original).

imaginária, o Um da identidade – formado pelas cidades do Vale do Sapucaí, em que se destaca Pouso Alegre.<sup>54</sup>

Entrelaçar um discurso histórico ao personagem heroico e adapta-ló ao sujeito do mesmo modo que foi composto por cafeicultores paulistas do século XX, é tentar constituir uma memória hegemônica e duradoura de como seriam si próprios. Fazer a união entre “herói” e pessoa é ao momento instituir sentido de pertencimento ao local de origem. Soldando assim o sujeito pousoalgreense que com o movimento histórico do desenvolvimentismo idealizado por JK na presidência criasse uma ideia de identificação e até autodeterminação. Como para Max Weber o Estado usa táticas de fortificação de discursos totalitários para sua legitimação e “assim o historiador, além de mediador, atuaria também como um árbitro, que escolheria o que vale a pena ser selecionado em meio ao caos.”<sup>55</sup>

É fato que trazer uma figura paulista para o cotidiano mineiro tem muita importância e causa discussões sobre as maneiras de como determinada classe social consegue eleger produtores de história da maneira que mais convém. Fernão Dias está figurado na cidade através de construções e ressignificações que foram admitidas por interesses particulares.

O homem que nos ensinam nos livros didáticos sempre aparenta ser como os propulsores do projeto expansionista brasileiro. O fato é que um dos indivíduos que ajudaram a constituir caminhos para os colonos europeus na povoação no continente desconhecido tem grande contribuição de Fernão Dias e as entradas no interior do continente, que não se intimidava perante a arbitrariedade de fatores que o impedisse para conseguir seus objetivos. É um ótimo exemplo de como o homem diretamente ou não consegue mudar o rumo da história dependendo de intencionalidades de pessoas ou classes que detém o poder para “reescrever” a história de acordo com seus propósitos. Assim foi introduzida na cidade o exemplo perfeito para a significação do espaço utilizado por indivíduos com intenções de manterem uma identidade hegemônica de pioneirismo identificado com o bandeirante paulista que foi reelaborada através das décadas.

A estátua nos remete a um tempo que era preciso se jogar no desconhecido sem medo de represarias e aptos a sofrerem qualquer tipo de consequência maléfica para obtenção de resultados desejados. Não muito diferente do intuito que querem transformar como marco pousoalgreense. Não podemos deixar de compreender o contexto histórico para que possamos assimilar a história e assim os inúmeros por quês apresentados. Assim, o personagem é uma dessas tantas histórias pouco compreendidas verdadeiramente e lembrada constantemente, fazendo parte do ser, do quem sou e de que lugar eu sou.

---

<sup>54</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *Os sentidos de uma Estátua: Espaço Individuação, Acontecimento e Memória*. Pouso Alegre, MG: Univás, Entremeios: revista de estudos do discurso, disponível em <http://www.entremeios.inf.br>, volume 1, nº.1, Julho/2010, p. 2.

<sup>55</sup> ANDRADE, Débora El-Jaick. *Escrita da História e Política no Século XIX: Thomas Carlyle e o Culto aos Heróis*. História e Perspectivas, Uberlândia. 211-246, jul. Dez. 2006, p. 36.

### 3.1. Referências bibliográficas

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998, Congresso Nacional Praça dos Três Poderes s/nº CEP 70168-970.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Roteiro das Esmeraldas A Bandeira de Fernão Dias Pais**. Rio de Janeiro. RJ: Livraria José Olympio Editora S.A.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo, SP: UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FARIAS, Roberto. **A Atual Situação Diglósica do Brasil: Suas Origens no Bilingüismo dos Primeiros Séculos de Colonização**. Universidade Federal de Rondônia, Brasil: Actas do I Simpósio Internacional Sobre o Bilingüismo.
- GOMES, Júlio Antônio Moreira. **Evolução Econômica e o Crescimento Populacional e os Seus Impactos na Vida Social Pousoalegrense**. Pouso Alegre, MG: Univás, Universidade do Vale do Sapucaí, 2010.
- KOSSOY, Boris. **História & Fotografia**. 2. Ed. revista. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.
- NETO, Manuel Pacheco. **Vivendo Bandeirantemente e Morrendo Cristãmente: a Remissão do Bandeirante à Beira da Morte**. Universidade Federal da Grande Dourados, MS.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Os sentidos de uma Estátua: Espaço Individuação, Acontecimento e Memória**. Pouso Alegre, MG: Univás, Entremeios: revista de estudos do discurso, Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>, volume 1, nº1, Julho/2010.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2ª edição, 1995.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

# O ESTADO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A QUESTÃO DO ENSINO PROFISSIONAL

**GIOVANE SILVA BALBINO, SANDRA AP. PORTUENSE DE CARVALHO**

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ, CAMPUS FÁTIMA I, POUSO ALEGRE/MG,  
CEP: 37550-000

giovanesilvabalbino15@gmail.com  
sandra\_portuense@yahoo.com

## Rumo ao “progresso”

*“A crítica destroçou as flores imaginárias  
presas aos grilhões, não para que o  
homem carregue grilhões enfadonhos  
e maçantes, mas para que se liberte  
desses grilhões e colha a flor viva.”  
(Karl Marx)*

A presente pesquisa que propomos apresentar tem como seu principal objetivo de analisar e compreender a ação e a contextualização da atuação do Estado na Primeira República (1889 – 1930) no Brasil, suas ações no que se refere ao ensino profissional e as questões do trabalho e da industrialização nesse período.

Propomos a nossa discussão, com a contextualização tanto política e econômica nesse período, marcado por várias mudanças no cenário nacional, com o fim da Monarquia e a Proclamação da República ambos em 1889 trouxeram um novo paradigma à nação, a questão do progresso. Entendemos que o sentido de “Progresso significava, como vimos, a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações.” (FAUSTO, 1998, p. 246)

Porém o progresso estava no seio do ascendente sentimento republicano, até por que “[...] A República deveria ter ordem e também progresso.” (Idem), mas o progresso em si, só se fosse para as elites, e a ordem para o povo, mas buscando as suas origens, a frase “Ordem e Progresso”, se remete a influência Positivista sobre o Partido Republicano, podemos dizer que a frase, foi uma inspiração na frase dita pelo francês Auguste Comte, uns dos expoentes do Positivismo, “Amor

como princípio e a Ordem por base, o Progresso por fim [...].”<sup>56</sup> Nesse contexto histórico de 1889, ano que foi Proclamado a República no Brasil, esse seguinte lema positivista, demonstra a tentativa de impor a ordem para desenvolver o país, que seria o progresso.

Entretanto a República empenharia para reduzir essas complexas realidades da sociedade brasileira, pois o cenário de um país que tinha acabado de sair do longo período de quase 400 anos de escravidão, pois em 1888, foi Proclamado a Abolição da Escravatura<sup>57</sup>, tudo isso preocupava as elites, mais por que preocupava? Antes de responder iremos ver que a próxima citação mostrará o caminho a ser seguido para a resposta.

As novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do [...] colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. (SEVCENKO, 1998, 27)

Conforme analisamos os aspectos da república, entendemos que suas ações políticas eram influenciadas pelos modelos de gestão idealizados na Europa e nos Estados Unidos, mas essas realidades sociais aqui no Brasil eram diferentes, ainda mais suas complexas realidades econômicas e culturais, esses modelos de gestão, tinha como sua base de sustentação a inserção do país ao modelo de sistema capitalista, mais como assim? As complexidades da sociedade brasileira é uma construção sócia histórica, desenhada desde os tempos de colônia, a sua economia ainda dependente do campo, produziu-se para as elites, um sentimento de atraso em relação as outras potências como Inglaterra e os EUA, que tinham em sua natureza a mão-de-obra livre e assalariada, que possibilitou um “avanço” no capitalismo.

Diante desses paradigmas compreendemos que “[...] três processos sociais e econômicos combinaram-se para mudar a estrutura social, [...]: a imigração estrangeira, a urbanização e a industrialização.” (CUNHA, 2005, p. 7), essas questões sociais e econômicas influenciadas pela *Belle Époque*<sup>58</sup>, estão mais latentes no cenário nacional, marca-se também o período em que o Brasil opta pela lógica do mercado capitalista e da mão-de-obra livre.

---

<sup>56</sup> Veja mais: <https://www.hipercultura.com/ordem-e-progresso/>. Acessado no dia 05 de Maio de 2018.

<sup>57</sup> Veja mais: <https://www.historiadobrasil.net/abolicaoadaescravatura/>. Acessado no dia 05 de Maio de 2018.

<sup>58</sup> “A *Belle Époque brasileira* é, no entanto, instaurada lentamente no país, por meio de uma breve introdução que começa em meados de 1880, e depois ainda sobrevive até 1925, sendo aos poucos minada por novos movimentos culturais. A face artística é subvertida com o nascimento do Impressionismo e da Art Nouveau. No Brasil a ligação com a França é profunda nesta fase da História. Entre os membros da elite brasileira, era inconcebível não ir a Paris ao menos uma vez por ano, para estar sempre a par das mais recentes inovações. Mudanças profundas marcam o cotidiano da Belle Époque, provocadas pelo aparecimento de novas tecnologias como o telefone, o telégrafo sem fio, o cinema, a bicicleta, o automóvel, o avião, entre outras invenções. Paris se torna o centro cultural mundial, com seus cafés-concertos, balés, operetas, livrarias, teatros, boulevards e a alta costura inspirando e influenciando várias regiões do Planeta.” Ver: <http://www.infoescola.com/artes/belle-epoque/>, acessado no dia 20 de Abril de 2016.

A Belle Époque se caracteriza pela expressão do grande entusiasmo advindo do triunfo da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, momento em que se notabilizaram as conquistas materiais e tecnológicas, ampliaram-se as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas. Época marcada pela crença de que o progresso material possibilitaria equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade. (FOLLIS, 2004, p. 15)

É nesse período que ocorre a preocupação com os aspectos urbanísticos e da sociedade que habitava as cidades, nessas questões a República tinha-se como meta de “promover uma industrialização imediata e a modernização do país ‘a todo custo’.” (SEVCENKO, 1998, p. 15), pois as elites que eram formadas principalmente pela emergente burguesia industrial brasileira e pelos latifundiários, que tinham como seu principal produto econômicos, principalmente o café, localizados no Vale do Paraíba e na região de Itu em São Paulo, foram uns dos grandes articuladores para a Proclamação da República em 1889, afinal de contas essas elites queriam “que a herança do passado colonial e escravista do país pudesse ser anulada com a instauração da República.” (RANGEL, 2010, p. 4)

Nesse contexto que a República pudesse anular toda herança do passado colonial e dos longos anos de escravidão, deu-se a iniciativa de promover intensas imigrações ao Brasil, principalmente de Italianos, Portugueses, Japoneses e outras nacionalidades, mas as imigrações ao Brasil já estavam ocorrendo desde 1850, com o fim do tráfico negreiro, vale destacar que é na Primeira República, como foi dito, que se intensificou a vinda desses imigrantes ao Brasil. Para compreendermos melhor essa conjuntura, necessitamos entender os aspectos da mão-de-obra naquela época no Brasil e os primórdios da industrialização nacional.

O primeiro aspecto a ser tratado diz respeito ao movimento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Isto é, do estabelecimento do mercado de trabalho a partir de meados do século XIX. As características desse processo explicam a recorrente abundância de força de trabalho disponível para o processo de industrialização conhecido pelo país durante o século XX. (DE DECCA, 2005, p. 95)

A mão-de-obra apesar de que era abundante, pelo fim da escravidão em 1888, não tinha especialidade com a nova indústria que estava sendo incorporada ao Brasil, a dinâmica do capitalismo industrial, possibilitou a emergência de trazer imigrantes europeus. Mas de certo modo, por que trouxeram os imigrantes europeus? Por que os negros não sabiam trabalhar nas indústrias? A resposta para essas perguntas pode ser respondida em certo sentido em que a preocupação não era se o negro sabia ou não trabalhar na indústria, até por que houve iniciativa de criar ao longo da

história do Brasil vários institutos ligados às entidades religiosas, como os Salesianos<sup>59</sup>, ao ensino profissional durante o período da escravidão (CUNHA, 2000) e influência da eugenia, do Darwinismo, essa influência ficou conhecida como o Darwinismo Social, mais qual era lógica do Darwinismo Social com a imigração nesse período?

Os abolicionistas brasileiros previam um processo “evolucionista” com o elemento branco triunfando gradualmente e estavam até preparados para acelerar essa “evolução”, promovendo a imigração europeia [...]. (REBELO, 2007, p. 169)

Nesse contexto em que a questão de embranquecer a pátria a partir da imigração destrói a tese que muitos defendem, de que os europeus vindos para trabalhar como operários, mais teve grande reflexo, pois muitos vieram para serem formadores de uma burguesia ascendente. Diante desse contexto o discurso da industrialização era sinônimo de progresso.

“O industrialismo consistia na atribuição à indústria de sinônimo de progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização.” (CUNHA, 2005, p. 14), diante desse discurso, a questão da industrialização teve uma enorme importância para os aspectos ligados ao ensino profissional na primeira república (1889 – 1930), período que marca definitivamente o projeto de nação em relação ao trabalho e a educação no âmbito desse período.

“[...] ação do Nilo Peçanha na criação das escolas de aprendizes artífices, a mais importante iniciativa republicana em matéria de ensino profissional.” (CUNHA, 2005, p. 14), diante desse contexto, em que a iniciativa de criar as escolas de aprendizes artífices, foi um “apelo” para o desenvolvimento de uma mão-de-obra nacional, abre-se algumas perguntas essenciais, por que o Estado tinha em suas pautas legislativas o ensino profissional? E a atuação do mesmo Estado nos parâmetros da questão industrial, entre o antagonismo do capital e trabalho e da mão-de-obra?

## **O Estado e o ensino profissional**

Antes de começarmos a responder a pergunta levantada no tópico anterior, é necessário compreender o sentido que o trabalho e a educação tinham nesse período, porém o nosso foco não está ligado nas análises envolvendo os currículos escolares da época, mais sim é a compreensão do Decreto Nº 7.566, que foi executado no dia 23 de Setembro de 1909, pelo Presidente da República Nilo Peçanha, que teve como sua proposta fundamental a criação de várias instituições federais voltadas ao ensino profissional.

---

<sup>59</sup> <http://www.salesianos.com.br/132-anos-da-chegada-dos-salesianos-no-brasil/>. Acessado no dia 05 de Maio de 2018.

Até aonde podemos compreender, diante desse decreto Nº 7.566, as questões do trabalho e da educação estavam “unidas” nesse processo de modernização e de crescimento da indústria no cenário nacional, mas vale destacar que nesse processo de uma formação de uma mão-de-obra qualificada, atenderia os desejos industriais da força de trabalho da época.

O Decreto Presidencial nº 7.566 de 1909, abriu as portas para tal ensino no Brasil com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, onde os discentes obtinham uma preparação para trabalharem praticamente como artesãos nas oficinas de trabalho da época, dado o estágio atrasado do capitalismo em estruturação no país. (COELHO; DELGADO, S/D, p. 1)

Diante dessa perspectiva, o decreto teve uma importância significativa naquele cenário político e econômico que o país estava vivendo, podemos compreender que o objetivo de formar uma mão-de-obra especializada, criando assim “elementos” essenciais para o desenvolvimento do capitalismo naquela época. Esse decreto também fazia que essas escolas profissionais tivessem mais apoio seja financeiro e político, onde era mantida pelo Estado, ou dos Municípios ou de associações particulares, podemos perceber essa ação diante do Artigo 16 do presente decreto:

Art. 16. As Escolas de Aprendizes Artífices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que for consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. (DECRETO, 1909, p. 2)

Ao analisar o Art. 16, percebemos que o Estado, os municípios e as associações particulares, como o artigo descreve, são mantenedores das ações envolvendo as escolas de aprendizes artífices. No entanto, tinha-se a ideia que uns “dos primeiros deveres do Governo da Republica *formar cidadãos uteis á Nação.*” (DECRETO, 1909, p. 1) (grifos nossos), esse conceito tão presente no discurso da época, diante dessa conjuntura, percebermos que quando o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tem em seu projeto a iniciativa de estabelecer uma verba destinada para o desenvolvimento do ensino profissional.

Importante é compreender o sentido de “formar cidadãos uteis á Nação”, que era uns dos deveres da república, como o decreto vem anunciando em seu discurso, diante desse sentido se dá a importância ao ensino profissional nessa época, pois “[...] O aumento do custo de vida provocado pela política econômico-financeiro levou as massas urbanas a um estado pré-insurrecional.” (CUNHA, 2005, p. 12), esse estado pré-insurrecional, pode ser entendido, pelas greves e revoltas

que estavam espalhadas pelo Brasil, exemplo a Revolta da Vacina<sup>60</sup>, que foi um movimento popular, que se intensificou, com o descontentamento da população em relação ao governo, podemos citar também as greves operárias e a influência dos anarco sindicalista durante a primeira e a segunda década do século XX.<sup>61</sup>

Nessa lógica “a questão da gênese da disciplina industrial, ampliando o enfoque da disciplina dos trabalhadores para além dos muros da fábrica, atingindo todos os aspectos de sua vida cotidiana.” (RAGO, 1997, p. 3) Diante desse aspecto, em que a gênese da disciplina industrial precisava na visão do Estado por em prática, não só pelas questões envolvendo a indisciplina dos trabalhadores nesse período, mais se tinha como ideia de que oferecendo o ensino profissional, “resolveria” alguns “problemas” do cotidiano, vejamos um exemplo para isso é o presente fragmento do decreto, segundo o Estado Republicano o objetivo era “[...] que se facilite às classes proletárias *os meios de vencer as dificuldades* sempre crescentes da *luta pela existencia.*” (DECRETO, 1909, p. 1) (grifos nossos)

No fragmento que extraímos do decreto, grifamos dois trechos essenciais para compreender os seus sentidos, primeiro vamos analisar o primeiro trecho, onde que diz assim: “os meios de vencer as dificuldades.” Nesse trecho podemos analisar que “os meios” que são para o decreto, é o ensino profissional que resultaria uma rápida solução para enfrentar as dificuldades existentes, mais se fomos entender os aspectos.

Em outro momento do segundo trecho que grifamos, podemos compreender melhor o que realmente o decreto estava expressando, mais afinal de contas, esses meios de vencer as dificuldades e a luta pela existência por parte do proletariado, demonstram as preocupações das elites e do Estado numa possível insurreição das massas contra a pobreza e a miséria que o povo brasileiro estava vivendo.

Quando a crítica da crítica desabrocha as flores imaginárias da realidade da sociedade burguesa, no que se refere à ilusão que o progresso levaria o bem estar a todos, essa ideia presa por correntes imaginárias no sentimento burguês, a crítica do concreto se desmancha em pó o concreto da realidade abstrata do sonho de qualquer idealista burguês.

Mais do que a crítica roedora das estruturas do concreto da sociedade burguesa, possui seus mecanismos, como Cunha explica a questão do Estado e a sua relação com o antagonismo entre o capital e o trabalho. Nessa relação o Estado tentava intervir de todas as formas ou para um processo de conciliação ou de enfrentamento.

---

<sup>60</sup> [https://www.historiado brasil.net/resumos/revolta\\_da\\_vacina.htm/](https://www.historiado brasil.net/resumos/revolta_da_vacina.htm/) Acessado no dia 06 de Maio de 2018.

<sup>61</sup> [https://www.historiado brasil.net/brasil\\_republicano/cronologia.htm/](https://www.historiado brasil.net/brasil_republicano/cronologia.htm/) Acessado no dia 06 de Maio de 2018.

O Estado tratava de intervir nas relações de trabalho, pela aprovação de leis que “concediam” alguns direitos aos trabalhadores, como a limitação do trabalho dos menores e as férias anuais, que somente foram postas em prática na década seguinte. (CUNHA, 2005, p. 14)

De fato as intervenções do Estado nas relações trabalhistas impulsionaram mais a dinâmica de suas preocupações com a classe operária da época. “As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social.” (HÖFLING, 2001, p. 31), o Estado tendo como sua preocupação em manter as relações sociais estabelecidas, propõe o uso das políticas sociais voltada as classes mais pobres.

Entendemos que em relação ao Estado como categoria, é necessário trazer a luz algumas questões, que para Marx, o Estado moderno era apenas um comitê que gerenciava os negócios de toda classe burguesa, onde quem mandava era a própria classe dominante, a classe que possuía maior acúmulo de capital. (MARX, 2014, p. 110), nesse ambiente, as políticas públicas foram essenciais para estabelecer a dominação por parte da burguesia sobre o proletariado.

“As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.” (HÖFLING, 2001, p. 31), apesar de suas origens serem voltadas pelos conflitos entre o capital e o trabalho, a relação do Estado nessa questão é íntima. A mesma autora, trás outra análise acerca do estado capitalista, pondo em sua dimensão no que se refere aos programas sociais e sua hegemonia nas questões envolvendo as lutas de classes.

O Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo. (Ibidem, p. 33)

Diante desse aspecto a função do Estado capitalista moderno ainda de qualificar permanentemente uma mão-de-obra especializada para atender as dinâmicas do capitalismo, sua principal proposta, como poder da classe dominante, é de estabelecer e manter as relações sociais intactas.

Mais a questão da mão-de-obra e a dinâmica do capitalismo industrial, favorecia a proliferação da ideia da extrema importância do ensino profissional que era oferecido pelo Estado Republicano, constituído por lei. Entendemos essas complexas relações, quando analisamos um pequeno trecho do decreto “não só *habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna* com o *indispensavel*

*preparo tecnico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime.*” (DECRETO, 1909, p. 1) (grifos nossos).

No fragmento que escolhemos do decreto para ser analisado, grifamos quatro partes essenciais para entendermos esse processo da importância do ensino profissional na mentalidade da época, essa mentalidade que ainda está presente em nosso cotidiano. Se formos analisar os projetos e as estruturas das atuais escolas profissionais patrocinados tanto pelo Estado, pelos Municípios ou/e associações particulares, exemplo são os “Pronatecs”<sup>62</sup> e “Sesis”<sup>63</sup>, que são instituições ligadas ao ensino profissional, ambas as instituições foram fundadas com objetivo de profissionalizar os jovens para o mundo do trabalho, destacamos que essas instituições são financiadas pelo poder público.

Iremos compreender o porquê dessa mentalidade tão presente nos discursos da época, iniciamos nossa empreitada analisando o trecho “*habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna.*” Habilitar os filhos como está em discurso, desfavorecido da fortuna, simboliza as heranças da pós-escravidão, essas heranças que demonstram a miséria dos filhos dos ex-escravos, nos trazem algumas reflexões para as análises dessa questão, como a questão da eugenia, ou do discurso higienista, que retratamos quando falamos sobre a imigração, mas por diversas questões envolvendo a questão da “pobreza”.

“[...] as populações mais pobres também eram afastadas por oferecerem problemas a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública.” (CHALHOUB, 2006, p. 29). Eminentemente, no discurso da época, as populações pobres eram responsáveis pelos vários problemas da ordem pública existente naquele período, por isso que o olhar sobre as crianças pobres e órfãs possuíam um aspecto por parte das elites em relação a sua condição de existência, porém surgiram “[...] várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs.” (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1494), essas instituições foram responsáveis pela circulação do discurso de “caridade” mais tendo em seu ideário, a preocupação era mesmo com o futuro da pátria.

Por baixo da capa legitimadora da ideologia industrialista (entre outras, a exemplo do assistencialismo), havia interesses mais palpáveis, em termos políticos, como o reforço do mecanismo de cooptação de setores locais das oligarquias pelo governo federal, controlado pelas frações latifundiárias das classes dominantes, ligados à agricultura cafeeira. (CUNHA, 2000, p. 95)

---

<sup>62</sup><https://pronatec.blog.br/pronatec-cursos-como-funciona-quem-pode-fazer-e-mais-confira/>. Acessado no dia 06 de Maio de 2018.

<sup>63</sup> [http://www.sesimt.com.br/institucional.php?secao=casasesi\\_historia](http://www.sesimt.com.br/institucional.php?secao=casasesi_historia). Acessado no dia 06 de Maio de 2018.

Atrás da ideologia industrial que às vezes é mascarada pela ação assistencialista, existe sempre uma intenção, essa intenção é representação depressível que o Estado Capitalista impõe a classe trabalhadora, qual é o sentido da caridade? O porquê do discurso assistencialista? O sentido “[...] que a caridade, como sendo estimulada a ser uma máquina de controle social.” (BALBINO, 2016, p. 30). Nesse sentido a máquina de controle social impõe seu domínio sobre a classe trabalhadora, apelando em nome de um discurso típico de um “sonhador” vestido com trajes de batina ou de ternos.

Em outro fragmento que analisaremos como esse neste momento, onde explicita assim: “indispensável *preparo tecnico e intelectual*”, o decreto traz essa mensagem, sendo indispensável à preparação tanto técnica e intelectual, essas duas “qualidades” de ensino, de certo modo, nunca foi colocado em prática, por mais que o uso da intelectualidade, todos os cursos proporcionam esse feito, mais diante dessas análises, as reflexões que aparecem, demonstram a separação educacional existente tanto naquela época quanto nessa.

Para Gramsci, o discurso dessa separação entre a educação das classes, tem como instrumento de produzir os intelectuais para diversos níveis, podemos refletir que os intelectuais que seriam e que são os mais destacados, são os que pertencem a burguesia. Essas complexas relações entre os setores da indústria e das “artes” no campo das lutas de classes, promovem tal separação entre as classes.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. Do mesmo modo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação; escolas e instituições de alta cultura são similares. Neste campo, igualmente, a quantidade não pode ser destacada da qualidade. (GRAMSCI, 1982, p. 9)

Diante desses aspectos educacionais, podemos concluir que a hierarquização que existe dentro do ambiente escolar, essa hierarquização que está estabelecida com as lutas de classes, influencia esse desenvolvimento contínuo dessa realidade depressível que existe em nossa educação.

Voltando a analisar o terceiro trecho que grifamos do fragmento do próprio decreto, iremos questionar e compreender os sentidos dessa parte: “*fazer-os adquirir hábitos de trabalho profícuo,*” como podemos observar a estrutura de seu discurso, que está embutido nas relações do trabalho, “fazer” e “adquirir”, pertence a uma ideia de intervenção por parte da classe dominante conjuntamente com o Estado, mais esse horizonte não é belo, como o horizonte do céu, mais esse horizonte carrega-se espinho, espinhos da disciplina e da obediência, pois quando propõe “fazer” e “adquirir” um “hábito” em relação ao “trabalho profícuo”, ter um hábito para o trabalho, demonstra as realidades da sociedade brasileira, não que se refere às questões envolvendo a “vagabundagem”, a “mendicância” e outros “delitos”<sup>64</sup> que incomoda as classes dominantes, mais fazer que seja incorporada ao sistema quanto mais rápido possível essa mão-de-obra.

“O ensino industrial deveria corrigir essa tríplice propensão negativa por meio do cultivo dos ‘hábitos de trabalho profícuo’. [...] a eliminação do antagonismo entre o capital e o trabalho ficaria viabilizada.” (CUNHA, 2005, p. 18), o ensino profissional teria como sua marca importante, como vimos tanto nessa citação e no fragmento de grifamos, “fazer” e “adquirir” hábitos ao trabalho.

Para que podemos compreender todos esses trechos que grifamos anteriormente, é necessário, entender esse último, até podemos chama-lo de cereja do nosso bolo da crítica, por que, esse último trecho grifado é mais uma amostra da mentalidade de uns “gênios” idealistas burgueses, vejamos essa parte: “*afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.*” Porém vamos compreender alguns aspectos da realidade da época e o porquê dessa mentalidade.

Algumas reflexões são necessárias para obter um grau de entendimento da conjuntura que trabalhamos, apesar de que não foge muito que acabamos de analisar no trecho anterior, a questão

---

<sup>64</sup> “CAPITULO XII - DOS MENDIGOS E EBRIOS - Art. 391. Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar: Pena - de prisão celular por oito a trinta dias. Art. 392. Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos lugares onde existem hospícios e asylos para mendigos: Pena - de prisão celular por cinco a quinze dias. Art. 393. Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatório: Pena - de prisão celular por um a dous mezes. Art. 394. Mendigar aos bandos, ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor: Pena - de prisão celular por um a tres mezes. Art. 395. Permittir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilancia, ande a mendigar, tire ou não lucro para si ou para outrem: Pena - de prisão celular por um a tres mezes. Art. 396. Embriagar-se por habito, ou apresentar-se em publico em estado de embriaguez manifesta: Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.”

Ver:[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%20847-1890?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%20847-1890?OpenDocument). Acessado no dia 06 de Maio de 2018.

dos vícios, crimes e da ociosidade ignorante como foi citado na nota de roda pé anterior, está discursado, provoca certas análises essenciais, como descreve Rago a seguir:

Em 1902, surge o Instituto Disciplinar de São Paulo, destinado a “incutir hábitos de trabalho” e educar profissionalmente os “pequenos mendigos, vadios, viciosos e abandonados”; em 1909, são criados os institutos profissionais para menores pobres e, em 1911, as escolas profissionais masculinas e femininas. (RAGO, 1997, p. 119)

Apesar desse contexto que o Brasil vivia o que queremos passar que a sociedade brasileira, especialmente as elites, estava incomodada com o atraso do país, nesse discurso todo, se propõe olhar a educação profissional como alicerce da disciplinarização dos filhos da classe operária da época. Conforme as análises vêm com a crítica, a necessidade de “incutir hábitos de trabalho” aos “delinquentes”, não resume numa necessidade clara de disciplinar uma determinada classe, mais sim de criar e especializar uma mão-de-obra voltada à indústria.

[...] onde eram internatos e submetidos à aprendizagem de ofícios manufatureiros até que, formados e depois de certo número de anos de trabalho como operários, escolhessem livremente onde, como e para quem trabalhar. (CUNHA, 2005, p. 3)

A aprendizagem de ofícios submetida às classes mais baixas representa a forma mais espontânea de uma formação de um mão-de-obra. No presente decreto, especialmente o que iremos analisar que é o Artigo dois neste momento, partiremos das análises de quatro fragmentos que grifamos.

Art. 2º Nas Escolas de aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício, havendo para isso, até o numero de cinco, as oficinas de trabalho manual ou mecânica que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionam a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das industrias locais. (DECRETO, 1909, p. 1) (grifos nossos)

Começaremos a analisar o primeiro trecho que grifamos, veja: “custeadas pela União, se procurará formar operários e contra-mestres”, compreendemos que essas Escolas de Aprendizes Artífices, são custeadas pela União! Mais o que estamos interessados em analisar é o trecho que diz assim: “procurará formar operários e contra-mestres”, formar operários e contra mestres, no dilema republicano simboliza o progresso, mais não só o progresso, num tempo em que o próprio favorecimento aos trabalhadores, poderia favorecer sua própria existência, nessa linha de

raciocínio, continuamos com a ajuda teórica de Cunha (2005), onde ele separar de A ao D, o por que de ensinar um ofício aos trabalhadores.

a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados. (CUNHA, 2005, p. 4)

Diante dessa linha de raciocínio, vamos analisando cada fragmento que grifamos, exprimindo as ideias e o contexto da época, com o suporte teórico da última citação, começaremos com a análise do segundo grifo, onde está assim: “ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio.” Nesse sentido consideramos que o ensino prático e os conhecimentos técnicos oferecidos aos menores, pretendia motivar desde pequeno à criança a motivação para o trabalho.

Analisaremos agora os últimos dois trechos que grifamos, onde está assim: “as officinas de trabalho manual ou mecanica que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola,” as oficinas tanto de trabalho manual e/ou de mecânica deveriam ser de necessidades e convenientes para o Estado, nesse momento compreendemos o porquê no desse último trecho dizer assim: “as especialidades das industrias locais.” Diante desse contexto em que o Estado tinham como objetivo de “c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira;” (CUNHA, 2005, p. 4) entendemos todo o movimento em o ensino profissional e a indústria, saiba que isso não é uma novidade a todos nós, em outras questões objetivo de ter uma mão-de-obra obediente e qualificada.

Em outro momento do presente decreto, o artigo seis, vem descrevendo os “candidatos” ou o processo seletivo para adquirirem uma vaga para estudar nas escolas.

Art. 6º Serão admittidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna: idade de 10 annos no minimo e de 13 annos no maximo; não soffrer o candidato molestia infecto-contagiosa. nem ter defeitos que o impossibilitem para o apprendizado de officio. (DECRETO, 1909, pp. 1 – 2) (grifos nossos)

Analisando os dois fragmentos do presente artigo, que grifamos, para melhorar a nossa linha de raciocínio e a crítica, quando percebemos em seu discurso, que os candidatos preferidos para assumir as vagas, são aqueles que desfavorecidos da fortuna, mas o que chama atenção é a

preocupação de que o candidato não esteja sofrendo com nenhuma das doenças tidas infecto contagiosas.

Mas o que foi essas doenças infecto contagiosas? O Brasil ao longo da sua história sofreu com várias doenças, que eram a Febre Amarela, a Variola, a Tuberculose e entre outras<sup>65</sup>, que atingiram principalmente a população pobre das cidades, que moravam em lugares insalubres e não detinham boas condições econômicas, nesse momento, nos traz uma reflexão importante, o sentido e o discurso da pobreza “ajudavam” para esse estereótipo de classe.

Para entendermos o porquê disso é necessário trazer essa citação “assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país.” (CHALHOUB, 2011, p. 23) nesse momento em que a teoria ilumina, permite que compreendamos os seus sentidos, e o mesmo autor traz que tinham se a ideia que “os pobres ofereciam também perigo de contágio” (CHALHOUB, 2011, p. 29), traduzindo tudo é uma questão de classe.

### **Considerações finais**

Com o percurso dessa pesquisa que relatamos, notamos as transformações sociais, políticas e econômicas, nesse período, a preocupação do Estado com a educação, uma educação voltada aos filhos da classe trabalhadora das fábricas da época, um período marcado pela ascensão das ideias “subversivas” vindas da Europa, principalmente pelos Europeus, o feitiço se virou contra o feiticeiro que é o Estado, as influências do anarco sindicalismo nas primeiras décadas e as organizações dos operários com as greves e motins.

Um período marcado por intensas crises higiênicas, exemplo maior a Revolta da Vacina na capital Federal (Rio de Janeiro) em 1904, como foram mencionadas anteriormente, mais foi um período marcado por intensos conflitos sociais, por questões financeiras, pelo sonho do progresso. Esse mesmo sonho que motivou várias mudanças no âmbito nacional, mudanças em várias áreas, desde saúde até as questões da mão-de-obra, mudanças no cenário da escravidão, e a integração do Brasil nos objetivos do mercado capitalista.

Nesse contexto, um país que começou a ser formado por mais diversas culturas, dos Índigenas, dos Africanos, o Italiano e do Japonês, um período que notamos a preocupação com a criança e com o seu futuro, a preocupação com os “vadios, mendigos e etc..”, pois em alerta as elites. Conforme as glosas críticas foram sendo feitas, tentamos de certo modo mostrar as estruturas

---

<sup>65</sup> <https://www.infoescola.com/saude/principais-epidemias-ocorridas-no-brasil/>. Acessado no dia 06 de Maio de 2018.

da Ordem e do Progresso, uma ordem que sem dúvida foi imposto pelo Estado ao povo e o Progresso para uma parcela de indivíduos da sociedade brasileira.

## **Referências bibliográficas**

BALBINO, Giovane Silva. **Instituições de Caridade, Ensino e Profissionalizante em Pouso Alegre – MG (1905 – 1940)**. Pouso Alegre/MG: Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Trabalho de Conclusão de Curso, 2016, F. 123.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COELHO, Fernando de Souza; DELGADO, Darlan Marcelo. **A Educação Técnico-Profissionalizante no Brasil, entre o Fordismo/Taylorismo e o Pós-Fordismo: Evolução, Característica e Desafios**. S/D.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, n° 14, 2000.

\_\_\_\_\_. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 1ª edição 2000.

\_\_\_\_\_. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DE DECCA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 25, n° 1 (97), pp. 94-111, janeiro-março/2005.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. **História da Educação Profissional no Brasil: As Políticas Públicas e o novo cenário de Formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, João Pessoa – PB, UFPB, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998.

FOLLIS, Fransérgio, **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1982.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, novembro/2001.

RABELO, Fernanda. **Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX.** ABFHIB, Filosofia e História da Biologia, v. 2, p. 159-177, 2007.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890 – 1930.** 3ª Edição, São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RANGEL, Rosangela Faria. **A Laicização da Assistência Social na Primeira República.** XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do Progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.). **História da Vida Privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio, vol. 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 7-48.

# **ANTICOMUNISMO: O SIGMA EM POUSO ALEGRE-MG**

**IVAN TEODORO MARQUES, ANDREA SILVA DOMINGUES**

Universidade do Vale do Sapucaí

## **1. A Ação Integralista Brasileira em Pouso Alegre - MG**

O artigo “Anticomunismo: O Sigma em Pouso Alegre – MG” tem como proposta central analisar a construção do ideal ultranacionalista, religioso e anticomunista da Ação Integralista Brasileira na cidade de Pouso Alegre, durante os anos de atuação da nossa principal fonte de pesquisa o jornal “A Razão”. Para desenvolvimento destas discussões buscamos realizar metodologicamente a interdisciplinaridade entre História Social e a Análise de Discurso, procurando por meio destas análises, entender a constituição e representação deste movimento na sociedade pousoalegrense da década de 1930.

A Ação Integralista Brasileira fundada em 1932 por Plínio Salgado alcançou espaço nas discussões cotidianas em diversas regiões do país, transmitindo seus ideais aos mais diversos campos da sociedade, sendo, de fato, um discurso transformador de seu contexto político-social. Para propagação de seu discurso utilizaram símbolos, rituais, jornais, revistas, panfletos, cartazes, palestras e sessões doutrinárias para transmissão de seu ideário político e logo alcançou a forma de partido se tornando o primeiro partido de massa do Brasil<sup>66</sup>.

O integralismo foi provavelmente o primeiro partido de massa do país, mantido com a contribuição de seus próprios membros, o que o distinguiu dos partidos tradicionais baseados em um modelo oligárquico. (CYTRYNOWICZ, 2007, p.09)

O movimento se assemelhava ao que era visto na Europa com o regime fascista na Itália, por onde Plínio Salgado esteve antes de iniciar a ação no Brasil e a Alemanha nazista chefiada por Hitler, mas não entendemos o Integralismo como uma cópia do nazi-fascismo e sim como uma elaborada tentativa de implantar ideais apreendidos destes casos na realidade brasileira, utilizando para isso uma forte influência religiosa e intelectual.

---

<sup>66</sup> Ver em: MARQUES, Ivan Teodoro. Discursos e Formas de se Dizer da Ação Integralista Brasileira em Pouso Alegre-MG. Univás. 2016.

O nacionalismo exacerbado, a valorização da mestiçagem, a busca por um pensamento genuinamente nacional, a valorização do interior do país, uma concepção particular do processo histórico nacional são elementos que acompanharam toda a trajetória do escritor de romances, mas também do político, líder de movimento integralista. No período que antecedeu a Revolução de 30, Plínio Salgado, a convite de Alfredo Egídio de Souza Aranha (com quem já trabalhava), viaja à Europa como uma espécie de preceptor de seu cunhado, na necessidade de “dilatir o seu horizonte intelectual”; e ao partir, Plínio reafirma a Menotti Del Picchia e Mario Graciotti que voltaria para fazer a revolução. (SCHIMIDT, 2008, p.29)

O Brasil onde Plínio buscava apresentar e alcançar adeptos era um intenso campo de conflitos, a crise de 1929 afetara de forma nunca vista antes todos os países capitalistas criando dúvida sobre o sistema. O comunismo na Rússia era parte das preocupações das elites, e uma crise ideológica agitava novos sujeitos que antes não tinham representação, mas que passaram a disputar por seu espaço, criando novas lutas pela hegemonia do discurso e conseqüentemente do poder. Nesse ambiente, líderes carismáticos como Getúlio Vargas e o próprio Plínio Salgado alcançam grande apoio popular bem como, inimigos declarados, como a Aliança Nacional Libertadora.<sup>67</sup>

Realmente a conjuntura social, política, econômica e cultural abria caminho para os questionamentos, dúvidas e angústias da população em geral. A década de 20 será de novos questionamentos que irão permanecer pelas próximas décadas, trazendo a tona novos atores que também queriam participar das decisões e outros que vão buscar impor uma ordem ao caos reinante na modernidade que assombra, fazendo valer suas verdades, surgindo como líderes carismáticos. (SCHIMIDT, 2008, p.16)

É clara a influência do modernismo de 1922 na literatura integralista, o nacionalismo autoritário e o movimento tenentista, a religiosidade católica e as influências dos movimentos fascistas europeus. Essa confluência de ideais dá ao Integralismo “uma face profundamente conservadora, caracterizada pelo autoritarismo, catolicismo, ultranacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo.” (FERREIRA, 2006, p.55). A fim de exemplificar a proximidade do movimento com os fascismos europeus relevamos a presença de um líder carismático, o Estado Integral, a hierarquização e suas

---

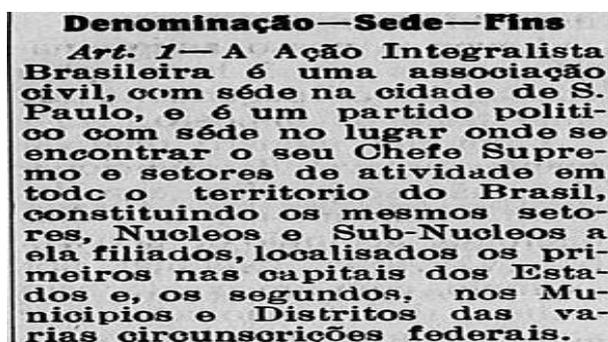
<sup>67</sup> Em 1934, Prestes, que estava exilado na URSS, retorna para o Brasil e é enquadrado pela IC no PCB, mesmo o PCB não tendo o interesse de colocá-lo em suas fileiras neste momento. O motivo de sua vinda é preparar o terreno para a revolução que deveria ocorrer no Brasil, contra o Governo Getúlio e os Integralistas. Prestes fora designado para essa tarefa devido à sua influência dentro do Exército Brasileiro. De fato, após a sua entrada no PCB, este recebeu em suas fileiras muitos militares, que futuramente auxiliariam na revolta de 1935, embasada pela ANL. Com o aumento das forças do PCB e também do movimento operário, já com posturas de formar frentes antifascistas, aumenta também a repressão por parte do Governo de Getúlio Vargas, que, por sua vez, tinha muita simpatia com o movimento integralista. Esta repressão foi uma constante e, muitas vezes, vinha acompanhada com o apoio de grupos armados integralistas. (BOTH, 2012, p. 329)

simbologias.<sup>68</sup> Neste cenário, o movimento nasce após diversos encontros de seus líderes na Sociedade de Estudos Políticos - SEP com um discurso de valorização da cultura e da moral nacional, se fazendo considerar defensor da pátria e dos bons costumes cristãos, soldados na luta contra o comunismo e o liberalismo que em sua visão contaminavam e criavam dentro da sociedade brasileira uma guerra desnecessária.

A doutrina integralista fundamentava-se em valores morais, religiosos, e num ideal nacionalista, sintetizado no próprio lema da AIB: "Deus, Pátria e Família". O Manifesto de Outubro assinalava a influência de uma concepção espiritualista cristã que definia o progresso moral como a finalidade superior do ser humano: Deus dirige o destino dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da Pátria e da Sociedade. (BARBOSA, 2014, p. 69)

Com esse discurso, o Integralismo consegue integrar à sua causa outros partidos de extrema direita já existentes no país, se tornando o principal partido de extrema direita já visto até então. Para se difundir o movimento utiliza as “bandeiras” que levam seus ideais a novas fronteiras inaugurando novos núcleos partidários onde por meio de reuniões semanais as ideias de seus líderes nacionais eram passadas aos diversos sujeitos que se inscreveram no partido. É na análise de um destes núcleos que agora vamos basear nossas discussões, tentando entender o movimento a partir do regionalismo, utilizando sua principal arma de divulgação, a imprensa, que na cidade de Pouso Alegre se fez por meio do jornal “A Razão”.

A fim de entendermos como era dividida as funções destes núcleos e sua relação com as lideranças do movimento, trazemos um recorte do jornal “A Razão” que trás aos leitores os Estatutos da Ação Integralista.



**Denominação—Sede—Fins**  
**Art. 1— A Ação Integralista Brasileira é uma associação civil, com sede na cidade de S. Paulo, e é um partido político com sede no lugar onde se encontrar o seu Chefe Supremo e setores de atividade em todo o território do Brasil, constituindo os mesmos setores, Núcleos e Sub-Núcleos a ela filiados, localizados os primeiros nas capitais dos Estados e, os segundos, nos Municípios e Distritos das várias circunscrições federais.**

Figura 1 - Recorte do Jornal A Razão. Ed. 3. 16/04/1936

<sup>68</sup> Ver em: Revista de História Regional 11(1): 53-86, Verão, 2006

Podemos perceber neste recorte que a sede do movimento era em São Paulo, cidade onde Plínio Salgado iniciou as discussões do movimento e sua propagação através do jornal. Mas percebe-se que enquanto partido político o a sede está onde o seu líder estiver. Podemos acrescentar esta outra faceta do Integralismo a sua familiaridade com o fascismo europeu já que

A dualidade entre Fascismo movimento e Fascismo partido, entre a retórica e o poder, também pode ser observada no Fascismo italiano e no Nazismo alemão, e isto em nada significa atenuar as conseqüências da guerra e do genocídio.(CYTRYNOWICZ, 2007, p.280)

No discurso do próprio movimento como podemos observar, Plínio Salgado não era apenas o chefe do movimento, mas sim o Chefe Supremo o qual não pode e não deve ser contestado, o homem capaz de colocar o Brasil nos trilhos da moral e do desenvolvimento. De acordo com este estatuto, o que havia na cidade de Pouso Alegre era um subnúcleo do movimento já que os núcleos eram nas capitais dos estados. Como veremos no próximo recorte ainda sobre os Estatutos da AIB<sup>69</sup> temos a divulgação dos principais ideais do movimento, seu lema e suas aspirações.

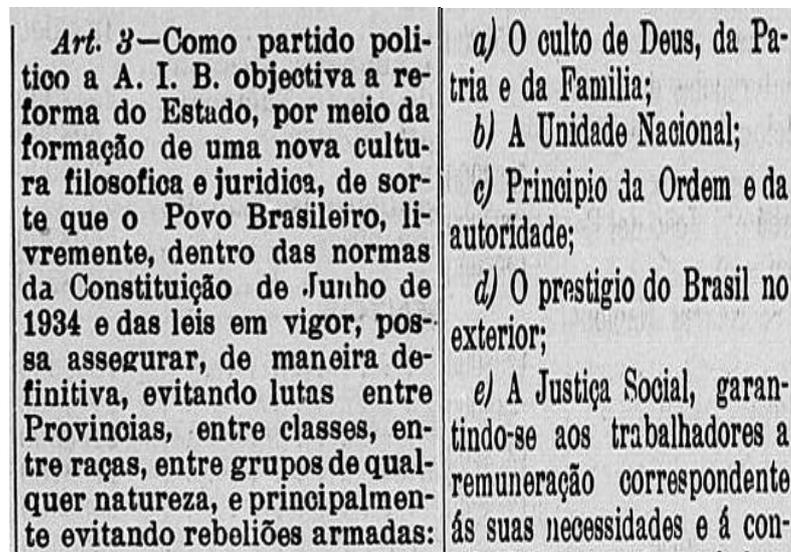


Figura 2 Recortes do Jornal A Razão. Ed. 3. 16/04/1936

Os integralistas apresentam a luta de classes como um problema social que deve ser evitado, mesmo mencionando o comunismo em quase todas as edições de seus jornais, mencionam uma luta entre raças que também deveria ser evitada, mesmo transmitindo por meio de sua imprensa ideais

<sup>69</sup> Ação Integralista Brasileira.

racistas e antissemitas, e evitar principalmente as rebeliões armadas, mesmo o grupo tendo sua própria milícia e tendo tentado tomar o poder na intentona integralista<sup>70</sup>.

É com este discurso que o Integralismo se apresenta em Pouso Alegre<sup>71</sup>, cidade do sul de Minas Gerais, onde se fez sede da 43ª região, nome dado pelas lideranças do movimento a região que envolvia também as cidades de Jacutinga, Monte Sião, Silvianópolis, Santa Rita do Sapucaí e Borda da Mata. (*A Razão*. Num. 31).

O movimento conquista boa parte da população, chegando a alcançar mais de mil inscritos durante o primeiro ano do núcleo na cidade, tendo entre seus adeptos homens, mulheres e crianças, os quais participavam de diversas atividades doutrinárias no núcleo, como aulas, palestras e discussões. O movimento desta forma representa e se faz representar por sujeitos de diferentes classes e ambientes das cidades como “funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, advogados, médicos, professores, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio, militares, setores ainda não representados politicamente pelos partidos oligárquicos” (DELGADO, 2003, p. 51).

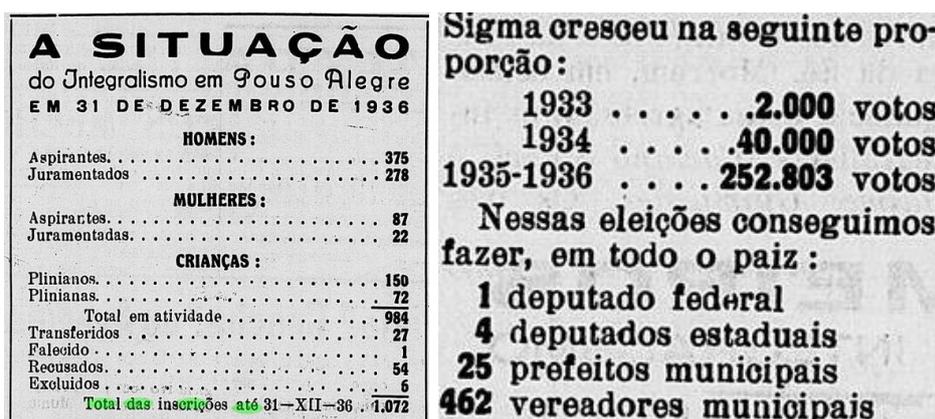


Figura 3 ed. 38 do jornal A Razão. 14/01/1937 e ed. 25 de 7/10/1936

De acordo com o jornal o movimento alcançara mais de mil inscritos na cidade de Pouso Alegre e que conquistara mais de duzentos mil votos nas eleições de 1936 elegendo deputados, prefeitos e vereadores ao redor do país, é difícil dizer o número de adeptos do movimento sabendo que esse valor é alvo de divergências no campo historiográfico como nos diz CYTRYNOWICZ, 2007, p. 278 “Há várias estimativas relativas aos militantes, com números difíceis de confirmar que variam de 100 mil a 1 milhão, discrepância e cifras que sugerem uma percepção de massa que ficou registrada na memória social e na própria historiografia”. Esses números se fazem relevantes para

<sup>70</sup> Movimento armado contra o governo federal deflagrado em maio de 1938 por membros da Ação Integralista Brasileira.

<sup>71</sup> Pouso Alegre das primeiras décadas do século XX, em termos físicos não possuía grandes prédios nem muitos edifícios opulentos, porém já representava um importante núcleo urbanístico para a região, devido ao seu comércio, principalmente para as pessoas das zonas rurais e para as pequenas cidades circunvizinhas. Atualmente a cidade se sustenta em suas culturas agrícolas, que dentre as principais estão as de café, morango e batata, além de possuir indústrias e empresas de pequenos a grandes portes, e contar com uma diversidade no setor comercial e prestação de serviços, representando assim um polo econômico na região sul mineira. (SANTIAIGO, p. 21, 2016)

compreendermos a dimensão que o discurso integralista toma em relação ao cotidiano das cidades brasileiras e em especial no caso pousoalegrense.

Agora já elucidados dos propósitos integralistas, entendendo um pouco mais sobre o ambiente no qual o mesmo se fez dizer, seguiremos nossa análise para a questão anticomunista, apenas umas das várias lutas que poderíamos levantar por meio do jornal “A Razão”, mas a que nós nos aprofundaremos neste artigo.

## **2. O Anticomunismo e a Imprensa Integralista**

### **2.1 História, Imprensa e o Jornal A Razão**

Problematizamos a partir das seguintes análises o discurso anticomunista transmitido pelos integralistas do polo de Pouso Alegre por meio do jornal “A Razão” considerando essa luta ideológica como principal problema abordado neste artigo, nos auxiliando na coleta das fontes e dos referenciais teórico-metodológicos para alcançar uma melhor visão sobre a questão. Considerando que

O problema tem lugar decisivo na construção da história. A história não se define pelo seu objeto, nem pelos documentos que lhe permitem reencontrar o fato, mas pela pergunta, o problema que é colocado aos documentos. (...) Mas é a questão que ajuda a recortar um objeto original no universo sem limite dos fatos e dos documentos possíveis. (PRIORE, 2002, p.14,15).

Se faz necessária a reflexão sobre o valor da imprensa como fonte para o trabalho historiográfico, já que a mesma traz para cotidiano da sociedade as opiniões de seus produtores, que se fazem dizer por meio do jornal, significando seus ideais e resignificando o discurso integralista em frente os demais sujeitos sociais, desta forma sendo uma ferramenta para doutrinar e transformar a opinião pública.

Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, toma-la como força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Danton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciências históricas. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.259).

Pensamos, portanto a imprensa integralista como instrumento de ingerência no cotidiano pousoalegrense, capaz de através de suas críticas, criar tensões em diferentes ambientes da cidade e mesmo alcançar mudanças na administração da cidade quando demanda por obras a favor da população. Desta forma, não se faz cabível a utilização do jornal como mera fonte das atuações do grupo excluindo seu entremetimento com a sociedade no qual fora produzido, não podemos pensar o jornal fora de sua conjuntura política social e cultural.

Ao adotarmos a imprensa como ferramenta de expressão destas memórias e como objeto de análise, consideramos que: Os diversos materiais de imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258).

Como já explicitado, a Ação Integralista Brasileira teve uma grande corporação midiática que levou seu discurso aos estados brasileiros sendo que “em cada região a que chegavam, organizavam um jornal que expandia sua influência e atraía adeptos, e assim sucessivamente, tornando uma relação quase visceral entre o crescimento do número de núcleos e o de jornais.” (OLIVEIRA, 2009, p. 270)

É a partir de um destes meios, o jornal “A Razão”, que desenvolveremos a análise quanto à questão anticomunista. O jornal inicia suas atividades em março de 1936 no que ficou conhecido e divulgado pelos próprios integralistas como o ano verde onde o movimento integralista alcançou sua maior expansão, o nome do jornal era comum entre os integralistas já que Plínio Salgado iniciou a transmissão de suas ideias por meio de um jornal com o mesmo nome na cidade de São Paulo. Em Pouso Alegre o jornal tinha a missão de disseminar e de doutrinar seus leitores transmitindo ordens e conselhos de suas lideranças. Publicaram um total de 84 edições a maioria delas com 4 páginas onde discutiam temas nacionais e regionais, bem como problemas da cidade.

Serviam como instrumento que fazia a ponte entre a Chefia Provincial e os “camisas-verdes” dos diversos núcleos locais. Estes periódicos objetivavam estabelecer um elo de uniformidade entre as diversidades culturais e sociais que muitas vezes se faziam presentes nos Estados. (OLIVEIRA, 2009, p. 166)

O jornal “A RAZÃO” que circula pela cidade durante os anos de 1936 e 1937 é parte do Sigma, órgão responsável pela imprensa integralista e que tinha pelo Brasil um “total de cento e dezessete periódicos: oito grandes jornais diários, 105 semanais, três revistas ilustradas, uma revista de alta cultura, além de cerca de três mil boletins semanais ou quinzenais” (PASCHOALETO, 2011, p. 99) seus discursos seguiam o mesmo padrão e não se diferenciavam muito nas diversas regiões do país onde atuaram.

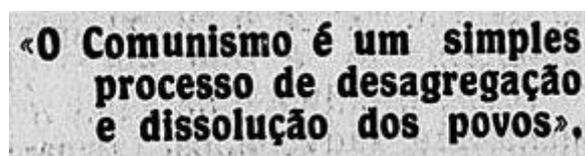
Uma das principais características é o constante ataque aos ideais comunistas, colocando o comunismo como principal inimigo do Sigma, por não respeitar a religião e por ser na visão integralista apenas um fruto da liberal democracia que eles também criticavam.

## 2.2 O Anticomunismo no Jornal A Razão

Para compreendermos a questão anticomunista no discurso integralista trazemos recortes do jornal para análise, levando em consideração a imprensa como órgão reprodutor de sentidos e significações que torna a História capaz de perceber as lutas discursivas que se escondem e se destacam pelas entrelinhas do jornal.

Para a Análise de Discurso, a História é produção de sentidos. Não é contexto nem explicação, e, sim, um movimento contínuo, exposto a intervenções que se renova a cada dia. Fazer História, nessa perspectiva, significa levar em conta os sujeitos de – e na – linguagem. (DOMINGUES, 2013, p.143)

O primeiro recorte que trazemos é da segunda edição do jornal onde podemos perceber como eram vistos os comunistas no olhar dos líderes integralistas.



**«O Comunismo é um simples  
processo de desagregação  
e dissolução dos povos».**

Figura 4 ed.2 do jornal A Razão 01/04/1936

O enunciado do jornal na figura 4 apresenta o comunismo como um simples processo de fragmentação do povo brasileiro, por trazer como discurso a questão da luta de classes, rompendo o ideal de uma nação unida formada pela mistura e pela aceitação das diferenças pregada pelos integralistas.

Está na essência do anticomunismo, e neste ponto nos parece ser algo que perpassa todos os anticomunismos, a formação de idéias e conceitos sobre o comunismo. É necessário construir o inimigo para que a partir disto sejam reforçados valores significativos para certas classes ou valorizados outros elementos ideológicos. Neste sentido, o anticomunismo integralista não se diferencia de tantos outros, pois também partilha noções e elementos que outros grupos sociais consideram importantes. (ALVES, 2008, p. 423)

Essa idealização do comunismo, pelas páginas do jornal, é constante e começa nas primeiras edições e continua até sua extinção, muitas vezes os textos são de autoria de João Queiroz<sup>72</sup>, diretor do jornal e chefe do núcleo de Pouso Alegre, mas outras vezes reproduzem os textos de Plínio Salgado e outros líderes do movimento mostrando que a luta contra o comunismo era nacional, como podemos ver no próximo recorte.

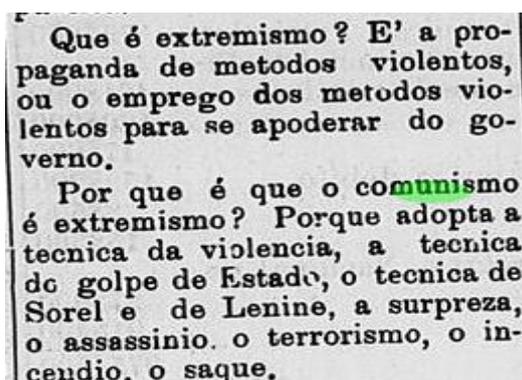


Figura 5 ed.21 do jornal A Razão 03/09/1936 Texto de Plínio Salgado

O integralismo categoriza aqui o comunismo como extremismo que tomava medidas radicais e intransigentes, utilizando da violência para impor sua ideologia, exportando da Europa formas de dominação e de terror contra a sociedade brasileira.

Criam o clima de insegurança de instabilidade, o medo dos saques, dos sequestros, criam o pânico para apresentar o integralismo como a solução.

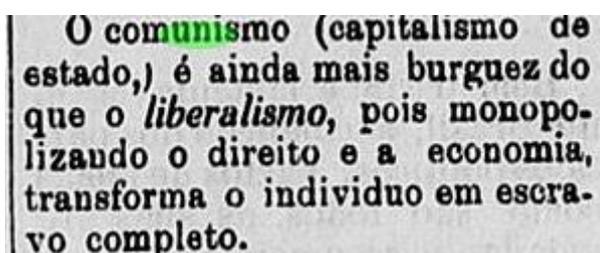
É necessário para o discurso anticomunista elaborar e disseminar idéias sobre o comunismo. O integralismo encontrou no combate e na demonstração do comunismo

---

<sup>72</sup> Nascido em Pouso Alegre, em 11 de fevereiro de 1908, João José de Queiroz era filho de Joaquim Queiroz Filho e Emerenciana de Barros Queiroz. Estudou no Colégio São José. Enquanto cursava Direito em São Paulo, lecionou no Colégio São Bento, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1929, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Foi promotor de Justiça interino em Pouso Alegre, nos anos de 1930 a 31, exercendo a advocacia até 1944. Foi professor na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, lecionando também no curso de Doutorado. Lecionou ainda na Fundação Getúlio Vargas, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade Católica de Petrópolis. Colaborou no ramo do Direito da 1ª edição da Enciclopédia Barsa. João José de Queiroz faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1978. Fonte: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

como uma ideologia irrealizável, um dos sentidos de sua legitimação. (ALVES, 2008 p. 425)

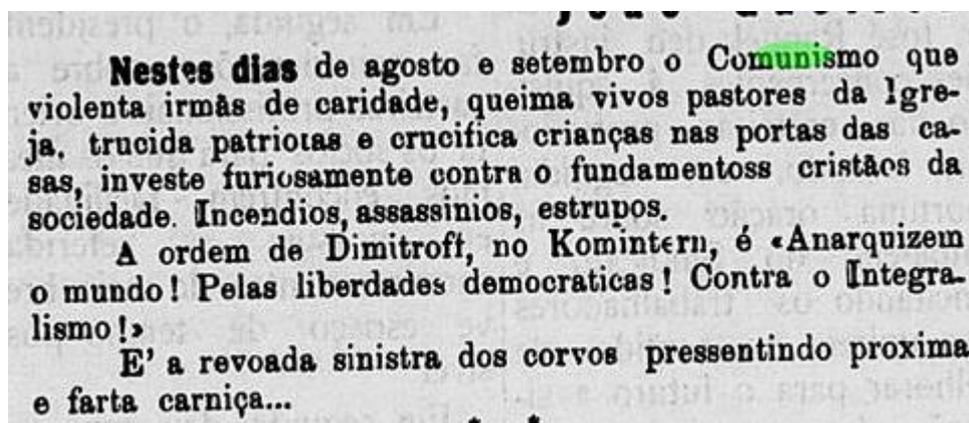
Como forma de justificar a atuação integralista no Brasil eles apresentam o perigo comunista à sociedade, utilizando uma das principais características do fascismo que é a instituição de um inimigo em comum, capaz de destruir as bases da sociedade. No caso integralista o comunismo ainda é comparado ao capitalismo, mesmo que Marx e Engels tenham desconstruído a lógica capitalista em suas teses o integralismo via os dois planos como frutos do mesmo sistema econômico onde o comunismo apenas trocaria os donos do capital.



O comunismo (capitalismo de estado,) é ainda mais burguez do que o liberalismo, pois monopolizando o direito e a economia, transforma o individuo em escravo completo.

Figura 6 ed.5 do jornal A Razão 14/05/1936

Mesmo o comunismo defendendo a reforma agrária e a distribuição da renda nacional o integralismo o define como um sistema privativo onde o cidadão passaria a ser propriedade do governo, onde os direitos são suprimidos a favor do Estado e a economia é estatal e sem o esclarecimento popular. É comum nas edições do jornal uma parte reservada as lutas contra o comunismo, umas vezes mostrando casos ocorridos no Brasil outras trazendo do exterior para mostrar que o comunismo era internacional, que seguia os mesmos padrões para a conquista do poder, como vemos a seguir.



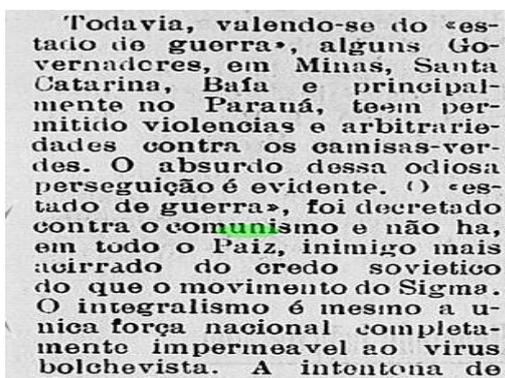
Nestes dias de agosto e setembro o Comunismo que violenta irmãs de caridade, queima vivos pastores da Igreja, trucidada patriotas e crucifica crianças nas portas das casas, investe furiosamente contra o fundamentos cristãos da sociedade. Incendios, assassinios, estrupos.  
A ordem de Dimitroff, no Komintern, é «Anarquizem o mundo! Pelas liberdades democraticas! Contra o Integralismo!»  
E' a revoada sinistra dos corvos pressentindo proxima e farta carniça...

Figura 7 ed.22 10/09/1936

É clara a intenção de escandalizar, de transformar o comunista no pior tipo de ser humano possível, os identificando como defensores de homens que matam religiosos, que matam e estupram mulheres, que crucificam crianças e dizem que pela liberdade democrática lutam contra o integralismo, o único partido a combater de frente estes ideais sombrios na sociedade brasileira. Apela ao sentimentalismo utilizando do romancismo literário para criar o sentimento de ódio ao comunismo, já que quem não fosse contra o comunismo estava a silenciar o feminicídio, o estupro e outras atividades incorporadas ao comunismo pelo movimento integralista. A menção que fazem ao Komintern é exatamente para demonstrar que os comunistas seguiam as mesmas ordens de um grupo de líderes europeus que sabiam de que forma alcançar o poder.

O fato de ser Moscou a sede da Internacional Comunista e aliado ao fato da União Soviética ser o único país socialista do mundo, levaram O Imparcial a associar o Estado soviético e o movimento comunista, algo que passou a ser comum, ou seja, o ataque a um significava atacar o outro. Há que se ressaltar a deturpação anticomunista deste dado concreto, ou seja, havia uma ligação dos PC's com a Internacional Comunista, sediada em Moscou, mas não a ponto de um automatismo entre a URSS e os PC's que se desejava transmitir. O que nos parece uma exacerbação anticomunista é exatamente a visão sobre a postura dos Partidos Comunistas com relação à União Soviética, como se esta ligação fosse levar o Brasil a uma dominação estrangeira. (ALVES, 2008, p. 429)

Mas a mesma crítica feita aos comunistas de internacionalização era feita aos integralistas que começaram a sofrer com o fechamento de núcleos por conta da sua proximidade com os movimentos fascistas europeus, em algumas edições o movimento se diz como o único movimento capaz de não ceder as tentações comunistas e por isso merecedor de respeito e espaço nas discussões políticas do país como podemos perceber no próximo recorte.



Todavia, valendo-se do «estado de guerra», alguns Governadores, em Minas, Santa Catarina, Bafa e principalmente no Parauá, têm permitido violências e arbitrariedades contra os camisas-verdes. O absurdo dessa odiosa perseguição é evidente. O «estado de guerra», foi decretado contra o comunismo e não há, em todo o País, inimigo mais acirrado do credo soviético do que o movimento do Sigma. O integralismo é mesmo a única força nacional completamente impermeável ao vírus bolchevista. A intentona de

Figura 8 ed. 13 do jornal A Razão 09/06/1936

Percebemos que os integralistas estavam em luta em diversos estados, por resistência dos comunistas e de outros partidos que também viam no integralismo um inimigo a ser combatido, já que o mesmo defendia o fim da política que regia o Estado até então, o integralismo conquista adeptos mas principalmente inimigos que estavam bem com a situação.

Daí a necessidade de se reforçar enquanto força ativa na luta contra o comunismo, onde encontravam apoio em outros grupos da sociedade e principalmente na liderança política de Getúlio Vargas<sup>73</sup> que já tinha iniciado a perseguição aos comunistas, exilando seus líderes e impedindo suas atividades. Em muitas edições o jornal faz comparações bizarras a fim de infamar os comunistas, como vemos no recorte a seguir onde o comunismo é tratado como um micróbio com vírus.

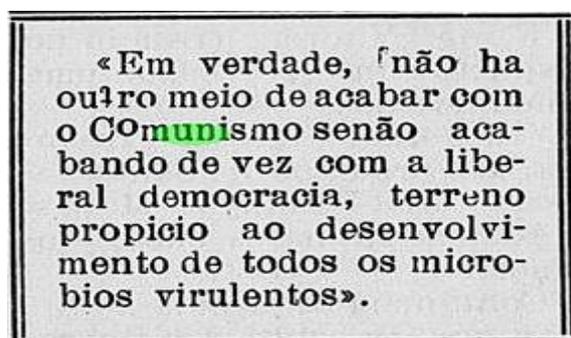


Figura 9 ed. 3 16/04/1936

O único remédio capaz de prevenir e curar do vírus era o movimento integralista é assim que a Ação Integralista Brasileira se apresentava como a solução dos problemas brasileiros, através da valorização da moral e dos costumes cristãos, dos heróis nacionais, é desta forma que o integralismo acreditava “*que o civismo está sendo, em nossa terra, revigorado pela grande Revolução Do Sigma*”. (Jornal *A Razão*. Num 21)

**«Entraquecer o Integralismo é tortificar o comunismo. Combater a Ação Integralista é servir às forças secretas da Revolução»**

Figura 10 ed. 23 do jornal A Razão 17/09/1936

Como pudemos observar o ataque ao integralismo era uma forma de fortalecer o comunismo, assim sendo, quem era contra o comunismo deveria apoiar o integralismo ou ao menos não ser contra já que o mesmo era a principal arma na luta contra o comunismo.

<sup>73</sup> Presidente do Brasil após o golpe de 1930 até 1945.

**O Integralismo é o unico movimento político capaz de oppôr ao comunismo as mais intransponíveis barreiras.**

Figura 11 ed. 20 do jornal A Razão 27/08/1936

Barreiras estas que chegavam à luta armada, que chegou a gerar mortes por todo o Brasil, talvez a principal delas a “Batalha da Sé”<sup>74</sup>, onde integralistas lutaram contra grupos antifascistas resultando em baixas dos dois lados e aumentando o clima de guerra já instaurado. É neste aspecto de luta conta o comunismo que o então presidente Getúlio Vargas vai declarar seu apoio a Ação Integralista sendo sempre mencionado no jornal como uma grande ajuda e que o mesmo reconhecia o valor do movimento como na seguinte transcrição.

O Integralismo, até hoje não praticou nem um ato nem pregou nenhuma doutrina que autorizasse contra ele medidas assecuratorias da ordem publica. Nenhuma prova teve meu governo de ter o Integralismo pregado métodos violentos, insuflado greves, preparado sedições, incitando o ódio entre classes, tentando contra os poderes constituídos. (Jornal *A Razão*. Num 3)

O movimento continua em posição de respeito ao presidente mesmo após saberem das intenções ditatoriais do mesmo pois acreditavam que poderiam manter sua organização, que seus líderes fariam parte do novo governo e que muitas de suas bandeiras seriam representadas por Getúlio, mas quando é instaurado o Estado Novo e o Integralismo é movido à ilegalidade seus membros tentam tomar o poder da mesma forma que criticaram por anos os comunistas por meio de métodos violentos.

Outro apoiador que tinham era a religião, a Igreja Católica que em grande parte nutria pelos comunistas sentimentos próximos aos dos integralistas que sempre traziam textos de líderes religiosos falando sobre o mal que era o comunismo.

---

<sup>74</sup> Ouvido também Plínio Salgado, este informa que os comunistas haviam atacado os regimentos que primeiro chegaram à praça, ou seja, mulheres e crianças, embora não haja registro de morte ou ferimento de nenhuma criança ou mulher. Na chegada das milícias ao Rio de Janeiro, novamente é dado destaque para a grande movimentação na estação do trem e também para uma bandeira nacional que teria sido alvo de disparos pelos que atacaram os integralistas. Ou seja, nada mais interessante para a AIB do que tornar notícia o ataque dos comunistas ao pavilhão nacional, o que serviria para reforçar seu estereótipo de apátrida. Entrevistado o chefe da milícia carioca, Arthur Thompson informa que os comunistas haviam tido 4 baixas, contrastando com apenas 2 integralistas, algo que não havia sido noticiado pela polícia ou pelo jornal, afinal o número de mortos confirmados era apenas de 5 pessoas. (RAMOS, 2016, p. 13)



Figura 12 ed. 49 do jornal A Razão 25/03/1937

Vemos que trazem à discussão o mais importante membro da Igreja o próprio Papa, líder do catolicismo, onde de acordo com os integralistas diz que o comunismo é um grave perigo a todos os povos e que o mesmo deriva do abandono da economia liberal, podemos perceber portanto que “os valores religiosos eram um dos aspectos importantes do discurso integralista e bastante reforçado quando se direcionava para a luta anticomunista”. (ALVES, 2008, p. 426)

Em Pouso Alegre os integralistas também encontram apoio da Igreja católica, tendo entre seus mais importantes membros, bispos, padres e outros religiosos da cidade o que ajudou a expandir o movimento na cidade e na zona rural.

Sabemos que em Pouso Alegre o comunismo não tinha tanta representação mas tinha e estes comunistas eram a razão de muitos dos ataques produzidos pelos redatores integralistas. Estes ataques começam antes mesmo do jornal através de folhetos ora comunistas outra integralistas que circularam pela cidade entre 1934 e 1936.

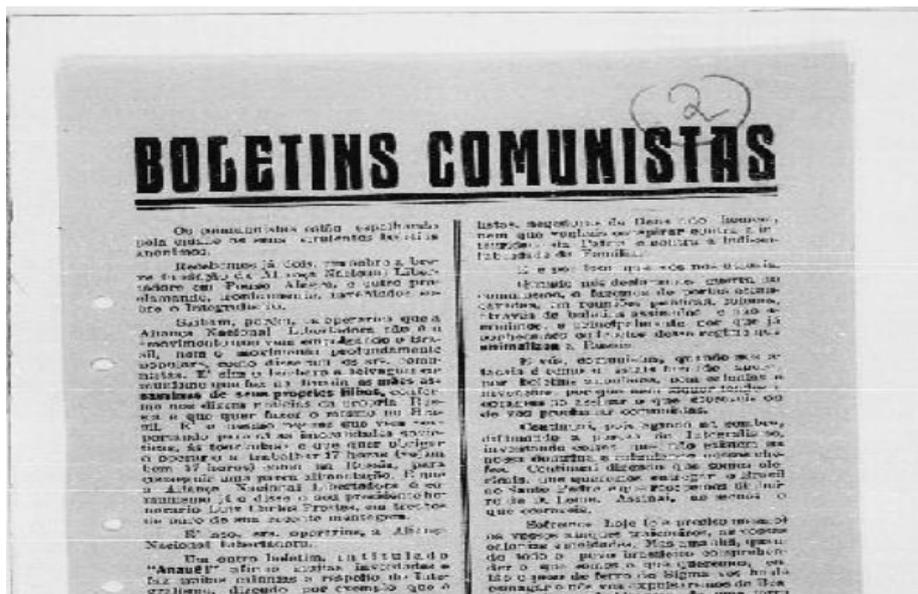


Figura 13 Boletim Integralista direcionado aos comunistas. Sem datação. Entre o fim de 1935 e início de 1936. Arquivo da Polícia Política de Minas Gerais

O texto intitulado Boletins Comunistas diz:

Os comunistas estão espalhando pela cidade os seus violentos boletins anônimos. Recebemos já dois, um sobre a breve fundação da Aliança Nacional Libertadora em Pouso Alegre, o outro proclamando, ironicamente, inverdades sobre o Integralismo. Saibam porém, os operários que a Aliança Nacional Libertadora não é o “movimento que vem empolgando o Brasil, nem o movimento profundamente popular”, como disseram os srs. comunistas. É sim o barbaro e selvagem comunismo que fez na Rússia *as mães assassinas de seus próprios filhos*, conforme nos dizem notícias da própria Rússia e que quer fazer o mesmo no Brasil.

Ainda em outra parte do texto o grupo esclarece:

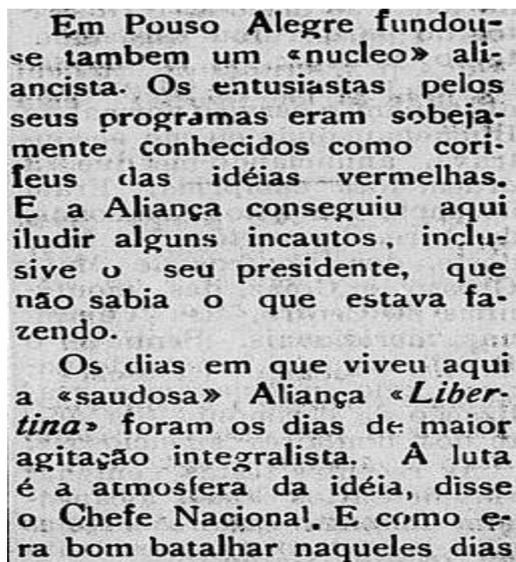
Quando nós declaramos guerra ao comunismo o fazemos de portas escancaradas, em reuniões publicas, solenes, através de boletins assinados e não anônimos, e principalmente por que já conhecemos os frutos desse regime que animalizou a Russia. E vós comunistas, quando nos atacaís é como o estais fazendo agora, por boletins canônicos, com calúnias e invenções, por que nem sequer tendes a coragem de assinar o que escreveis ou de vos proclamar comunistas.

O Integralismo faz questão de mostrar a população que os comunistas se escondiam atrás da imprensa enquanto os integralistas faziam reuniões abertas, assinavam seus textos, davam palestras.

Os comunistas na verdade não podiam divulgar seus nomes já que o comunismo estava sendo perseguido e sua atuação era ilegal, a ANL funcionou na cidade tão pouco quanto no país já que em 11 de julho de 1935 o então presidente Getúlio Vargas lança o movimento na ilegalidade, portanto os comunistas não revelam seus nomes para evitar a prisão.

Devido ao fato de que o comunismo havia sido movido à ilegalidade em 1935, pouco ou nenhum material de divulgação do grupo na cidade foi encontrado, a ANL não teve na cidade um meio de transmitir seus ideais como os integralistas por meio do jornal. Mas apontamos que os mesmos existiam e que faziam frente aos integralistas, algumas vezes lançando boletins anônimos onde criticavam os ideais integralistas. Não encontramos tais boletins, a única fonte deste movimento na época que encontramos em nossa pesquisa foram cartas e relatórios policiais do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de Minas Gerais que podem vir a ser analisados em um outro trabalho.

Entre os integralistas existiam aqueles que consideraram os dias em que existiu um núcleo da Aliança Libertador Nacional na cidade os melhores dias de ser integralista. Por poder enxergar o inimigo, por ter o inimigo por perto, valorizando assim a necessidade de sua atuação.



**Em Pouso Alegre fundou-se também um «núcleo» aliancista. Os entusiastas pelos seus programas eram sobejamente conhecidos como corifeus das idéias vermelhas. E a Aliança conseguiu aqui iludir alguns incautos, inclusive o seu presidente, que não sabia o que estava fazendo.**

**Os dias em que viveu aqui a «saudososa» Aliança «Libertina» foram os dias de maior agitação integralista. A luta é a atmosfera da idéia, disse o Chefe Nacional. E como era bom batalhar naqueles dias**

Figura 14 ed. 18 do jornal A Razão 06/08/1936

Podemos perceber que a luta já existia antes da fundação do núcleo da ANL e que os comunistas também se faziam dizer perante a sociedade, criticando os ideais integralistas e agindo como ferrenha oposição. Vemos que os integralistas consideravam aqueles que apoiavam o

comunismo como iludidos que não sabiam o que estavam fazendo, enquanto os integralistas eram esclarecidos sobre a importância de sua atuação. Ainda mencionam a ANL com saudosismo dos dias em que os integralistas tinham por que e contra quem lutar.

### 2.3 Algumas Considerações

Pudemos constatar, por meio desta pesquisa, que um dos principais temas propagados pelo jornal “A Razão” na cidade de Pouso Alegre era a construção de uma imagem negativa do movimento comunista, os caracterizando como homens e mulheres sem crenças e sem humanidade, sendo capazes das mais terríveis atitudes para alcançar o poder. Vemos semelhanças destes discursos de ódio com alguns que hoje facilmente encontramos em redes sociais e páginas da internet, onde as mentiras são tidas como verdades, onde o inimigo é construído como a razão de todos os problemas nacionais.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Cristiano Cruz. O Integralismo e sua influência no anticomunismo baiano. *Antíteses*, Ahead of Print do vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *A Ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006.
- CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n.35, pg. 253-270, dez. 2007.
- CYTRYNOWICZ, Roney. CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: A Ação Integralista no Maranhão (1933-1937)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Educ, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (Orgs.), *O Brasil Republicano, o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu de Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; v.2, 2003.
- DOMINGUES, Andrea Silva. CARROSA, Newton Guilherme. Algumas cuestiones metodológicas: História Oral, discurso y memoria. In: *Anais de artigos completos de XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Mendoza, Argentina. UNCUIYO, 2013.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932,1937)*. Puc RS, Programa de Pós Graduação em História, 2009.
- PASCHOALETO, Murilo Antonio. *Imprensa Integralista: uma discussão acerca de sua importância para a expansão da Ação Integralista Brasileira*. *Revista Espaço Acadêmico*, num.124, 2011.
- SANTIAGO, Stefane dos Santos. *UOPA- União Operária Pouso Alegrense: Um Espaço Ambivalente*. Univás. 2016

SCHIMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado: O discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*.  
Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós  
Graduação em História. Florianópolis, 2008.

# **A MENSAGEIRA: DISCURSO E IDEOLOGIA**

**LHAIS PAULYNE SILVA RIBEIRO; CAROLINA RAMOS DE SOUZA**

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ, CAMPUS FÁTIMA I, POUSO ALEGRE/MG,  
CEP: 37550-000

lhaispaulyne@gmail.com  
souza.carolinaramos.com

## **Introdução**

*“Não deixarmos nunca, até em as nossas reivindicações e no exercício das profissões viris, de ser mulher, pelo caracter, pelas maneiras e sobretudo pela toilette, eis o segredo da victoria. Em uma lucta onde carecemos de todas as vantagens, para que havemos de desdenbar esse poderoso auxilio que a natureza nos deu: o encanto”*  
*(Joanna Rival, A Mensageira)*

O presente trabalho *A Mensageira: discurso e ideologia* busca discutir e analisar os discursos presente na revista *A Mensageira*, fundada e dirigida por Prisciliana Duarte de Almeida e demais colaboradores e colaboradoras entre os anos de 1897 a 1900. O qual consiste em uma continuidade de estudos anteriores. A questão central deste trabalho se construiu a partir da tentativa de compreender a organização dessas mulheres em torno da imprensa, além dos colaboradores e o discurso proposto.

Quanto aos objetivos, pretende-se compreender as relações de sociabilidade da poetisa e escritora Prisciliana Duarte de Almeida a construção de um círculo de escritoras e escritores, nossa análise parte dos questionamentos sobre quais os motivos que levaram essas mulheres a escrever em jornais e revistas? E quais os interesses em entrar para a vida pública, ocupar espaços na sociedade que eram “silenciadas” e expondo-se a críticas ao contexto social das mulheres em um

período em que o conservadorismo e patriarcalismo<sup>75</sup> eram forte. Ao entrar em contato com as fontes, partimos do pressuposto que escrever e editar jornais ou revistas representava uma tentativa de romper com o espaço privado em um primeiro momento, mas na realidade, o ideal dessas mulheres era inserir no espaço público com novos papéis, ou seja, ocupar espaços na imprensa com funções de escritoras, poetisas, advogadas entre outras que era até o momento exercido predominantemente por homens.

A revista *A Mensageira* foi fundada por Prisciliana e seu marido Silvio de Almeida advogado e filólogo em São Paulo. A poetisa nasceu em 05 de junho de 1867 em Pouso Alegre onde viveu por poucos anos, mudando-se posteriormente para a cidade de Jacutinga. Prisciliana era filha de Joaquim Roberto Duarte e Rita de Almeida Duarte, família tradicional da região. Nos estudos, a maioria dos conhecimentos adquiridos foi em casa. Casou-se no ano 1892 com seu primo Sílvio de Almeida, poeta, bacharel em direito e filólogo. Neste mesmo ano, transferiu-se definitivamente para o estado de São Paulo aos 25 anos de idade. No entanto não foi este o motivo que nos levou a perscrutar sua trajetória de vida, mas sim nosso interesse sobre a sua participação nas páginas de uma revista feminina.

Prisciliana foi uma mulher que vivenciou as mudanças sociais do final do século XIX e início do XX, e seus escritos manifestou seu pensamento, observamos sua preocupação com todas as mulheres que em diversos momentos de suas vidas foram excluídas e silenciadas. Mulheres estas que traziam contigo o anseio de demonstrar suas reais capacidades, que iriam muito mais de costurar e cuidar do lar e dos filhos. Que seus ideais e pensamentos, podiam ir além. Será sobre este que iremos analisar o conteúdo político-ideológico com a crítica aos papéis normativos incumbidos às mulheres de sua época, e os discursos, representações e sentidos construídos em torno da figura feminina e masculina.

## **Educação e mulher**

Neste período, começa a se perceber uma preocupação por parte da sociedade, em geral, com questões referentes à figura da mulher. Dentre inúmeras questões, pode-se mencionar uma preocupação voltada para suas práticas de lazer, como e em quais condições deveriam ser realizados seus passeios, em que deveria fundamentar-se a educação de uma mulher, entre outras. Pois as

---

<sup>75</sup> O Patriarcalismo tem como definição ideológica a supremacia do homem nas relações sociais. O termo Patriarcalismo é oriundo de Patriarcado, que, por sua vez, tem origem na palavra grega pater. A primeira vez que o termo foi usado com conotação de preponderância do homem na organização social foi pelos hebreus com o propósito de qualificação do líder de uma sociedade judaica.

mesmas sempre foram tratadas como seres frágeis, muitas vezes impossibilitadas de exercer certas atividades. Deste modo eram preservadas em seus lares com outro tipo de educação. Mas com o passar dos tempos essas mulheres sentiram a necessidade de romper com essa “predestinação”.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreendermos as experiências sociais de determinados sujeitos históricos, em especial as mulheres, que através de suas ações buscaram alargar seus espaços de atuação no século XX. Ao pensarmos em experiência social percebemos que homens e mulheres vivem suas experiências integralmente relacionando-se com a sociedade/instituições e com os demais sujeitos. Nestas relações, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão e desejos se expressam. Entretanto, este movimento nem sempre ocorre de forma harmoniosa.

Do choque de valores e costumes se sobressaem à intolerância, o preconceito, a dominação como também a resistência. Ao longo da História, as mulheres enquanto sujeitos sociais forjaram saídas, resistindo ou submetendo-se a uma repressão, ou seja, sendo proibidas de exercer qualquer papel que até então seria destinado a homens, o que nos faz considerar suas experiências como experiência de luta por direitos, sendo esta barreira mais difícil de romper em uma sociedade conservadora. Atualmente, as mulheres ainda enfrentam algumas dificuldades e desvalorização nos setores trabalhistas, como por exemplo salários baixos, desrespeito e além de assédios.

Diante da nova história, essas mulheres poetisas e escritoras que colaboraram com diversas críticas na revista quebram a perspectiva sobre o campo da política e do social ultrapassa o âmbito estritamente institucional, de tal maneira que a presença e a ação do Estado para se colocar na multiplicidade de formas de poder, contidas nas estratégias de controle e de subordinação no social. Assim a sociedade e estes poderes por parte de uma classe conservadora passa a sentir o crescimento das mulheres na imprensa. Ao mesmo tempo, os sujeitos sociais elaboram táticas de sobrevivência. E especialmente estas mulheres através da imprensa buscaram expor suas críticas para sociedade e foram incentivadoras para que demais mulheres se unissem as ideias e passassem a romper com novas formas de pensamentos, assim conquistariam muito mais seus direitos. No caso específico destas mulheres que vão atrás do subterfúgio, de suas subjetividades, expressadas pela escrita. Esta forma seria primordial para reivindicarem melhores oportunidades para o estudo e profissional, pois com escrita manifestariam seus reais sentimentos.

A revista foi escrita no período marcado pela Primeira República, chegando a acompanhar as mudanças sociais entre as décadas de 1920 e 1930. Neste momento, a mulher foi chamada a contribuir com a pátria enquanto mãe e educadora. À medida que a conjuntura política muda, as mulheres também passaram a se organizar, lutando pelo direito ao voto, pela educação, pela inserção no mercado de trabalho e pelo reconhecimento da importância de seu trabalho nos

destinos do novo regime. Sabemos que estas conjunturas políticas excluía as mulheres, que seus objetivos não davam as mulheres o poder de fala e expressão. Ainda acreditavam ser impossibilitadas de tomar decisões e de ocupar espaços no mercado de trabalho.

## **TRAÇOS E RASTROS: VOZES FEMININAS**

No esforço para realizar os objetivos propostos por este estudo, lançamos mão de diferentes fontes históricas, com o objetivo de reconstruir as experiências do grupo de mulheres e homens que se aglutinaram em torno da revista *A Mensageira*. Para isso, consideramos de fundamental importância à leitura e análise dos exemplares da revista *A Mensageira*, foram ao todo 36 revistas publicadas e descartamos a ideia da disponibilidade dos colaboradores que até então a revista em seu todo contou com passagem de 74 autores. Das colunas presentes na revista destacavam-se, *Carta ao Rio, Mensageira, seleção, Carta do Rio, A nossa condição, o feminismo, Com ares de cronica*. Através dela discutimos os discursos e as representações sobre o feminino e masculino presente nestes.

A proposta da História Nova é que o historiador busque novos campos de exploração que antes eram deixadas de lado, ou seja, a história dos excluídos, dos oprimidos, dos vencidos. Voltada para história dos pobres, trabalhadores e das mulheres, atividades humanas relacionadas ao meio social. A partir das experiências do cotidiano do homem, é possível observar uma luta, luta de classe que busca seus interesses e valores, ou seja, uma forma de ruptura que homem vive através de suas práticas sociais e culturais.

O conceito de política passa a ser todo um espaço de luta, onde o poder vai aparecer de várias formas, como por exemplo, a mulher de que maneira ela deve se comportar e vestir na sociedade. Mediante a tal conjuntura, pode-se afirmar que, durante muito tempo, as mulheres enquanto sujeitos tiveram seus sentimentos e memórias pouco valorizadas, e não foram visíveis, pois tiveram seus traços apagados pelo espaço público e o privado, dificultando a escrita da sua história. Mas por meio de documentos, esses sendo investigado e analisado pelo historiador, sejam eles jornais, revistas, fotografias, artigos, leis entre outros é possível analisar e observar suas ideias e objetivos. Dessa forma, a categoria imprensa é importante como objeto de estudo e análise neste trabalho, a revista *A Mensageira* como um veículo de comunicação favoreceu para as mulheres conquistarem um grande público de leitoras e leitores, um espaço no qual manifestaram suas críticas e sentimentos. Pois através de suas práticas é possível interpreta-las. (PERROT, 1998).

Heloisa de Faria Cruz em seu estudo *São Paulo Papel e Tinta* define o periodismo como:

[...] e o periodismo emerge como um importante espaço de renovação da cultura letrada. Mais ainda, no ambiente da metrópole em formação, a imprensa periódica apresenta-se como foco fundamental de formulação, discussão e articulação de concepções, processos e práticas culturais e de difusão de seus projetos e produtos. A pequena imprensa de folhas e revistas aproxima o jornalismo do cotidiano da vida urbana. (CRUZ, 2000, p.71).

Os periódicos têm espaço importante para a sociedade, já que passa a ser inserido em seu cotidiano, onde seu objetivo é mostrar para as pessoas fatos, notícias e discussões e principalmente ideias sobre algum assunto. Por isso ao analisar os jornais e revista é importante que sejamos críticos, já que em nossa pesquisa referente a uma revista, ela está carregada de intencionalidades, então há subjetividade, ou seja, há interesses históricos. Por meio do espaço aberto e circulação, diretores e donos de periódicos entram em uma disputa, há uma intenção de conquistar espaço para combater e defender algum ideal.

O grupo feminino já está inserido na literatura em meados do século XIX, mulheres fundadoras de periódicos e jornais com o intuito de conquistar seus direitos na sociedade, sendo uma necessidade da época devido à ideologia patriarcal do período. Muitas escritoras tinham o interesse de passar em seus escritos que era possível a mulher ter uma efetiva participação na sociedade, sendo que esses periódicos<sup>76</sup> consistiam em uma forma de se expressar, de promover uma reflexão a partir a óptica feminina, cuja finalidade refere-se a tentativa de deixar para trás a imagem da mulher frágil e incapaz de atuar em debates intelectuais. Assim podemos compreender diante definição de Heloisa de Faria Cruz:

Saindo de um universo até então eminentemente privado, a mulher, principalmente a mulher da elite, destaca-se como o primeiro personagem de processo. O aparecimento de revistas e jornais feitos por ou para mulheres são indicadores visíveis de deslocamentos dos costumes sociais da vida feminina. (CRUZ, 2000, P.96).

A presença da imprensa neste período faz com que, estas mulheres pertencentes a uma elite utilizem deste veículo como maneira forte de expor seus costumes, ir além mostrar aos leitores uma nova concepção de educação e pensamento feminino.

---

<sup>76</sup> Outros periódicos circularam neste período como: *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), *O Sexo Feminino* (1873-1874), *A Família* (1879-1904).

## ***A Mensageira*: vozes e manifesto**

A produção literária voltada ao público feminino trazia versos e textos literários, além de crônicas e críticas, discussões que expressavam a preocupação com o papel da mulher em um contexto onde as mesmas enfrentavam forte preconceito. *A Mensageira* ia além, publicava artigos sobre mulheres de outros países como EUA, noticiários de conquistas femininas, realizando ainda campanhas pela educação das mulheres.

Mas se analisarmos a seguinte frase: “que as que começam a manejar a penna, ensaiando o vôo altivo, procurem aqui um ponto de apoio, sem o qual nenhum talento se manifesta” a autora Prisciliana Duarte de Almeida nos leva para uma chamada, para as mulheres participar do periódico, sendo mais próximo ao início de um movimento social entre as mulheres, para manifestarem e terem suas vozes num largo espaço.

Dentre os colaboradores da revista *A Mensageira*, encontramos o nome de Júlia Lopes de Almeida, Aurea Pires, Narcisa Amália, Francisca Júlia, Auta de Souza, Ignês Sabino, Josefina Alvares de Azevedo, além da portuguesa Guiomar Torreção<sup>77</sup>. A revista possuía em média de 16 a 26 páginas, variando de edição e eram divididas em colunas. Em meio à página pequenas vinhetas representando elementos da natureza como querubins, pássaros, borboletas, flores entre outros, notícias de lançamentos de livros de renomadas escritoras, no Brasil e exterior, contos e conquistas profissionais muitas vezes através de crônicas e logo após a presença de pequenos poemas, além de campanhas pela educação da mulher, como já mencionadas anteriormente. . Pelo perfil, notamos que a revista tinha como público alvo homens e mulheres, membros de uma elite letrada, uma vez que a revista destinava ao público formado por homens e mulheres, grande parcela da elite, já que a revista era adquirida com pagamento adiantado, cujo valor da assinatura saia a 12\$000 réis por ano e exemplares avulsos no custo de 1\$000 réis.

O periódico nos revela um movimento para a ocupação de espaço de poder, mulher esta pertencente à elite. Ao analisarmos podemos considerar que diretora almeja uma transformação na imprensa, principalmente na vida das mulheres nessa sociedade.

É possível analisar em alguns dos discursos, a revista tinha grande preocupação com a educação. Não somente as das mulheres, mas também da sociedade. Mulheres de certa forma, as mulheres que se dedicam ao exercício das letras sofreram um forte preconceito por parte da crítica. Os textos em prosa seria uma forma de mostrar como era a alfabetização no período. Já que em

---

<sup>77</sup> Escritoras são atualmente reconhecidas por seu trabalho intelectual, pois pelos seus empenhos de autoras e críticas literárias feministas. Várias escritoras do período se debruçaram sobre temas como direitos da mulher e educação na época.

algumas das matérias que é tratada na revista, a educação passaria ser responsabilidade do marido. “marido se encarregará de educar e alfabetizar sua nova esposa”. Observamos que há vestígios de paternalismo, esta claro, segundo o qual a mulher deveria ser educada pelo homem. A matéria proposta na revista seria uma forma de mostrar e “abrir os olhos” de suas leitoras diante este fato.

Não basta que compreendemos a utilidade e os atractivos do espirito cultivado, é mister que façamos de nossa parte o maior esforço possível, procurando instruirnos e desenvolver-nos a bem da pátria e da família. Quanto mais illustrada e intelligente for uma mulher, tanto mais zelosa e cumpridora de seus deveres será. E ainda há quem receie esclarecer-a com a luz da verdade temendo um futuro de trevas! Oh! É preciso que se arranque do espirito de certos homens essa crença retrogada que é a brônzea cadêa que nos oprime. E como romper essa prisão que aniquila o pensamento e esterilisa a intelligencia? Estudando, e estudando muito. (M.P.C.D, 1897, P.50)

Ao analisarmos esse trecho da revista escrita pela escritora Prisciliana Duarte de Almeida, cuja autoria era com uso de pseudônimo assinado M.P.C.D, destaca a melhor forma da mulher cumprir o seu papel na sociedade. Cabia a ela se empenhar na própria formação (preparação) para repassar a próxima geração. Além de se espelharem em um “amor próprio e dignidade” diante a sua relação com a família e o país, o que nos remete a um olhar um tanto positivista diante a essa afirmação. Este posicionamento representa uma oposição ao pensamento predominante de seus contemporâneos, que se opunham ao progresso da mulher, reprimindo seus anseios. Mas sabemos que através do “saber” e da consciência de classe elas seriam capazes de romper essa ideia.

Escritoras que colaboravam com seus pensamentos por meio da escrita na imprensa, livros e revistas viam tornando mais evidente. A extensa rede formada pelos diversos grupos de escritoras que na época, mantinham entre si fortes relações e de intenso intercâmbio. Essas mulheres que fundaram jornais e revistas, como por exemplo, *o Jornal das Senhoras*, *o Colibri* e até mesma a própria revista *A Mensageira* por meio de seus escritos, estas buscaram encorajar e demonstrar que era possível à participação feminina na sociedade. Era constante a publicação de matérias pelas quais que publicitaram os feitos das mulheres que conquistavam espaço nas profissões que eram representadas como pioneiras em áreas dominadas anteriormente pelos homens. Com esta projeção ocorreu à valorização de suas atividades e assim passaram a constituir sua identidade. Podemos observar o seguinte acontecimento com Dra. Myrthes de Campos na crônica de Maria Emília:

Um grande acontecimento assignalo a vida dos brasileiras no dia 1º do corrente: a Dra. Myrthes de Campos, afrontando a ira dos retardatários e galgando a barreira dos preconceitos, assomou á tribuna judiciaria do Rio de Janeiro e fez a defesa de um réu! Esse facto deixará um marco miliário na vida da mulher indígena e constitúe um troféu de gloria para o Dr. Viveiros de Castro, que deu a licção mais bem dada que se podia dar ao Instituto dos advogados do Rio de Janeiro. Essa corporação discutia a admissão da mulher ao exercício da advocacia e poucos dias antes discorrera durante uma de suas sessões o Dr. Carvalho Mourão, que combateu fortemente o parecer sobre a admissão da mulher como advogada, firmando-se em considerações tiradas do direito romano e do direito portuguez. Quer nos parecer que andou mal avisado o douto advogado procurando basear-se no direito romano, estabelecido no tempo ainda em que a mulher não tinha siquer nome próprio e era designada por numero como simples objeto! A sociedade evolúe e com ella evolúe também o direito. Mau grado emtanto as locubrações do Instituto dos Advogados, a noticia de que uma senhora ia ocupar a tribuna do jury corria de boca em boca. No dia determinado para sessão do jury encheu-se o tribunal de assistentes, entre os quaes havia grande numero de senhoras. Esperava muita gente que o juiz não permitisse que a defesa fosse feita por uma mulher. O Dr. Viveiros de Castro, porém, com verdadeira isenção de animo, interpretando sabiamente o direito e a justiça e levado pela liberdade de consciencia, esse poder invencível que desafia todas as tyrannias na frase eloquente do Dr. Costa Machado, deu a palavra á Dra. Myrthes de Campos, que, ao subir á tribuna, foi recebida com prolonga salva de palmas. A joven advogada, commovidissima, fez o exordio, tendo por thema o papel da mulher na sociedade; remontou á Grecia e aos tempos feudais e provou que a mulher, além do direito, hoje adquirido, de advogar, já foi juiz. Ao concluir a sua brilhante defesa, foi a Dra. Myrthes de Campos muito aplaudida e cumprimentada pelo juiz e pelo promotor. O réu foi assolvido, por onze votos. Que dirá a tudo isto o Instituto dos Advogados? (EMILIA,1897. p.169-170)

A revista apresentava-se como a porta voz do pensamento e dos desejos dessas mulheres, ao mesmo tempo era o veículo que poderia construir na sociedade a possibilidade de ruptura com os papeis normativos, na tentativa de superar a imagem da mulher como uma figura frágil e incapaz de participar dos embates intelectuais. Segundo Mary Del Priori:

[...] no momento da emergência de uma vida burguesa no Brasil, houve aquelas que liam trechos de poesia em voz alta e que povoavam os sonhos dos homens, na forma de personagens de romance, belas cujos lábios nossos avôs sorriam beijos voluptuosos. Que houve mulheres que acabaram elas também, tornando-se escritoras, lutando pelo

abolicionismo, pela República, pelo feminismo e que buscavam a valorização de gênero. E aquelas que foram “professorinhas” e que acreditavam que “as mulheres deviam ser mais educadas do que instruídas, pois são o pilar que sustenta o lar. (PRIORE, 2001, p. 83 – 84).

Percebemos que as colaboradoras, em sua maioria mulheres, defendiam a independência da mulher na sociedade e principalmente uma educação que pudesse oferecer uma forma de inserção social, com isso advogavam a favor da importância da educação feminina e por meio da escrita podemos entender através de uns olhares mais críticos, que elas encontraram uma forma de levar ao público esta bandeira, e de mobilizar as mulheres diante das leituras de seus pensamentos e ideais.

O papel social que os escritos exerceram e ainda exercem na sociedade ocidental tem sido constantemente problematizado. Os discursos presentes nestes tornam seu conteúdo ideológico desafiador à interpretação dos historiadores. A revista como imprensa torna-se um veículo importante de divulgação dos discursos para a sociedade de uma forma geral e, em especial, para as mulheres, já que elas buscavam algo a qual pusessem divulgar e expor seus pensamentos e ideais. Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto nos alertam para o fato de que:

A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ, 2017 p.262)

Se a imprensa é uma linguagem constitutiva do social, ela colabora com a construção de identidades, gostos, sensibilidades bem com novos sentidos para a realidade, portanto, a linguagem é constitutiva da relação com o outro. Durante o período de circulação da revista *A Mensageira*, as escritoras reivindicaram para as mulheres a inserção destas no mercado de trabalho e a emancipação por meio da educação. Essa historicidade nos ajuda a compreender a importância dessas mulheres se manifestarem através do periódico na qual a mesma detém sua linguagem para acesso de mulheres e homens. Elas buscavam do discurso construir a valorização intelectual e moral da mulher na sociedade, ou seja, questionavam os papéis normativos que limitavam a atuação das mulheres em alguns espaços. Questionar estes papéis e denunciava antigas práticas machistas e misóginas, mostrando que o patriarcalismo era um dos principais obstáculos e ser combatido e superado em seus discursos.

As mulheres souberam apossa-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados, para desenvolver sua influência junto às portas do poder. Elas encontraram ali os contornos de uma cultura, matriz de uma “consciência de gênero”. Elas tentaram também “sair” deles, para ter “enfim lugar em toda a parte”. Sair moralmente dos papéis designados, construir uma opinião, passar da sujeição à independência: o que pode ser feito no público assim como no privado.(PRIORI, 2001,p.279-280)

Entre os colaboradores o que mostra Silvio de Almeida, que não é preciso à exclusão masculina para torná-la mais “simpática”, que a presença de ambos os gêneros é de bom proveito e enriquecimento *A Mensageira*, independente do gênero tinha por finalidade levar ao seu público, notícias e pensamentos diante as questões da mulher na época. Percebe-se de tal maneira Silvio de Almeida convidando Arthur Azevedo e demais escritores renomados a colaborar com a revista, que na visão não iria romper o direcionamento da mesma ao grupo feminino, já que alguns escritores faziam críticas em relação a homens colaborarem com o periódico. A autora Joan Scott define o gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Desse modo evidencia relação e disputa entre homens e mulheres no espaço público, sejam elas para romper com os estereótipos e homens para forjar seu papel de poder e sua figura na sociedade.

[...] a oposição ao sufrágio feminino no Brasil baseou-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres [...]. A mulher deveria ser um anjo confortador, companheira amorosa de seu homem e a deusa do lar, mas nunca sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida. Para os positivistas, a mulher constituía a parte moral da sociedade, a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da nação. (HAHNER, 1981, p. 85.)

A luta de Silvio de Almeida em defender o exercício da mulher como escritora na frente de uma revista, nos leva a perceber que esse fato ainda incomodava alguns jornais e que para estes, como por exemplo, o jornal o Correio, a mulher teria que ficar presa ao lar e não em lutas perante a sociedade.

A emancipação feminil

Breve compreender-se-á que todas as mulheres são feministas, o que há é que muitas são... e não o sabem.

Estas palavras com que ha dias um diario da capital paulista terminou uma interessante noticia, encerraram a mais profunda verdade.

Onde quer que se encontre a mulher de character, a mulher que presa o seu eu moral, mesmo quando seja ella galé da ignorancia e não tenha predicados literários, ahi achareis uma partidaria, consciente ou não, da emancipação feminil.

E de outro modo não póde ser, porquanto está no proprio instincto, na propria dignidade da mulher querer deixar de ser tratada como mentecapta, deixar de ser eternamente escrava.

Si alguns homens há (para gloria do sexo) que fazem da mulher uma verdadeira amiga, uma companheira, á qual confiam os segredos de sua vida e de quem ouvem a opinião sobre seus negocios, si ha homens que procuram mostrar á esposa os seus defeitos com delicadeza e brandura, tendo em vista unicamente aperfeiçoal-a e dirigil-a com a pratica que têm do mundo, o certo é que esses constituem excepção.

O geral, o que a cada passo se vê no seio das familias, é coisa bem diversa e bem revoltante. O egoísmo em acção, a vontade de dominar, o desejo de impor em tudo e por tudo, manifesta-se no homem por mil modos differentes. Das coisas mais simples ás mais complicadas, dos assumptos mais insignificantes ás mais intrincadas questões, a mulher é sempre coagida barbara e injustamente. O homem, que não admite a monarchia porque é o privilegio de uma familia, quer para seu sexo é o privilegio exclusivo de todas as regalias e vantagens, sem se lembrar que abate e opprime metade da humanidade. A injustiça começa no berço: para o menino, mestres, collegios, gymnastica; para a menina, a ignorancia, o atrophiamiento da energia, a immobilidade forçada pela vida sedentaria. Depois, chegados á puberdade, elle, o rapaz, escolhe esta ou aquella carreira a seguir, prefere este ou aquella meio de vida; a rapariga, ella, nada tem a resolver: o circulo de ferro, a cadeia fatal ahi está...

E' preciso que trabalhemos para que nossas irmãs possam partilhar tambem dessa liberdade relativa que é patrimonio de todo o individuo, de toda a creatura que pensa e que sente. Ellas, como nós, tem seu temperamento e as suas ideias. E' tempo de confraternisarmos! (BARROS, 1898, p.149-150.)

Outro escritor e colaborador de *A Mensageira* que assinava com o pseudônimo V. M de Barros, assim se manifestou na coluna “Emancipação feminil” para expor seu pensamento. E analisamos novamente como as diferenças entre os papéis masculinos e femininos são apontadas no periódico. Além das diferenças culturais que são construídas historicamente. Segundo Andréa Lisly:

(...) A trajetória traçada não é criticável apenas pelo seu aspecto linear (ainda que também o seja), mas, pelo que esse pretense processo tem de crescente despolitização: “A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para análise”. (GONÇALVES, 2006, p.62)

Comprendemos que as ideias propostas pelos colaboradores e escritores para as leitoras, são importantes para que a imprensa e as mulheres tenham seus papéis e direitos expostos diante a sociedade da época.

### **Considerações finais**

Devido aos novos rumos historiográficos a história das mulheres ganhou força, onde as mesmas ganharam grande participação no processo histórico, ainda que as diferenças de gênero fossem elementares nas distinções. Mas a história social estabeleceu uma definição categórica para estudos sobre as mulheres.

No processo, o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas. (SCOTT, p.67-68)

As mulheres sejam elas letradas ou não, elas tem consciência de seu papel e está preocupada com sua emancipação, pois está dentro dela o desejo de romper com os papéis normativos, aqueles que as rotulam como seres frágeis e incapazes de exercer ou ocupar cargos de destaque na sociedade. Mas existem homens que pensam diferentes, ou seja, que concordam com essa postura questionadora das mulheres.

Homens esses que diante de suas vontades sempre oprime, pois justifica que a injustiça já vem do berço, que ao nascerem mulheres e homens já são direcionados a tais papéis, quando o escritor V.M de Barros se refere à menina “ignorância, o atrofamento da energia, a imobilidade forçada pela vida sedentária” ele questiona a questão da educação diferenciada à mulher, uma educação voltada apenas ao lar, uma vida presa à rotina, na qual em sua vida constituirá em uma prisão do saber. Mas uma vez, ele reforça que é preciso da ajuda para que essas mulheres partilhem de uma liberdade de ideais e inovações. Quando ele refere isto, V.M de Barros retorna ao conceito de emancipação feminina, ou seja, luta pelos direitos das mulheres.

[...] às representações de mulheres atuais, transformadas, mas guardando as nuances que fazem das práticas sociais um espaço binário assimétrico, cujas polarizações reforçam e justificam a divisão generizada do mundo. Ao feminino o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal. (SWAIN, 2001, p.16 -17)

Segundo Tania Swain as mulheres têm seus modos de pensar diferentes diante suas práticas sociais, ou seja, elas estão em constante movimento para romper com tais pensamentos que ainda persistem no que foi difundido por muito tempo. E que persiste o estereótipo sobre papéis e competências reais que elas devem exercer sobre a função do lar e inaptidão.

#### A mulher

E' de grandioso alcance afim de obter-se a grandeza da patria e mesmo a felicidade do gênero humano , trabalhar-se á favor da educação da mulher, assim como da sua emancipação, conferindo-se –lhe as mesmas prerogativas que ao homem são concedidas. Esta ultima parte será, estamos certos, recebida de lança em riste e a guerra se ateará crua por alguns espiritos, mas não nos demoverão do nosso propósito.

Não é esta a vez primeira que, na imprensa, havemos alvejado muito perfunctoriamente este assumpto.

Os cerebros do mundo culto, há muito, que se agitam collaborando para a resolução de tão alevantado problema.

Nossa voz, alem de humillima, é fraca e mal poderá ser percebida no pandemonium politico que infelizmente, parafusta as grandes idéas do seculo n'este paiz.

Outros e não só munidos das crudenciaes com que o talento e illustração os felicitaram, melhor fariam o que só com desataviada

linguagem podemos fazer.[...].( BARROSO,1898, p.220-221).

Na coluna “A mulher” de *A Mensageira* o escritor Francisco Barroso demonstra satisfação em estar podendo contribuir de forma harmoniosa com direitos e ao papel feminino e que a luta por esses ideais não é tarefa fácil, pois muitos ainda não concordam com essas ideias, além de que não é primeira vez que tentam mostrar esse assunto na imprensa nem que seja ela superficialmente.

Quando Barroso diz: “Cérebros do mundo culto” ele refere-se às pessoas que tem a mente aberta, que lutam por essas injustiças contra as mulheres e que infelizmente seus ideais não têm valor significativo diante “pandemonium<sup>71</sup> político”, ou seja, diante assembleia política que manifesta reprovação diante essas críticas do século no país. E ainda que com simples linguagem eles possam mostrar real intenção de luta.

[...] todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “já-mais-dito”, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo o que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo o que ele diz. (FOUCAULT, 2012, p.30)

Partindo dos pressupostos de Foucault, segundo os quais interpretarmos um discurso percebemos um “não dito” oculto, ou seja, palavras silenciosas que não foi falado pelo colunista, de tal forma a há uma lacuna aberta de intenção, coisa a mais para ser dita. O colaborador manifesta em sua fala pode esta ocultando pensamentos em sua fala, uma subjetividade em seu discurso. Isso nos leva a pensar em certo medo de que mulheres com sua inteligência e indagação, conquistasse destaques em espaços públicos, seja ele em grandes cargos ou até política e em toda imprensa, na qual poderia comprometer certos interesses de tais homens.

Sendo assim, concluímos que a revista *A Mensageira* serviu como uma “luz” para que as mulheres lutassem por seus anseios, que por meio da imprensa levaram aos lares destas mulheres uma nova concepção de educação feminina.

Os discursos de todas as escritoras que colaboraram com revista, suas linhas de pensamento e objetivos sobre a educação e o papel da mulher. E também a construção de ideais em torno dos escritos e evidências sobre os papéis destinados aos gêneros. Encaramos, portando, que a revista foi um dos meios de movimento social que as mulheres utilizaram para propagar suas manifestações, de tal maneira lutaram por mudanças na sociedade, sendo que essas lutas mantem-se até os dias atuais de diversas formas sendo ela por meio da imprensa ou mídia.

## Referências bibliográficas

- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil**, 1914-1940. São Paulo: USP, 1999.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional, 1985.
- CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a república que não foi. Companhia das letras, 3ª edição, 14ª reimpressão. São Paulo 2014.

- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro 1918-1940**. Campinas Ed. Da Unicamp, 2000.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915**. SP, EDUC/FAPESP/Arq. Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2000.
- COSTA, Francine Martins. **Bibliotecas particulares: Uma leitora “comum” do século XX**. (2012).
- ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta De Barros: Educação: Gênero E Mobilidade Social Em Florianópolis Na Primeira Metade Do Século XX**. UFMG, 2015.
- FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa** In: Revista Projeto História nº 10. Dezembro de 1993. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo horizonte; Autêntica 2006.
- HAHNER, June. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IMESP, Imprensa Oficial do Estado S.A. **A Mensageira: revista dedicada á mulher brasileira**. Edição fac-simile, vol.I e vol. II.1987.
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9º edição. São Paulo: Contexto, 2009.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: UFSC, 1994.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PRIORE, Mary Del. **Histórias do Cotidiano**. Editora Contexto, São Paulo, 2001.
- RIBEIRO, Lhais Paulyne Silva. **Voo do Colibri: Trajetória e Experiência de Prisciliana em torno da revista “A Mensageira”**. Pouso Alegre: Universidade do Vale do Sapucaí/ Univás 64 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso, 2016, F. 60.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2). jul/dez.1990.
- SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

SWAIN, Tania Navarro. **Feminismo e representações sociais: A invenção das mulheres nas revistas femininas.** *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001. Editora da UFPR.

VIEIRA, Maria de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosario, KHOURY, Yara Maria. **A pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 2007.

# **A FESTA MAIS DOCE DO BRASIL: PIRANGUINHO E O MAIOR PÉ DE MOLEQUE DO MUNDO**

**LUCAS INÁCIO RODRIGUES; ANDREA SILVA DOMINGUES**

Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS

Av. Prof. Tuany Toledo, 470, Unidade Fátima

CEP 37554-210 | Pouso Alegre | MG

Escola Municipal Lais Peralta Carneiro

Avenida Dona Mariquinha N°2110 Centro

Fone: 3662-1759 / Maria da Fé/ MG

lucaas.inacio12@gmail.com; andrea.domingues@gmail.com

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra.”

*Paulo Freire*

## **Introdução**

A cidade em questão nesse artigo se chama Piranguinho, que na língua Tupi significa, segundos os estudos do Toponimista<sup>78</sup> Benedito Prezida, o pequeno Rio Vermelho ou Rio pequeno de águas barrentas. (ALMEIDA, 2008) Essa cidade se localiza na região Sul do Estado de Minas Gerais e se destaca na rota turística devido a prática cultural da confecção e venda do doce denominado Pé de Moleque.

---

<sup>78</sup> Toponimista é o profissional que estuda a estrutura linguística e histórica da origem dos nomes de lugares. Disponível em Minidicionário Aurélio, 2014.

A cidade de Piranguinho se localiza no sul de Minas Gerais e sua população foi calculada, pelo IBGE no censo de 2010, em 8.016 habitantes <sup>79</sup>. Possui como principais setores econômicos o serviço lojista e a agropecuária. Fazem limites com Piranguinho, os municípios de São José do Alegre, Itajubá, Piranguçu, Brazópolis, Cachoeira de Minas e Santa Rita do Sapucaí. Observemos a seguir um mapa com a localização geográfica da cidade de Piranguinho:

### Mapa da localização geográfica de Piranguinho

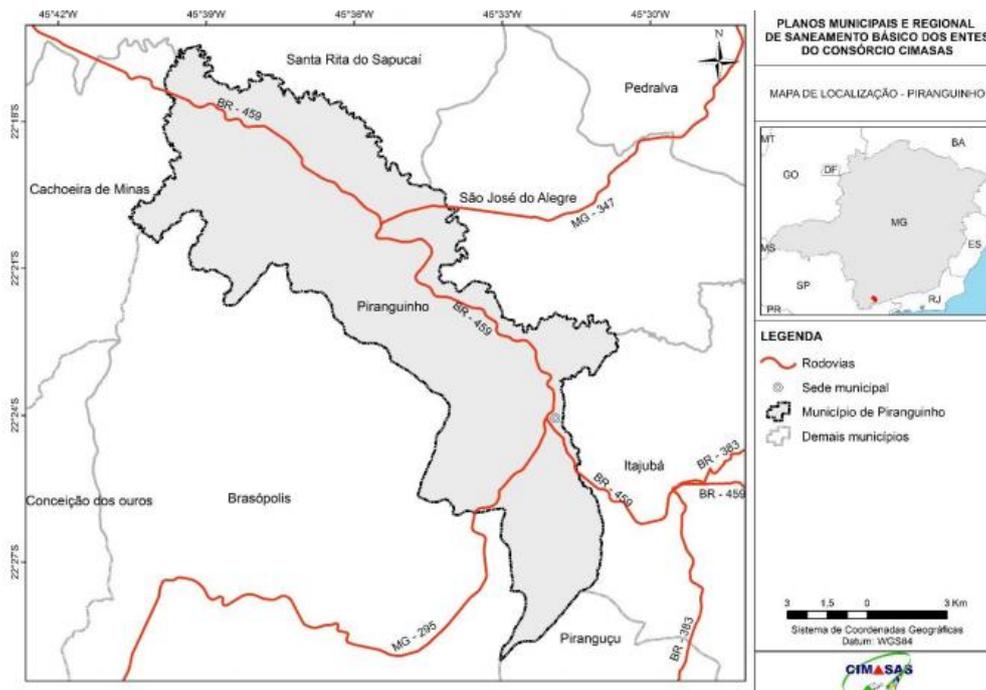


Imagem 01 - *Localização geográfica da cidade de Piranguinho.* (SANTOS, 2012, p.16)

A memória da cidade de Piranguinho sempre é vinculada ao discurso do sabor, venda e fabricação do Pé de Moleque e “ir a Piranguinho e não comer o doce se compara a ir a Roma e não ver o Papa”, segundo palavras do ex-prefeito e professor, o senhor Adoniran Martins Renó. Podemos perceber a tamanha importância que essa prática cultural detém para a região, por conta disso o presente artigo tem como objetivo analisar as transformações que influenciaram a cultura local, buscando compreender a importância cultural dessa prática na formação da “Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo”.

O corpus de análise deste texto será relatos orais e de imagens, ambas disponibilizadas por moradores da cidade em meados do ano de 2016 e que foram de grande auxílio para a elaboração

<sup>79</sup> Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=315100>, acesso em 25 de Junho de 2017.

deste artigo, dialogando a memória individual com a memória coletiva, com o objetivo de obter novas visões sobre as relações sociais e culturais expressos pela festividade.

Para melhor compreensão da cidade e a partir da leitura realizada de memorialistas regionais, percebe-se que Piranguinho começou sua formação social com o advento da Linha Férrea *Sapucahy*, em meados do final do século XIX. Em uma sala da estação ferroviária de Piranguinho Dona Nenê Paca, funcionária local, começou a vender alguns doces de amendoim com rapadura e a partir de então essa prática cultural somente aumentou. (ALMEIDA, 2008) A cidade de Piranguinho passou a ser identificada por sua identidade como a “Capital Nacional do Pé de Moleque” e isso provocou um acréscimo devido a construção da Rodovia BR – 459. Via que interliga a cidade de Poços de Caldas à cidade de Guaratinguetá, inaugurada em 1957.<sup>80</sup>

O trecho dessa rodovia que passa por Piranguinho é de constante trânsito de automóveis, devido à posição geográfica da cidade, sendo caminho para moradores e turistas, romeiros de Aparecida, moradores ou trabalhadores de São José dos Campos e também de Pouso Alegre. Em suas margens foram construídas as barracas coloridas de pés de moleque para venda do doce e de outros tipos alimentícios.

Conforme Fenelon:

[...] tentamos sempre orientar as investigações para temas que tratem da constituição dos espaços e territórios urbanos, visando a compreensão de que são as relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabem por definir a paisagem urbana, a imagem da cidade. (FENELON, 1999, p.06)

As relações sociais presentes na cidade são importantes para que possamos compreender as influências nas transformações dos espaços e da cultura local. Ocorre com isso uma forte relação entre o poder e as ações culturais nas cidades, afetando na formação da imagem da própria cidade para outros espaços, passando a ter uma imagem construída ou adaptada.

Os espaços de sociabilidade constituído nas cidades podem permanecer como espaços de resistências ou se alterar, sempre movidos pelas relações de poder. Com as instalações das barracas de pés de moleque à margens da rodovia BR-459 provocou mudanças no ambiente tradicional da rodovia em questão. Na realização da “Festa do Maior pé de moleque do Mundo” o espaço da Praça Coronel Bráz é modificado e seus usos também. O local que é utilizado para atividades de recreação e de conversa, durante os dias do festejo se torna um espaço de novas ações, como

---

<sup>80</sup> Disponível em <http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados>, acesso no dia 29 de dezembro de 2017.

danças típicas das festas juninas e shows de grupos ou duplas, modificando o cotidiano dos moradores locais.

Aproveitando desse crescimento relacionado com a construção da rodovia, a cidade de Piranguinho começou a organizar uma festa com o objetivo de divulgar ainda mais a cidade, a Festa do Pé de moleque teve sua primeira edição em 1999, por iniciativa do então prefeito, o Senhor Carlos Motta. Essa primeira tentativa de formular a festa não progrediu, talvez por falta de apoio do prefeito da época, tendo outra versão somente em 2002, organizada pelo curso de Turismo e Hotelaria da cidade de São Lourenço. Em 2006 reiniciou as festas, dessa vez festas em sequências denominadas “Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo”. (RENÓ, 2011, p. 425)

As políticas culturais, maneiras de se fazer, viver e se dizer da cidade de Piranguinho, de uma maneira expressiva é sempre discursivizada pelo doce pé de moleque. As categorias trabalhadas nesse artigo são: Memória, Cidade e Cultura.

Ao falarmos de memória como campos de disputas, a historiadora Khoury (2004, p.118) nos diz o seguinte:

Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao explorarmos modos como memória e história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida.

A memória é uma categoria que se relaciona com o poder, pois nela se encontra preservada acontecimentos que várias vezes são esquecidos ou ocultados pela história tradicional. Esse esquecimento pode ser causado de maneira proposital, pois em algumas ocasiões a retomada dessa memória pode prejudicar de algum modo os poderes locais. Essas memórias muitas vezes nos ajudam para a reflexão sobre alguns problemas sociais atuais e buscam possíveis respostas para questionamentos históricos.

Ao falarmos sobre práticas culturais e sobre a resistência de, que antes eram reprimidas e não dadas ao devido valor, discutiremos as relações entre memória, cultura e cidade. Cidade é onde essas práticas vivenciadas pelos sujeitos são concretizadas.

A cidade é um lugar onde os sujeitos sociais realizam as mais diversas atividades, não apenas atividades concretas ou físicas, como o trabalho e as construções, mas também várias relações de convivência que são observadas por sentimentos, valores e interesses. (RODRIGUES, 2016, p.11)

## **1. O festejo e seus sentidos**

Para uma maior problematização sobre a cultura da produção e venda do doce pé de moleque, a História Oral <sup>81</sup> foi adotada como um instrumento metodológico muito importante, que busca pela construção de fontes e documentos, registrar, através das narrativas, testemunho e versões. (DELGADO, 2006)

Paul Thompson nos apresenta as seguintes importantes definições sobre a história oral:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992)

Para a realização desta pesquisa se fez necessário entrevistas, para evidenciarmos os diferentes sentidos em torno da memória da cidade e do pé de moleque.

Nossos entrevistados foram o Senhor Ricardo Pereira Dias, funcionário do Sítio São José de Pé de Moleque, uma das várias empresas desse ramo na cidade, o Senhor Marcelo Gonçalves Pinto, morador da cidade e que já trabalhou na organização da Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo e o Senhor Giovani Silva Balbino, professor de História e mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e que nos trouxe em seu depoimento sua experiência sobre a cultura local e também seu testemunho como freguês das barracas de Pés de Moleque da cidade.

Segundo Domingues (2011, p. 31): “[...] a história oral é uma fonte viva, inacabada, e que, portanto a história que se quer fazer é uma história inacabada; o entrevistado relata e ao mesmo tempo cria sua história de vida através do tempo. [...] relato entre o passado e o presente, mesclando um ao outro [...]”. A história inacabada que a história oral nos transmite é simplesmente uma nova forma de ver a história, tomando por base relatos de sujeitos que muitas vezes presenciaram acontecimentos diversos, mas que nunca tiveram a oportunidade de expor seus sentidos.

Os estudos de Domingues vêm nos auxiliar a analisar as diferentes formas de se ver uma festa. Domingues no relata que: “Na cidade há uma mistura de tempo, espaço e relações, não havendo uma uniformidade e sim diferentes experimentos em relação a ela, pois ao realizar a festa, há participação de diferentes segmentos da cidade.” (DOMINGUES, 2007, p.29) Mesmo quando

---

<sup>81</sup> Para a realização das transcrições das entrevistas iremos utilizar a transcrição literal do discurso dos entrevistados, ou seja, da mesma maneira que é falada. História Oral: como fazer, como pensar. Xênia de Castro Barbosa.

a festa tem um foco, como no caso a Festa do Pé de moleque vários aspectos sociais e culturais são expostos no espaço onde irá ocorrer esse festejo.

Pessoas de diferentes lugares com diferentes ideias e experiências, a festa é lugar de sociabilidade, lazer e trabalho. Como forma de divulgação várias estratégias são utilizadas, como anúncios nas rádios, nas redes sociais da internet e, quando possível, na televisão.

O senhor Marcelo, morador de Piranguinho desde seus 5 anos, trabalhou na organização da Festa do Maior pé de moleque do mundo e dos transmitiu algumas de suas experiências. O entrevistado aos 26 anos, nos diz:

[...] vejo o doce hoje como uma fonte de enriquecimento muito grande pra cidade, tanto cultural, como mesmo aqui, o pessoal que conhece a cidade, que vê passando com, naaa... na TV local né? Na rede local que aqui passa na TV e como ano passado ocorreu né? Que devido ao doce começa a virá bem famoso na... na, no Brasil... uma rede grande, que no caso é a Rede Globo, teve presente aqui, um dos programas da emissora teve presente aqui e no qual elevou ainda mais a famosidade do doce nuuu... em todo Brasil a não ser no mundo também. <sup>82</sup>

Na narrativa do senhor Marcelo, sua memória vincula o doce como “fonte de enriquecimento, cultural e devido sua fama”, discurso este que é reforçado pela mídia. Os novos instrumentos publicitários, entre eles a Televisão, especialmente, provocam uma idéia de que ao se anunciar o produto ou, no caso de Piranguinho, a Festa, uma maior quantidade de pessoas tem o conhecimento da existência desse evento ou desse produto, provocando como reação, um maior enriquecimento local ocasionado por uma maior quantidade turística na região, fazendo deste festejo algo além do local, dos moradores, mas também regional, para que possa ser afirmado como prática desta cidade.

A publicidade em torno do festejo tem por objetivo fazer com que o lucro das fábricas aumente e também que a influência no desenvolvimento da cidade seja notada. Em Piranguinho os próprios donos ou representantes das empresas, os donos das fábricas de doce, e conseqüentemente das Barracas de Pé de Moleque e a própria Prefeitura Municipal, que investe para a realização da “Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo” desde 2006 anualmente são quem investem mais fortemente na propaganda voltada a esse festejo.

A Prefeitura é responsável pela realização do evento, com isso a Festa não necessita de festeiros, como é o caso de tradicionais festas juninas, mas as Barracas e outras empresas da cidade

---

<sup>82</sup> Senhor Marcelo Gonçalves Pinto. Entrevista concedida a Lucas Inácio Rodrigues no dia 12 de março de 2016.

auxiliam para o crescimento dessa prática, nos fazendo compreender nesse cenário trocas de interesses entre a Prefeitura e os empresários que são donos das Barracas.

Giovani Silva Balbino de 24 anos foi outro dos nossos entrevistados. Morador de Silvianópolis e estudante do curso de História da Univás (Universidade do Vale do Sapucaí) nos transmitiu experiências como romeiro de Aparecida, nos fazendo compreender a visão de outras cidades em relação à Piranguinho. Giovani nos relata sobre a Festa do Pé de Moleque da seguinte maneira: “isso mostra que já ganhou a população, já ganhou os patrocinadores, quer ou não, a festa hoje precisa de dinheiro pra desenvolver.”<sup>83</sup> O senhor Giovani em sua entrevista demonstra que o festejo já é algo esperado pelos visitantes e moradores da cidade e que a festa de uma maneira ou outra deve encontrar um caminho para sua realização, sendo a questão financeira o foco. Giovani continua suas lembranças dizendo que: “[...] e falando novamente o Pé de moleque ééé... o que dá dinheiro.”<sup>84</sup> A relação entre cultura e dinheiro nos é evidenciada na fala do entrevistado, nos fazendo refletir sobre as apropriações que o mercado capitalista realiza sobre as tradições e sobre as culturas, modificando-as e dando a elas novos sentidos.

Resgatando o depoimento do Senhor Ricardo Dias de 25 anos, funcionário do Sítio São José de Pé de moleque, podemos refletir a maneira de se produzir o doce: “[...] antes agente utilizava fogão a lenha, quando a produção era bem pequena. [...] Com o tempo, tivemos que usa o fogão industrial, porque a demanda era muitaaa... e num num suportava uuu fogão de lenha.”<sup>85</sup>

A memória do senhor Ricardo nos permite compreender o movimento do sentido do fazer o pé de moleque. Neste pequeno recorte da entrevista observa-se diferentes tempos da memória; pois o pé de moleque antes era uma produção caseira, artesanal de pequena quantidade e em novos tempos é necessário o fogão industrial para dar conta da produção

A transição entre a produção manual e a produção industrializada foi adquirida com o tempo e as ferramentas para conseguir o objetivo produtivo foram aprimoradas, mas atualmente ainda existem pequenos resquícios dessa produção dos primórdios em Piranguinho.

Compreendemos o festejo como um acontecimento repleto de sentidos e de intencionalidades do qual se faz fundamental pensarmos na questão do discurso e analisarmos esse festejo como um acontecimento histórico e discursivo.

Para Pêcheux, um acontecimento “é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p.17), ou seja, pode ser analisado como uma correlação entre o fato

---

<sup>83</sup> Senhor Giovani Silva Balbino. Entrevista concedida a Lucas Inácio Rodrigues no dia 19 de fevereiro de 2016.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Senhor Ricardo Pereira Dias, Entrevista concedida à Lucas Inácio Rodrigues no dia 28 de agosto de 2015.

e a forma como o fato foi percebido e circulado, como ele se atualiza e se mantém sempre presente na memória coletiva. (RASSI, 2012)

Nesse sentido, o acontecimento histórico consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo passa a ser rememorado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica (DELA-SILVA, 2008). Um fato deve ser relativamente significativo para ser lembrado ou registrado em livros.

Pela ótica da Análise do Discurso, “o acontecimento histórico [...] pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos” (DELA-SILVA, 2008), pois o historiador filtra ocorrências ou fatos que ele julga serem historicamente importantes. Assim, seleciona o que convém e omite o que julga não ser relevante historicamente. A Análise do Discurso compreende o acontecimento histórico como o recorte de um fato ou sequência de fatos ocorridos em um tempo e em um espaço. (RASSI, 2012)

Levando em consideração os conceitos de acontecimentos utilizados nesse artigo e devido ao investimento dos órgãos públicos juntamente com as obras publicitárias das fábricas doceras espalhadas por Piranguinho, a fama da cidade realmente se propagou e o Pé de Moleque ganhou o status de ser um dos doces mais tradicionais do Sul de Minas,<sup>86</sup> segundo a revista “Guia da Mantiqueira”, ocasionando uma fama regional da cidade ao ser constantemente relacionada a essa prática.

Ao pensarmos a cidade de Piranguinho, o senhor Marcelo ainda nos relata que:

Bom, o diferencial dessa cidade hoje é... no qual ta em nível nacional, seria o doce Pé de Moleque, né? Que é um doce bem conhecido onde tem a festa agora todo mês de junho, né? Ocorre a festa aqui na cidade iii... eu gosto bastante da cidade porque? Por ser uma cidade do interior de Minas e uma cidade é... relativamente pequena, né?... com hoje aproximadamente dez mil habitantes, a gente tem uma certa liberdade com todos... a gente conhece o pessoa, um conhece o outro, um auxilia, né?<sup>87</sup>

O depoimento do senhor Marcelo nos traz um sentimento de carinho pela cidade, principalmente por Piranguinho não ser uma cidade com um grande número de moradores, facilitando no convívio e com isso tendo relações sociais mais próximas. O entrevistado também nos transmite a importância nacional do Pé de Moleque de Piranguinho e consequentemente a criação da Festa, fazendo uma interessante relação entre a liberdade na participação da Festa e o público com o privado, ao relatar o auxílio para que a Festa ocorra.

---

<sup>86</sup> *Revista Guia da Mantiqueira* com o título “Hoje tem arraia? Tem sim senhor!”, direção e redação Kelly Monteiro. Ano 3, nº 27, Junho de 2015, Juiz de Fora, p. 14.

<sup>87</sup> Senhor Marcelo Gonçalves Pinto. Entrevista concedida a Lucas Inácio Rodrigues no dia 12 de março de 2016.

## 2.1. O Político no Festejo

Para que possamos compreender o sentido político expresso por meio dessa prática cultural, devemos entender as relações entre a tradição e os interesses individuais.

Segundo o memorialista Almeida:

O pé-de-moleque apareceu em Piranguinho por volta de 1911, quando Dona Maria Paulina de Noronha (Neném Paca), com a devida autorização, construiu, ao lado da estação ferroviária de Piranguinho, um cômodo de madeira coberto com zinco aonde ela instalou um barzinho. Nele, os viajantes que passavam de trem podiam saborear um delicioso cafezinho com biscoitos, bolos, sonhos e uma variedade de doces, inclusive o pé-de-moleque, feitos por Dona Neném. A partir de 1928, a administração do bar passou para seus familiares e, em 1938, ele foi desativado. (ALMEIDA; RENÓ, 2008, p.50-51)

Com o passar dos anos e por apoio de alguns políticos, começou a crescer a fama da cidade devido a investimentos públicos e aprovações de leis, como a Lei nº 18.057 de 2009 em âmbito estadual que “declara patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais o processo artesanal de fabricação do doce denominado Pé de Moleque produzido no município de Piranguinho”.<sup>88</sup>

Essa lei tem um forte sentido político, pois demonstrou a importância que se aplica a memória e práticas culturais históricas, que com o apoio de algumas autoridades políticas e civis, veio a se oficializar. Políticos e empresários do ramo se beneficiaram com a oficialização dessa lei, pois ganharam prestígio e a produção aumentou, devido à maior visibilidade empregada por meio de anúncios publicitários.

Juntamente com a Senhora Sônia Torino, atual administradora da Barraca Vermelha de Pé de Moleque, a mais tradicional entre as barracas do ramo, o prefeito da época, o senhor Adoniran Martins Renó e várias pessoas que trabalham diretamente com a confecção e venda do doce, batalharam para a oficialização dessa prática cultural em forma de lei.

No ano de 2006 se iniciou a realização da “Festa do maior Pé de Moleque do Mundo”. O objetivo de organizar a Festa do Maior Pé de Moleque do mundo, além de trazer credibilidade e reconhecimento para a cidade de Piranguinho, também teve como aspecto importante a influência das famílias produtoras do doce. Com isso podemos perceber a importância política em sua realização.

---

<sup>88</sup><<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18057&ano=>>, acesso em 20 de Junho de 2017.

A oficialização da prática da produção do Pé de Moleque em Piranguinho, como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais, fez com que os investimentos oriundos dos poderes estaduais aumentassem. Devido a esse fato a organização de uma festa anual, que se hibridasse com os festejos juninos surgiu como uma proposta política que foi bem vista pelos produtores.

## **2.2. Cultural e Social**

O reconhecimento regional e até mesmo nacional que o doce adquiriu com o passar dos anos, tem como grande auxiliador a divulgação que os próprios turistas realizam de forma informal, muitas vezes levando o pé de moleque de Piranguinho para a sua cidade.

Segundo Fenelon “A cidade nunca deve surgir como conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar de pluralidade e da diferença, e por isso representa e constitui muito mais que o simples espaço da manipulação do poder” (1999, p.07). No espaço da cidade existe convivência de pessoas distintas e com pensamentos e atitudes que se diferenciam uns dos outros. Várias formas de trabalho estão representadas nesse espaço e as relações entre cidades são bastante evidenciadas devido à proximidade.

Discutindo essa relação entre cultura e sociedade, devemos compreender as influências que o social utiliza sobre os meios culturais de interesses de alguns sujeitos. Para se tornar clara a ideia de cultura, devemos situar a prática cultural no contexto histórico em que ela teve origem.

Burke nos diz que: “Para entendermos qualquer item cultural precisamos situá-lo no contexto, o que inclui seu contexto físico ou cenário social, público ou privado, dentro ou fora de casa, pois esse espaço físico ajuda a estruturar os eventos que nele ocorrem.” O cenário que ocorre a prática cultural nos demonstra muitas das respostas de possíveis questionamentos que nos vem durante a pesquisa.

Piranguinho passou por diversas transformações sociais, econômicas e culturais, mesmo com todas as transformações em outros campos de disputas, a cultura e a prática da confecção e venda do doce pé de moleque continuou sendo utilizada e trabalhada para que pudessem com isso ganhar um maior prestígio com o passar dos tempos.

Os produtores de pés de moleque no início do século XX detinham de um número maior de matérias primas, pois na região onde atualmente se localiza Piranguinho, tinha “vários produtores de rapadura, vários engenhos e plantadores de amendoim, então a região já foi uma

produtora grande de amendoim”<sup>89</sup>, diferente do que ocorre atualmente, como vem dizer o senhor Joaquim Mota de Almeida em uma entrevista para o programa “Trilhas do Sabor”: “Hoje não, hoje aqui se fabrica o pé-de-moleque e não tem produtor de rapadura nem de amendoim.”<sup>90</sup>

Interessante compreendermos que, mesmo com o passar do tempo cronológico e com a escassez de matéria prima (no caso do Pé de moleque, Rapadura e Amendoim), a confecção do doce continuou. Tanto o amendoim quanto a rapadura eram, e ainda são exportadas de outras cidades, com isso aumentando os gastos no produto final.

O investimento na indústria alimentícia em Piranguinho se deu a mais de 100 anos, onde na própria estação de trem era o espaço onde essas vendas eram realizadas, como nos diz a senhora Ana Carolina Torino que trabalha na administração da Barraca Vermelha que é a mais tradicional das “lojas” que vendem o doce:

Era um menino que entrava com as tachadas dentro do trem e vendendo para os passageiros [...] o trem passava dentro da cidade e foi [...] conhecido o Pé de moleque por causa desse trem e o menino que passava, todo mundo ficava esperando a venda do Pé de moleque aqui em Piranguinho.<sup>91</sup>

Ao analisarmos os aspectos que levaram a popularização da cidade de Piranguinho relacionando com a influência da cultura da prática e venda do doce Pé de moleque nos deparamos sobre a cultura popular e sobre esse processo de popularização, Abreu nos diz o seguinte:

[...] para uns, a cultura popular equivale ao folclore, entendido como o conjunto das tradições culturais de um país ou região; para outros, inversamente, o popular desapareceu na irresistível pressão da cultura de massa (sempre associada à expansão do rádio, televisão e cinema) e não é mais possível saber o que é originalmente ou essencialmente do povo e dos setores populares. Para muitos, com certeza, o conceito ainda consegue expressar um certo sentido de diferença, alteridade e estranhamento cultural em relação a outras práticas culturais (ditas eruditas, oficiais ou mais refinadas) em uma mesma sociedade, embora estas diferenças possam ser vistas como um sistema simbólico coerente e autônomo, ou, inversamente, como dependente e carente em relação à cultura dos grupos ditos dominantes. (ABREU, 2003.)

---

<sup>89</sup> Entrevista realizada pelo Jornalista Rusty Marcellini para o programa *Trilhas do Sabor, episódio 25*, no canal Rede Minas, Com o Senhor Joaquim Mota de Almeida, Publicado em 28 de Agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bw5X1a3DuRE>>

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Entrevista realizada pelo Jornalista Marco Fenili para o programa *Vivíssima*, no canal TV Aparecida, com a Senhora Ana Carolina Torino, Publicado em 13 de março de 2015.

Refletindo um pouco sobre a questão do popular no meio social, a autora Abreu nos elucida as diversas opiniões sobre esse significado e suas influências. A popularização de algum tipo de cultura está associada à expansão das culturas de massa, como a Televisão e mais atualmente a própria internet, usando de formas de popularização visando o lucro financeiro e nem tanto a cultura da localidade, se apropriando para preservar a dependência relacionada a alguns grupos dominantes, no caso da cidade de Piranguinho principalmente as Barracas de Pés de Moleque com maior fama e tradição.

Em Piranguinho essas “lojas” especializadas em vender o Pé de moleque são identificadas por serem barracas à margem das rodovias, essas barracas tem cada uma, uma cor específica e são administradas por famílias que também são responsáveis pela organização das fábricas.

Barraca Vermelha, a que iniciou as produções em meados de 1936, a Barraca Azul que é datada do ano de 1960, a Barraca Amarela do Zézinho, que está no comércio do Pé de moleque desde 1974. Outras barracas começaram a entrar no ramo em meados da década de 80, entre elas a Barraca Verde, Barraca Branca, Barraca Prata, Barraca Marrom, Barraca Laranja, Barraca Roxa e o Rancho do Pé de Moleque. Essas fábricas e Barracas são responsáveis por gerar empregos diretamente e indiretamente (RODRIGUES, 2016).

Veja a seguir fotografias das barracas de pés de moleque localizadas na cidade de Piranguinho, cada qual com sua própria cor:

### **Barracas de Pés de moleque em Piranguinho**



Imagem 02: Barracas de Pés de moleque de Piranguinho.<sup>92</sup>

Essa montagem de fotografias foi realizada para melhorar nossa ilustração com intuito de podermos com isso refletirmos e percebermos que as Barracas além de se localizarem as margens da rodovia, dividem espaço com casas e outros estabelecimentos e se encontram próximas uma das outras, nos transmitindo uma ideia de um ambiente amigável entre elas, denotando um sentido de que a cultura do Pé de moleque está presente no cotidiano da cidade e das pessoas que nela habitam.

### 3. Algumas considerações

A presente pesquisa foi realizada com o intuito de contribuir para os estudos sobre a cidade de Piranguinho, enfatizando a importância dos estudos da História local, promovendo uma interação entre os sentidos presentes nas atividades festivas. A História consiste na interação entre os homens, ocasionando transformações nos modelos de viver e nos meios culturais. Sobre esse viés, buscamos encontrar respostas para perguntas que fazemos sobre a vida social e cultural contemporânea.

<sup>92</sup> Fotografias pertencentes ao acervo pessoal do pesquisador Lucas Inácio Rodrigues, datadas do dia 25 de Fevereiro de 2016, editada. Representando as barracas: Verde, Prata, Branca, Amarela, Vermelha, Azul, Marrom, Roxa e Laranja.

A História local atua na manutenção da memória do povo de sua região, quando conhecendo seu passado histórico, ocasionando um novo sentido à questão de pertencimento local. A História de Piranguinho, no sul de Minas Gerais é de suma importância para o contexto histórico de toda a região, tendo relação íntima com a construção da linha férrea. O doce Pé de Moleque começa a ser fabricado em Piranguinho já em meados de 1911, com a Dona Neném Paca, demonstrando que essa tradição local é uma tradição centenária. A oficialização da prática de produção do doce Pé de Moleque como patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais auxiliou para um maior investimento na cidade.

A base metodológica deste trabalho se organizou com foco na História Oral. A História Oral é um método que nos auxilia a buscar novas visões sobre os fatos ocorridos e que eram considerados irrefutáveis, dando voz aos excluídos da História. A utilização desse método contribui ativamente para as pesquisas em âmbito local, fazendo com que possamos compreender as construções sociais e culturais que se deram para a constituição da cidade.

A oficialização da prática da confecção do doce Pé de Moleque de Piranguinho como Patrimônio Cultural do Estado de Minas Gerais, auxiliou no investimento da cidade sobre essa prática e sobre a Festa, acarretando em maior auxílio financeiro, principalmente na área do turismo. Ao analisarmos essa temática, devemos sempre compreender as intencionalidades em cada fato ocorrido, pois, as relações entre as representações culturais e as formas dominantes de poder são constantes.

A prática da confecção e venda do Pé de Moleque de Piranguinho está intimamente ligada à história da cidade e contribuiu para que ocorresse uma maior divulgação sobre o festejo e maior investimento nas obras públicas da cidade. A população piranguinhense vive cotidianamente sobre o *status* de viver na “Capital Nacional do Pé de Moleque”, porém não é toda a população que vive economicamente a base dessa atividade, mas usufruem de maneira indireta dessa prática, pois ela auxiliou na divulgação da cidade de maneira geral.

#### **4. Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, J. M.; RENÓ, Z. M.; *Estação do Piranguinho: as origens e outros olhares*. 1. ed. Itajubá - MG: Gráfica O Sul de Minas, 2008.

BERNARDES, Elizabete Aparecida Bittencour. *Desenvolvimento local e sustentabilidade: O caso de Piranguinho – MG*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e sociedades. Itajubá, UNIFEI, 2015.

- CRAVEIRO, Célia; CUNHA, Silva. Publicidade e alimentação: Mistura explosiva? *Revista Nutrícias*, nº07, Associação Portuguesa dos Nutricionistas, Lisboa, 2007.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.
- DOMINGUES, Andrea Silva. *A arte de falar: redescobrimo trajetórias e outras histórias da Colônia do Pulador Anastácio/MG*. PACO editorial. Jundiá. 2011, p. 31.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e Memória: o festejo de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvanópolis – MG*. Tese de Doutorado, PUC /São Paulo, 2007.
- FENELON, Déa Ribeiro (Org). *Cidades. Pesquisa em História: Programa estudos Pós graduados em História PUC/São Paulo: Olho D'água*, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 36 Ed. Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 86.
- KHOURY, Yara Aun. *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo. Editora: Olho D'água. 2004.
- PECHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral? In: *Revista Projeto História- Cultura e Representação*. São Paulo: EDUC, 1997, p. 37.
- RASSI, Amanda Pontes. *Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”*. Universidade Federal de São Carlos. Rev. Hist. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.43-63, jan./jun. 2012
- RENÓ, Zaluar Martins; LIMA, Rosana Meire de; PASSARO, Rosemeyre Maria dos Santos. *Piranguinho: tempos e lugares de cidadania vol II*. Itajubá – MG, Diagrarte editora, 2011.
- RODRIGUES, Lucas Inácio. *Cidade e Memória: O doce “Pé de moleque” como patrimônio cultural em Piranguinho – MG*. 2016. Monografia – Curso de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2016.
- SANTOS, Alexandre Augusto Moreira. *Planos municipais e regionais de saneamento básico dos municípios entes do consórcio CIMASA*. CIMASA, Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Microrregião do Alto Sapucaí para Aterro Sanitário, Itajubá.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

# ENTRE CAUSOS E LENDAS: QUESTÕES TEÓRICAS<sup>93</sup>

MAICON FERNANDES DE PAIVA<sup>94</sup>; DÉBORA MASSMANN<sup>95</sup>

## Considerações Iniciais

Neste estudo, apresentamos uma discussão com vistas a compreender as principais características das lendas urbanas. Esses escritos serão utilizados como embasamento teórico para a reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho. Interessamo-nos pela origem das lendas urbanas, mas, como historiadores, não nos limitamos a ela. De fato, este estudo busca ampliar a discussão em torno do tema “lendas urbanas” a fim de analisar os efeitos de sentido que são produzidos por e a partir dessas lendas na atualidade, sobretudo, no que tange às formas de articulação entre lenda urbana, cultura popular e folclore.

Nossas discussões tomam como fundamentação teórica os apontamentos de Thompson (1998) sobre cultura, destacando-se daí diferenças entre a cultura popular e o folclore. Alinhados com o senso comum, poderíamos trabalhar com a hipótese de que o surgimento de uma lenda urbana está relacionado ao folclore. No entanto, se pensarmos desta forma, ou seja, a lenda urbana vista como Folclore, estaríamos deixando de lado toda a complexidade e todo o funcionamento de significação das lendas urbanas na vida de sujeitos da contemporaneidade, em especial, àqueles que

---

<sup>93</sup> Essa pesquisa resulta de um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

<sup>94</sup> Historiador, foi bolsista FAPEMIG nos anos de 2015 e 2016. É egresso do curso de história da Universidade do Vale do Sapucaí.

<sup>95</sup> É doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), mestre e graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). É docente permanente e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí. Em 2012 e 2013, participou da comissão de elaboração da proposta do curso de Doutorado em Ciências da Linguagem e, em 2015, integrou a comissão de elaboração da proposta do curso de Letras da Universidade do Vale do Sapucaí. Atua como docente nos cursos de Graduação em Letras, História e Tecnologia em Gastronomia da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Orienta pesquisas de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Em 2018, foi professora convidada na Universidade de Turim (Itália). Tem experiência em teoria e análise linguística principalmente na área de semântica, análise de discurso, retórica e argumentação. Em suas pesquisas, destaca-se o interesse pelo funcionamento dos discursos jurídico, político e artístico. Contato: [debora.massmann@univas.edu.br](mailto:debora.massmann@univas.edu.br) ou [deboraelh@gmail.com](mailto:deboraelh@gmail.com).

vivem no sul de Minas Gerais, espaço geográfico selecionado como ponto de observação para este estudo.

Assim, nesta etapa de estudo, selecionamos como objeto de análise três (3) dicionários de língua portuguesa que fundamentarão nossas observações em torno terminologia que se inscrevem no espaço de enunciação e de significação das lendas urbanas. É com base nessas tecnologias de linguagem historicamente constituídas como referências etimológicas, a saber, os dicionários, que vamos problematizar, diferenciar e dialogar com terminologias e com sentidos cristalizados sobre as lendas urbanas na cidade de Pouso Alegre. A história de Pouso Alegre apresenta-se aqui como elemento norteador dessa reflexão analítica uma vez que é nessa História, sobretudo nas obras de dois memorialistas e no almanaque da região sul mineira, que buscamos os insumos necessários para avançarmos neste estudo.

### **Apontamentos sobre a noção de cultura**

Considerando que as lendas urbanas podem ser descritas como um tema de pesquisa absolutamente dinâmico e produtivo, já que acompanham o advento de novas formas e formatos textuais numa espécie de metaformização, parece-nos importante refletir justamente sobre o processo de hibridização, ou melhor, sobre o conceito de “Culturas Híbridas” tal como proposto por Canclini, em seu livro “Culturas Híbridas: estruturas para entrar e sair da modernidade”. Para este autor, a hibridação cultural se dá a partir de “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (1997, p. 19). O pesquisador destaca ainda que “a modernidade é constituída de culturas híbridas” (1997, p. 19) que se manifestam no dia-a-dia de cada sujeito, formando assim, novas e diversificadas identidades, dotadas de misturas culturais.

Tomando as reflexões deste autor como de ancoragem teórica e analítica, podemos depreender que este processo de hibridização cultural acontece bem mais próximo de nós do que se poderia imaginar. Com efeito, este parece ser o caso do Brasil, país fruto de hibridação que incorporou a cultura de diversos lugares, como, por exemplo, a cultura dos portugueses, africanos, dentre várias outras. No contexto brasileiro, podemos identificar os costumes de outras nações que foram incorporados à cultura brasileira, como, por exemplo, é o caso de muitas das lendas urbanas que circulam em território brasileiro, histórias que assustam e/ou causam medo. Na maioria das vezes, essas histórias estão carregadas de sentidos que refletem questões sociais, culturais e ideológicas dos espaços e das comunidades de onde emergem. A prática das histórias que amedrontam foi sendo inserida pouco a pouco à tradição brasileira e tem sido reproduzida até hoje,

através da hibridação, incorporando e derivando novas e diferentes identidades culturais.

Uma vez que nossa atenção está voltada à cultura popular, neste estudo, não discutiremos questões relativas à dissociação entre cultura popular, cultura erudita e cultura letrada, nem mesmo trataremos a cultura popular como sendo aquela mais importante. Em um artigo intitulado “Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico”, Roger Chartier (1995) desenvolve uma reflexão importante sobre a lógica de que a cultura popular estabelece uma relação com duas perspectivas distintas: de um lado, a cultura popular é descrita como sendo isolada e limitada apenas para aqueles que a detém, ou seja, apenas a sociedade popular; e de outro lado, a cultura popular é descrita como dependente de outra cultura, a cultura dominante. Com estas características percebemos a cultura popular como autônoma e ao mesmo tempo dependente. Neste contexto, observa-se a intenção da elite na purificação da classe popular quando muitas vezes ela tenta mudar as atitudes e valores da população e também o abandono das classes superiores. Mas isso acontecendo:

Em 1500, a cultura popular era a cultura de todo mundo, uma segunda cultura para os instruídos e a única cultura para os demais. Por volta de 1800, contudo, em muitas partes da Europa, o clero, a nobreza, os comerciantes, os homens de ofício - e suas mulheres - haviam abandonado a cultura popular, da qual estavam agora separados, como nunca antes, por profundas diferenças de visões de mundo (BURKE, 1989 *apud* CHARTIER, 1995, p. 181).

Compreende-se assim que a cultura passou por uma separação (popular, erudita) que tem grande repercussão na atualidade. Além disso, não podemos esquecer que cultura é uma categoria de difícil definição, segundo Thompson (1998) já no século XVIII essa nomenclatura passava por diversas mudanças, tanto que “o termo ‘costume’ foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra cultura” (THOMPSON, 1998, p. 14). Mas como percebemos em Thompson (1998):

A cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa... assume uma forma de sistema. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro de um conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

Apoiados nesta lógica, a cultura remete-nos, conseqüentemente, a toda ação (atitudes, valores, saberes, crenças, reproduções) do ser humano em movimento na comunidade, em especial,

à troca entre oralidade e escrita (veremos no decorrer do trabalho). Sendo assim, utilizamo-nos das transmissões das lendas urbanas (saberes e crenças) como fruto da cultura popular que se faz presente na atualidade.

Nessa perspectiva, há série de representações culturais que produzem sentidos para diferentes sujeitos. Estes sujeitos podem se identificar com essas representações culturais e com elas estabelecer uma relação de pertencimento, pois, à medida que se apropriam das lendas urbanas, eles se inscrevem nas memórias/histórias/estórias em circulação, conectando seu presente com seu passado, formando e transformando a sociedade que os permeiam.

### **Dos espaços e das lendas: entre o urbano/rural e o digital**

O ponto de partida que sustentou a ideia de uma pesquisa sobre lendas urbanas situa-se no sul de Minas Gerais, mais especificamente, no município de Pouso Alegre. Neste espaço geográfico, em que se entrecruzam o rural e o urbano, percebemos que a população tem como tradição reproduzir oralmente histórias/estórias nas costumeiras rodas de conversas. Na posição de historiador social, fomos em busca da principal lenda urbana que circula na região Sul de Minas e deparamo-nos com a lenda do “Corpo Seco”<sup>96</sup>. Mas como descobrimos que a lenda destacada acima é a mais relevante dessa região? Trata-se de tomar como referência a lenda mais difundida, aquela que é a mais lembrada, a mais citada quando se questiona sobre histórias/estórias de medo. De fato, quando abordamos algumas pessoas e perguntamos se elas conheciam alguma lenda, elas imediatamente citavam o “Corpo Seco”. Obviamente, essa não é a única lenda urbana que circula na região. Ao questionarmos nossos depoentes, além de descobrirmos a principal lenda urbana, descobrimos também várias outras lendas. Diante dessa produtividade de narrativas lendárias, a questão que nos provoca é a seguinte: de onde se originam estas outras lendas?

Movidos por constantes questionamentos, identificamos que estas lendas são provenientes de lugares com acontecimentos bastante inusitados, como, por exemplo, no cemitério da cidade. Em Pouso Alegre, o cemitério municipal é o berço de duas lendas urbanas: uma relata a história de uma cigana, que ajudava as pessoas (em vida) em relação ao amor e simpatias. Hoje, seu túmulo, ainda recebe a visita de pessoas que acreditam que, ao fazer um pedido à cigana, ela (força sobrenatural) irá interceder. Outra lenda urbana em circulação, ainda no espaço do cemitério, refere-se à figura de um médico que por ajudar famílias carentes, sem cobrar as consultas e ainda fornecendo os remédios, fez circular a crença de que uma planta que nasceu sobre seu túmulo

---

<sup>96</sup>A lenda do Corpo Seco é relatada na cidade de Pouso Alegre – MG a mais de 70 anos, porém ela não circula apenas na região sul de Minas Gerais, circula em outros estados do Brasil e também internacionalmente.

possui propriedades medicinais sendo capaz de curar pessoas enfermas.

Como historiadores adotamos uma posição teórica que se inscreve na mesma perspectiva defendida por Marc Bloch, a saber, aquela da necessidade de investigar o passado a partir do presente. Desse modo, neste estudo, propomo-nos a investigar o passado para entendermos o presente a partir da tradição da oralidade, isto é, trabalharemos a partir das lendas antigas para entender as versões que circulam nos dias de hoje. Consequentemente faz-se necessário investigarmos a origem dessas lendas, isto é, onde elas surgiram, como e por que elas foram postas circulação. Para isso, consideramos que é preciso fazer uma breve análise sobre o folclore compreendido aqui como objeto de pesquisa.

Para Thompson (1998, p.14), “desde sua origem, o estudo do folclore teve este sentido de distância implicando superioridade, subordinação”, nessa visão podemos observar o folclore como uma prática na qual era tomada para exercer uma forma de controle social. Posto isso, é importante destacar que, para nós, é importante descrever e compreender a relação que se estabelece entre cultura e folclore. A articulação que propomos sustenta-se teoricamente na obra “Costumes em comum” de E. P. Thompson e no artigo denominado “Folclore, Identidade e Cultura” de Danielle Conte Delbem<sup>97</sup>. A autora, Danielle Conte Delbem, começa seu artigo lançando o seguinte questionamento: “Por que o folclore e todas as suas manifestações não conseguem adentrar o meio acadêmico?”.

A questão proposta pela autora fundamenta-se numa tradição histórica. Atualmente, observamos que o escopo dessa questão já vem sendo alterado, ainda que vagarosamente, ou seja, nossa pesquisa tem nos mostrado que os estudos que giram em torno desta temática começam a surgir e têm fomentado debates profícuos no âmbito acadêmico. Um exemplo disso é a própria questão da autora que denota sua preocupação em inserir a temática nos meios acadêmicos. Sendo assim, por quê não trazer também para a academia o estudo de práticas mais próximas do nosso cotidiano?

Em sua reflexão, Delbem expõe a trajetória do termo e o significado de folclore reafirmando que o termo “Folclore” nos remete à 1846, quando Ambrose Merton, com pseudônimo de William John Thoms, apresenta o termo “folclore” em uma carta endereçada à

---

<sup>97</sup> Especialista em Gestão Educacional pela UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, licenciada em Pedagogia e Geografia pelo UNAR, Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson. Diretora de escola na Rede Estadual de Ensino a partir de 2003, tendo acumulado experiência na área de ensino em diferentes níveis (fundamental I, II e médio), desde 1991. Professora do UNAR desde 2004, atuando nos seguintes cursos: complementação pedagógica em Geografia e Pedagogia, formação continuada de professores, graduação em Geografia. Tem experiência nas seguintes áreas: relação ensino-aprendizagem e didática, atuando ainda nos seguintes segmentos: folclore e educação; geografia física e humana.

revista “The Athenaeum”<sup>98</sup>. Neste texto epistolar, William John Thoms descreve etimologicamente o termo “Folclore” e especificando que ele deriva do inglês “Folk”, significando gente/povo, e “Lore” significando conhecimento. É a partir deste momento que “folclore” passou a ser utilizado para se referir às tradições, costumes e superstições de um povo, sendo transmitidos de geração para geração.

No Brasil, o principal folclorista é Luís da Câmara Cascudo (1898 – 1986) que define o folclore como cultura popular. Thompson (1998, p.14), no entanto, destaca que “desde sua origem, o estudo do folclore teve este sentido de distância implicando superioridade, de subordinação, vendo os costumes como remanescentes do passado” trazendo assim a ideia de utilização do folclore como uma força de coerção e de controle social, conforme destacamos anteriormente.

Considerando a necessidade de se refletir sobre a relação que se estabelece entre folclore e cultura, faz-se necessário retomarmos aqui a definição de cultura a fim de que avancemos na proposta de estudo. Tem-se assim que cultura é um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais apre(e)ndidos por meio da vida em sociedade. Em outras palavras, cultura designa um conjunto de conhecimentos específicos de suma importância para a construção da identidade de um povo.

Conforme destacamos anteriormente, a designação “cultura” apresenta-se como uma categoria complexa e, conseqüentemente, de difícil apreensão. Neste estudo, não entraremos necessariamente em querelas teóricas que buscam definir “cultura” e estabelecer tipologias culturais, como, por exemplo, cultura erudita, a cultura popular e a cultura de massas. Nosso interesse está especificamente nas lendas urbanas como uma forma de manifestação da cultura popular de uma determinada região. Nossa posição teórico-metodológica inscreve-se assim na perspectiva defendida por Thompson (1998, p, 17) na seguinte citação: “a cultura é também um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral (...), a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos”. As colocações de Thompson nos levam a entender que as manifestações culturais se estabelecem sob a forma de uma troca, transferência de saberes, em que uma cultura só existe por causa da outra e que não há uma cultura distante da outra, ou seja, uma cultura necessita e se inter-relaciona com a outra, não se limitando e ao contrário, dialogando, se inter-relacionando, se constituem, se afetam e se modificam conjuntamente.

---

<sup>98</sup> Revista literária publicada semanalmente em Londres entre os anos de 1828 e 1921. Tinha a reputação de incluir as crônicas e críticas dos melhores escritores da época. Fundada por James Silk Buckingham. Cresceu e expandiu-se até se converter num dos jornais mais influentes e lidos da Era Vitoriana. Na sua maior parte era composta por artigos, resenhas e notícias políticas e científicas. Os tópicos tratados nesses textos incluíram obras da literatura, belas artes, música e teatro, ciência e política.

Desde seus primeiros estudos, o folclore passou por diversas discussões. Muitos estudiosos insatisfeitos com as antigas abordagens sobre a temática propuseram que o termo fosse aprofundado cientificamente para que assim pudesse ser reconhecido como objeto de estudo. Funda-se assim, em Londres, no ano de 1878, a “Folklore Society” (Sociedade Folclórica). Nesta sociedade, cientistas Edward Tylor, Andrew Lang, George Gomme e Thomms estabeleceram como o objetivo “a conservação e a publicação das tradições populares, baladas lendárias, provérbios locais, ditos vulgares, superstições, antigos costumes e demais materiais concernentes a isso” (ALMEIDA, 1974 *apud* FRADE, 1997, p. 10).

Em 1884, a associação citada acima, ainda insatisfeita com seus objetos de estudo, propõe novas alterações. A partir de então estabeleceu que o folclore deveria se dedicar ao estudo dos seguintes temas:

I – Narrativas tradicionais (contos populares, contos de heróis, baladas e canções, lendas);  
II – Costumes tradicionais (costumes locais, festas e cerimônias consuetudinárias, jogos);  
III – Superstições e crenças (bruxaria, astrologia, práticas de feitiçaria); IV – Linguagem popular (ditos populares, nomenclatura popular, provérbios, refrãos e adivinhas)  
(ALMEIDA, 1974 *apud* FRADE, 1977, p.11).

Estes estudos chegaram à América por volta do ano de 1888, exatamente dez anos após a criação da Sociedade Folclórica em Londres, e também se fundou a “*American Folklore Society*” (Sociedade Folclórica Americana), que por sua vez, reformulou e ampliou a área de estudo do folclore, por causa de sua composição étnica diversificada no continente, estabelecendo, assim, quatro novas categorias, são elas:

I – Cantos, as crenças, os dialetos; II – O acervo literário dos negros localizados nos Estados do Sul; III – Os usos e costumes presentes, sobretudo entre as populações do México e do Canadá Francês; IV – As narrativas, contos e mitos dos índios norte-americanos (ALMEIDA, 1974 *apud* FRADE, 1997, p. 11).

Discussões acerca desta temática chegam ao Brasil fundamentando a Carta do Folclore Brasileiro, aprovada no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 31 de agosto de 1951. Nesta eventualidade, folcloristas como João Ribeiro, Renato Almeida, Rossini Tavares de Lima, Luís da Câmara Cascudo, Amadeu Amaral, Édison Carneiro, Mário de Andrade, Silvio Romero, Lindolfo Gomes e Florestan Fernandes, entre outros, debateram sobre as características atribuídas ao folclore como, por exemplo: 1) o anonimato; 2) a transmissão oral; 3) a antiguidade; 4) o tradicionalismo; 5) a sobrevivência; 6) o conceito de civilidade do povo.

É importante salientar que essas conceituações sobre folclore, colocadas principalmente pelos europeus, advinham de um período histórico em que a filosofia positivista de Augusto Comte e o contexto histórico-social eram os paradigmas adotados para manter a estabilidade da burguesia, ou seja, uma forma de controle através do folclore. Possivelmente, é daí que surge a estagnação da sociedade (inserindo os sujeitos na ideia de ordem e progresso).

Com a apresentação da I Carta do Folclore Brasileiro, mudou-se a aceção de folclore. De fato, foi a partir das discussões decorrentes do I Congresso que se chegou à conclusão de que a I Carta do Folclore Brasileiro deveria ser reformulada. Desse modo, em 1995, na cidade de Salvador, na Bahia, foi realizado o VIII Congresso Brasileiro de Folclore. Nesta conjuntura, formalizou a releitura do primeiro documento que caracterizava o folclore como:

O conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalismo, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO. A expressão cultura popular manter-se-á no singular, embora entendendo-se que existem tantas culturas quantos sejam os grupos que as produzem em contextos naturais e econômicos específicos (Carta do Folclore Brasileiro, 1995).

Ressaltando, que neste estudo nosso objetivo não é investigar o folclore, mas sim fazer um panorama sobre a temática a fim de instrumentalizar-nos para a análise e compreensão do surgimento das lendas. Busca-se, pois conhecer a relação que estabelece entre folclore e lendas e para isso foi necessário estudar antigas concepções sobre o folclore até chegarmos na concepção de 1995.

Nesta aceção, a descrição de folclore se sustenta em aspectos como, por exemplo, aceitação coletiva, anonimato, funcionalidade, oralidade, tradicionalismo, espontaneidade. Essas são, de modo geral, características básicas presentes na definição de folclore na atualidade. Conforme salientamos no fragmento do documento citado acima, essa forma de enunciar o folclore reafirma que estamos tratando de uma tradição que é transmitida de forma oral pelos sujeitos detentores do saber. Essa transmissão se dá a partir das memórias desses sujeitos podendo, portanto, derivar para outras versões de uma mesma lenda.

Nessa perspectiva, pretendemos, neste estudo, expor quais as relações entre lendas urbanas e a história, juntamente com a análise de fragmentos de um livro (conto) a respeito da lenda do “Corpo Seco”, que se configura como outra versão da narrativa em estudo. Assim, trataremos das

diferenças entre história, estórias, e lendas a partir de seus significados e suas abordagens. Logo após, trabalharemos também com a formação de Pouso Alegre – MG através de um olhar histórico.

### **História, estórias, lendas urbanas**

Tomando como ponto de partida a noção de folclore, tal como exposto anteriormente, faz-se necessário refletirmos também sobre as diferentes terminologias que diretamente ou indiretamente, se tocam, se articulam e acabam se relacionando neste estudo. Estamos nos referindo aos termos “História”, “Estória” e “Lendas” que serão trabalhadas aqui tomando como ponto de partida os sentidos cristalizados, isto é, aqueles propostos pelos dicionários de língua portuguesa. Trata-se, pois, de uma reflexão que tem por objetivo dar pano de fundo para a compreensão das análises que proporemos mais adiante.

Na busca por insumos teóricos que sustentam nossa reflexão, vamos nos embasar, inicialmente, em designações terminológicas apresentadas pelo dicionário Michaelis<sup>99</sup> (versão online). Sabemos que estes instrumentos linguísticos apresentam sentidos cristalizados, engessados, apesar disso, consideramos importante partir daquilo que é referendado pela academia e, porque não dizer, ensinado pela escola. Desse modo, para história, encontramos o seguinte significado:

1. Conjunto de fatos ou acontecimentos relevantes, ocorridos no passado da humanidade, destacando-se época, local e dados importantes.
2. [geralmente com inicial maiúscula] Estudo científico relativo ao passado de um povo, nação, período ou indivíduo, a partir de dados documentais: “Cheguei a tentar ser arquiteto e de fato estudei História, mas acabei me formando mesmo em Direito”.

Conforme podemos notar, escolhemos as duas primeiras definições que encontramos para o verbete “História” no referido dicionário. Considerando que a ordem de apresentação das definições de um verbete leva em consideração seus sentidos mais recorrentes, devemos refletir sobre esses modos de designar história. Em um primeiro momento, o dicionário situa história como: “Conjunto de fatos ou acontecimentos relevantes, ocorridos no passado da humanidade,

---

<sup>99</sup>Novas palavras e expressões surgem na língua diariamente e numerosos empréstimos são feitos de idiomas estrangeiros. Por isso, logo após o lançamento do Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, a equipe de lexicografia da Editora Melhoramentos começou a trabalhar na ampliação da obra. Em 2015, quase 15 anos e meio depois, o trabalho ficou pronto. Totalmente revisto, atualizado e ampliado, o novo dicionário recebeu o nome Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, e está disponível para consulta apenas em formato digital. Mais de 60 profissionais se envolveram para manter a tradição da Melhoramentos na edição de dicionários de qualidade. O novo dicionário traz aproximadamente 167 mil verbetes, 350 mil acepções, 27 mil expressões e 47 mil exemplos e abonações.

destacando-se época, local e dados importantes”, isto nos conduz à ideia de temporalidade, isto é, sucessão de fatos que ocorreram no passado; há aqui a presença dos homens, elencando fatos que ligam a história ao passado dos homens.

Outro aspecto importante pode ser observado na seguinte designação: “[geralmente com inicial maiúscula] Estudo científico relativo ao passado de um povo, nação, período ou indivíduo, a partir de dados documentais: ‘Cheguei a tentar ser arquiteto e de fato estudei História, mas acabei me formando mesmo em Direito’”. O grifo chama a atenção para a palavra história escrita com a inicial maiúscula (História) referindo-se à história como uma ciência, aquela que estudamos na escola, aquela em que estamos inseridos como uma disciplina, ou seja, uma matéria ou ciência específica utilizada para analisar o passado. No entanto, sabemos que a história não é somente isso (como discutiremos posteriormente). Ao nos filarmos a essa definição de história, estamos esquecendo de todas as discussões que tivemos ao longo desses anos na graduação.

Como se pode observar, o modo de definir “história”, no dicionário de língua portuguesa, traz uma visão positivista da história. Visão com qual, pela nossa formação (historiador), não nos identificamos nem podemos reproduzir. Mas afinal, porque não podemos reproduzi-la?

A disciplina de “Introdução aos Estudos Históricos” foi fundamental para nossa formação. Conforme os estudos empreendidos nessa disciplina, desenvolvemos a criticidade perante aos fatos, documentos, fontes, etc. A história positivista, como veremos a seguir, traz em sua essência a história que, baseada em documentos governamentais, narra, apenas, a história dos heróis, dos burgueses, proprietários de terras e indústrias, não problematizando estas fontes, ou seja, narra a história da elite, ou mesmo a história vista de cima para baixo ao qual os trabalhadores, mulheres, negros não aparecem na historiografia, diante dessas lacunas que omitem estes sujeitos sociais, se faz necessário novos questionamentos, em busca de compreender onde estaria a versão da história contada pela camada popular da sociedade?

Essa versão cairia para o esquecimento assim como a classe dos trabalhadores, os negros, os índios (nativos). Como historiadores, comprometidos com a história social, não podemos descartar como estes sujeitos foram retratadas no passado, uma vez que esse passado se (re)significa no presente.. É importante destacar que, neste estudo, inscrevemo-nos na posição da Escola dos *Annales*, a Nova História e a Micro História.. A Escola dos *Annales* ou Movimento dos *Annales* é uma corrente historiográfica que nasceu na França e teve como líderes Lucien Febvre e Marc Bloch, conforme aponta Burke (1997, p. 33):

Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, a revista foi planejada, desde seu início, para ser algo mais do que outra revista histórica, (...), seria o porta-voz, melhor dizendo, o auto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma

abordagem nova e interdisciplinar da história.

Foi através desta revista que a Escola dos *Annales* nasceu em 1929. Mas afinal o que propõe esta corrente historiográfica? No livro de Marc Bloch “Apologia da História ou o ofício do historiador”, podemos observar que o autor “inaugurou a noção de ‘história como problema’” (BLOCH, 2001, p.7). A partir dessa citação, surge um novo questionamento: em que consiste essa história problema? Trata-se de uma observação crítica da história, ou seja, implica propor um olhar diferente, onde a história parte de uma questão sobre a qual há a intenção de investigar.

A história não seria mais entendida como uma ‘ciência do passado’, pois ‘passado não é objeto de ciência’. Ao contrário, era no jogo entre importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa que a partida era, de fato, jogada. Nessa formulação pretensamente simples estava exposto o ‘método regressivo’: temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado. Tal qual um “dom das fadas”, a história faria com que o passado retornasse, porém não de maneira intocada e ‘pura’. Por isso mesmo, Bloch preferia trocar os termos da equação e provocar dizendo que, assim como a história não era a ciência do passado, também não poderia ser definida como uma ‘ciência do homem’.

Essa reconfiguração possibilitou também que a divisão entre as áreas das Ciências Sociais (História, Geografia, Psicologia, Economia, Sociologia) fosse extinta, proporcionando métodos interdisciplinares que, por consequência, ampliaram os números de pesquisas. Ressaltamos que a Escola dos *Annales* passou por três fases, sendo elas:

- A Primeira Geração que se refere à fase de Fundação tendo como seus idealizadores Marc Bloch e Lucien Febvre;
- A Segunda Geração, conforme nos apresenta Burke (1997, p. 45-78), já em torno de 1950, que é caracterizada pela marcante produção de Fernand Braudel introduzindo a história quantitativa, fazendo-se valer da estrutura econômica, social e política, e história dos acontecimentos, com isso, essa produção historiográfica estaria sendo trabalhada de forma superficial;
- A Terceira Geração dos *Annales*, a partir de 1970, apontado em Burke (1997, p.79). Momento este em que se passa a perceber um desenvolvimento notório passando a incluir a história das mulheres sobre as perspectivas de Christiane Klapisch e Michèle Perrot, alguns autores também se destacam como Georges Duby e Jacques Revel.

Conforme Burke (1992, p.9-30), a Nova história é uma corrente historiográfica a fim de

quebrar paradigmas tradicionais, decorrendo os anos de 80 destacando como principais pensadores Jacques Le Goff e Pierre Nora. Desenvolvendo a história das mentalidades, a Nova história propõe que para compreendê-la é preciso estabelecer uma história serial das estruturas mentais das sociedades em que caberia ao historiador a análise desses dados. A história, então, estaria ligada ao pensamento da sociedade em determinado período.

A Micro história foi criada por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi na década de 80, tratando-a como uma nova abordagem da história, podemos ver no artigo denominado de “Sobre a feitura da Micro História” de José D’Assunção Barros que a micro história “relaciona-se a uma abordagem, mais do que outra qualquer coisa”. Sua proposta é uma extrema delimitação do tema por parte do historiador, em tempo e espaço. Giovanni Levi conceitua a micro história como um “zoom” de uma câmera fotográfica em que o pesquisador deve observar esse pequeno espaço ampliado, mas levando em conta toda a paisagem que não foi ampliada. Para Levi (1992, p.133):

A micro história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais, detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro história não pode ser definida em relação a micro dimensões de seu objeto de estudo.

A partir desse mergulho teórico em autores de referência para a História, enquanto domínio disciplinar, observamos que a definição trazida pelo dicionário para a “História”, como letra maiúscula é absolutamente minimalista não representando os debates propostos ao longo dos anos no processo de constituição deste campo do saber. É importante destacar também a relevância das discussões realizadas em sala de aula no curso de História, sobretudo, nas disciplinas de Teoria da História, Introdução aos Estudos Históricos, Prática de Ensino, Monografia que proporcionaram subsídios teórico-metodológicos importantes para nossas pesquisas.

### **Sobre estória: entre causos e contos**

Ao nos debruçarmos sobre o verbete de “estória”, encontramos a seguinte definição: “1. Texto popular; narrativa tradicional: estória infantil. 2. [Gramática] Palavra preferencialmente usada para designar uma narrativa de ficção: a estória da vovó”.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup>O Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa é um dicionário de língua portuguesa elaborado pelo lexicógrafo brasileiro Antônio Houaiss. A primeira edição foi lançada em 2001, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Antônio Houaiss. O projeto de confecção do dicionário começou em 1985. Antônio Houaiss tinha a ambição de criar

Para este verbete, selecionamos estas duas definições da qual podemos dizer que uma complementa a outra: “texto popular; narrativa tradicional: estória infantil” e “palavra preferencialmente usada para designar uma narrativa de ficção: a estória da vovó”, fica claro neste ponto a diferenciação na gramática desta palavra, quando a mesma aparece escrita com a letra E, e na primeira aparece com a letra H, podemos, aqui, destacar uma pequena diferença em sua definição, aqui parece impor uma história sem muita credibilidade, da qual pode ser inventada, no caso a figura da avó, remete-nos àqueles contos/narrativas antigas dos quais são passados de boca em boca, já na “H”istória, a mesma, aparece como uma abordagem da qual somente é possível se fazer por profissionais.

Como vimos anteriormente, estória é uma narrativa de lendas, contos tradicionais de ficção, “causo”. A diferença entre história e estória é que a história é baseada em documentos ou testemunhos ligados a uma metodologia de análise inserindo a relação do homem na sociedade; já a estória é baseada em elementos fictícios, trata-se de é uma narrativa de ficção, por exemplo: um conto, causo, ou uma fábula. Uma fábula é frequentemente denominada como uma estória infantil, porque consiste em uma versão romantizada que costuma agradar crianças. Quem nunca ouviu uma história infantil como os três porquinhos, patinho feio, chapeuzinho vermelho, etc.? Mas você já parou para pensar que estas histórias também tem uma intenção impregnada nas suas entrelinhas?

Estória é um neologismo proposto por João Ribeiro<sup>101</sup> designando, através do folclore, a narrativa popular, o conto tradicional. Especialistas também afirmam que o termo estória nada mais é do que um brasileirismo para se obter um termo sonoramente parecido com o termo em inglês “story”. De acordo com esses especialistas, a palavra história deveria servir para descrever os relatos baseados em fatos verídicos assim como os fatos fictícios, assim sendo sem distinção nos no seu sentido. Mas como tratar a história como verídica se nós historiadores não procuramos por verdades, e sim por explicações baseadas em acontecimentos passados que partem de um problema relacionado com o presente?

Como já mencionado anteriormente, o Brasil é um país riquíssimo de cultura, onde estão presentes diversos saberes, que quando começam a ser transmitidos, se tornam um objeto de estudo riquíssimo pois podemos trabalhar a diversidade. O que consideramos mais relevante nas pesquisas históricas é nos encontrarmos dentro da história não apenas reproduzi-la mas para

---

o mais completo dicionário de língua portuguesa já compilado. Dezesesseis anos depois, o Dicionário Houaiss foi concluído, contando durante esse período com uma equipe de edição com mais de 150 especialistas brasileiros, portugueses, angolanos e timorenses.

<sup>101</sup> João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (Laranjeiras, 24 de junho de 1860 — Rio de Janeiro, 13 de abril de 1934), mais conhecido como João Ribeiro, foi um jornalista, crítico literário, filólogo, historiador, pintor e tradutor brasileiro. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras.

criticá-la e para trazer à tona uma nova visão para os fatos, constituente de um olhar do historiador para sua fonte enxergando nas entrelinhas o que essas práticas culturais tem a nos dizer.

### **Sobre lendas: entre fatos e imaginário popular**

Apoiados ainda na pesquisa dicionarística, tomamos conhecimento do verbete de “lenda”:

1. Narrativa de caráter maravilhoso em que um fato histórico se amplifica e transforma sob o efeito da evocação poética ou da imaginação popular; legenda.
2. MITO ('relato fantástico').
3. Tradição popular.
4. Atitude enganadora, falsa; engodo, fraude, mentira.
5. Narrativa fastidiosa; ladainha, lengalenga.<sup>102</sup>

Conforme podemos verificar, a definição apresentada pelo dicionário reafirma a ideia de tradição contida no folclore, entretanto, fomos buscar além dos dicionários as abordagens para o termo lenda urbana e a primeira ocorrência encontrada foi, justamente, a ausência de pesquisas com viés histórico acerca deste tema no Brasil.

Buscamos então, embasamento teórico nos estudos de Sylvie Dion<sup>103</sup>, sobre as ramificações que as lendas ganham ao longo do tempo, percebemos os termos sinônimos a lenda urbana, sendo assim é preciso expor algumas características básicas de cada termo tratando-se da lenda tradicional, os *fait divers*, rumores e mitos, com ênfase maior para a lenda urbana.

- **Lenda Tradicional:** A lenda tradicional conforme Sylvie Dion expõe “é uma narrativa que levanta certa subjetividade misturando fatos reais, históricos e elementos reveladores do sobrenatural e do extraordinário. Essa lenda tradicional funciona como um método para organizar determinada sociedade, pois ela funciona como um meio de instrução, por exemplo, explorando valores morais ela revela um modelo a seguir e/ou um comportamento a ser evitado, nestes moldes a lenda tradicional está presente na vida cotidiana, interagindo conosco subjetivamente, mas que muitas pessoas não percebem, é possível identificar isso quando, por exemplo, seu avô ou uma pessoa mais experiente que você diz para não chupar manga e tomar leite, não sabemos de onde isso surgiu mas que

---

<sup>102</sup> O Dicio foi criado e é mantido por uma experiente equipe de técnicos e linguistas, e pertence à empresa 7Graus.

<sup>103</sup> Ph.D. em Literatura Comparada pela Universidade de Montreal e mestre em Ethnologia pela Universidade Laval, Quebec, Canadá. Professora associada do Instituto de Letras e Artes e do Programa de Pós-Graduação, mestrado em História da Literatura da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), coordenadora do Núcleo de Estudos Canadenses FURG. Autora de vários artigos que tratam das lendas tradicionais e contemporâneas, fatos extraordinários, *faits divers* e interculturalidade. Co-organizadora do livro *L'Amérique Française: Introduction à la Culture Québécoise*, Rio Grande, FURG furg ed. (1998) traduzido em português em 1999.

provavelmente vamos evitar, pensando na consequência. Há de se notar também o desdobramento que a lenda tradicional tem diferenciando-se da lenda urbana (que discutiremos posteriormente), estamos tratando de sua transmissão e sua limitação, a lenda tradicional é transmitida excepcionalmente através da oralidade, e está limitada geograficamente, enquanto a lenda urbana é transmitida de várias maneiras além da oralidade e ganha uma abrangência quase que mundial, que foi possível através da tecnologia.

- ***Fait divers***: esta ramificação da lenda urbana tem como origem os acontecimentos reais que receberão tratamento jornalístico, estamos falando de uma seção dentro de um jornal direcionado para o tratamento de acontecimentos reais durante o dia, sejam eles suicídios, mortes, incidentes, causando estranheza ou não, podemos então referir sobre os *fait divers* como uma categoria de notícia encontrado em jornais. Para Jean-Bruno Renard: “*fait divers* e lendas urbanas convergem uma em direção do outro partindo de pontos opostos: o *fait divers* é uma legendificação do real e a lenda urbana é um *fait divers* imaginário” (RENARD, 1999, p.63). Sendo assim percebemos que o *fait divers* não apresenta um conteúdo estranho ao mundo. Porém, o que o torna notável é a relação que ele articula entre os elementos enunciados, remetendo para si próprio todo o efeito de surpresa, choque ou horror.
- **Rumores**: É um enunciado que parte de uma informação, não confirmada, mas que em sua transmissão nota-se a intenção de conduzi-la como uma verdade, o rumor é apresentado como um gênero de vida curto, efêmero, instável e não narrativo, há também de se mencionar que o rumor é tomado como a partida para o surgimento de uma lenda urbana, ou seja, uma breve narrativa, talvez até mais articulada.
- **Mitos**: Para expor algumas características do mito utilizamos dos estudos de Everardo Rocha, em seu livro intitulado “O que é Mito?”, fruto da Coleção Primeiros Passos pela Editora Brasiliense. O autor, Everardo Rocha, afirma em seus estudos baseados também numa pesquisa dicionarística, que o mito é uma narrativa especial e particular, mas que esta narrativa não é uma narrativa qualquer, o mito é de difícil definição, pois por trás dele tem uma gama diversificada de ideias, com isso gera um sentido múltiplo podendo significar muitas coisas, utilizado para representar ideias em diferentes contextos, ele carrega uma mensagem que não está diretamente dita, ou seja, por trás de sua composição há uma mensagem cifrada, deixando de ser objetivo e funcionando socialmente, estando presente na vida social e na existência dos sujeitos, pois existem bocas para dizê-las e ouvidos para ouvi-las.

## **Sobre Lendas Urbanas: entre causos e versões**

Fundadas na modernidade, no acontecimento de cidade, as lendas urbanas podem ser descritas como narrativas que se ancoram na crença popular de um determinado grupo de sujeitos requerendo destes cumplicidade e partilha de sentidos. De acordo com Renard (1999), as lendas urbanas surgem na tentativa de explicar fenômenos e acontecimentos que estariam situados naquele espaço simbólico em que a lógica e o real não conseguem dar conta dos fatos cotidianos sustentando assim medos anseios e desejos cuja explicação se dá, por vezes, a partir do sobrenatural.

Fato é que cada lenda apresenta diferentes versões, ou seja, múltiplas variantes de conteúdo impregnadas de comicidade e/ou suspense e/ou dramaticidade. Temos uma amostra deste funcionamento das lendas quando nos debruçamos sobre a lenda do “Corpo Seco”, objeto deste estudo. Essa lenda apresenta várias versões e, a partir delas, vários sentidos são postos em funcionamento. Essa variação deve-se, em parte, à tradição oral característica deste tipo de produção textual: as pessoas tendem a transmitir a versão mais popular da lenda. Quando este tipo de texto oralizado é registrado sob forma de versão escrita, observa-se uma cristalização da versão. Este é o caso, por exemplo, de uma das versões de “Corpo Seco” que foi publicado sob forma de livro por Mariângela Padilha, com pseudônimo de MeMorte. Em sua obra, intitulada de “A Lenda do Corpo Seco”, a autora traz uma versão diferente para a lenda do “Corpo Seco” que circula na cidade de Pouso Alegre – MG. Trata-se de uma publicação que foi inspirada na lenda urbana, mas este relato é uma ficção e qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência. Apesar da obra estar relacionada com a ficção devemos tentar entender o que levou a autora a produzir este livro?

O objetivo destas narrativas está diretamente relacionado com o sistema de valores de uma determinada época e com a visão de mundo da comunidade na qual ela surge e se inscreve. Vale destacar ainda que as lendas urbanas são consideradas como expoentes das manifestações contemporâneas do pensamento simbólico narrativo. Elas constituem um interessante acervo vivo sobre a história da sociedade na qual foram produzidas. Observamos em Renard (1999, p.6) a importância de estudos sobre as lendas urbanas, mencionando que essas formas de expressão narrativa constituem uma porta de entrada para o imaginário popular e estão “longe de serem histórias insignificantes, essas anedotas são ao contrário histórias significativas, cheias de sentidos que é útil estudar”, mas que sentidos são esses? Essas histórias estão carregadas de sentidos, pois estão ligadas por uma ideologia na qual a partir da cultura de determinada sociedade se tem a

intenção de reafirmá-la e reconstruí-la para que dentro dessas lendas esteja seus avisos ou ensinamentos.

O surgimento desse gênero narrativo, historicamente, é considerado recente. A expressão “lenda urbana”, cuja origem remete-nos a língua inglês “*Urban Legends*”, foi cunhada, por pesquisadores americanos na segunda metade do século XX. Segundo Campion Vincent (2005, p. 21), a designação lenda urbana é utilizada para “nomear anedotas populares sobre questões da vida moderna que circulavam nos espaços urbanos, com efeito, de verdade, mas cuja veracidade era questionável ou duvidosa”, o que seria o efeito de verdade? Ao se transmitir uma lenda urbana, pelo que percebemos a pessoa sempre vai dar indícios de que ouviu um amigo de um amigo dela falar, este efeito de verdade surge quando o transmissor tenta reafirmar esta história, porém ao mesmo tempo que ela traz um peso de medo ela também carrega a comicidade, o transmissor em questão acaba por utilizar o seu poder de persuasão.

Considerada por muitos estudiosos da teoria literária como um gênero narrativo híbrido, a saber, que se constitui numa espécie de entremeio associando características da lenda tradicional e do *fait divers*. Na história dos estudos literários, verifica-se que as primeiras pesquisas sobre lendas urbanas surgem muito antes do surgimento da expressão que a designa. De fato, é em 1942 que se observa a primeira versão de uma narrativa híbrida cujas características assemelham-se ao que hoje se designa como lenda urbana. Trata-se, pois do livro “*The Vanishing Hitchhiker*”, de Richard Beardsley e Rosalie Hankey. Neste mesmo período, Ernest Baughman também inicia suas pesquisas sobre a narratividade de fenômenos folclóricos interagindo-se, sobre tudo, pelas narrativas de terror que circulavam nas universidades americanas sendo reproduzidas pelos alunos mais antigos com o intuito de amedrontar os ingressantes.

A partir da década de 1950, as pesquisas em torno desta temática despertam o interesse de outros pesquisadores mundo afora. Observa-se assim que este campo de pesquisa começa a se consolidar com um espaço produtivo de reflexões intelectuais em torno do imaginário popular sobre fatos do cotidiano, crendices e fenômenos incompreensíveis, lembrando que este novo campo de pesquisa foi possível com o movimento dos *Annales*, abrindo caminhos para uma diversidade de temas e fontes.

Na esteira deste processo, a década de 1970 constitui um marco da efervescência deste domínio de pesquisa, uma vez que, como destaca Renard (1999, p. 26) há o reconhecimento da legitimidade destas pesquisas no espaço universitário e “uma reflexão sobre os laços entre lendas modernas e outros gêneros narrativos, enfim uma internacionalização do interesse por este novo campo de estudo”. E assim, chega-se aos anos 80, momento em que o campo de pesquisa institucionaliza-se “tanto na Europa assim como na América do Norte e numerosos estudos e

coletâneas de lendas urbanas vão ser publicadas” (RENARD, 1999, p. 30).

Nas décadas subsequentes, com os avanços tecnológicos que se fizeram presentes na sociedade do fim do século XX, as lendas urbanas foram amplamente disseminadas através da rede mundial de Computadores conectados à internet. O gênero não passou a ser apenas transmitido através da oralidade, mas também ganha força na sua forma escrita, através de e-mails, blogs, redes sociais, etc. Hoje, através de uma simples busca na internet, tem-se acesso a diferentes versões de lendas. Nota-se assim que houve a migração do oral para o escrito, não que isso significando que a oralidade esteja posta de lado. Atualmente, as duas modalidades convivem e coabitam o imaginário popular produzindo efeitos e sentidos no que concerne aos acontecimentos narrados.

Vale destacar que independente da forma em que se apresentam, as lendas urbanas são sem dúvida uma ramificação daquelas lendas estagnadas propostas pelo folclore, cuja gênese se sustenta na história e no imaginário de uma determinada comunidade. E através deste gênero narrativo popular que se pode compreender melhor os sentidos que são produzidos sobre uma comunidade, uma cidade ou região, sua memória e sua história. Em Pouso Alegre – MG e na região sul de Minas Gerais, por exemplo, este imaginário popular se mostra a partir de diferentes narrativas que estão fundamentadas em acontecimentos, normalmente, trágicos e/ou de ordem sobrenatural como incêndios, mortes em acidentes, aparições de fantasmas, etc. dessa forma, obtemos os primeiros vestígios das lendas na cidade olhando para os acontecimentos se caráter curioso.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, R. **A inteligência do folclore**. 2.ed. Brasília: INL, 1974.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989) – a revolução francesa da historiografia**.

Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.

CAMPION-VINCENT, V. **La légende des vols d'organes**. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 1997.

CAMPION-VINCENT, V.; RENARD, J.-B. Rumeurs et légendes contemporaines. In **Communications** 52, Paris: Seuil, 1990.

- CAMPION-VINCENT, V.; RENARD, J.-B. **De source sûre, nouvelles rumeurs d'aujourd'hui**, Paris: Payot, 2002.
- CAMPION-VINCENT, V.; RENARD, J.-B. **Légendes urbaines, rumeurs d'aujourd'hui**. Paris: Payot, 1992.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In **Estudos Históricos**, n.16, p. 179-192, 1995.
- COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do folclore brasileiro**. Salvador: CNF, 1995. Disponível em: Acesso em: 20 jan. 2016.
- DION, S. O fait divers como gênero narrativo. In **Revista Letras n. 34**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.
- \_\_\_\_\_. Boitatá. In Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL. Londrina: GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL número 6 – ago-dez de 2008.
- DOMINGUES, A. S. **A arte de falar: redescobrimo trajetórias e outras histórias da Colônia do Pulador Anastácio/MS**. Jundiá: Paco, 2011.
- FRADE, C. **Folclore**. 2.ed. São Paulo: Global, 1997.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.
- LEVI, G. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34: 1999.
- \_\_\_\_\_. **Les Technologies de l'Intelligence: l'avenir de la pensée à l'ère informatique**. Paris: La Découverte, 1992.
- ORLANDI, E. P. Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Instituições, relatos e lendas- Narratividade e individuação dos sujeitos**. campinas: RG, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso. Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes. SP, 2002.
- \_\_\_\_\_. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In. DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Disponível em < <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>>. Acesso em 12 mai. 2017.
- RAYNOR, H. **História Social da Música: da Idade Média a Beethoven**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- RENARD, J.-B. **Rumeurs et legendes urbaines**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

\_\_\_\_\_. **Rumeurs et légendes urbaines**. Paris: PUF, 2002.

ROCHA, E. **O que é Mito**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# **BELA, RECATADA E “DO LAR”**

**MARCIENE DA SILVA VIEIRA, ANDREA SILVA DOMINGUES**

Universidade do Vale do Sapucaí

[marcienesvieira@gmail.com](mailto:marcienesvieira@gmail.com), [andrea.domingues@gmail.com](mailto:andrea.domingues@gmail.com)

## **Apresentação**

A questão de gênero, especialmente as lutas do sujeito mulher na sociedade, vem a cada dia se tornando palco de debates. Considerando a necessidade de termos um novo olhar sobre o papel da mulher na sociedade, entendemos que a luta pela quebra de modelos de comportamento não está terminada, pois para a imensa maioria das mulheres, ainda pesa o discurso de subordinação.

Os papéis sociais definidos para a mulher vêm sendo questionados a cada instante. Os modelos tradicionais de comportamento, seja do homem e/ou da mulher, já estão há algum tempo ultrapassados e poucos podem afirmar convictamente suas certezas. Apesar de todos os avanços obtidos em relação ao reconhecimento dos direitos das mulheres nas últimas décadas, ainda há uma profunda distância entre esse reconhecimento e sua concretização.

Neste contexto, se faz necessário compreender os significados atribuídos às mulheres, pois mesmo que estejam constantemente lutando pela igualdade e rompendo barreiras, o que se observa é a persistência da desigualdade de gênero e a tentativa de conformação das mulheres nos discursos estereotipados, exemplo disso foi a expressão “bela, recatada e do lar” que apareceu no artigo publicado em 18 de abril de 2016 na Revista Veja, buscando retratar a então vice-primeira dama do Brasil Marcela Temer, o que nos indica que ainda no tempo presente nos confrontamos com discursos machistas e discriminatórios nos quais o sujeito mulher é (re)significado cotidianamente e em dizeres múltiplos. A partir dessas considerações é que procuramos compreender os discursos e a construção do imaginário social para as mulheres discursivizado na Revista Veja sob o perfil de Marcela Temer.

Essa busca de sujeição das mulheres é analisada por Perrot (1988) que afirma que o feminino foi construído historicamente no mundo ocidental sob a ótica do masculino, cujo olhar

definiu os lugares que a natureza de cada gênero permitiria ocupar: o espaço público para os homens, e o privado, como condição subalterna, para as mulheres. Enquanto aos homens caberia definir o rumo da humanidade, como é descrito na história positivista global, às mulheres restaria o silêncio reservado à sua posição como espectadoras da história.

Com a luta das mulheres houve conquistas de direitos, entretanto, é possível observar que o texto de Perrot não se encontra datado e que a sociedade ocidental ainda é marcada com fortes traços patriarcais e de dominação masculina, que refletem a organização da vida social.

Para Margareth Rago (2004) a grande questão do feminismo foi expressada pelas mulheres nos anos 1950-60, após a primeira onda feminista, marcada principalmente pelo movimento sufragista das décadas anteriores, e apoiada pelos estudos de Simone de Beauvoir na obra *O Segundo Sexo*. As mulheres questionaram o modelo implantado no século XIX, que as identificava com a maternidade, o casamento, o lar, a casa. Isso significou uma explosão porque as mulheres começaram a se dar conta de que não tinham espaços de interpretação, de linguagem, de significação, de construção de sentidos. As mulheres perceberam que não tinham voz. Havia um discurso sobre quem elas eram e deviam ser, que elas mesmas não entendiam. Para nós, diante da expressão “bela, recatada e do lar” fica o mesmo questionamento, “onde nos encaixamos nesse discurso?”.

O questionamento referente a construção da expressão “bela, recatada e do lar” surge primeiro do questionamento do que é ser “bela, recatada e do lar”. Entendemos que há aqui uma construção tradicional, não só sobre a mulher, mas também sobre a família, oportunizando *um retrocesso social, pois mesmo no século XXI as mulheres (que são tratadas como minorias, embora sejam mais da metade da humanidade), sofrem restrições aos seus direitos adquiridos, causando assim uma reação contrária ao texto da Veja, pois esses direitos (de trabalhar, estudar, disputar cargos políticos, votar, ir e vir...) ainda fazem parte da luta diária do movimento de mulheres no país.*

Conforme Mary Del Priore (2016) em entrevista a BBC Brasil a história é feita de permanências e rupturas. A busca por uma esposa recatada e do lar remonta o século XIX. Na época beleza nem era tão importante, passou a ser uma característica determinante nos séculos XX e XXI. Mas recato e ser uma boa dona de casa acompanhou a história da mulher brasileira.

No século XIX, ser dona de casa era uma característica importante, voltar-se para as atividades domésticas, estar ocupada dentro de casa. Em muitas localidades brasileiras adjetivos como esses ainda fazem a diferença e são consideradas características importantes para a escolha do cônjuge: boas esposas são aquelas que não trabalham fora de casa, se dedicando ao marido e aos filhos.

É óbvio que tivemos rupturas, especialmente na década de 70, com a chegada da pílula anticoncepcional, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que fez determinadas mulheres que participaram dessas rupturas reagirem a esse modelo de permanência, reforçado no discurso presidencial através da Revista Veja.

*O problema é que o discurso da Revista Veja coloca o sujeito mulher como um bem privado de um homem. O texto constrói um modelo pré-definido que limita a mulher. Ao enaltecer uma mulher a descrevendo como “bela, recatada e do lar” a Revista Veja condiciona as mulheres a acreditarem que o que é bom é aquilo que as submete. Não é um problema quando a pessoa quer ser bonita, ou quer ser recatada, ou ser do lar. As mulheres querem liberdade para serem o que desejarem e não que haja um padrão de uma “mulher perfeita”.*

*Há aqui o que Eni Orlandi (2001) coloca como discurso fundador: o fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação”. Por isso, o fundador se desloca em um “terreno fértil [...] que confunde a realidade, a imaginação (a ficção, a literatura) e o imaginário (a ideologia, o efeito de evidência construído pela memória)” (p. 16- 17). E é exatamente aí que a marca discursiva do discurso fundador irá aparecer, pois se institui na construção do imaginário necessário para criar um novo dizer.*

O discurso fundador é aquele que instala as condições de formação de outros sentidos, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas.

*O texto da Veja confirma que há resquícios desse discurso ideológico, que vêem a mulher como propriedade, e ele se manifesta quando as mulheres são culpabilizadas por assédios e estupros, quando são silenciadas em diversas situações, e isso precisa ser constantemente questionado.*

## **Sobre a desigualdade de gênero**

*Para construção desse artigo adotamos a perspectiva da historiadora inglesa Joan Scott que em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primeira de significar as relações de poder”.*

O uso do termo “gênero” em seu aspecto social e cultural considera que os mundos de homens e mulheres têm uma relação de pertencimento e reciprocidade, de forma que seria inadequado o estudo de um sem o outro. Da mesma forma, ao se falar em gênero como relações de poder, práticas, crenças, valores e papéis sociais simbólicos (estereótipos) estabelecidos culturalmente a partir das diferenças sexuais, não se está tratando apenas das mulheres, “O mundo

das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas. Tomá-los como esferas separadas reforça o mito de que a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com o outro...” (SCOTT, 1995). Assim, o gênero dá nome ao significado das relações sociais e de poder entre homens e mulheres, masculino e feminino, moldadas ao longo da história e passíveis de transformações.

Joan Scott ao final do seu artigo faz a seguinte afirmação:

Em certo sentido a história política foi encenada no terreno do gênero. É um terreno que parece fixado, mas cujo sentido é contestado e flutuante. Se tratamos da oposição entre masculino e feminino como sendo mais problemática do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que é que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para justificar ou explicar suas posições, mas também como percepções implícitas de gênero são invocadas ou reativadas.

Partindo dessa constatação de Scott de que as percepções de gênero são reativadas, são novamente construídas em outros terrenos compreende-se o movimento de luta e retrocesso no que diz respeito a construção de “modelos” de feminilidade.

Há na Revista Veja discursos que mobilizam concepções convencionais de gênero como se fosse um dado e que devido à grande circulação dessa mídia impressa pelo país, esses discursos interferem na opinião do que é, ou deve ser um sujeito “feminino”.

## **Imprensa e Discurso**

Ao adotarmos a imprensa como corpus de análise, consideramos que:

Os diversos materiais de imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007. p.258).

A imprensa deve ser pensada como forma de controle que constrói valores e comportamentos e que representa grupos políticos ou ideologias partidárias, onde é possível

observar a disputa pelo poder e a prevalência de interesses de uma classe dominante. Cruz e Peixoto (2007) afirmam que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Entender que a imprensa não apenas assimila projetos, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.

Uma questão que se coloca para o historiador é perguntar: quem produz uma dada linguagem? Para quem produz? como a produz? Quem a domina? O historiador tem a necessidade de não ver a linguagem como neutra ou despolitizada, mas compreender que ela depende de um mercado, garantindo certas modalidades de relações sociais e colaborando na constituição de certa memória (PEIXOTO; KHOURY; VIEIRA, 2002).

Vieira (s/d, p. 02) cita o trabalho do historiador estadunidense Robert Darnton, que afirmou que a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios e não mais como um simples elemento do acontecimento.

Esta é a mesma posição de Cruz e Peixoto (2007) que, partindo de um ponto de vista da história social, entendem a imprensa como força social ativa da história do capitalismo, ou seja, a imprensa não é um “depositário” de acontecimentos, mais “ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos”.

Podemos afirmar desta maneira que a imprensa atua na constituição de modos de vida, perspectivas e consciências históricas (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Por isso devemos analisar as fontes impressas questionando quem são seus produtores, a quem ela se destina, que produtos ela vende. Compreendemos que a imprensa seleciona o que irá falar, ou seja, o que deseja ser lembrado e como deve ser lembrado e da mesma forma, determina o que deve esquecido.

Buscamos realizar uma reflexão sobre os modos pelos quais os discursos se textualizam na Revista *Veja*. Ao nos depararmos com o *corpus* percebemos a construção e divulgação de uma discursividade que tem como finalidade, dar sentido as formas de constituição do papel da mulher na sociedade.

Segundo Silva (2005) os jornalistas da revista têm que se assumir enquanto “*Veja*”, dando autonomia de corte aos seus superiores hierárquicos. Os seus textos expressam sempre, formalmente ao menos, a posição “da revista”. Embora, evidentemente, a revista em si não possa ser um sujeito, ela usa o resultado final, em seu próprio nome, para apresentar sua mensagem.

O texto publicado por Juliana Linhares no site da Revista *Veja* é uma coluna. Segundo Cruz e Peixoto (2007), “colunas fixas assinadas geralmente identificam a recorrência de uma ótica

e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas”. Os principais colunistas da Revista Veja, assim elencados em seu próprio site, são: Reinaldo Azevedo, Augusto Nunes, Marcelo Madureira, Felipe Moura Brasil, Claudio de Moura Castro, Maílson da Nóbrega, Roberto Pompeu de Toledo, Geraldo Samor, Lya Luft e Rodrigo Constantino.

O fato de que foi uma colunista mulher que escreveu o perfil de Marcela Temer nos leva a questionar como o discurso tradicional também é incorporado pelas mulheres, nos leva a pensar como homens e mulheres internalizam esses conceitos e esses padrões.

A Revista Veja constrói através de suas reportagens discursos que espera que sejam compartilhadas por toda sociedade. Veja se coloca como produtora de “uma verdade”. As velhas noções “esclerosadas” do que é próprio do homem e da mulher, aqui são apresentadas como naturais.

### **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”**

Em 18 de abril de 2016 a Revista Veja publicou um artigo em sua página na internet assinado por Juliana Linhares com o perfil de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente, Michel Temer. Para este trabalho entendemos a produção e recepção do artigo como um acontecimento discursivo.

O acontecimento é entendido como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p. 17), ou seja, pode ser analisado como uma correlação entre o fato e a forma como foi percebido e circulado, como ele se atualiza e se mantém presente na memória coletiva. O acontecimento discursivo é o resultado de uma opção do autor, que encadeia uma série de formações discursivas preexistentes, levando à criação de um novo acontecimento; e foi o que ocorreu com o significado da expressão “bela, recatada e do lar”.

O texto se inicia e termina da mesma forma, contrapondo o casal. Inicia-se dizendo que Marcela Temer é uma mulher de sorte, ao final, depois de discorrer sobre os “dotes” da primeira dama, se encerra dizendo que Michel Temer é um homem de sorte.

Marcela Temer é descrita primeiramente como bela. O primeiro aspecto de sua beleza apontada pelo artigo é a juventude: “43 anos mais jovem que o marido”. Como o artigo lembra, Marcela participou de dois concursos de miss no interior de São Paulo, quando tinha 19 anos, e foi aí que conheceu o atual marido. Foi acompanhada pela mãe, Norma Tedeschi, no primeiro encontro com Michel Temer, que a época tinha 61 anos. Eles se casaram um ano depois e Marcela Temer pode investir na “profissão de ser bonita”.

Sandra Azerêdo (2007) lembra o poema de Vinicius de Moraes “Receita de Mulher”, ele já começa pedindo desculpas às “muito feias”, pois considera que beleza seja fundamental. Num receituário da mulher ideal, ela deve ser “bonita”, mas de acordo com regras bem específicas, que devem ser estritamente cumpridas. Mas é claro que cumprir tais regras, implica um alto consumo para cuidar da aparência. Marcela Temer cumpre tais regras para ser considerada “bela”, ela está dentro dos chamados “padrões”, é branca, loira, cabelos lisos, magra.

No mundo ocidental a pele branca sempre foi considerada o padrão a ser alcançado, ter a pele extremamente branca já no século XVII, segundo Mary Del Priore (2001), significava para os europeus um sinal de riqueza, significava que aqueles homens e mulheres não se expunham ao sol, já que tinham empregados para fazer todas as tarefas ao ar livre. Não por acaso os franceses desenvolveram maquiagens extremamente brancas, que deixavam toda corte e membros do governo pálidos, esse tipo de maquiagem foi abolida após a Revolução Francesa.

Considerar a pele branca um padrão de beleza é ainda mais problemático em um país como o Brasil, tropical e que recebeu durante os anos de escravidão milhões de negros vindos da África. Segundo o IBGE (2016), mais da metade da população brasileira se considera negra e mais da metade também são mulheres. Afirmar que uma mulher branca é o padrão de beleza é excluir mais da metade das mulheres do país.

Entre os cuidados de beleza de Marcela Temer, o cuidado com os cabelos é citado pelo artigo. Marcela Temer frequentava o salão de Marco Antonio de Biaggi, famoso cabelereiro. Este lembra que ela pede luzes bem fininhas e “tem tudo para ser a nossa Grace Kelly”. Tais cuidados são associados com a outra característica apontada pelo artigo, “recatada”.

Ícone do cinema e da beleza nos anos 50 e 60 Grace Kelly contrastava com outra loira, Marilyn Monroe, que não tinha “luzes fininhas”, mas cabelos bem platinados, Marilyn ficou famosa pelo filme “*Os homens preferem as loiras*”. Enquanto esta representava a sensualidade das mulheres e sempre foi alvo de textos e comentários machistas, Grace Kelly abandonou a carreira em Hollywood para se casar e se tornar a princesa de Mônaco. Tornou-se a princesa bela, recatada e do lar e, um modelo para as mulheres do mundo ocidental. É claro que isso foi em 1960.

O dicionário online de Língua Portuguesa afirma que recatada é a mulher “tímida; que zela pela própria reputação; casta, prudente, modesta, que não aparece e prefere ficar escondida”. Essa definição nos ajuda a compreender a insistência do artigo em abordar o gosto de Marcela Temer por “vestidos até os joelhos e cores claras”. O que se torna bem problemático num momento em que há uma discussão constante e uma luta das mulheres em desmistificar a ideia de que as roupas que estejam usando tenham algo a ver com situações de assédio sofridas. Muitas vezes em situações de assédio as mulheres relatam que o assédio continua no momento da denúncia, a primeira

pergunta feita para muitas é “mas que roupa você estava usando?”. A própria definição do dicionário afirmando que a mulher recatada é prudente, parece implicar que o uso de roupas “comportadas” possa impedir que sejam abusadas.

A famosa Marcha das Vadias foi uma resposta a esse discurso, quando várias jovens da Universidade de Toronto foram estupradas no campus. A época a mídia local noticiou a seguinte declaração de um policial “As mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas” (RASSI, s/d).

Na obra intitulada *Excluídos da História*, Michele Perrot (1988) aborda a dicotomia que há, para o discurso masculino, sobre as mulheres. A mulher que é água, a mulher que é fogo, a mulher que é santa, a mulher que é bruxa, a mulher que causa devoção e a mulher que provoca medo, a Virgem Maria e a Madalena, a mulher “que serve para casar” e a outra. A velha dicotomia entre santa e “puta” se faz aqui presente. As mulheres são como afirma Sandra Azerêdo (2007) percebidas fundamentalmente como corpo. Essa dicotomia mulher santa/puta representa os dois lados de uma moeda que define as mulheres em função do homem.

Marilena Chauí (1985) considera que a “subjetivação” das mulheres foi feita pelo ideário masculino, assim o “ser” mulher carrega consigo desejos, fantasias, fantasmas, ficções e mandos masculinos. O artigo da *Veja* escrito por uma mulher, Juliana Linhares, sobre uma mulher, Marcela Temer, está carregado de um imaginário masculino de como deve ser uma mulher. A relação entre mulheres é profundamente marcada pelo machismo em nossa sociedade patriarcal.

O discurso masculino também impregna as relações das mulheres. Segundo Azerêdo (2007) “um dos aspectos mais cruéis do preconceito é justamente essa naturalização e identificação com as ideias que o produzem e perpetuam por parte das próprias pessoas que o sofrem”. Utilizamos essa citação para lembrar que uma das grandes violências apontadas pelas mulheres é a verbal, a última coisa que querem é serem chamadas de putas, se identificando e reproduzindo o ideário do discurso masculino sobre as mulheres.

O artigo da *Revista Veja* também significa Marcela Temer como “do lar”. É permanentemente tentado estabelecer o “tripé da mulher perfeita”: mãe, dona de casa e esposa. Segundo o artigo ela passa grande parte do seu tempo cuidando do filho, “Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais”, mas ela deseja muito ter uma menina. Marcela Temer passa grande parte dos seus dias planejando viagens, jantares com o marido e “vigilando” as redes sociais para mantê-lo informado da temperatura ambiente. Além de levar Michelzinho para a escola e “cuidar da casa”. Marcela Temer é considerada uma mulher “do lar”. Mas ela é uma “patroa do lar”, com o seu séquito de empregados.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. É claro que, em grande parte, este modelo vitoriano de comportamento feminino determinou as opções e condutas das mulheres no século XIX e início do XX (RAGO, 1997, p. 64).

Ser “do lar” implica para as mulheres tanto trabalho quanto para aquelas que trabalham fora de casa, e na maioria das vezes, significa uma jornada dupla de trabalho, que não é compartilhada com os maridos, já que o trabalho doméstico continua a ser uma quase exclusividade das mulheres. Além do preconceito que elas enfrentam para iniciar suas carreiras, mas para muitas o trabalho representa autonomia, liberdade, transformando a mãe/dona de casa em provedora.

Este preconceito está relacionado com a divisão entre o espaço público e o privado, sendo o primeiro tradicionalmente ocupado pelos homens e o segundo, pelas mulheres. Por exemplo, no Dicionário Novo Aurélio – século XXI só existe a definição de “homem público” no verbete “homem”, como aquele indivíduo que se consagra a vida pública, ou que a ela está ligado. Não existe “mulher pública”, o que, infelizmente, pode ser considerado um bom sinal, já que até o século passado “mulher pública” era a definição para prostitutas, um preconceito generalizado, inclusive para as trabalhadoras do corpo.

O aspecto sexual do casamento do presidente Michel Temer e da primeira-dama Marcela é abordado no artigo da Revista Veja com a citação de um dos poemas de Temer no livro *Anônima Intimidade* lançado em 2013: “De vermelho/ Flamejante/ Labaredas de fogo/ Olhos brilhantes/ Que sorriem/ Com lábios rubros/ Incêndios/ Tomam conta de mim/ Minha mente/ Minha alma/ Tudo meu/ Em brasas/ Meu corpo/ Incendiado/ Consumido/ Dissolvido/ Finalmente/ Restam Cinzas/ Que espalho na cama/ Para dormir”.

Novamente vemos os estereótipos que sujeitam, controlam, aprisionam as mulheres. Simone de Beauvoir já nos informou que a mulher é definida como o outro, pelo olhar do homem, ela é objetificada. Ela é um objeto de desejo desse homem, que a significa apenas pelo seu corpo. Ao objetificar as mulheres pretende-se tirar delas sua subjetividade, sua potência, como se potência da mulher fosse tirada dela e transferida para o homem no ato sexual que o presidente descreve em seu poema.

Nossa sociedade opera sistematicamente com dicotomias: razão/emoção; corpo/mente; objetivo/subjetivo; público/privado, e a mulher é sempre identificada com os polos que são justamente as características que a confinam ao domínio do privado, que não a capacitam para

assumir uma posição social relevante, especialmente na política. A mulher “bela, recatada e do lar” é o símbolo da inaptidão da mulher para a vida pública.

Na produção desses estereótipos sobre a mulher se cruzam discursos que se preocupam com o tema, seja o da elite burguesa, da Igreja e do Estado. Todos, historicamente, produziram uma imagem da mulher na sociedade.

Para Margareth Rago (1997) surge com a junção dessas três esferas de poder na sociedade um novo modelo normativo de mulher, elaborado no século XIX, a mulher frágil e soberana, abnegada e vigilante, que determina novas formas de comportamento e de etiqueta, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade e do esforço individual ao ideal religioso da castidade. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.

Sair de casa para trabalhar, não se traduz num abrandamento das exigências morais, muito pelo contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o estigma do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (RAGO, 1997. p. 63).

As mulheres tiveram então no feminismo a possibilidade de questionarem e desnaturalizarem a posição de sujeição em que foram aprisionadas. É claro que aqui temos que pensar as experiências diferentes de mulheres diferentes. Sueli Carneiro (2001) lembra que mulheres negras, por exemplo, nunca foram pensadas como frágeis, o estereótipo da “bela, recatada e do lar” não faz sentido para essas mulheres.

Carneiro (2001) afirma que as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos, trabalharam como escravas na lavoura, nas ruas como vendedoras, quitandeiras, prostitutas, que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deviam sair de casa, ir para a rua e trabalhar.

Dos anos 1960 até os anos 2000 tivemos muitos avanços nos direitos das mulheres, que se organizaram em diferentes grupos, a fala de Sueli Carneiro, é um exemplo dos grandes ganhos que tivemos para pensar a questão com o feminismo negro. Mas, diante de mulheres organizadas em vários setores da sociedade o que vemos é que novamente a elite burguesa, a Igreja e o Estado se

unem para propagar estereótipos sobre as mulheres, o que se pede com o artigo “Bela, recatada e do lar” é o retorno da mulher ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: “o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade” (RAGO, 1997, p. 64).

### **Considerações finais**

Joan Scott (2011) afirma que, geralmente, quando se escreve História das Mulheres estamos continuamente em luta contra os argumentos que afirmam que o que escrevemos não pode ser qualificado de história. Por isso mesmo, nossas vidas e escritos são, necessariamente, políticos. No final não há jeito de evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – por essa razão a história das mulheres é um campo inevitavelmente político.

Com essa convicção é que nos propusemos a analisar os discursos e a construção do imaginário social para as mulheres discursivizado na Revista Veja sob o perfil de Marcela Temer. Buscamos refletir sobre como os discursos produzidos na Revista Veja mobilizam concepções convencionais de gênero, fomentadas em uma cultura machista e patriarcal presente na sociedade brasileira. Pretendemos que, a partir do que foi construído neste trabalho, sejam feitas novas discussões, novas análises, novos olhares e significações para com a atuação da imprensa na construção de um imaginário sobre as mulheres.

Partimos das construções de Joan Scott para compreendermos que o gênero deve ser pensado como relativo aos contextos social e cultural, assim há a construção de uma ideologia, que é colocada como um dado e norteia as relações entre homens e mulheres. Se há uma modificação na condição da mulher, isso requer – e provoca – uma modificação em nossa compreensão do homem, o que se tem colocado como um grande desafio para a nossa sociedade.

Observa-se a necessidade de sempre discutirmos tais questões, até que se possa compreender os papéis sociais femininos e masculinos com um novo olhar, que rompa com a atual sociedade machista e patriarcal que temos.

Simone de Beauvoir afirmou que: “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Michel Temer ainda interino em um decreto deu fim as Secretarias de Igualdade Racial e a de Promoção de Políticas para as Mulheres, logo depois nomeou um ministério composto de homens, brancos, héteros e seguiu uma lista de retrocessos que parece não ter fim. A informação dada é clara: o governo fecha suas portas para os grupos que foram historicamente silenciados.

### **Referências bibliográficas**

- AZEREDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos**. São Paulo: Cortez, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27 e 28 de agosto 2001.
- CHAUÍ, Marilena.
- CRUZ, H. F; PEIXOTO, M.R.C. Na oficina do Historiador: Conversas sobre história e imprensa. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ, 2007.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias do Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PECHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª Ed, 1988.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar. A Utopia da Cidade Disciplinar**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- RAGO, Margareth. Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos. In.: LIMA, C.C; SCHIMIDT, S.P. (orgs). **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.
- RASSI, Amanda. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das Vadias”. Disponível em: <[http://www.academia.edu/9129145/Do\\_acontecimento\\_hist%C3%B3rico\\_ao\\_acontecimento\\_discursivo\\_uma\\_an%C3%A1lise\\_da\\_Marcha\\_das\\_vadias\\_](http://www.academia.edu/9129145/Do_acontecimento_hist%C3%B3rico_ao_acontecimento_discursivo_uma_an%C3%A1lise_da_Marcha_das_vadias_)>. Acesso em 05 fev. 2018.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.
- SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. Tese de Doutorado, Niterói, 2005.
- VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

# **CORTEJOS DOS REIS CONGOS, DA EXALTAÇÃO À REPRESSÃO, DO ELOGIO AO REPÚDIO: TERNO SÃO BENEDITO DE POÇO FUNDO – MG**

**MARIA CECÍLIA JOÃO LUIZ; MARILU CARDOSO**

UNIVÁS – UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

maceqjolu@yahoo.com.br

## **Introdução**

Com a vinda de escravos para o Brasil, os escravos trouxeram também seus costumes e sua cultura, se misturando com as crenças católicas que aqui eram muito fortes. O Congado originou-se na África no país Congo, inspirando-se no Cortejo aos Reis Congos que era uma expressão de agradecimento do povo aos seus governantes. Ao receber a colonização portuguesa, vários africanos foram trazidos para o Brasil para serem escravos e acabaram trazendo esta tradição e mesclando com a cultura local. A identidade do Congado se tornou brasileira.

O Congado tem origem luso-brasileira; tendo o catolicismo de Portugal fornecido os elementos europeus de devoção à Senhora do Rosário. A Igreja no Brasil reforçou essa crença, enquanto os negros, de posse desses ingredientes, deram forma ao culto e à festa. A necessidade secular de conviver com seus mitos através da dissimulação fez com que o negro mineiro, desde as confrarias do século XVIII, formalizasse a sua crença através do modelo cristão. A Irmandade do Rosário dos pretos constituiu-se no principal espaço de negociação entre os negros e o governo da província, possibilitando novas situações sociais como, por exemplo, a alforria para estas pessoas.

A festa do Congado começava com a eleição, que acontecia uma vez por ano, de um rei, uma rainha e uma corte festiva entre os membros das irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Depois de serem eleitos e coroados pelo sacerdote durante a festa principal da irmandade, o rei, a rainha e sua corte iam para as ruas, realizando desfiles, cantos e danças dramáticas, nos quais eram geralmente encenados enredos que recontavam a história da conversão do Reino do Congo ao cristianismo.

Na minha infância, a cultura afro-brasileira esteve presente em minha vida, em manifestações como congadas, carnaval, rodas de samba, folia de reis e até mesmo simples

encontros informais para se cantarolar músicas populares em evidência na época. Considero-me um dos frutos de tal prática, um ser sociável, que sabe agir em grupo e para o grupo, esse também é um dos aspectos a serem citados no que se refere à importância da participação de tais atividades para um desenvolvimento cultural.

Esta pesquisa visa demonstrar a importância da cultura afro-brasileira no Brasil, o papel socializador de tais práticas que é de extrema importância cultural e histórica para nosso país. Com um histórico da cultura afrodescendente, especificando as análises e comentários sobre uma manifestação proveniente dessa tão importante forma de expressão, a Congada, seu contexto de surgimento, seu desenvolvimento coreográfico, as influências que sofreu, as lutas para manter essa cultura tradicional presente hodiernamente. É também um dos meus objetivos da pesquisa, tentar compreender o porquê do racismo e repressão que muitas vezes essa manifestação da cultura afro brasileira sofre em sua trajetória.

O racismo é um fenômeno universal, é um dos filhos do capitalismo e que está enraizado na cabeça dos homens, está inserido nele um irracionalismo, que até nos dias de hoje a humanidade é incapaz de liquidar, e não pode ser tomada como natureza humana, pois a espécie humana é uma só. Que superioridade racial é essa que se faz tão cruel e desumana, a ponto de se fazer essa diferenciação da espécie humana? Porque um povo não pode expressar sua cultura livremente? Onde está a famosa “democracia racial brasileira”? A contribuição do negro no Brasil, não foi e nem é pouca, foram eles que sob a mira de um chicote, empunhado a mando de não-negros, formaram plantações, abriram estradas, ergueram prédios, construíram suas belas casas e suas empresas, construíram seus móveis, enfim, ajudaram na construção e desenvolvimento desta humanidade. Se retirarem os negros e seus descendentes do Brasil, o quê sobriaria?

Nesta pesquisa será apresentada a Congada de São Benedito, que atua na cidade de Poço Fundo, na região sul do estado de Minas Gerais. Analisando os trabalhos desempenhados pelos diversos participantes, o processo que se deu seu desenvolvimento e atuação do Terno de Congo na cidade. Evoluções e características sonoras serão apresentadas.

O congado é mantido através da família e da tradição oral. Essa tradição de congado, foi mais uma das tradições que foram dispersadas de seus povos, essa diáspora dos povos africanos ocorrida no século XVI, provocada pela justificativa de uma modernidade capitalista, provocou um desvirtuamento dos seus costumes e culturas, restando somente a tradição oral como meio de comunicação, a música e a dança servem como ferramentas essenciais para isso. A história oral se assenta na voz, suas fontes são agentes históricos, concepções do tempo, trabalhos de vocalidade e memória, um resgate da memória de seus antepassados e marcas de suas histórias.

Sem pensar que milhares de povos e grupos culturais ficaram à deriva de racionalidades etnocêntricas, é possível interagir com corpos e tradições vivas nas “dobras” da produção do Ocidente. Além de silenciosos e preconceitos eurocêntricos ante Outros, apreende-se pulsares de emanções extraocidentais, reinventando modos de vida na contramão de nossas dicotomias. (ANTONACCI, 2014, p. 334).

Cada terno tem como núcleo uma família consanguínea, que forma a grande família do terno. A irmã, ou a tia, ou a mãe do capitão, normalmente, é a madrinha do terno e representa a grande mãe. As mulheres são também portadoras da ligação com rituais de Umbanda e Candomblé, que são centros formadores do Congo e locais onde são guardados os segredos místicos do rito.

A festa do Congo destaca-se como principal comemoração folclórica e religiosa da cidade, uma cultura popular tradicional, que não é vista somente como mercado. A indústria cultural até que tenta influenciá-la, a ponto de fazer desta tradição, uma tradição comercial, mas essa tradição popular resiste como uma forma de luta e resistência, “essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas de resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente” (HALL, 2003, p.255). Ela se revela como expressão de “territorialidade”, ou seja, meio pelo qual os habitantes se relacionam com a cidade e criam sua identidade através do espaço vivido por eles.

[...]os membros de uma determinada coletividade possuem repertórios semelhantes de significações, que são reconhecidos como fazendo parte da existência da coletividade. No que diz respeito ao espaço, isso significa que existe um princípio de atribuição de significações ao território que é comum aos membros de uma dada coletividade. Através das representações do espaço, os indivíduos conferem uma especificidade ao seu território e reconhecem uma identidade à sua coletividade, o que significa que se estabelece um laço indissociável entre o sentimento de pertença a uma coletividade e o sentimento de pertença a um território. (SILVANO, 1997, p.12).

A interação social que se formada através do(s) território(s) da cidade forma tipos sociais, cristalizados pela percepção dos habitantes de Poço Fundo. “[...] Os grupos sociais diversificam-se e passam a reconhecer espaços de pertença diferentes [...] O jogo entre o aqui e o além articula a relação com os outros, marca as clivagens que organizam as identidades inclusiva e exclusiva” (SILVANO, 1997, p.13).

A pesquisa de campo ateve-se à análise do centro da cidade – núcleo da sua fundação –, ao bairro Canto – antigo bairro da cidade – e a algumas fazendas de café tradicionais do Município. Os sujeitos que participaram da pesquisa são antigos moradores da cidade (com idades variando entre quarenta e noventa anos), nascidos no Município e que tiveram sua trajetória de vida ligada à

história da cidade. Pela inexistência quase total de documentos escritos sobre a fundação da cidade, a fonte etnográfica que mais se destacou e se afirmou como caminho de entrada ao trabalho de campo foi a fala dos habitantes, cujo perfil social envolvia, por exemplo, fazendeiros, trabalhadores rurais, profissionais liberais e donas de casa, inclusive algumas pessoas que integram o terno de Congo São Benedito.

## 1. Poço Fundo: uma Cidade onde ainda se instala uma segregação racial

Figura 15: Mapa de Poço Fundo-MG



Fonte: [www.poçofundo.mg.gov.br](http://www.poçofundo.mg.gov.br)

Poço Fundo é um município brasileiro localizado no sul do estado de Minas Gerais. Localizado na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas e na Microrregião de Alfenas. O município faz parte do circuito turístico Caminhos Gerais e é servido pela rodovia MG-179. O acesso ao distrito de Paiolinho é feito pela rodovia AMG-1555. Poço Fundo faz divisa com os municípios de São João da Mata, Machado, Ipuiúna, Espírito Santo do Dourado, Carvalhópolis, Silvianópolis, Campestre e Caldas. O município se estende por 474,24 Km<sup>2</sup> e contava com 16.841 habitantes no último censo (2016).

O município de Poço Fundo foi fundado em 1923. Entretanto, seu distrito é anterior, criado em 1870 com o nome de São Francisco de Paula do Machadinho. O município é formado também por bairros rurais, cada bairro rural é constituído por fazendas, sítios e chácaras que são construídos em torno de um núcleo de habitação. Neste encontram-se uma capela, um centro

comunitário e uma venda constituindo, assim, um eixo central de relações sociais dos habitantes da área rural. A cidade é formada por dez bairros administrativos, dentre os quais se destacam o Centro, a Vargem e o Canto como bairros principais, descritos neste trabalho como lugares-núcleos e tradicionais de seu território. Os bairros Vargem e Canto formam a parte mais antiga da cidade e a mais precária em estrutura e serviços urbanos. Estes bairros se inserem em uma divisão do território da cidade, expressa em uma oposição que se fará presente na própria percepção simbólica de seu território segundo a divisão parte de cima/parte de baixo. Tal divisão é inscrita fisicamente pelas próprias igrejas da cidade, a saber, a de São Benedito - que centraliza a parte de baixo, sendo vista como a igreja dos “pobres e negros” - e a de São Francisco de Paula (padroeiro oficial da cidade) - que centraliza a parte de cima e agrega os fiéis percebidos na sua identidade de “não pobres e brancos” da cidade.

Obtendo uma identidade predominantemente rural, a qual confere uma assinatura específica ao território da cidade, representado pelo traço cultural e simbólico da fazenda de café, representante da matriz territorial da região. O rural e o urbano se interpenetram, não ocorrendo uma ruptura de mundos, mas sim uma extensão sócio-simbólica do universo rural ao urbano. Este universo é materializado nos cantos da cidade identificados como os lugares da fronteira entre roça e cidade. Além de eventos de cenários mais agrícolas, como o fumo, são caracterizados pelas saídas dos bairros rurais, marcadas territorialmente pelas chácaras e pelo comércio de “roça”, como é usualmente chamado pela população da cidade.

A segregação, que designa uma divisão sócio-espacial dos grupos, surge da ideologia ruralista presente desde a origem da concepção de organização territorial da cidade. Orquestrado por uma política agrária, este fenômeno é conhecido como o mandonismo local (QUEIROZ, 1976). A grande fazenda é percebida como o modelo de organização espacial e territorial de grandes propriedades agrárias, formadas na época colonial brasileira.

A formação e representação sócio-territorial da cidade de Poço Fundo são baseadas sobre o modelo de organização de separação e exclusão de certos grupos sociais em relação a outros. A imagem dos ‘negros’ como escravos, introduzida a partir da relação social escravista estabelecida na grande propriedade fazendária, é perpetuada e significada no relacionamento entre patrão e empregado. Tendo origens escravas, o habitante afro-brasileiro da cidade de Poço Fundo é percebido dentro de um quadro de identidade, que o insere territorialmente na cidade de forma segregada e excluída na participação das suas atividades sociais. A segregação fala de uma exclusão da diferença, de uma rejeição do outro através do território. E neste contexto surge o bairro Canto, que com sua própria definição aponta para uma separação de seus habitantes face à sua atuação na cidade. O “canto” da cidade é o lugar onde vão se estabelecer os segregados. Quando chegam

migrantes negros ou descendentes, tanto para os moradores do Centro, quanto para os moradores do Canto, seria o correto que seu lugar de moradia deveria ser no bairro Canto, e quando isso não acontece, pois os emigrantes negros que ali chegam muitas vezes não tem o conhecimento desta segregação impostas por essas questões raciais, são discriminados pela atitude de não morar em um local, onde seria determinado para ele, como foi relata em entrevista por uma migrante negra.

Quando vim morar em Poço Fundo, senti uma separação muito grande, que não sentia quando morava em São Paulo, percebi que tanto de um lado quanto de outro tinha um certo preconceito, como sou negra, fui questionada por alguns negros que moram no Canto, porque eu não quis morar lá, por que eu fui morar no Centro, por isso fui até desprezada por alguns moradores do Canto, me chamavam de “nega metida”, que só porque eu vim de São Paulo estava me achando melhor que eles, eu não queria me misturar. Os brancos do Centro me tratavam bem, aparentemente, mais as vezes faziam alguns comentários que eu não gostava muito, como: “Voce é negra mais cheira bem”, “Sua família é muito educada, diferente dos negros daqui”, “Que bom que a sua filha não saiu tão preta”, muitos também achavam que eu tinha preconceito com os negros do Canto porque eu morava no Centro. (Moradora do Centro, Negra, mora em Poço Fundo desde 2002, 2018)

Através destes três principais bairros, o território da cidade é representado simbolicamente pela oposição parte alta/parte baixa. A parte alta é a mais desenvolvida e organizada sobre um plano urbano, representada pela praça central, cuja localização marca a divisão do território da cidade. Canto e Vargem estão situados à margem da organização social.

Um lugar onde ficam expostas os tubos de encanamento da rede de esgotos e a ossatura das casas, geralmente com tijolos e cimento à vista. É também onde se localizava o “asilo antigo da cidade”, considerado como um lugar “dos esquecidos” e onde se faz fronteira com os vizinhos “muito especiais” do cemitério. O Canto é também visto como o lugar do “bêbado”, dos “drogados” e do “mau elemento”.

Os moradores do Canto, a maioria é barraqueiros, é cheio só de turma que bebe, de cachaceiro, de briga, de turma bagunceira. Aquilo não mudou nada. Lá tem sim muita família boa, mas continua a ter uns maus elementos. A maioria é preto. (Morador antigo do Centro, 2017)

**Figura 16: Imagem do Centro de Poço Fundo- MG**



**Fonte: Site Prefeitura de Poço Fundo**

Como nas fazendas, onde a casa-grande é destacada pela sua localização central no núcleo de habitação da fazenda, o Centro é o bairro habitado por uma população majoritariamente branca, formando a classe economicamente mais abastada da cidade. Este território dos “brancos e ricos” tem como marco simbólicos, lindos casarões, onde os antigos fazendeiros e políticos moraram e seus descendentes ainda moram. A parte baixa é formada pelos “pobres”, localizados nos bairros Vargem e Canto. Este último, por ter o estigma do “bairro preto”, é visto nesta perspectiva como correspondente à imagem da “senzala” da grande fazenda; no caso, da grande cidade.

Meu pai contava que vinham da fazenda e ficavam aqui no Canto. Estas pessoas mais pobres ficam na beira né? Naquele tempo os fazendeiros trouxeram eles para cá para meio que fingir uma liberdade, pois eles contavam com os pobres na fazenda para trabalhar, mais não tinha valor não! Os fazendeiros traziam eles no cativoiro, aí vinham pra cá e ficavam meio livre. (Moradora do bairro Canto, 2018).

Contudo, apesar da subordinação econômica e o racismo que permeiam o bairro, os moradores do Canto, possuem vários momentos de liberdade de expressão social, que os leva a uma condição provisória de destaque na vida cultural da cidade, e um deles se destaca a conhecida “Congada de São Benedito”, tradicional da cidade e acontecimento folclórico da cultura brasileira, que ainda sobrevive nas pequenas cidades do interior e que será analisada a seguir.

## 2. Congada: uma festa negra

Figura 17: Cartaz antigo dos integrantes da Congada



Fonte: Arquivo pessoal

A Congada é uma grande festa da cultura afro-brasileira, sua origem está na África, cortejo dos Reis e Rainhas Congos. Por volta do século XV, o Império Congo na África sofreu uma grande incursiva colonialista portuguesa em que vários membros das famílias que disputavam o trono congo, foram vendidos entre os negros para serem escravos. Com a vinda dos escravos para o Brasil, difundiu com o catolicismo imposto por Portugal que forneceu os elementos europeus de devoção à Senhora do Rosário, a Igreja no Brasil reforçou essa crença, enquanto os negros, de posse desses ingredientes, deram forma ao culto e à festa.

A congada agrega de um lado a coroação de reis negros e de outro o culto aos santos católicos, geralmente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. É importante ressaltar que não é o louvor ao santo católico por si ou a coroação do rei negro, mas o acontecimento simultâneo dos dois que constrói as particularidades da festa e a diferencia das demais práticas do catolicismo popular. O culto aos santos católicos era uma forma de os negros utilizarem o espaço público e legítimo da igreja para a organização das irmandades leigas. Já a coroação dos reis negros, na perspectiva de Mello e Souza (2001), existiu sob a forma de eleição de reis ou governantes, festivamente comemorada com danças e ritmos, em diversas localidades da América. Estas festividades apresentavam-se como espaço de reatualizado das tradições e recriação de laços comunitários destruídos pelo tráfico e pela escravidão. No entanto, foi na América portuguesa que tais práticas. Se difundiram, ocorrendo ainda hoje em muitas regiões brasileiras.

O modo de comemoração e organização da festa varia de região para região, mas comumente acontecem em louvor aos seis Santos da Congada. São eles: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, São Domingos, Santa Catarina e São Jerônimo. Hierarquicamente constituída pela Rainha Perpétua, Rei Congo, Rainha Conga, Vice-Rei Congo e duas Princesas, que cumprem a missão de proteger, guardar e cultuar aos santos.

**Figura 18: Cortejo do Reinado**



**Fonte: Arquivo pessoal**

A Congada é basicamente fundamentada em passos coreografados, Brasileiro (2001, p.83) descreve algumas das coreografias e evoluções que ocorrem em diversas congadas do Estado de Minas Gérias, algumas cito abaixo:

- 01 – Marcha: ritmo utilizado para deixar os congadeiros descansarem depois de terem dançado freneticamente.
- 02 – Rojão: é a percussão da energia, faz os dançadores evoluírem através de movimentos alucinantes.
- 03 - Coração de Jesus: o terno de congo tem duas filas. A do lado direito retoma para a direita e conduz sua coluna até encontrar-se com seu último componente. O mesmo procedimento é realizado pela fila oposta. No final tem-se o formato de um coração.

A manifestação festiva da Congada foi utilizada pelos próprios senhores das fazendas como forma de dominação sobre negros, os mesmos agiam da seguinte forma: deixavam os escravos se expressar, dançar, extravasar e ao mesmo tempo homenagear seus antepassados,

assim os negros que estavam presentes nas manifestações e realizavam as atividades, eram “enganados” por seus senhores já que o fato de os escravos poderem se expressar era utilizado como válvula de escape, escondendo a opressão que sofriam diariamente.

Podemos citar o texto de Jeremias Brasileiro para melhor ilustrar as raízes da Congada encontrada no Brasil:

Qualquer tribo africana sempre se preparava para a guerra, boas colheitas, aniversário do rei ou de príncipes, com gestos corporais impressionantes no congado elas podem ser de alegria e camuflagem necessária para se proteger do colonizador e preservar alguns mistérios culturais. (BRASILEIRO, 2001, p.76).

As Irmandades negras foram responsáveis por boa parte das festas que ocorreram ao longo de todo o período escravista, a defesa da liberdade para a promoção de festas foi uma das marcas da formação e consolidação das comunidades negras no Brasil. Os reinados, principalmente na região de Minas gerais, foram autorizados pelas leis municipais da região, desde que realizados durante o dia, visando à preservação do sossego público e à decência do serviço de Deus.

A Congada enraizou-se em diversas cidades de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia, em algumas dessas Cidades essa cultura ainda se perpetua até hoje. Nessas cidades do interior do Brasil as Congadas são encontradas muitas vezes com outros nomes e características variadas, Brasileiro (2001), descreve as atividades de Marujadas, Ternos de Congos, Ternos de Marinheiros, Moçambiques, Catupé e Cateretê, situadas principalmente na região distrital de Uberlândia, Minas Gerias.

Como afirma Larissa Vianna (2012, p. 52), que contrariando as previsões dos folcloristas brasileiros do século XX, as festas negras não desapareceram e suas formas dinâmicas revestem-se, ainda hoje, de novos conteúdos de resistência política, étnica e comunitária, tal como ocorrera com as festas negras de outros tempos.

### **3. São Benedito: santo padroeiro do terno de congada São Benedito**

**Figura 19: Imagem São Benedito**



**Fonte: Arquivo pessoal**

São Benedito nasceu na ilha da Sicília, na Itália por volta do ano de 1526. O nome Benedito significa abençoado, ele foi dado pelo seus pais: Cristovão Manasceri e Diana Larcán. Seus pais não queriam ter filhos porque todos virariam escravos. Assim, o senhor deles (que estimava muito pelo trabalho do casal) prometeu que se eles decidissem ter um filho, ele daria total liberdade à essa criança. E como prometido, após o nascimento de Benedito, ele ganhou sua liberdade.

Quem o via tinha a certeza do que era o verdadeiro significado de ser feliz, sempre com muita calma superou e suportou todas as ofensas por causa de sua raça, suas respostas às injúrias eram sempre belos e largos sorrisos. Essa sua postura chamou a atenção do líder dos eremitas franciscanos, que ao notar o amor e generosidade do garoto com o próximo, percebeu que isso era mais do que aceitação, era uma ação Divina e compaixão à ignorância alheia, desta forma convidou-o para fazer parte da congregação. Benedito aceitou e se entregou às Palavras de Jesus, vendeu o pouco que possuía e se tornou um eremita. Após isso a pedido do Papa Pio IV e com a unificação da ordem franciscana, ele seguiu para o mosteiro da Sicília, onde entrou como um irmão analfabeto assumindo funções secundárias: como a de cozinheiro.

Sua alegria inspirava a todos que o conhecia, sua cozinha era um verdadeiro templo de entrega ao trabalho com amor e dedicação. Assim, o jovem rapaz conquistou a todos com o sabor da sua comida e seus sorrisos espontâneos que acompanhavam sábios conselhos que motivavam até os mais desesperançosos com a vida.

Ao longo do tempo, ele se tornou um líder natural, aquele que mesmo as pessoas com vasta educação seguiam e respeitavam, reconhecendo sua superioridade. Em 1578 foi convidado para

ser Guardiã do mosteiro e apesar de ser leigo, ele conseguiu administrar o convento inteiro com muita facilidade. Frei Benedito era caridoso com todos e dava exemplo de fé em suas Orações e pregações. Muitas eram as pessoas que vinham falar com o Santo homem. Queriam aprender a essência das Palavras da Escritura com ele, – apesar de ser iletrado – que possuía um imenso dom da sabedoria e da ciência. Uma das suas principais solicitações era a de que todos os porteiros não dispensassem nenhum pobre, que mesmo na dificuldade do mosteiro ele iria ajudá-lo com alimentos, pois não gostaria de ver ninguém passando fome.

Sua fama de santidade foi espalhada, e todos queriam ver e tocar em Benedito, os escravos eram simpatizantes dele e seu nome significa para inúmeras pessoas como um modelo de caridade e humildade. Os milagres de São Benedito são diversos: a ressurreição de dois meninos, a cura de vários cegos, cura de diversas doenças, além de ser conhecido como multiplicador de alimentos. Quando o mosteiro estava passando por tempos ruins, era só o Frei se encarregar da comida que ela se multiplicava na cozinha, e ele conseguia atender a todos os pobres e indivíduos que ali moravam.

Foi em abril de 1589 aos 65 anos de idade, que Benedito deixou a todos, completando a sua missão. Depois de ser acometido por uma grave doença, faleceu rapidamente. Ele dizia antes de sua morte que queria ser enterrado às pressas, pois não desejava dar problemas para seus irmãos.

Seu desejo foi como uma profecia, pois assim que ele faleceu, uma multidão invadiu o mosteiro para vê-lo, tentando pegar algum objeto, pedaço da roupa ou apenas tocá-lo em esperança de alcançarem um milagre ou simplesmente agradecerem por tudo. Muitos dizem que os Anjos fizeram uma grande festa ao escutar o sorriso sincero de Benedito ao chegar aos Céus. Em suas últimas palavras chamou pelo o nome do Senhor, e da Maria Santíssima. Em 1611 seu corpo foi colocado em uma urna de cristal e canonizado em 24 de maio de 1807.

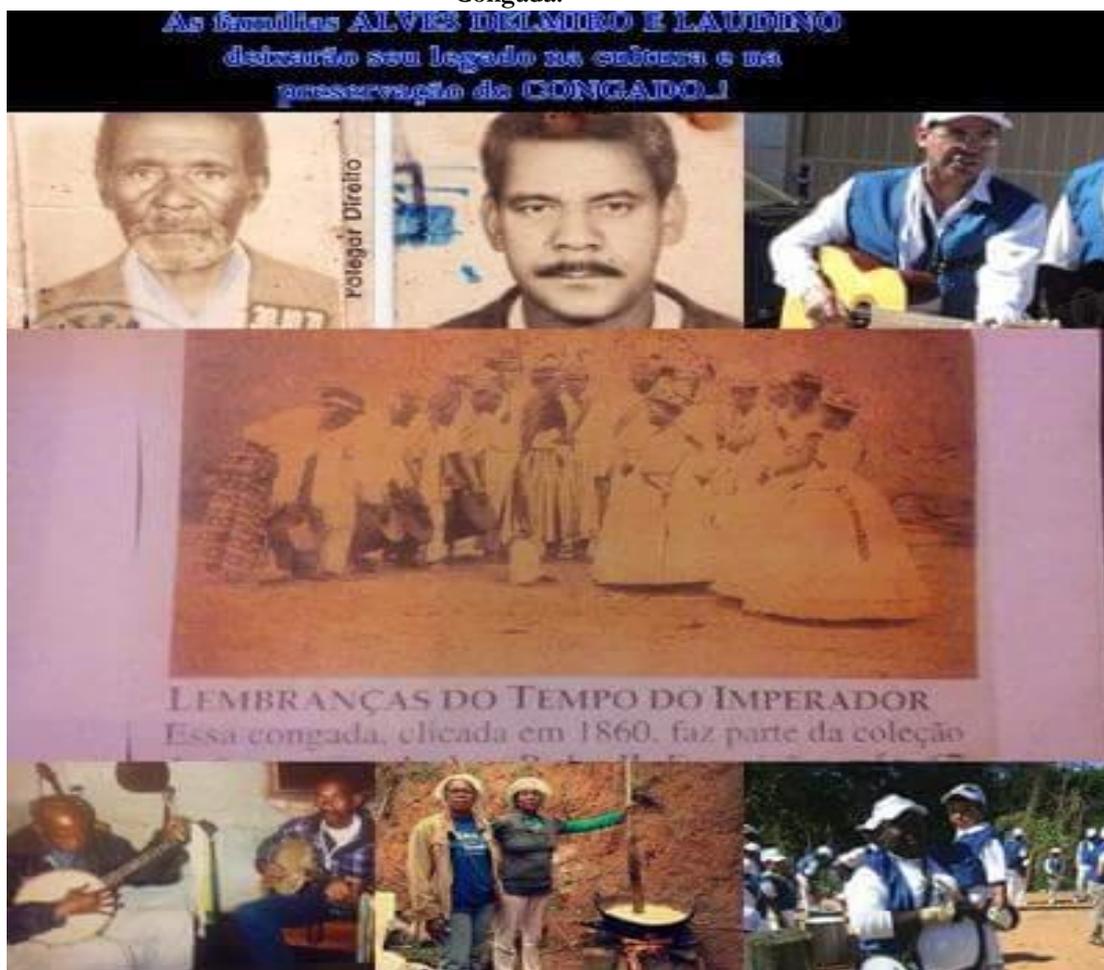
E, por sua representatividade negra, por ser um santo negro, se fez muito importante para esse grupo que foi vítima de vários atos de racismo. São Benedito foi escolhido pelos seus fundadores como o santo padroeiro e deram seu nome para fundar esse terno de congada que será apresentado a seguir.

#### **4. “Preto é cor, negro é raça”: Terno de Congo São Benedito, 109 anos de tradição e resistência.**

Raça, um conceito que para a biologia não existe, para os biólogos não existem subdivisões da espécie humana, pois nenhum padrão de traços humanos pode ser atribuído a diferença biológica, mais quando se trata do campo cultural e social a raça está presente, pois, trata-se das

identidades sociais e é definida por certas diferenças físicas reais e supostas. “Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas” (MUNANGA, 2005-2006, p.52).

Figura 20: As famílias Delmiro e Laudino, deixando seu legado na Cultura e na preservação da Congada.



Fonte: Arquivo pessoal

Fundada em Poço Fundo, a festa do Congo existe desde 1909, Laudino Alves, antigo escravo de São João Del Rey, que se instalou na região de Poço Fundo, enquanto agregado da fazenda de um líder político tradicional da cidade, foi o grande precursor da Congada na Cidade. Em seguida, Laudino Alves se transferiu para o bairro Canto, onde criou suas raízes através da Congada. Na praça São Benedito, que marca a fronteira entre os bairros Canto e Vargem, Laudino Alves fixou uma cruz, fundando os marcos da futura igreja São Benedito.

O território do Canto ganhou assim uma marca de identidade territorial negra, através da construção da igreja e da organização da festa do Congo, realizada pela confraria São Benedito.

Outros grupos de Congo se organizaram, à medida que o bairro Canto crescia. Com o aumento da população negra, oriunda, na sua maioria, dos bairros rurais e atraída pelas facilidades que a cidade oferecia, novas quadras de casas no ritmo de formação das famílias que ali se instalaram e se organizaram em pequenas comunidades, formando a base de novos grupos de Congo. Três grupos de Congo se destacaram na cidade, cada um representado por um líder local e por seus “reis”. Dois dentre eles são originários do bairro Canto, a saber, o Congo São Benedito e o Congo Santa Efigênia, ambos santos negros. O terceiro, o Congo Nossa Senhora do Rosário, é originário do bairro Santa Helena, cuja formação deu-se posteriormente ao bairro Canto.

Através da organização de grupos de Congo, o bairro Canto constrói sua identidade afro-brasileira, sendo identificado pela população da cidade como o local exclusivo dos “negros da região” que reivindicam suas origens através da Congada. Tal manifestação confere aos habitantes negros da cidade um fator de diferenciação que os coloca em outro nível de comparação e distinção. Não são mais os pobres da cidade, mas sim os negros de origem africana que se distinguem culturalmente, amenizando, assim, o estigma social que carregam e que os enquadra numa classificação depreciativa trazida pelo título de “pobreza”. Através da Congada, um sentimento de pertencimento é resgatado, conferindo uma identidade positiva aos habitantes do Canto. Este sentimento leva a uma nova percepção dos Congadeiros quanto à alteridade de seu território. Se, para os habitantes da parte de cima, a Congada reforça a diferença, para os habitantes da parte de baixo, ela é colocada em um outro contexto: não mais o do escravo, que o homogeneiza e o simplifica na sua identidade, mas sim a do africano, que traz na sua identidade um repertório vasto e complexo culturalmente.

A Congada é utilizada pela população local negra da cidade como instrumento da sua alteridade, através da festa do Congo, confere à população negra da cidade um status cultural que os distancia da classificação sócio-econômica. Cria-se um mecanismo de “desterritorialização” da pobreza baseado neste vínculo de identidade afro-brasileira, que os permite serem percebidos através de um território cultural distinto daquele dos outros habitantes da cidade. Para a população desta parte da cidade, sobretudo aquela da parte de cima, tal manifestação cultural, a Congada, é carregada por estigmas raciais que são associados diretamente à questão social.

Geralmente, um habitante negro da cidade é imediatamente identificado como sendo do Canto ou possuidor de laços de parentesco com o bairro. Enquanto preta e pobre, a população do bairro Canto é subjugada e depreciada na sua alteridade, constituindo-se no “outro” rejeitado e estigmatizado pelos significados que foram construídos ao longo de sua trajetória escrava na região. Contudo, a resistência “negra” dos congadeiros oferece um lugar de formação dos líderes da comunidade “negra” e permite a eles exercerem suas sociabilidades. Os habitantes do Canto

estabelecem assim os limites de seu território. Tal vínculo cultural que o Congo traz permite a construção e afirmação de um território da alteridade, que é festejado durante a sua celebração. A cada ano tais laços culturais são reafirmados com a troca de seus reis e sua comitiva real, trazendo para o grupo o germe da inversão hierárquica da sociedade local. A festa se caracteriza por um aspecto lúdico popular marcado pelos ritmos dos instrumentos africanos, assim como pelos diferentes movimentos de danças africanas. Estas festas acontecem nas ruas e são acompanhadas de bebidas e pratos típicos africanos, marcando uma inversão temporária da hierarquia local, conduzida por uma liberação de comportamentos admitida no momento da festa.

Atualmente, é o terno de Congo São Benedito que continua a tradição da família de Laudino Alves. Ele se tornou o Congo do Canto, aquele que guarda a memória de seu fundador e de sua família. Segundo os dizeres de Luiz Antônio, bisneto de seu Laudino, “Nossa tradição segue seu curso. É a família. Se a festa tem lugar amanhã e alguém nasce hoje, no dia seguinte a gente o farda. Se ele morre no Domingo de festa, a gente enterra ele e continua a festa. É a missão”.

O terreiro é o local onde os congadeiros se reúnem para iniciar seus trabalhos do dia e para encerrá-lo, esse lugar da concentração é marcado simbolicamente pela primeira morada de seu fundador, Laudino Alves. Após sua morte, sua casa foi demolida e seu terreno demarcado como o lugar onde se organiza o Congo e onde se inicia seu desfile, sempre antes de sair pela cidade cumprindo sua missão eles se encontram e abrem os trabalhos cantando algumas cantigas com essa temática e ao final dos trabalhos do dia, após terem realizado procissão por grande parte da cidade de Poço Fundo, retornam ao mesmo terreiro e cantam cantigas agradecendo a proteção oferecida no dia e em geral fazem algumas rezas e orações antes de cada participante guardar seu respectivo instrumento no local destinado.

Figura 21: Os congadeiros ensaiando no local denominado terreiro



Fonte: Arquivo pessoal

Dois pontos podem ser destacados neste momento, o primeiro é o compromisso de organização exigido de cada participante, adulto ou criança, tendo que retirar seu instrumento para utilizado naquele dia e ter a obrigação de guardá-lo no mesmo local e da mesma maneira. O segundo é o senso de comunidade visto após cada encerramento das atividades do terno, é notável a quantidade de pessoas que se encontram e se confraternizam ali mesmo no terreiro e nas proximidades da região.

Sobre o Terno de São Benedito, a mais de cem anos no sul mineiro, pode-se afirmar que cumpre seu papel de instituição informal que se preocupa com a divulgação e o fomento do folclore brasileiro persistindo na prática da Congada.

Amo a Congada, tenho muita honra em fazer parte desta cultura que meus antepassados fundaram, eu quero continuar até morrer e passar isso para meus filhos, e para os meus netos, não podemos deixar acabar nossa cultura. (Tataraneto do fundador, 2018).

O Terno é de São Benedito, o capitão é Rovilson José Laudino, o contra-mestre Luiz Antônio Delmiro, os participantes são homens, mulheres, crianças, jovens, senhoras e senhores,

em sua grande maioria negra e proveniente das mesmas raízes genealógicas. A cidade e as pessoas da cidade param ao ver o terno caminhar em desfile pelas suas ruas de paralelepípedo, cada participante leva em suas mãos aquilo que lhe é responsável, a porta-bandeira, os caixeiros, (percussionistas), com caixa-clara e surdo e com seus tamborins nas mãos as crianças orgulhosas que se arriscam no meio de pesados instrumentos de percussão, o trompetista e o trombonista que conduzem a melodia e dão aos caixeiros e aos cantadores o andamento a ser tocado, o cavaquinista e o violonista responsáveis pelas harmonias simples, mas, importantes na condução do terno, pode-se até observar crianças no colo de suas mães seguindo o terno de São Benedito com fardas características, em miniatura, e pequenos tamborins ou brinquedos musicais em punho.

**Figura 22: Mulheres e crianças dançam e cantam segurando seus estandartes**



Fonte: Arquivo pessoal

Ao contrário do que se sugere a participação feminina é efetiva e numerosa principalmente na função de porta-bandeiras, a que vai a frente leva o mastro com a imagem de São Benedito e as seguintes levam bandeiras com enfeites. Já com participação majoritária masculina os cordões ficam enfileirados, dançando, cantando e tocando enquanto caminha de encontro ao Mastro, um grande tronco de árvore, frágil ao nosso olhar, mas, importante e representativo aos olhos dos congadeiros presentes que seguem com a bandeira de São Benedito rumo a praça em frente à Igreja de São Benedito, onde logo mais levantaram o mastro com a bandeira em seu topo, símbolo da Congada. Como descreve Brasileiro (2001) a “Adoração ao Mastro de São Benedito - inicia-se com um terno

fazendo um círculo diante do mastro. Saúdam-no com as orações cantadas” e o autor complementa:

Todo movimento no congado, tem a sua razão de ser; as simbologias fazem parte de todo o ritual e embora várias delas tenham desaparecido, outras permanecem vivas, mesmo que vestindo novas adaptações”. (BRASILEIRO, 2001, p.75).

As crianças que participam do terno são como a base da pirâmide hierárquica, que vão galgando com o passar dos anos seus lugares e seus instrumentos que são de sopro (trompete ou trombone de pisto), de cordas (cavaquinho, violão ou banjo) ou os de percussão (tamborim, caixa-clara ou tarol, surdo e similares). São corrigidos e incentivados a todo o momento pelos mais velhos e experientes, construindo assim seu conhecimento musical e se relacionando interpessoalmente com pessoas mais velhas e há a necessidade de respeitá-las, observando seu maior tempo de experiência. A congada de Poço Fundo a cada ano passa por um processo de formação e atualização de instrumentistas, já que a maioria de seu naipe de percussão de hoje participa também na ala de percussionistas da escola de samba pertencente ao mesmo bairro, a Escola de Samba Império da Vila, também fundada e dirigida pela família Delmiro.

**Figura 09: Os congadeiros embarcando no ônibus para levar essa cultura para outras Cidades.**



**Fonte: Arquivo pessoal**

O que contribui é a ambientação e a vivência de seus percussionistas não só no período da Congada, que têm mais atividades na cidade de Poço Fundo e a convite, visita outras cidades, do mês de maio até o mês de julho, mas nos períodos que antecedem e ocorre o carnaval, porém, há sempre um embate dos mais antigos em tentar levar os recém chegados a manter a rítmica característica das caixas, como eles mesmos se referem. Mas o próprio contra-mestre Luiz Antônio, admite que é inevitável a transformação, não só rítmica, da Congada, não só a de Poço Fundo. O fato de agirem em grupo, respeitando uma hierarquia, respeitando regras e fazendo arte é o que os deixa orgulhosos mesmo sem saber dos bens que aquelas simples brincadeiras os levam a tal benefício.

Enquanto missão e tradição, a festa do Congo se manifesta nas ruas todos os anos, entre os meses de julho e agosto. Pode ser dividida em três partes. Uma que se caracteriza na sua tradição eminentemente religiosa, isto é, formada pela procissão, seguida de uma missa. Na missa conga é introduzido o vivenciar cotidiano do homem Negro; ofertório com rapadura, pipoca e fatias de pão, sendo a Bíblia levada para o altar através de um dançador que aos sons dos atabaques contagia a multidão. A primeira e segunda leitura possuem textos produzidos pela comunidade que reafirma sua negritude ou fala dos preconceitos sociais. A segunda se traduz na festa propriamente dita, formada pela quermesse e suas barracas de jogos. A terceira parte, de caráter mais tradicional e folclórico, é caracterizada pelos ritos que envolvem a caminhada da congada pela cidade e sua travessia na parte alta. Cada momento da festa é conduzido por um grupo representativo da cidade.

**Figura 10: Integrantes da Congada participando da missa em louvor a São Benedito.**



Fonte: Arquivo pessoal

A parte religiosa é comandada pelo pároco da igreja central e sua comitiva de festa. Esta, por sua vez, é formada por habitantes idosos, geralmente mulheres moradoras da parte alta da cidade. A festa é dividida por grupos de casal, moradores da parte de cima, que organizam jogos,

ficando as barracas de bebida e comida a cargo dos jovens, moradores também da parte de cima da cidade. No entanto, a Congada, que envolve a travessia na cidade, é formada exclusivamente pelos habitantes do Canto. A festa se desenvolve durante uma semana na praça São Benedito, onde é festejada a quermesse e celebrada a missa. Os membros do Congo participam da festa de São Benedito, principalmente no último dia, quando se celebram a missa e a saída dos santos de seus altares para uma rápida volta em torno da praça.

No dia seguinte, o Congo atravessa a cidade, marcando o momento em que os habitantes da parte baixa visitam a parte alta. É o momento da inversão desta fronteira interna da cidade, propriamente falando. É um espaço-tempo onde as normas locais se encontram suspensas, permitindo um tipo de inversão de valores responsáveis pela divisão da cidade. Por exemplo, durante a festa, os habitantes da parte alta ocupam a praça São Benedito, enquanto os habitantes da parte baixa se deslocam em direção à parte alta da cidade, os participantes do Congo fazem seu percurso, chamado giro, na parte alta da cidade, “Eles fazem um trabalho muito bonito, é cultura e isso não pode ser perdido, seria uma pena isso acabar, eu tenho orgulho” (Moradora do Centro, 2018).

**Figura 11: O Padre, conduzindo os integrantes da congada na procissão.**



**Fonte: Arquivo pessoal**

Podemos perceber, através das atividades da festa, uma movimentação e uso maior, pelos habitantes da parte de cima da cidade, do território “pobre”. O uso momentâneo desta parte da cidade, através da festa enquanto um território, denota uma inversão da ideologia territorial inserindo uma “transgressão” do modelo. Tal inversão é confirmada pelo percurso do “giro” da Congada, através de seus integrantes ‘negros’ e ‘pardos’ do Canto, que “invadem” a parte alta da

cidade, tradicionalmente percebida como a parte “branca” do território. A festa do Congo, identificada como uma tradição pela população local, manifesta-se em minha análise como um “evento”. Enquanto congadeiros, os habitantes da parte de baixo se apossam momentaneamente da parte alta, gerando um deslocamento físico e social da hierarquia local. No momento da passagem dos congadeiros, os habitantes da parte de cima participam como súditos da bandeira de São Benedito, assistindo em suas varandas à passagem do Congo e sua comitiva.

O giro, organizado pelo terno de Congo, sai na cidade durante dois dias. No domingo o, dia da festa de São Benedito, o qual é coroado pela procissão, sai o terno em direção à parte alta da cidade, atravessando suas principais ruas. No dia seguinte, comemora-se a coroação do rei e da rainha do ano, moradores do Canto. A dança e o canto marcam, assim, a passagem do Congo pelas ruas e diferenciam aqueles que participam dela. Estes representam os habitantes da parte baixa da cidade, distinguindo-se dos habitantes da parte alta, que assistem à sua passagem de suas varandas e janelas. Depois de completar o percurso na cidade, o terno termina sua trajetória na praça São Benedito, onde é esperado pelo padre para dar início à procissão. O terno silencia seus instrumentos de percussão, finalizando o giro pela cidade. Dá-se início, assim, à parte religiosa da festa de São Benedito, onde moradores da parte alta e da parte baixa da cidade se juntam para a procissão. Estátuas de São Benedito e de Santa Efigênia saem carregadas da Igreja São Benedito e fazem um pequeno giro em torno da praça São Benedito, finalizando com o retorno dos Santos à igreja, onde é celebrada a missa que encerra a semana de comemoração da festa.

#### **Figuras 12: Momentos da festa**



Fonte: Arquivo pessoal

## 5. CONCLUSÃO

Este artigo reafirma as desigualdades quando se trata de um povo que sofre discriminação racial, pelo simples motivo de serem quem são. O congado é um movimento vital para a reconciliação com suas próprias raízes, por ser uma manifestação, desprovida de qualquer aparato que a fortaleça, uma forma de comunicação corporal, visual, auditiva. É uma forma de resistência,

libertação, emoção, expressão, oposição, é um resgate da história do negro. A falta de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, gera essa discriminação e preconceito, os descendentes de africanos sempre foram relatados como meros escravos, não tendo sua cultura entendida, explicada, o escritor ocidental sempre traduzia o africano no Brasil ao seu bel prazer de sua visão europeizada, sempre de uma maneira ridicularizada não dando valor a sua cultura.

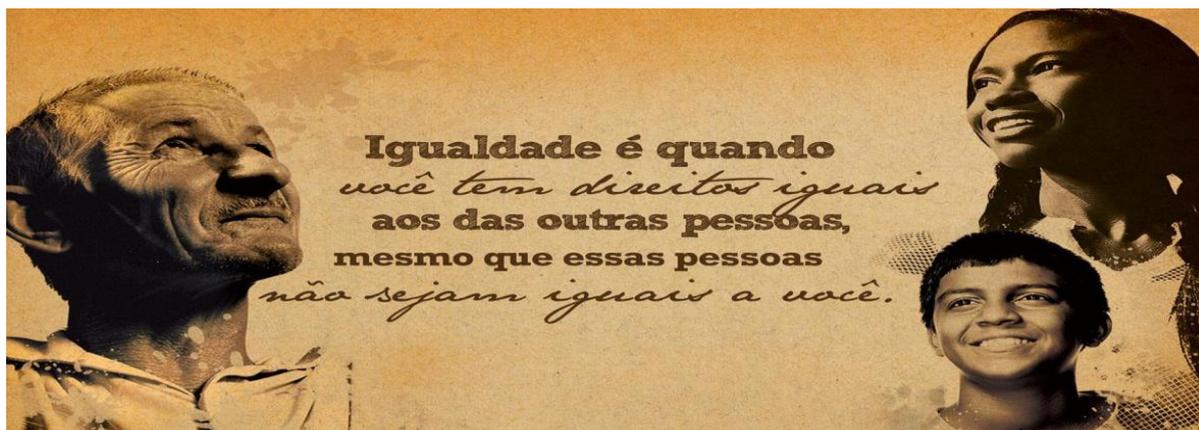
O terno de Congo São Benedito, se expressa em Poço fundo, como um mecanismo de territorialidade de uma identidade marcada pelo passado histórico da escravidão, que funda uma relação de alteridade. Pelo fato de Poço Fundo ser, uma Cidade de dualidade o formador da vivência na Cidade e na convivência entre os habitantes, o terno de congo São Benedito reitera nas suas representações o território e práticas sociais, quebrando as barreiras da segregação social, que o racismo provoca. Pois esse rito permite que por diversos momentos, esse modelo parte de cima/parte de baixo=Centro/Canto, são suspensos provisoriamente a exclusão sócio-espacial embutida nesta ideologia. Os negros, excluídos-segregados, são transformados em reis e rainhas, coroados em nome de uma tradição cultural. Trata-se de uma troca momentânea da visibilidade social, que a congada proporciona.

A festa, apesar de ser em louvor a São Benedito e ser na Igreja dele, muito pouco do que se arrecada vai para a comunidade São Benedito, e praticamente nada vai para a manutenção do terno de Congo. Tendo a duração de dez dias, é organizado uma barraca em frente a Igreja São Benedito, destinada a paróquia de Poço Fundo, onde é vendido comidas e bebidas típicas e é realizado bingos com prendas todos os dias e, no último dia, no domingo, os prêmios são de maior valor, como motos, televisões e eletrodomésticos que são doados pelos comerciantes da cidade, a paróquia cordialmente cede a barraca para o terno de Congo fazer seu bingo por um dia, mais é na segunda feira um dia após o término da festa á noite, dia em que os barraqueiros já estão desmontando suas barracas para irem embora, quando os habitantes da Cidade estão voltando ao seu cotidiano normal, onde vários turistas que prestigiaram a festa já foram embora, participa do bingo somente os próprios integrantes do Congo e do bairro onde ele se localiza.

Além da festa em louvor a São Benedito, a congada também faz seu giro no dia treze de maio, em louvor ao fim da escravidão, onde um festeiro se dispõe a ofertar doces aos integrantes e a quem estiver presente e no dia das mães para comemorar à benção da fertilidade.

O Terno de Congo São Benedito foi tombado como patrimônio histórico-cultural da Cidade, eles recebem da prefeitura uma doação mensal, mais a quantia não dá para manter a manutenção dos instrumentos e das fardas utilizadas por eles, sem mais nenhum outro incentivo para essa cultura se perpetuar, apesar desta cultura dar um destaque no cenário turístico-cultural da Cidade.

É de extrema importância a continuidade destes movimentos culturais, pois a tradição e raízes do congado agrega conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira, desmistificando essa cultura como pejorativa. O congado hoje se tornou um patrimônio imaterial e bandeira de luta por direitos e pela igualdade racial. “Dizer que em nosso país não há racismo, ou discriminação racial, mas apenas “preconceito racial”, é enfiar a cabeça na terra como os avestruzes”. (SANTOS, 1984, p.78).



## Referências bibliográficas

- ANTONACCI, M. A. *Memórias ancoradas em corpos negros*. 2. Ed. São Paulo: Educ, 2014.
- BRASILEIRO, J. *Congadas de Minas Gerais*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.
- HALL, S. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In:\_\_\_; *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 247-264
- HISTÓRIA DE SÃO BENEDITO. Disponível em: <http://cruzterrasanta.com.br/historia-de-sao-benedito/129/102/> acesso em 23 março 2018.
- MELLO e SOUZA, M. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação do rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MUNANGA, K. *Algumas considerações sobre “raça” ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos*. São Paulo: Revista USP, n. 68, p. 46-57, 2005-2006-Trimestral.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO. Disponível em: <http://www.pocofundo.mg.gov.br/index.php/features/estradas> acesso em: 02 março 2018.
- QUEIROZ, M.I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, J.R. dos. ***O que é racismo***. São Paulo: Abril Cultural,1984.

SILVANO, F. ***Territórios da Identidade***. Oeiras: Celta, 1997.

SILVA, B. T. ***A Congada Mineira***: festa, ritual e liminaridade. Enfoques - revista dos alunos do PPGSA-UFRJ, v.10(1), 2011.

VIANA, L. Festas e irmandades negras no Brasil. In: DANTAS, C; MATTOS, H; ABREU, M. ***O negro no Brasil***: Trajetórias e lutas em dez aulas de história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

# DEUS NO DISCURSO FEMINISTA ESPIRITUAL DA SEGUNDA ONDA FEMINISTA NOS EUA E EUROPA

MARIANA REZENDE DINI, CAROLINA RAMOS DE SOUZA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli  
Universidade do Vale do Sapucaí

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37554-210– Pouso Alegre – MG – Brasil

mariana.dini@live.com, souza.carolinaramos@gmail.com

## 1. Introdução

O primeiro contato que tive com o discurso feminista espiritual remonta ao início da graduação em Psicologia, época em que, ao me comprometer com a iniciação científica, propus à professora orientadora, Camila Claudiano Quina Pereira, uma leitura da psicologia social sobre a expressão artística visual na trajetória feminista. Tal escolha pela arte, mais especificamente pelas artes visuais e, principalmente, pelo discurso feminista, se deu em um contexto psicossocial e político permeado por afinidade pessoal, incentivo familiar em relação às artes e acesso às redes sociais por meio das quais conheci a militância feminista, além do contato, simultaneamente, com conhecimentos provenientes da graduação em psicologia, sobretudo aqueles em psicologia social e psicologia analítica, fazendo assim convergir o interesse pela arte e pelo feminismo.

Nesse sentido, busquei materiais que associassem meus dois interesses e me deparei com o livro *Art & Feminism* que se propunha percorrer a trajetória artística feminista, mais especificamente na segunda onda feminista<sup>104</sup>, definindo categoricamente a arte feminista e

---

<sup>104</sup> Consenso entre autores citados ao longo deste trabalho, a segunda onda feminista corresponde a atividade feminista no período histórico entre o final da década de 60 e início da década de 70, período este marcado por profundas revoluções nas estruturas culturais e com reflexo nas diferentes esferas da vida social, suscitando a conscientização coletiva de diversos e amplos padrões de discriminação. No caso específico deste estudo trata-se do acontecimento nos EUA e Europa, embora sua repercussão seja mundial.

diferenciando-a de obras engajadas que não devem ser consideradas oficialmente feministas por questões históricas, geográficas e políticas, embora exista o reconhecimento de que estas últimas preconizaram a arte considerada oficial. Tal distinção resultou na exclusão metodológica de uma obra particularmente instigante para mim: a pintura *God Giving Birth* ou, em português, *Deus Dando a Luz*, da artista e ativista sueca Monica Sjöö. Trata-se, como posteriormente descobri, de uma pintura inspirada pelo discurso feminista espiritual. Uma das principais autoridades no assunto era, aliás, a filósofa e teóloga americana Mary Daly, que, de acordo com Feraro, foi apontada por feministas espirituais americanas como a principal influência de Sjöö e Barbara Mor, tendo estas últimas, inclusive, mencionado a leitura dos livros de Daly no livro *The Great Cosmic Mother*. Segundo o autor, assim como Daly, “elas criticavam a distância transcendental de Deus-Pai da mulher e o dualismo da matéria versus espírito inerente às religiões abraâmicas” (FERARO, 2013, p. 10, tradução nossa). Meu interesse nesse tipo de arte e discurso feminista, por sua vez, era resultado de um forte questionamento dos preceitos cristãos que o momento evocava, convergindo com o interesse feminista e suscitando a necessidade de dar espaço e ouvidos a uma nova perspectiva espiritual.

## 2. Historicizando o feminismo

Embora no contexto da pós-modernidade já se fale em “pós-feminismo” isso não significa, entretanto, o fim do feminismo como se não houvesse mais nada pelo o que lutar. A desconstrução do sexismo não implica no seu fim. Segundo Rago é característica do feminismo contemporâneo uma atitude de metacrítica, ou seja, “uma reflexão crítica sobre o próprio feminismo e por sua historicização” (RAGO, 2004, p.280) o que seria efeito justamente das lutas travadas pelas mulheres ao longo das últimas décadas e suas conquistas, propiciando de fato um patamar de reconhecimento social das questões do feminismo. Portanto, o momento atual seria de resgate e reflexão feminista baseados em suas conquistas e avanços, mas também e, principalmente, em seus limites e impasses, tanto no âmbito das práticas quanto no âmbito do pensamento. Um impasse, aliás, bem conhecido há tempos diz respeito à conciliação do feminismo com a figura histórica do cristianismo, outrora considerado por teólogas como irremediavelmente e intrinsecamente androcêntrico. O convite para uma reflexão feminista nessa direção provém justamente do que Rago<sup>105</sup> entende como um segundo momento feminista em que há afirmação da diferença no sentido de reinventar a cultura feminina para além do discurso masculino conservador. Assim, trata-se não apenas de um momento propício para retomar e analisar a perspectiva feminista de

---

<sup>105</sup> RAGO, 2016. Da insubmissão feminista na atualidade - Margareth Rago. In: **Café Filosófico CPFL**. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=gh67t3a9Mjs&t=193s> >. Acesso em: 10 de Julho de 2018.

meio século atrás, mas, principalmente, de dar especial atenção à perspectiva feminista que representa uma alternativa ao discurso religioso patriarcal, uma tentativa de independência espiritual que, mais do que isso, propõe uma “nova” visão de mundo com implicações psicossociais.

Análoga à interpretação de Rago de que, para o feminismo, se trata de um momento de autorreflexão e metacrítica, a interpretação de Terrin sobre a religiosidade hodierna entende que se trata de uma época “de meditar sobre os próprios conteúdos de fé numa situação de profunda mutação cultural, dominada pela cultura pós-moderna de que tanto se fala hoje em dia” (TERRIN, 1996, p.9). Tal meditação acerca dos próprios conteúdos de fé seria o resultado “de uma cultura que viu ruir todos os seus mitos, as ideologias, a verdade e os valores” (TERRIN, 1996, p.10) uma vez que, de acordo com Erickson, “na vida cotidiana, as pessoas pensam em coisas reais e ideais, e é através da religião (um conjunto de crenças e ritos) que elas categorizam as coisas que vêm (reais ou ideais) como sagradas ou profanas” (ERICKSON, 1996, p. 27). Assim, há um movimento no sentido de questionar e repensar os conceitos de sagrado e profano, bem como a própria dicotomia implicada que “serve a um grande número de objetivos exclusivistas (...) e ajuda não só a justificar a misoginia, mas também protege outras opressões como o racismo e a homofobia” (ERICKSON, 1996, p. 14). É, portanto, nessa conjuntura pós-moderna que se volta para o passado em busca da transformação de um presente insatisfatório que, de acordo com Terrin, surge “o *revival* de um mundo antigo, recuperando uma sensibilidade espiritual passada, onde sagrado e profano se sobrepujam e onde dominava uma participação mística com a natureza” (TERRIN, 1996, p. 15).

Diante de tais considerações sobre o momento atual, ao se voltar para o discurso feminista espiritual da segunda onda feminista nos EUA e Europa, o objetivo que norteia esse estudo é justamente o de proporcionar uma reflexão do passado que não significa um fim em si mesma, mas, assim como afirma Gagnebin “uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente (...)”, uma vez que “a fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente” (GAGNEBIN, 2006, p.55).

A escolha por fazer uma articulação entre uma fonte pictórica e uma textual do discurso feminista espiritual se justifica justamente pelo caráter multifacetado com que tal discurso se apresenta, sendo, aliás, sua principal característica a expressão não verbal que, não por acaso, coincide com uma tendência moderna cada vez mais forte entre historiadores em considerar outras fontes que não apenas o documento escrito como “repositório exclusivo dos restos do passado” (ALBERTI, 2000, p. 164). Nesse sentido, tal articulação possibilita uma maior apreensão do discurso feminista espiritual em relação à sua concepção de Deus ao considerar as diferentes formas de expressão como semelhantes e complementares no sentido de abordarem a mesma ideologia,

embora por diferentes meios. De acordo com Eller “o uso de imagens na espiritualidade feminista está intimamente ligado e profundamente expresso na teologia do movimento” (ELLER, 2000, p. 24). Tal escolha metodológica tem embasamento também em um dos pressupostos da Análise de Discurso que enfatiza que: “o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2001, p. 21, 22).

### **3. Feminismo(s): Definição e história**

A definição do termo feminismo, para Alves e Pitanguy, é algo difícil de estabelecer uma vez que se trata de “um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada”. Segundo as autoras, o feminismo, “como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias”. Alves e Pitanguy afirmam que, ao conscientizar-se do componente de hierarquia e poder implícito nas relações interpessoais, sobretudo entre homens e mulheres, o feminismo buscou “superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”, sendo uma de suas principais características a organização descentralizada, ou seja, a “auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes”. Nesse sentido não há um “monopólio da verdade” que legitime um discurso, mas sim solidariedade e abertura em relação aos diversos pontos de vista e iniciativas que representam diferentes experiências de ser mulher. De acordo com as autoras o feminismo pode se manifestar como um movimento organizado, embora não se limite apenas ao publicamente visível: “Revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado” (ALVES & PITANGUY, 1981, p.3).

No que tange à história do feminismo, suas fases e tipos de luta em busca de entender suas raízes, Scavone afirma que tal reconstrução, de acordo com Olympe de Gouges e Jeanne Deroin, Joan Scott (1998, citadas por SCAVONE, 2004, p. 15), sugere que “o feminismo nasceu impregnado pelo ideal republicano de igualdade e liberdade” e, a despeito das diversas influências políticas que as primeiras feministas experimentaram, “algumas questões referentes à vida privada que emergem com força total no feminismo contemporâneo já preocupavam as pioneiras”, sendo tais questões pouco realçadas diante de um quadro de exclusão da vida pública em que, na abordagem das feministas do passado, “ou elas reivindicavam a igualdade ou a diferença” não tendo espaço para uma perspectiva mais abrangente, o que denotava, de acordo com Scott (1998, citada por SCAVONE, 2004, p.15) certo reducionismo herdado do século XIX. Nesse sentido, de acordo com Scavone:

O feminismo tem sido delimitado por suas etapas históricas, e duas ou três grandes fases são comumente referidas: a fase universalista ou das lutas igualitárias, pela aquisição de direitos civis e políticos; a fase das lutas de afirmação das diferenças e da identidade, ou da mulher-sujeito e dos direitos específicos; e uma terceira fase, que algumas autoras denominam de pós-moderna. Tais fases correspondem, grosso modo e respectivamente: aos séculos XVIII e XIX; à segunda metade e final do século XX até o início deste século (COLLIN, 1995, p. 15 citada por SCAVONE, 2004. p.15).

A autora nos lembra, entretanto, que apesar da possibilidade de delimitação temporal do feminismo em períodos e lutas diferentes é importante compreender que tais períodos não são estanques e sofrem influência da constituição histórica e política de cada sociedade, logo, “a segmentação histórica não pode ser aplicada com rigor às diferentes realidades” (SCAVONE, 2004. p.15).

Assim, nos encontramos seguidamente circulando entre os diferentes períodos feministas assinalados (...). Podemos dizer que o feminismo contemporâneo corresponde à segunda e à terceira fases, acima citadas, mas, em variados contextos, como é o caso do Brasil, ele não abandona o ideal das lutas igualitárias baseadas nos direitos de cidadania, o que também repercute nos trabalhos acadêmicos a ele relacionados (SCAVONE, 2004, p.16).

Outra questão relacionada à divisão temporal do feminismo diz respeito à crítica feminista que é composta por “fases e/ ou correntes sobre os caminhos do movimento, ou a luta pela *igualdade e/ou da diferença*” (SCAVONE, 2004, p. 16, 17). Estas resultam em análises sobre o significado, alcance e, sobretudo, as características e direções das lutas relacionadas à tais conceitos na vida das mulheres. De acordo com Varikas (1995, p.44, citada por SCAVONE, 2004, p. 17) a democracia liberal, uma vez que a noção de igualdade na qual está pautada pressupõe condições iguais de direitos e deveres para todos os cidadãos, tenta reparar o erro da exclusão das mulheres incluindo “as diferenças nos princípios da universalidade dos direitos, não questionando a natureza do próprio sistema que as exclui”.

Assim, o princípio de igualdade, tal como formulado na democracia histórica, apresenta às mulheres um dilema difícil: para serem cidadãs, elas devem se adaptar à norma masculina, ‘tornarem-se como os homens’; ou, então, serem incorporadas a estas normas pelas suas ‘diferenças’, isto é, ‘como homens imperfeitos’ (VARIKAS, 2000, p. 56, citada por SCAVONE, 2004, p. 17).

Por outro lado, as teorias feministas da diferença, como o próprio nome diz, sugerem que existe para as mulheres “uma maneira de agir, pensar, de sentir que lhes é própria e que deve ser

desenvolvida a este título” (COLLIN, 1995, p. 8 citada por SCAVONE, 2004, p. 18). Há, portanto, de acordo com Scavone, a reafirmação de uma relação específica das mulheres com o mundo pela própria afirmação de uma identidade específica que transcende as determinações biologizantes. De acordo com a autora, a estratégia que passa pelo corpo e pela maternidade fundamentou a construção de um fortalecimento da identidade feminina: “tratava-se de fortalecer o poder das mulheres pelo resgate de uma história que as diferencia dos homens” (SCAVONE, 2004, p. 18).

Estabelecer a diferença implica contestar a lógica masculina da dominação, presente, paradoxalmente, no ideário liberal de igualdade. Influenciado pela psicanálise lacaniana, da qual se ‘demarca criticamente’, o diferencialismo admite a existência ‘dos dois sexos dentro da mesma humanidade: o acesso à igualdade não é o acesso à identidade’ (COLLIN, 2000, p.3, citada por SCAVONE, 2004, p.18).

Além destas duas diferentes perspectivas feministas sobre as quais se apoiam análises e abordagens, a terceira que, aliás, consiste no que se entende como terceira fase e, como previamente mencionada, considerada por algumas autoras como pós-moderna, é a fase relacional que “visa compreender histórica e socialmente a construção destas diferenças” (SCAVONE, 2004, p. 18). De acordo com a autora, juntamente com a segunda fase, esta desemboca em estudos de gênero nas Ciências Sociais.

Esta última fase também poderia ser denominada de relacional, na qual mulheres e homens posicionam-se com suas respectivas identidades, tempos, situações políticas e sociais; nos quais os modelos universais de dominação são cada vez mais questionados e, no lugar deles, vão se construindo, lentamente, novos modelos baseados na multiplicidade dos sujeitos. (SCAVONE, 2004, p. 15).

#### **4. O contexto da arte feminista e Monica Sjöö**

De acordo com Reckitt e Phelan, no período entre o final da década de 60 e início da década de 70, com o surgimento e repercussão do “Movimento dos Direitos Civis e Movimentos anti-guerra nos EUA, os protestos estudantis na Europa, e as agitações intelectuais e estéticas do que veio a ser chamado de Pós-estruturalismo e Pós-modernismo” (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 20) mulheres inspiradas despertaram para questões coletivas. Estava surgindo a segunda onda feminista. Neste momento, obras como *O segundo sexo*, 1949, de Simone de Beauvoir e *A mística feminina*, 1963, de Betty Friedan fundamentavam os questionamentos e atitudes das mulheres, suscitando grupos de conscientização em que conversas coletivas revelavam amplos padrões de discriminação.

Essa conscientização propiciou a intervenção direta das mulheres nas esferas sociais e políticas e, conseqüentemente, favoreceu o protagonismo social feminino. Assim, “em 1966, foi fundada nos EUA a Organização Nacional das Mulheres. Ela ajudaria a dar ao movimento de libertação das mulheres a legitimidade simbólica e política nos EUA” (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 20). Tais acontecimentos políticos naturalmente repercutiram dentro do domínio da arte e, logo neste mesmo período, “o feminismo gerou um movimento de arte reconhecido, propiciando exposições de apenas mulheres e grupos dedicados à conscientização, ativismo e pesquisa por toda Europa e EUA” (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 68). A primeira fase deste movimento artístico tinha como preocupação central a alteração da história da arte através da própria arte, ou seja, feministas usavam “a arte ao mesmo tempo para esclarecer política e para ser produtora desta” (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 21).

Durante grande parte da história da arte ocidental, as mulheres figuravam como musas ou assistentes e não como artistas criadoras (...). Deixando de serem espectadoras, as mulheres tomaram a “liberdade” de serem criadoras, e de determinarem suas imagens artísticas, de egerem seus tópicos plásticos. O movimento feminista na arte vem então para desconstruir a premissa de mulher objeto de desejo. De musas inspiradoras para o olhar do artista, passamos a ser o olho e a mão que cria (TRIZOLI, 2008, p.1497, 1498).

É importante destacar que, de acordo com Lippard (1995, citada por TRIZOLI, 2008), a arte feminista não seria um movimento artístico em que os aspectos estéticos são prioridade. Aliás, críticos conservadores insistem que nada aconteceu durante a década de 1970, pois desconsideram a arte feminista pelo fato de que esta, apesar de considerada “movimento artístico”, não se baseia em um estilo específico, mas em conteúdo.

Com o rompimento das fronteiras entre arte e vida e, conseqüentemente, entre arte e política na década de 60, ocorre a desmaterialização do objeto artístico, ou seja, na arte enquanto ideia a matéria é negada, pois sensação é convertida em conceitos. Segundo Lippard & Chandler, “os anti-intelectuais e emocionais/intuitivos processos de produção artística – característicos das duas últimas décadas – começaram a ceder lugar a uma arte ultraconceitual que enfatiza quase exclusivamente o processo de pensamento” (LIPPARD & CHANDLER, 1968). Lippard afirma também que esta “arte conceitual foi e continua sendo a base de muitas das mais importantes obras feministas pós-modernas” (LIPPARD, citada por LEITE, 2014).

Começamos a perceber a partir dos anos 1960, uma tendência à diluição das categorias da arte, como a autoria, a forma, além de outros princípios que nortearam a arte até o modernismo. O surgimento do conceitualismo revolucionou a natureza da arte, trazendo

novos contornos, rompendo significativamente antigas concepções e abrindo espaço para um maior diálogo entre os outros campos de conhecimento e a vida cotidiana. A obra de arte foi perdendo seu “pedestal”, conforme apontado por Lucy Lippard para quem “desmaterialização” do objeto artístico seria um sintoma do rompimento das fronteiras entre a arte e a vida (LEITE, 2014).

A alteração da história da arte e, conseqüentemente, da política vigente, se deram, principalmente, por meio da transição da mulher enquanto musa inspiradora/ objeto de desejo para mulher enquanto artista criadora e, simultaneamente, artista feminista que, de acordo com a definição de arte militante de Napolitano, seria aquela que com as temáticas abordadas em suas obras “mobiliza as consciências e paixões, incitando a ação dentro de lutas políticas específicas, com suas facções ideológicas bem delimitadas, veiculando um conjunto de críticas à ordem estabelecida”. Entretanto, o autor também atenta para a existência da arte engajada que seria arte “(...) de caráter mais amplo e difuso, que reflete empenho da artista em prol de uma causa ampla, coletiva e ancorada em ‘imperativo moral e ético’ que acaba desembocando na política, mas não parte dela” (NAPOLITANO, 2011, p.29).

Previamente a esta classificação e em consonância com ela, Reckitt e Phelan afirmam que determinadas artistas, sobretudo aquelas anteriores ao período entre o final da década de 60 e final da década de 80, nos EUA e Reino Unido, - período em que o movimento de libertação das mulheres ganhou legitimidade simbólica e política – “não podem ser consideradas como artistas feministas, mesmo que no contexto do feminismo e da arte seus trabalhos sejam significativos” (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 20). Sugerem, portanto, a consideração destas apenas como precursoras da arte oficialmente feminista, inclusive Monica Sjoo, que aparece entre outras artistas no capítulo intitulado *Too much* em *Art and Feminism*, 2001:

Muito embora não reconhecidas, as mulheres artistas desempenharam um papel significativo nas novas formas de arte que emergem no início dos anos 60 (...). As mulheres artistas começaram a intervir diretamente em esferas sociais e políticas definidas pelos homens, articulando a frustração com as injustiças da dominação. Como Carolee Schneemann, artista de performance de vanguarda, escreveu: “Nosso melhor desenvolvimento cresce a partir de obras que foram consideradas ‘demais” (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 20,p.51).

Segundo as mesmas autoras, Monica Sjoo, de origem sueca, foi uma autodidata e ativista do Movimento Britânico de Libertação das Mulheres que viveu a maior parte de sua vida adulta em Bristol, Inglaterra. As autoras afirmam que Sjoo pesquisava “culturas matriarcais e antigas

religiões centradas na mulher, embasadas na adoração de figuras de deusas e mistérios baseados nos ciclos lunares” (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 55). De acordo com Feraro, a artista passou três meses nos Estados Unidos no verão de 1968, ocasião em que testemunhou o nascimento do feminismo da segunda onda manifestado nos primeiros grupos feministas e manifestações radicais em Nova York. Após essa experiência e já de volta ao Reino Unido, Sjöo teria completado a pintura “God Giving Birth”, obra esta que ela teria começado pouco antes de sair para a América.

Pinturas como ‘God giving Birth’ foram concebidas como imagens capacitadoras para as mulheres, o que desafiou a natureza opressivamente patriarcal da iconografia ocidental cristã e secular. Em 1973 o trabalho foi mostrado em Londres na exposição de grupo organizada por Sjöo, Ann Berg, Beverly Skinner e Liz Moore. ‘Cinco mulheres artistas: imagens de Womanpower’. Isso despertou tal controvérsia que as queixas públicas levaram a um relatório da polícia sendo enviado ao Diretor do Ministério Público; Sjöo foi ameaçada com ação legal sob acusações de blasfêmia e obscenidade (RECKITT & PHELAN, 2001, p. 55).

Apesar de sua inegável atuação política através da criação de artigos e livros que agora compõem os registros feministas da época, bem como de se considerar de fato uma ativista e artista feminista, Sjöo não se considerava uma acadêmica e tão pouco se preocupava em se definir nesse sentido, o que ela esclarece em um artigo:

Eu não sou uma acadêmica, sou uma autodidata. Meu ponto de vista é o de um artista feminista de origem operária. Eu não tenho interesse em "pós-modernismo"; Na verdade, isso não significa nada para mim. Suponho que você poderia descrever minha abordagem como "feminista pré-pós-feminista, pré-pós-moderna". Eu não me importo! Como dizem as mulheres, até ser uma pós-feminista em uma sociedade pós-patriarcal! O ponto é: eu tenho uma perspectiva bastante diferente dos outros contribuintes para este volume. Eu não estou entrando como uma socióloga ou acadêmica olhando do lado de fora, eu não estou apenas estudando o movimento da Nova Era. Ao contrário, eu me envolvi com ele, mas da perspectiva de uma feminista da Deusa, tendo escrito um livro com Barbara Mor chamado ‘A Grande Mãe Cósmica: Redescobrimo a Religião da Terra (1987)’. Olhando para trás, parece muito improvável que de onde eu vim comece a olhar para este movimento ‘Nova Era’. Eu não sabia que existia até cerca de 1985 (SJOO, 1994, p.22).

## **5. O feminismo espiritual**

Sjöo mostra, portanto, que sua motivação e atuação não partiram da política, embora desembocassem nesta. Ela se considerava uma “feminista da Deusa” (FERARO, 2013, p.4), um

dos subgrupos que constituía o movimento feminista espiritual desenvolvido nos EUA, durante a década de 70 e 80 e que teve origem, de acordo com Viero (2005, p.106), na busca por diferentes vias de transcendência que se articulassem melhor com o feminismo.

De acordo com essa autora, no contexto do neofeminismo, década de 60, a consciência da necessidade de transformação psicológica, estrutural e teológica da Igreja foi reforçada com o surgimento de movimentos de libertação da mulher nos EUA e na Europa, influenciando a reivindicação de maior poder para as mulheres no âmbito da Igreja e a rejeição da mera admissão e assimilação da mulher e do feminino à antiga estrutura eclesial hierárquica e patriarcal. Evidentemente as mulheres encontraram forte resistência no cristianismo, pautado em uma linguagem androcêntrica e instituições hierárquicas resistentes às mudanças. Nessas circunstâncias teólogas alegaram existir incompatibilidade insuperável entre feminismo e cristianismo, afirmando que este era irremediavelmente e intrinsecamente androcêntrico e rompendo assim com a Igreja em busca de novas vias de transcendência. Outras, entretanto, se mantiveram na Igreja sob a argumentação de que “foi o contexto de relações hierárquicas e assimétricas que acolheu e expressou a revelação em termos patriarcais, e não a revelação que gerou essas relações” (VIERO, 2005, p.106).

A busca por diferentes vias de transcendência que se articulassem melhor com o feminismo acarretou, portanto, no movimento feminista espiritual, movimento este desenvolvido nos EUA durante a década de 70 e 80, sendo composto por três grupos diferentes que se sobrepõem e interagem. De acordo com Feraro, o primeiro grupo seria de mulheres que se definem como bruxas feministas e que atuam em um coven ou de forma solitária. O segundo grupo seria composto por mulheres que praticam rituais e grupos de estudo, embora não se considerem pagãs ou wiccas e que o autor descreve como “feministas da Deusa” (FERARO, 2013, p.4). Nesse segundo grupo as feministas entendem “a Deusa” como uma metáfora libertadora ou como um símbolo de suas próprias energias pessoais e políticas, enquanto algumas a vêem como uma força real e independente. Por fim, o terceiro grupo consistiria nas feministas espirituais que mantêm a identidade judaico-cristã e tentam trazer mudanças feministas dentro das tradições judaico-cristãs. O que caracteriza o movimento feminista espiritual, entretanto, é a intenção de restaurar a conexão entre os seres humanos, a natureza e o sagrado feminino.

Para Terrin tal conexão parte do pressuposto de que a história da humanidade espelha a história do indivíduo, havendo o entrelaçamento entre o natural do mundo e o natural da vida. Nesse sentido, o feminino e o materno trazem os próprios traços da natureza.

(...) o imaginário da mãe toma a configuração do imaginário da natureza, de tal modo que cada um de nós interioriza, com seu próprio nascimento, a origem do mundo e a novidade da vida: origem pessoal e nascimento equivalem justamente à aurora do mundo, à primeira manhã dos seres (TERRIN, 1996, p.191).

Essa perspectiva considera indissociável todo processo relacionado ao surgimento e manutenção da vida e entende, portanto, que não se pode dividir o que a natureza jamais dividiu. Nesse sentido não há “desafiaduras histórico-culturais” e não há, por exemplo, a dissociação materno e sexual. De acordo com o autor “a atração, o fascínio da mulher não são elementos de segunda categoria, mas fazem parte do mistério total da vida” (TERRIN, 1996, p.192). Há aqui, portanto, o esforço em prol de um entendimento integrado e de maior aceitação dos diferentes aspectos e fases da mulher que na representação patriarcal, ao contrário, são discriminados como positivos ou negativos e assim exaltados ou suprimidos.

A impressão que se pode ter das representações feministas da divindade é que se trata de reinterpretar imagens a partir de uma nova luz, dando destaque aos símbolos femininos e se distanciando o máximo possível das representações patriarcais das mulheres ao produzir e adotar uma abundância de representações femininas sagradas e capacitadoras. Eller afirma que as imagens da Deusa dão às feministas espirituais o que a feminista espiritual e crítica de arte Elionor chama de "modelo de autonomia fortalecida" (ELLER, 2000, p.27). Nesse sentido, o quase unânime fato de que “a história das religiões e da humanidade passou por uma pré-história, na qual o feminino e o materno dominavam e reinavam com toda a sua força de atração simbólica, sexual, materna” (TERRIN, 1996, p. 192), passou a ser o embasamento das feministas espirituais que entenderam nas representações pré-históricas uma maior conexão com a natureza e, conseqüentemente, maior aceitação e até mesmo adoração do feminino. Segundo Eller as representações inspiradoras para as representações feministas espirituais datam, sobretudo, dos tempos Paleolítico e Neolítico, sendo uma das principais referências “Venus de Willendorf<sup>2</sup>, uma estatureta de quatro polegadas descoberta na Austria no auge do Paleolítico, provavelmente algo entre 27,000 e 21,000 antes de Cristo” (ELLER, 2000, p.25).

## **6. Mary Daly: De feminista reformista para feminista pós-cristã**

Diferentemente da América latina onde o feminismo, enquanto proposta de análise na abordagem sociológica das religiões, não existia, “havia já na Europa, e mais fortemente nos Estados Unidos, uma considerável bibliografia crítica feminista elaborada por teólogas cristãs” (ROSADO, 2001). Aliás, de acordo com Wood, foi durante o final dos anos 1960 que as “mulheres foram finalmente autorizadas a estudar formalmente a teologia” (WOOD, 2013, p.82).

Quando a segunda onda do feminismo foi introduzida no mundo ocidental, nos anos 60 a 70, mulheres teólogas começaram a incorporar sua crescente consciência feminista em sua prática religiosa e em seu trabalho acadêmico (NASON-CLARK, 1998, p.186, citada por ROSADO, 2001).

Nesse sentido, as análises feministas da religião tiveram como ponto de partida justamente a crítica interna realizada por mulheres adeptas e praticantes da fé cristã, tendo como referência, aliás, “o livro de Mary Daly — *The Church and the Second Sex* – escrito em 1968, inspirado, desde o título, pela obra clássica de Simone de Beauvoir” (ROSADO, 2001). Nessa obra, influenciada por mudanças anunciadas pelo Concílio Vaticano II, Daly “faz uma crítica contundente da Igreja Católica, para manifestar, ao final, sua esperança de uma transformação profunda das estruturas eclesiais” (ROSADO, 2001). Entretanto, em 1975, a autora reedita seu livro incluindo uma reintrodução chamada *Feminist Postchristian Introduction — A Critical review of The Church and the Second Sex, written from the perspective of 1975 A.F. (Anno Feminarum)*, expondo assim sua decepção após o Concílio. Antes de tal reintrodução, aliás, em 1972, Daly publica a obra *Beyond God the Father* e, treze anos depois, inclui a reintrodução para este livro na qual enfatiza sua transição de feminista reformista para feminista pós-cristã.

Meu primeiro livro feminista, *A igreja e o Segundo Sexo* também foi um marco na minha jornada. A situação com esse livro, entretanto, é diferente. Como expliquei na introdução feminista pós-cristã à edição de 1975 desse trabalho, durante os anos que se seguiram à sua publicação inicial, mudei do feminismo reformista para a identificação como feminista radical pós-cristã. Portanto, minha reavaliação de *A Igreja e do Segundo Sexo* expressa a minha opinião sobre a Daly anterior como uma gestora jurídica cujo trabalho é uma fonte essencial e com quem eu estou em débito, mas com quem discordo em grande parte. A introdução feminista pós-cristã é um marco na minha jornada feminista radical, e sua publicação junto com o texto original constitui uma ponte importante - um lugar de dupla perspectiva que pode ser útil para as mulheres que estão fazendo esse cruzamento essencial (DALY, 1985, p. 7).

De acordo com Wood (2013, p.104), Mary Daly lecionou no Boston College desde 1966, onde começou atuando como professora assistente. Em 1968, com a publicação de seu livro *A Igreja e o Segundo Sexo* em que criticava a Igreja Católica pela recusa em dar às mulheres direitos iguais, Daly foi demitida pelos administradores do Boston College. “Seus empregadores, que eram jesuítas, alegaram que o livro era perturbador” (WOOD, 2013, p. 104). A faculdade então negou seu mandato e sua associação à instituição. Ela conta, no entanto, que estudantes manifestaram à seu favor, resultando não apenas em seu cargo de volta como também em sua promoção como

professora oficialmente associada. Essa experiência reforçaria a postura radical de Daly diante do cristianismo e marcaria definitivamente sua transição de feminista reformista para feminista radical pós-cristã. Sobre isso, ela disse:

Minha preocupação não estava mais limitada à "igualdade" na igreja ou em qualquer outro lugar. Eu realmente não me importei com uma reforma sem imaginação, mas em vez disso comecei a sonhar com uma nova revolução feminina (DALY, 2006, p. 68 citada por WOOD, 2013, p.104).

De acordo com Wood (2013, p.85) a partir de então, sobretudo nos livros e reintroduções que se seguiram, Daly convocou as mulheres a se afastarem da religião patriarcal. Segundo Ruether (2002, p.9, citada por WOOD, 2013, p.85) o pensamento de Daly transformou-se em uma espiritualidade fora e além do cristianismo.

Um cristão católico pós-moderno, secularizado, gnóstico, nova era/ velha era - ou qualquer que seja a variedade disfarçada de cristão "além do cristão", por acaso estava em voga. Mas - como posso dizer isso com clareza suficiente? - eu estava me tornando diferente de cristã. Eu ainda não havia considerado todas as implicações, mas continuaria nessa direção, como demonstram os capítulos subsequentes e meus livros subsequentes (DALY 1993, p.153, citada por WOOD, 2013, p.114).

De acordo com Berry (2000, p. 20, citada por WOOD, 2013, p.221) o livro *Além de Deus, o Pai* de 1972, entre outras publicações, como o artigo *O salto qualitativo além da religião patriarcal* em 1975, representam a transição definitiva de Daly de feminista reformista para feminista revolucionária. Entretanto, é apenas em seu livro *Gyn/ Ecology* de 1978 que a possibilidade de ser cristã e feminista é radicalmente negada. Apesar do trabalho de Daly, sobretudo em *Além de Deus, o Pai*, representar inspiração para mulheres encontrarem novas maneiras de ser cristã e feminista (SUCHOKI, 1980, p.307, citada por WOOD, 2013, p. 193), "o feminismo e o cristianismo tornaram-se cada vez mais incompatíveis para Daly" (PEARS, 2004, p. 18,19, citada por WOOD, 2013, p. 193).

No que se refere à definição do feminismo pós-cristão, Isherwood e McPhillips afirmam que este surgiu do envolvimento das mulheres na injustiça infligida a elas, sendo uma progressão do feminismo cristão. De acordo com as mesmas autoras, as feministas pós-cristãs são mulheres que, participando da Igreja cristã, passaram a percebê-la como incapaz de fornecer uma humanidade plena para as mulheres. Nesse sentido, "para encontrarem legitimidade religiosa, elas

precisavam se afastar da tradição e da igreja porque a cultura cristã é essencialmente patriarcal” (ISHERWOOD & MCPHILLIPS, 2008, p. 5).

Aliás, assim como Daly, a maioria das teólogas feministas radicais “se enquadra na categoria de feministas pós-cristãs” (CLIFFORD, 2001, p.32, citada por WOOD, 2013, p. 96). Wood, em relação à Daly, afirma:

Ela é sem dúvida uma das feministas mais radicais das décadas passadas e seu slogan “já que Deus é homem, o homem é Deus” implica que, para que as mulheres se tornem liberadas, elas necessitam da emasculação de Deus. A linha de raciocínio de Daly é a de que o cristianismo é uma estrutura masculina com uma escritura irremediavelmente patriarcal. Sua crença é a de que os cristãos estão fixados na pessoa de Jesus, um homem, e que, portanto, as mulheres precisam superar essa idolatria (WOOD, 2013, p. 10, 11).

De acordo com Hilkert “muitas feministas afirmam que a palavra ‘Deus’ está intrinsecamente ligada na imaginação humana a um Deus patriarcal masculino” (HILKERT, 1995, p. 345, citada por WOOD, 2013, p.96), estando este enraizado na cultura patriarcal que suprime representações femininas de Deus. Elas reivindicam, portanto, perspectivas que não sejam misóginas e dicotomizantes em relação à Deus e à mulher, abominando a distância entre os dois. Nesse sentido, segundo Wood, “o feminismo da deusa, como um sistema alternativo de crença, abandona o cristianismo e desafia o domínio patriarcal em sua busca pela transformação social e espiritual” (WOOD, 2013, p 96).

Eu já sugeri que se Deus é macho, então o macho é Deus. O patriarca divino castra as mulheres desde que lhe seja permitido viver na imaginação humana. (...) Aqueles que de uma forma ou de outra objetificam “Deus” como um ser, dessa forma tentam de maneira contraditória imaginar a realidade transcendente como finita. “Deus” então funciona para legitimar o status quo social, econômico e político existente, no qual as mulheres e outros grupos vitimizados são subordinados (DALY, 1985, 19, citada por WOOD, 2013, p. 97).

No que se refere à concepção vigente de Deus, Daly afirma que a “ideia absurda de que Deus é macho permanece na mente de teólogos, pregadores e simples crentes, não sendo inteiramente explícita ou consciente” (DALY, 1975: 180, citada por WOOD, 2013, p. 167). Nesse sentido, a concepção de Deus que prevalece, segundo Daly em seu livro *Além de Deus, o Pai*, seria a de “uma figura masculina despótica e estática” que sustenta um sistema simbólico opressivo (DALY, 1973. p. 13, citada por WOOD, 2013, p.166).

## 7. Percurso metodológico

Com base na perspectiva da Nova História que “não por acaso coincidiu com as transformações das sociedades modernas”, resultando em “mudanças importantes nos conteúdos dos arquivos e na concepção do que é uma fonte” (ALBERTI, 2000, p. 163), a fonte escrita que será aqui abordada não é considerada fonte exclusiva em detrimento de fontes de outra natureza, como acreditava a tradição metódica e positivista.

Os anos 1960, mais especificamente o ano de 1968, marcado por profundas revoluções nas estruturas culturais, com reflexo mundial, como os movimentos estudantis, de negros, gays, feministas e operários, influenciaram uma grande virada historiográfica. Nesse contexto pós 68, a história econômica e social começava a dar lugar às diversas vertentes de uma história antropológica e das mentalidades, centralizada nos temas culturais. É nesse momento que a imagem aparece de modo mais proeminente como fonte em trabalhos de historiadores como Jacques Le Goff, Georges Duby e Jean Delemeau. A partir de então, essa tendência se manteve ascendente. Com a “Nova História Cultural”, deixando de lado as concepções marxistas remanescentes e as concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular, perpetuou-se essa tendência (ROIZ & FONSECA, 2006, p.315, 316).

Ao contrário, a intenção aqui é justamente abordar uma fonte pictórica como ponto de partida – no caso, a pintura *Deus Dando a Luz* de Monica Sjöo - e, conforme afirma Napolitano, “na medida em que a fonte específica demanda e sugere questões e problemas para o historiador responder” (NAPOLITANO, 2005, p.238) confrontá-la com “informações contextuais” localizadas fora dela, nesse caso, no texto de Mary Daly.

A imagem é, para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente que visam seduzir e convencer, e tradutora, a despeito de si mesma, de convenções partilhadas que permitem que ela seja compreendida, recebida, decifrável (NAPOLITANO, 2005, p. 239).

Com isso, entretanto, não se pressupõe a neutralidade e transparência da fonte escrita como se esta falasse por si. Aliás, “tal máxima metódica é rejeitada pelo conceito moderno de documento” (NAPOLITANO, 2005, p. 239). Segundo o autor, independentemente da natureza da fonte, esta é passível de induzir a uma “falsa transparência de ‘conteúdo’” tanto na ilusão de sua objetividade quanto subjetividade absoluta. Nesse sentido é preciso atentar-se para o “caráter representacional das fontes, mesmo as tradicionais fontes escritas” (NAPOLITANO, 2005, p.240).

(...) o historiador tomou consciência que o documento é um monumento dotado de seu próprio sentido, a que não pode recorrer sem precaução. Cumpre então restituí-lo ao contexto, aprender o propósito consciente ou inconsciente mediante o qual foi produzido diante de outros textos e localizar seus modos de transmissão, seu destino, suas sucessivas interpretações (NAPOLITANO, 2005, p. 239).

Portanto, apesar das aproximações possíveis como o fato de que ambas as fontes são opacas na constituição de seus “conteúdos”, ou como o fato de que ambas constituem o mesmo discurso, trata-se de fontes com natureza distinta e, por isso, cada qual exige um tratamento específico que será apresentado a seguir.

### **7.1 Fonte pictórica: Método de Panofsky**

Atualmente, com a ampliação das possibilidades de registro e consequente diversificação das fontes usadas pelos historiadores, a iconografia “é tomada agora como registro histórico realizado por meio de ícones, de imagens pintadas, desenhadas, impressas ou imaginadas e, ainda, esculpidas, (...) gravadas em material fotográfico e cinematográfico” (PAIVA, 2006, p.17 citado por ROCHA, 2017, p.1). Nesse sentido, de acordo com Rocha, “a produção iconográfica, enquanto objeto de pesquisa, (...) permite conhecer a extensão dos contextos socioculturais em que as imagens foram produzidas” (ROCHA, 2017, p.1), uma vez que a imagem é “percebida como artefato que representa aspecto relacionado à cultura de uma época” (ROCHA, 2017, p.1), revelando assim seus valores.

‘Parte do equipamento mental com que um homem organiza sua experiência visual é variável, e grande parte desse equipamento variável é culturalmente relativo, no sentido de ser determinado pela sociedade que influenciou sua experiência’. Por isso, a tarefa do historiador é recuperar a ‘visão do período’: a maneira de ver culturalmente específica (BAXANDALL, citado por GASKELL, 1992, p.260).

Nessa perspectiva atual diante das fontes iconográficas a imagem é compreendida como “uma rica fonte que colabora para o conhecimento e esclarecimento sobre os acontecimentos históricos e culturais” (ROCHA, 2017), entretanto, nesse estudo em questão, mais do que entendida como uma colaboradora em relação ao conhecimento de acontecimentos históricos e culturais e, portanto, como fonte que revela uma ‘visão do período’, a fonte pictórica aqui abordada é considerada tradutora, sobretudo, de uma ‘visão de mundo’ já que constitui um discurso da esfera do religioso/espiritual. Rocha lembra que na análise das imagens “é importante que o pesquisador

perceba os detalhes, suas minúcias, levando em consideração os interesses do produtor (...) enfim, reconheça as suas potencialidades” (ROCHA, 2017).

Assim, enquanto “representações que se produzem nas e sobre as variadas dimensões da vida no tempo e no espaço” (PAIVA, 2006, p.14 citado por ROCHA, 2017, p.1), algumas imagens foram sendo incorporadas ao nosso imaginário ao longo do tempo e, nesse sentido, conservam-se vivas na memória dos sujeitos mesmo que percam alguns de seus atributos originais e adquiram atributos novos, próprios do tempo presente. Cabe ao historiador contemporâneo, portanto, considerar “as representações icônicas e figurativas como pontos centrais de reflexão” (PAIVA, 2006, p. 32, citado por ROCHA, 2017, p.2). Assunto abordado na obra de Eduardo França Paiva, a reflexão em torno de representações da figura feminina ao longo do tempo revela sua associação com o pecado. De acordo com o autor “exatamente por conta dessa associação entre mulher e o pecado é que ela também foi tomada como agente do mal e até mesmo como manifestação humanizada do próprio demônio” (PAIVA, 2006, p. 45, citado por ROCHA, 2017, p.2).

Apesar da possibilidade de reflexão em torno das representações icônicas e figurativas o autor alerta para a impossibilidade de um olhar destituído de sua própria bagagem, uma vez que a cada novo olhar as imagens são ressignificadas, “elas adquirem novos significados a cada nova leitura, a cada nova época, e por isso elas também oferecem novas respostas às novas indagações que são colocadas” (PAIVA, 2006, p.55, citado por ROCHA, 2017, p. 2).

Tendo tais considerações sobre a análise de fontes icônicas em mente foi feita a escolha pelo método de Panofsky. De acordo com Pifano, ao considerar a História da Arte indistinta da História Cultural, “Panofsky propôs, a partir do objeto artístico, reconstruir seu contexto histórico e ‘recriar’ todo o processo de elaboração daquela imagem” (PIFANO, 2010, p.1). Nesse sentido, a identificação de três níveis de significado ou tema é o ponto de partida de Panofsky. Segundo Pifano “as etapas se organizam sucessivamente em descrição, análise e interpretação” (PIFANO, 2010, p.2).

A primeira etapa, que consiste basicamente em descrição, é a pré-iconográfica, onde será abordado o “tema primário ou natural” (PIFANO, 2010, p. 2). Aqui Panofsky argumenta que “mesmo numa descrição elementar da figuração os dados do conteúdo unem-se aos dados formais, não havendo como separá-los”, portanto, o “significado primário é identificado numa fração de segundos, e por ter um significado passível de ser reconhecido já possui um conteúdo” (PIFANO, 2010, p. 2, 3). Segundo a autora “esse universo das formas puras denomina-se mundo dos motivos artísticos” (PIFANO, 2010, p.3) e é justamente a compreensão e exposição desses motivos artísticos que consiste na descrição pré-iconográfica da obra. Nesta etapa Panofsky alerta para o fato de que a identificação dos motivos artísticos é realizada sem grandes esforços. Isso se deve à

“nossa experiência prática, acessível a qualquer pessoa” (PIFANO, 2010, p.3), embora a experiência prática esteja longe de ser infalível e, por isso, Panofsky recorre “ao conhecimento da história do estilo” (PIFANO, 2010, p.3). Nesse sentido, trata-se de “um princípio corretivo da interpretação, apreensível com o simples ‘ver a obra’ e compará-la com outras” (PIFANO, 2010, p.3). Adverte-se aqui, entretanto, para o fato de que uma descrição pré-iconográfica exata demanda a consideração do locus histórico da obra em questão, ou seja, a consideração do que o autor chama de “história dos estilos”, sendo que para tal não necessitamos de outros recursos a não ser o da visão.

A segunda etapa, que consiste basicamente em uma análise, é a etapa iconográfica e abordará o “tema secundário ou convencional” da obra de arte. Nesse caso, a apreensão se dá quando “aos motivos artísticos, é associado um conceito, ou seja, quando se reconhece num motivo artístico um significado determinado por convenção” (PIFANO, 2010, p.3). Essa associação é chamada por Panofsky de “imagens” ou “alegorias” e “estórias” no caso de uma combinação entre imagens. Portanto, a análise iconográfica consiste justamente na interpretação destas que, segundo o autor, dizem “respeito à intenção consciente do artista, apesar das qualidades expressivas da representação nem sempre serem intencionais”. Nesse sentido, a análise iconográfica exige ir além da experiência prática necessária para descrever motivos artísticos, ela requer “o conhecimento de temas específicos ou conceitos adquiridos por fontes literárias ou tradição oral” (PIFANO, 2010, p. 4). Entretanto, assim como uma descrição pré-iconográfica bem feita exige, de acordo com Panofsky, a consideração da história dos estilos, também uma análise iconográfica precisa exigir como instrumento corretivo a consideração da história dos tipos. Esta última é definida pelo autor como “o modo pelo qual, sob diferentes condições históricas, temas específicos ou conceitos eram expressos por objetos e fatos” (PANOFSKY, 1991, p.61, citado por PIFANO, 2010, p. 4).

A terceira etapa, a iconológica, corresponde de fato à “interpretação” da obra de arte, pois consiste na apreensão do seu significado profundo, seu conteúdo. Trata-se, de acordo com Panofsky, da “determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica – qualificados por uma personalidade e condensados numa obra” (PANOFSKY, 1991, p.52). Pifano chama a atenção para o fato de que tais princípios não se revelam apenas na terceira etapa, mas estão presentes desde o início do processo de investigação:

Tais princípios apresentam-se tanto nos “métodos de composição” quanto na “significação iconográfica”, ou seja, nas formas puras, nas imagens, nas estórias e nas alegorias. Através da análise dos métodos de composição e da significação iconográfica

pode-se perceber uma atitude básica do artista determinada pelo seu contexto histórico (PIFANO, 2010, p. 4).

De acordo com a autora, Panofsky concebe “a obra não como produto de uma consciência superior (do artista), mas como uma substancial identidade entre as formas conscientes e as imagens do inconsciente” (PIFANO, 2010, p.5).

## 7.2 Fonte escrita: Análise de Discurso

Assim como a concepção do que é uma fonte sofreu grande reviravolta com as profundas mudanças nas estruturas culturais a partir da década de 1950, também a própria concepção de linguagem foi questionada, derrubando não só a exclusividade da fonte escrita, como também sua suposta transparência e neutralidade.

Se a linguagem, para os historiadores tradicionais, era um veículo neutro das ideias contidas num documento escrito, para os historiadores surgidos a partir dos anos 50, cada vez mais a linguagem deve ser, em si mesma, objeto de reflexão. (NAPOLITANO, 2005, p. 266).

Aliás, mais do que refletir em torno da língua e da gramática, que são constituintes da linguagem, a análise do discurso, como seu próprio nome indica, trata do discurso. Este, por sua vez, compreende a ideia de percurso, de movimento, ou seja, “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2001, p.15). Nesse sentido, segundo Orlandi (2001, p.16), um princípio básico da Análise de Discurso é que ela “não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato”.

(...) mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Levando em conta o ser humano na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer (ORLANDI, 2001, p.16).

A autora aponta que a Análise de Discurso, portanto, trabalha a relação língua- discurso – ideologia e afirma: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” ( PECHEUX, 1975 citado por ORLANDI, 2001, p.17) . Logo, é por meio do discurso que podemos observar a relação entre língua e ideologia, ou seja, “como a língua produz sentido por/ para sujeitos” (ORLANDI, 2001,

p.17). Nesse sentido, enquanto a Análise de Conteúdo busca esclarecer o que um texto quer dizer, como se este fosse transparente, a Análise de Discurso pressupõe sua opacidade e, assim, busca entender como esse texto significa, ou seja, como ele atribui significados.

Para isso a língua não é considerada meramente uma estrutura, mas um acontecimento. Consideram-se forma e conteúdo simultaneamente, como aspectos indissociáveis da linguagem. De acordo com a autora, “reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história” (ORLANDI, 2001, p.19).

(...) no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é feito de sentidos dentre locutores. (ORLANDI, 2001, p.21)

Aliás, a autora alerta ainda para o fato de que o discurso, ao contrário de como comumente o concebemos, não é sinônimo de “fala” e oposto à língua, como se esta fosse um sistema estático, separado e o discurso a realização casual e individual desse sistema. Ao pensarmos em Análise de Discurso devemos entender que “não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2001, p. 21, 22).

Nessa mesma perspectiva integrada, fala-se ainda do conceito de interdiscurso: “todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2001, p.33). Isso significa que existe uma relação entre o que já foi dito e o que se está dizendo, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação, uma vez que esta depende daquela.

A partir da noção de interdiscurso, adentramos a concepção de duas formas de esquecimento no discurso. De acordo com Orlandi há o esquecimento da ordem da enunciação e o esquecimento ideológico. O esquecimento anunciativo consiste no fato de que, “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro”, aqui partimos do princípio que “o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”. Já no esquecimento ideológico “temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes” (ORLANDI, 2001, p. 35).

Nessa concepção discursiva da linguagem consideramos que “todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”. Nos processos parafrásticos “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. Na

polissemia, ao contrário, “o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2001, p. 36).

Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam (ORLANDI, 2001, p.36).

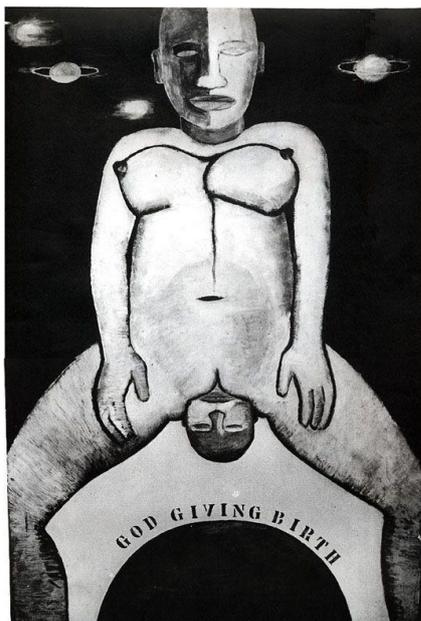
Logo, a Análise de Discurso, com sua perspectiva integral da linguagem, mostrou-se um método apropriado por meio do qual refletir o texto de Mary Daly.

No que se refere ao dispositivo analítico da Análise de Discurso, de acordo com Orlandi, este distingue-se do dispositivo teórico da interpretação, embora incluso neste, no sentido de que “quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica”, ou seja, tudo dependerá da “formulação da questão que desencadeia a análise”, sendo esta responsabilidade do analista (ORLANDI, 2001, p. 27).

## **8. Tratamento e análise das fontes:**

### **8.1 *Deus Dando a Luz, 1968:***

Assim como proposto por Panofsky (1991) a obra foi analisada a partir das três etapas: pré-iconográfica, iconográfica e iconológica que correspondem, respectivamente, à descrição, análise e interpretação.



*Monica Sjöö 1968 (Universal Mother)*

Figura 23 God Giving Birth (1968) de Monica Sjöö.

#### 8.1.1 Descrição pré-iconográfica:

Trata-se de uma mulher nua, parindo. Seios e vagina à mostra, pernas abertas e a cabeça da criança nascendo, o universo ao seu redor. O iconotexto: “God Giving Birth” ou, traduzindo, “Deus Dando a Luz” sobre, provavelmente, o planeta Terra.

#### 8.1.2 Análise iconográfica:

A imagem enfatiza o parto, o ápice da maternidade enquanto processo biológico, uma vez que esta, segundo Badinter, trata-se, na contemporaneidade, de um conceito ambíguo, “remetendo também à uma atividade a longo prazo – a maternagem e a educação - ” (BADINTER, 1985, p.20). Portanto, a imagem em questão, pelo conceito de maternidade que elege para representar, nos remete mais às Vênus paleolíticas, conhecidas pelo ventre grávido, do que às representações de Virgem Maria e menino Jesus, já que representa nudez feminina e o foco não é a criança, que ainda se encontra parcialmente no ventre da mãe. Nesse sentido, enfatiza o processo de dar a luz em si, conhecido como uma experiência intrínseca do corpo biologicamente feminino. Lembrando que, diferente das Vênus paleolíticas, tal representação se dá em um contexto sócio-histórico maior conhecido justamente por ser pudico em relação à nudez, sobretudo feminina, que é entendida como algo a ser escondido, pois faz referência ao sexo, ao estímulo dos desejos sexuais, aspecto relegado à esfera do privado, terreno, inferior, vergonhoso e pornográfico, o extremo oposto do que este mesmo contexto elege como divino,

sagrado e digno de respeito e autoridade: o masculino, o mental e o controle do corpo e suas manifestações diversas.

### **8.1.3 Interpretação iconológica:**

A imagem de fato tem a intenção de nos remeter às Vênus paleolíticas no sentido de que concebe que tais representações femininas eram entendidas como divinas. Assim, o quase unanime fato de que “a história das religiões e da humanidade passou por uma pré-história, na qual o feminino e o materno dominavam e reinavam com toda a sua força de atração simbólica, sexual, materna” (TERRIN, 1996, p. 192), passou a ser o embasamento das feministas espirituais que entendem nas representações pré-históricas uma maior conexão com a natureza e, conseqüentemente, maior aceitação e até mesmo adoração do feminino. Essa perspectiva considera indissociável todo processo relacionado ao surgimento e manutenção da vida e entende, portanto, que não se pode dividir o que a natureza jamais dividiu. Nesse sentido não há “desafiaduras histórico-culturais” e não há, por exemplo, a dissociação materno e sexual. De acordo com o autor “a atração, o fascínio da mulher não são elementos de segunda categoria, mas fazem parte do mistério total da vida” (TERRIN, 1996, p.192). Há aqui, portanto, o esforço em prol de um entendimento integrado e de maior aceitação dos diferentes aspectos e fases da mulher que na representação patriarcal, ao contrário, são discriminados como positivos ou negativos e assim exaltados ou suprimidos conforme conveniência. Aliás, mais do que uma reivindicação em prol de uma reintegração de aspectos dicotomizados do feminino, a representação em questão reivindica o status de divino e sagrado para o que se entende como feminino, terreno e profano, desafiando, na verdade, todas as dicotomias propagadas no contexto sócio-histórico maior. Portanto, segundo Ferraro, as feministas espirituais criticam “a distância transcendental de Deus-Pai em relação à mulher e o dualismo da matéria versus espírito inerente às religiões abraâmicas” (FERARO, 2013, p.9, 10,11), isso se deve, de acordo com Paiva, “ao despertar de um novo tipo de consciência – um novo tipo de visão de mundo que tem denunciado a hipervalorização do dinamismo patriarcal” (PAIVA, 1989, p. 76), é o que Terrin (1996), por sua vez, entende como a Nova Era, um produto do pós moderno que traz consigo a exaltação de uma concepção de mundo antigo “onde sagrado e profano se sobrepunham e onde dominava uma participação mística com a natureza” (TERRIN, 1996, p. 15).

## **8.2 De Deus, o pai para Deus, o verbo e além:**

Aqui, como proposto por Orlandi (2001), o dispositivo analítico se constituiu norteado pelo objetivo proposto por este estudo: obter um vislumbre da concepção de deus e seus desdobramentos no discurso feminista espiritual. Conceção esta que aparece primeiramente na fonte pictórica *Deus Dando a Luz* de Monica Sjo, demandando e sugerindo uma investigação aprofundada. Portanto, reiterando, foi analisado o primeiro parágrafo do livro *Além de Deus, o Pai*, da autora Mary Daly, mais especificamente do tópico *De Deus, o pai, para Deus, o verbo e além*. Desse modo, sem querer esgotar o discurso e, considerando o sujeito, sua história, a ideologia e o contexto social em que se encontra, buscou-se os prováveis sentidos que o discurso assume ou pode assumir. Conforme foi explicitado anteriormente, o método de análise contemplou a escola francesa de Análise do Discurso, cujos procedimentos, consoante Orlandi (2001), são os seguintes:

- a. Através de paráfrases e metáforas mostrar os prováveis e até “improváveis” efeitos de sentidos do discurso (matéria prima do analista). E ainda no que se refere principalmente à pluralidade, várias possibilidades de leituras que um discurso pode assumir ou não;
- b. Através da compreensão e do entendimento das relações de inserção e de interação estabelecidas do sujeito com o contexto sócio-histórico-ideológico, ou seja, a história de cada sujeito, o papel que desempenha na sociedade, a posição social e a ideologia que permeia as relações humanas, influenciando os sujeitos a tomarem certas atitudes e não outras.

Portanto, diante do exposto, o parágrafo que analisaremos é o seguinte:

Este livro assume a tarefa de destituir (de-reifying) "Deus", isto é, de mudar a concepção / percepção de deus do "ser supremo" ("the supreme being") para o Ser (Be-ing). A nomeação de Be-ing como Verbo - como verbo intransitivo que não exige um "objeto" - expressa uma Outra maneira de entender a realidade final / íntima (ultimate/intimate). As experiências de muitas feministas continuam a confirmar a intuição original de que Nomear Be-ing como Verbo é um salto essencial na jornada cognitiva / afetiva (cognitive/affective) além das fixações patriarcais (DALY, 1973, p.17).

Objetivando atender ao dispositivo teórico e analítico proposto pela Análise de Discurso de forma efetiva, o parágrafo acima será dividido em frases. Assim, por meio da paráfrase e da metáfora, tentaremos mostrar alguns dos prováveis efeitos de sentidos que a frase apresenta. Restamos, portanto, partir para a análise propriamente dita:

“Este livro assume a tarefa de destituir (de-reifying) ‘Deus’, isto é, de mudar a concepção / percepção de deus do ‘ser supremo’ (the supreme being) para o Ser (Be-ing)” (DALY, 1973, p.17).

Nesta frase inicial, mas não apenas nela, é importante notar que a autora utiliza a figura de linguagem paranomásia, caracterizada pela utilização de palavras parônimas, ou seja, palavras em que “os significantes apresentam imagens acústicas semelhantes e podem ter seus significados aproximados” (DOS SANTOS, 2012, p.3), embora sejam diferentes. Portanto, apesar de a palavra empregada nessa tradução ser “destituir” com sentido de “desapossar; retirar a posse de”, no texto original em inglês a autora emprega a paranomásia “de-reifying” que sugere tanto o verbo “deify”, significando “exaltar para a condição de deus ou personificar como um deus; conceder honra divina ou adoração a; exaltar de maneira extrema, idealizar” (DEIFY, 2011, tradução nossa), quanto sugere o verbo “reify” que por sua vez significa “considerar ou tratar (uma abstração) como se tivesse existência concreta ou material” (REIFY, 2011, tradução nossa). Somada a essas considerações, o uso do prefixo “de-” no verbo “reify”, fazendo alusão ao verbo “deify”, sugere “remoção de ou de algo específico; reversão de algo;” (DE-, 2011, tradução nossa), assim, metaforicamente, reverter, remover ou destituir “Deus” significa, na verdade, questionar uma concepção vigente de deus, o que, na oração explicativa que se segue, a autora afirma se tratar de mudar a abstração convencional que é assimilada. Ainda na mesma oração, para se referir à concepção de deus que se pretende enfatizar no lugar da convencional, Daly sobrepõe o substantivo “being” que significa “o estado ou qualidade de existência; a totalidade de todas as coisas que existem; uma pessoa; uma forma individual de vida; um organismo; uma criatura imaginária, conjectural ou sobrenatural;” (BEING, 2018) e o verbo “be” que, por sua vez, significa:

Existir na realidade; ocupar uma posição específica; permanecer em um certo estado ou situação; acontecer; ocorrer; ir ou vir; ter um significado específico; pertencer a uma classe ou grupo específico; ter ou mostrar uma qualidade ou característica específica; parecer consistir ou ser feito de (BE, 2018).

Tal sobreposição de palavras, principalmente, neste caso, de um substantivo e um verbo cujos significados se aproximam, diferindo entre si apenas porque o primeiro resume a ideia, como o próprio nome da classe gramatical indica, de substância, essência fixa e o segundo, por sua vez, de ação, movimento e mudança, sugere a intenção da autora de fazer convergir ambos significados, sendo que intencionalmente o verbo se sobrepõe em relação ao substantivo, e, assim, fazendo uso da metáfora, podemos dizer que conceber “deus do ‘ser supremo’ (the supreme being) para o Ser (Be-ing)” (DALY, 1973) , significa, na verdade, conceber a abstração supostamente fixa de deus

não apenas como passível de transformação, mas esta como uma qualidade inerente. Assim, partimos para a próxima frase, em que a autora afirma:

“A nomeação de Ser (Be-ing) como Verbo - como verbo intransitivo que não exige um ‘objeto’ - expressa uma outra maneira de entender a realidade final / íntima (ultimate/intimate)” (DALY, 1973, p.17).

Aqui, Daly argumenta a favor desta nova abstração do divino enquanto verbo, mais especificamente verbo intransitivo que não necessita de objeto, palavra esta que a autora destacou com aspas, sugerindo um sentido mais amplo que aquele gramatical.

**Verbos intransitivos** são verbos com significado completo, não sendo necessária a junção de objeto direto e objeto indireto para complementar o seu sentido. Referem-se a ações que iniciam e terminam no próprio sujeito, não transitando para um objeto (INTRANSITIVO, 2018).

Assim, metaforicamente, quer dizer que esta nova abstração do divino não apenas é verbo no sentido de que tem o movimento, a transformação como qualidades inerentes, mas também é verbo intransitivo no sentido de que significa por si mesma, sem a necessidade de “uma entidade material específica, individual, especialmente uma que não esteja viva ou não seja senciente” (OBJECT, 2018). Ainda nesta mesma frase, Daly afirma que tal abstração representa uma forma divergente de entender a realidade última/ íntima. Nesse sentido a autora faz novamente uso da paronomásia, relacionando dessa vez “ultimate” que significa “o último em uma série, processo ou progressão; fundamental; elemental: uma verdade suprema; maior tamanho ou significância possível; máximo, extremo” (ULTIMATE, 2018) e “intimate”:

Caracterizado por um conhecimento pessoal próximo ou familiaridade; relativa ou indicativa de natureza mais profunda; essencial; mais íntima; marcado pela informalidade e privacidade; muito pessoal; privado; de ou envolvido em um relacionamento sexual; um amigo íntimo ou confidente (INTIMATE, 2018).

Mais uma vez compreendendo metaforicamente, podemos dizer que tal concepção do divino proposta pela autora permitirá um entendimento diferente da realidade que nos é, ao mesmo tempo, primordial e própria, ou seja, a realidade básica que se encontra no íntimo de cada um. Dito isto partimos para a última frase:

“As experiências de muitas feministas continuam a confirmar a intuição original de que Nomear Be-ing como Verbo é um salto essencial na jornada cognitiva / afetiva (cognitive/ affective) além das fixações patriarcais” (DALY, 1973, p.17).

Por fim, podemos parafrasear a autora que, novamente através de metáfora, afirma que a concepção do divino como movimento e transformação que não necessita estar associada à uma entidade material específica é uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento integral do indivíduo, que engloba tanto o cognitivo: “pertencente à cognição; ou pertencente aos processos mentais de percepção, memória, julgamento e raciocínio, em contraste com os processos emocionais e volitivos” (COGNITIVE, 2018), quanto o afetivo: “influenciado por ou resultante das emoções; preocupado ou despertando sentimentos ou emoções; emocional” (AFFECTIVE, 2018), transcendendo, portanto, padrões limitantes impostos pela sociedade patriarcal.

Já no que tange às condições de produção do parágrafo selecionado e que nos permite uma análise mais abrangente e integrada, podemos dizer que o discurso foi produzido por uma filósofa e teóloga americana no auge de sua transição de identificação como uma feminista reformista para uma feminista radical pós-cristã. Também podemos considerar que o discurso foi escrito (e não oralizado) e constitui uma de suas obras mais influentes, um marco em sua trajetória enquanto filósofa e teóloga feminista, afinal, como afirma Pears, “a crítica de Daly e a rejeição da religião tradicional ainda são, para muitos, o rosto do desafio feminista ao cristianismo”. Além disso, é importante considerar que tal discurso se dá em um contexto sócio histórico de profundas revoluções nas estruturas culturais que refletem em diferentes aspectos da vida em sociedade (PEARS, 2002, p. 9, citada por WOOD, 2013, p. 114).

## 9. Considerações finais

A composição da obra *Deus dando a luz*, de Monica Sjöo, revela a obstinação da artista em desafiar o sistema simbólico vigente no qual os processos biológicos e a sexualidade, sobretudo feminina, não se misturam com o que se entende por Deus. Na interpretação iconológica feita a respeito da obra constata-se que o princípio subjacente que norteia a artista consiste na crença do feminino com status equivalente em relação à Deus, abstração até então comumente materializada em uma entidade masculina transcendente que se difere também do que é corporal e terreno. Nesse sentido, a obra é capaz de condensar em sua composição a reivindicação de reintegração diante de todas as dicotomias propagadas no contexto sócio-histórico maior. Mais tarde, da mesma forma obstinada em relação a desafiar o sistema simbólico vigente, Mary Daly em seu livro *Além de Deus, o pai*, coloca em pauta necessária a concepção de Deus, mas sua reflexão transcende qualquer materialização baseada em gênero, propondo, portanto, uma concepção sem gênero que desafia a

classe gramatical da palavra “Be-ing”, um substantivo, sugerindo que este deve ser entendido como verbo ao concebermos Deus, conferindo-lhe a conotação de movimento e transformação constantes, o oposto do que seria uma figura estática, sobretudo masculina e despótica. Sua reivindicação, influenciada pelo existencialismo, era um conceito sem gênero do divino que possibilitaria um “devir humano” (Daly, 1973, p.13).

Enquanto Sjoo, uma militante e artista autodidata, colocou em prática a revolução feminina por meio da arte, Daly, uma filósofa e teóloga, fez das palavras o veículo de tal revolução. De acordo com Wood, Daly entendia que a revolução feminina está relacionada à “participação no Ser como um movimento ontológico” (Daly 1993, p. 159, citada por Wood, 2013, p. 131). Podemos dizer que ambas, Sjoo e Daly, direcionam o uso da linguagem, seja esta visual ou textual, para a desconstrução e reconstrução do discurso, explorando a polissemia dentro de um sistema simbólico que se pensava estático e infértil. Não é surpresa a censura de ambas as obras com suas propostas criativas e subversivas dentro de um contexto maior em que prevalece uma concepção engessada de divino e espiritualidade.

A diferença entre a proposta de Sjoo e a de Daly, mais do que a natureza do meio através do qual promovem uma revolução espiritual feminista, está na forma como cada uma concebe o divino. Sjoo o representa através de uma figura feminina específica, Daly, através do verbo destituído de gênero. No primeiro caso Deus tem corpo, aliás, corpo de mulher, já no segundo permanece uma abstração, entretanto, uma abstração que lhe confere conotação completamente diversa da original. De forma geral, ambas as propostas consistem na confrontação do conceito vigente de divino com o que se entende por seu oposto. Diante do exposto e considerando as datas das obras podemos pensar em uma progressão da concepção de divino dentro do discurso feminista espiritual em que em um primeiro momento Deus é concebido enquanto Deusa e em seguida é uma abstração destituída de gênero, abarcando uma concepção mais ampla e abstrata que transcende representações. Entretanto, esta é apenas uma perspectiva diante de tal discurso. Outra perspectiva a se considerar é aquela que se atenta para a existência de subgrupos com discursos diferenciados dentro do próprio discurso feminista espiritual, como o discurso feminista pós-cristão no qual se inclui Mary Daly e o discurso das feministas da Deusa, como se autointitula Monica Sjoo. Nesse sentido, podemos considerar as distintas concepções do divino não necessariamente como uma progressão, mas como representantes de tipos diferentes de discurso feminista espiritual, cujas aproximações e diferenças podem ser objeto de estudo para novas investigações.

No que se refere ao alcance das obras e das respectivas concepções de divino que propõem com a intenção de uma revolução espiritual feminista, podemos afirmar que, assim como alerta

Eller, mesmo que as feministas espirituais estejam a cargo de uma mudança radical e estejam de fato tentando trazê-la, as representações da Deusa que empreendem acontecem em um contexto cultural em que a maior parte das pessoas foi educada para aceitar a invisibilidade ou quase invisibilidade de Deus e considerá-la justamente como sinal de sua força divina, ao mesmo tempo em que associam a representação iconográfica, sobretudo de mulheres, com santos e divindades considerados inferiores na hierarquia. (Eller, 2000, p. 43). Da mesma forma, de acordo com Morey-Gains, embora a ideia de Deus enquanto verbo, suscitando a noção de processo, crescimento e movimento, seja um passo considerável, sua metáfora não é um veículo popular, ou seja, “a ideia não é suficientemente próxima para ser significativa” (Morey-Gains 1982, p. 345, citado por Wood, 2013, p.211). Entretanto, o que estas obras alcançaram é a inegável capacidade de incitar em nós reflexão sobre o que concebemos como Deus e quais as implicações psicossociais dessa concepção. A inquietação diante do estático e opressivo sistema simbólico patriarcal, bem como a criatividade e ousadia na busca da transformação é definitivamente a marca registrada do discurso feminista espiritual. Em relação à obra de Daly, resta dizer que:

Ao desafiar os significados patriarcais as estratégias de Daly desafiam a cegueira de gênero da lógica e da retórica tradicionais, explicitando a crença de Daly no jogo da linguagem: romper os significados do primeiro plano é uma possibilidade vinculada ao contexto, não simplesmente um desejo utópico. Embora Daly reconheça as limitações de tal jogo para transformar o social, seu giro selvagem e perspicaz é um esforço mortalmente sério e revolucionário, pois possui o potencial de transformar o eu (Ratcliffe, 2016, p. 74).

## 10. Bibliografia

- AFFECTIVE. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em < <https://www.thefreedictionary.com/affective> >. Acesso em 03 jun 2018.
- ALBERTI, Verena et al. Histórias dentro da História. **Fontes Históricas. São Paulo: Contexto**, v. 2, p. 155-202, 2005.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Brasiliense, 1981.
- BADINTER, Elizabeth. O amor incerto: história do amor maternal do século XVII ao século XX. **Lisboa: Relógio D'Água**, 1985.
- BE. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. Disponível em < <https://www.thefreedictionary.com/object> >. Acesso em 03 jun 2018

- BEING. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em <<https://www.thefreedictionary.com/being>>. Acesso em 03 jun 2018.
- COGNITIVE. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em <<https://www.thefreedictionary.com/cognitive>>. Acesso em 03 jun 2018.
- DE-. Dictionary. Disponível em: <<http://www.dictionary.com/browse/de->>. Acesso em 03 jun 2018.
- DEIFY. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em <<https://www.thefreedictionary.com/deify>>. Acesso em 03 jun 2018.
- DESTITUIR. **Dicio: Dicionário Online de Português**. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/destituir/>>. Acesso em 03 jun 2018
- DALY, Mary. **Beyond God the Father: Toward a Philosophy of Women's Liberation**. Beacon, 1973. 225p.
- ELLER, Cynthia. **Divine objectification: The representation of goddesses and women in feminist spirituality**. *Journal of Feminist Studies in Religion*, 2000a, 16.1: 23-44.
- ERICKSON, Victoria Lee. Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião. **São Paulo: Paulinas**, 1996.
- FERARO, Shai. 'God Giving Birth'—Connecting British Wicca with Radical Feminism and Goddess Spirituality during the 1970s-1980s: A Case Study of Monica Sjöö. **Pomegranate: The International Journal of Pagan Studies**, v. 15, n. 1–2, p. 31, 2013.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GASKELL, Ivan et al. História das imagens. **A escrita da história**, p. 236-271, 1992.
- INTIMATE. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em <<https://www.thefreedictionary.com/intimate>>. Acesso em 03 jun 2018.
- INTRANSITIVO. Conjugação de verbos em português. Disponível em: <https://www.conjugacao.com.br/verbos-intransitivos/>. Acesso em 03 jun 2018.
- NAPOLITANO, Marcos et al. A história depois do papel. **Fontes Históricas. São Paulo: Contexto**, p. 235-289, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. *Revista Temáticas, Pós-Graduação em Sociologia, UNICAMP, Campinas*, (37/38), 25-56, 2011.
- OBJECT. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em <<https://www.thefreedictionary.com/object>>. Acesso em 03 jun 2018.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (2001). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3ed. Campinas: Pontes.

- PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: uma Introdução ao Estudo do Renascimento. \_\_\_\_\_. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, p. 50, 1991.
- PIFANO, Raquel Quinet. História da arte como história das imagens: a iconologia de Erwin Panofsky. **Revista de História e Estudos Culturais, Online**, v. 7, 2010.
- RAGO, Margareth. **Da insubmissão feminista na atualidade, 2016**. In: **Café Filosófico CPFL**. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=gh67t3a9Mjs&t=193s> >. Acesso em: 10 de Julho de 2018. 22:10:03.
- RATCLIFFE, Krista. **Anglo-American Feminist Challenges to the Rhetorical Traditions: Virginia Woolf, Mary Daly, Adrienne Rich**. SIU Press, 2016.
- RECKITT, H., & PHELAN, P. Art and feminism. Phaidon Press, 2001.
- REIFY. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em < <https://www.thefreedictionary.com/reify> >. Acesso em 03 jun 2018
- ROCHA, Marinalva Aguiar Texeira. História e Imagens, de Eduardo França Paiva: interface com a Nova História Cultural. **REVISTA DE LETRAS-JUÇARA**, v. 1, n. 1, 2017.
- ROSADO, Maria José. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **cadernos pagu**, n. 16, p. 79-96, 2001.
- SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida feminismo e ciências sociais**. Unesp, 2004.
- SJOO, Monica. New age and patriarchy. *Religion Today*, 9(3), 22-28, 1994.
- ULTIMATE. *American Heritage® Dictionary of the English Language, Fifth Edition*. 2011. Disponível em < <https://www.thefreedictionary.com/ultimate> >. Acesso em 03 jun 2018.
- TERRIN, Aldo Natale. **Nova Era-A religiosidade do pós-moderno**. Edicoes Loyola, 1996.
- WOOD, Johanna Martina. **Patriarchy, feminism and Mary Daly: A systematic-theological enquiry into Daly's engagement with gender issues in Christian theology**. (Doutorado em Teologia) University of South Africa, Pretoria, 2013.
- VIERO, Gloria Josefina. **Inculturação da fé no contexto do feminismo**. 205 f. Tese (Doutorado em Teologia) – PUC, Rio de Janeiro, 2005.

# **TERRA DO XUPA-KABRA: POBREZA E FOME NO BRASIL PELAS CANÇÕES DA BANDA MUKEKA DI RATO**

**NELSON AUGUSTO VIEIRA MINEIRO, MARILU DOS SANTOS CARDOSO**

Universidade do Vale do Sapucaí

nelsonavieiram@hotmail.com

Compreender o passado através dos vestígios produzidos pelos diversos sujeitos sociais que são parte da História não é uma tarefa simples, mas a partir da década de 1960, a possibilidade de uso de novas fontes e metodologias trouxe novos horizontes para a pesquisa histórica. A cultura passou a ser campo de debate crucial para esta tarefa e entendemos esse conceito como toda a forma de produção e organização do homem em sua vida social. Como diz a filósofa Marilena Chauí, após os novos debates a respeito desse tema, cultura passa a significar:

[...] produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. (CHAUÍ, 2008, p. 56)

Dessa forma, os diferentes modos de vida dos mais distintos grupos humanos são percebidos como culturas diferentes, pois estes possuem modos próprios de falar, ler, escrever, organizar suas casas, criar suas leis, expressar seus sentimentos, velar seus entes queridos, etc. Através desse conceito da filósofa, o entendimento da cultura foge do senso comum, onde cultura frequentemente tem o mesmo sentido de saber erudito ou até mesmo de conhecimento acadêmico. Também tomamos o cuidado de não pensarmos a cultura como algo sólido, estático, pois a mesma sofre diversas transformações. Pensando a questão da cultura popular, Stuart Hall analisa alguns significados do conceito e tenta salientar os diversos movimentos que a mesma sofre ao longo do tempo, se transformando continuamente, sendo ela o “terreno sob o qual as transformações são operadas” (2003, p. 249). O autor orienta que os estudos da cultura popular devem tomar cuidado para não categorizarem os elementos culturais de determinado povo apenas como um conjunto de

coisas que esse povo faz ou deixa de fazer, pois isso se torna altamente descritivo e engessa o termo. Além disso, existe a dificuldade em separar o que é do povo e o que não é (o que seria da elite). De tempos em tempos, coisas que são ditas populares são assimiladas pela elite e vice-versa, o que reforça o dinamismo das diversas formas culturais.

Outro cuidado ainda é o de não pensar no sentido puramente comercial, tendo a cultura como algo que é consumido/comprado/adquirido pelas massas através da imposição da industrial cultural da elite capitalista. A cultura não surge de maneira autônoma, isolada das relações sociais, porém não está totalmente subordinada ao processo de dominação de classes imposto pelo capitalismo. É justamente nesse conflito constante entre classes, onde dominação e resistência contribuem para que os aspectos culturais estejam sempre em mudança, que a cultura popular se encontra. Ainda de acordo com o autor:

Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas. (HALL, 2003, p. 255)

Assim, o autor prefere optar por um olhar que define como essencial “as relações que colocam ‘cultura popular’ em uma tensão contínua (de relacionamento, influência, antagonismo) com a cultura dominante” (p. 257), estabelecendo um processo dialético, onde todas as formas culturais seriam compostas de “elementos antagônicos e instáveis” (p. 258).

Sob esse novo olhar, vários caminhos e possibilidades se abrem para a pesquisa, pois a produção cultural humana é amplamente vasta nos mais distintos momentos históricos. Assim, também consideramos a música como parte do processo de formação cultural de uma sociedade e elemento chave para a compreensão da mesma. Presente nos momentos mais íntimos, e também nos mais corriqueiros, nas celebrações religiosas, nas festividades e nos momentos de luto, a música muitas vezes serve também como veículo de ideias, visões de mundo, dilemas e utopias sociais. Para Marcos Napolitano (2002, p. 8) “além de ser veículo para uma boa ideia, a canção (e a música popular como um todo) também ajuda a pensar a sociedade e a história. A música não é apenas ‘boa para ouvir’, mas também é ‘boa para pensar’”.

Tendo surgido no início dos anos de 1980, na chamada “segunda onda” do *punk*, o *hardcore punk* destaca-se entre os subgêneros do movimento por seu alcance em diversos países, pela grande quantidade de bandas e discos lançados, todas mantendo certas características em comum. Bandas desse estilo musical geralmente são conhecidas por suas letras críticas e politizadas. A intenção

geral do *hardcore* é musicalizar um protesto, uma postura de enfrentamento da sociedade em geral, por isso, há uma preocupação com a mensagem a ser propagada nas canções. Porém, não é somente através de suas letras de canções que as bandas exercem seu papel político dentro da sociedade. Como nos mostra Paranhos,

[...] uma apresentação/gravação de caráter instrumental não se acha isenta de sentido político-ideológico. Afinal, para nos fixarmos em exemplos que dizem respeito às “lutas de representações” (CHARTIER, 1990: 17) travadas no Brasil entre o que seria “autenticamente nacional”, de um lado, e “tipicamente antinacional”, de outro, não foram censuradas criações de Pixinguinha (na década de 1920, acusado de incorporar acordes jazzísticos), de Custódio Mesquita (visto como “americanizado” por compor fox-trotes “made in Brazil”) e muitos outros mais? Sem falar, é claro, do rebuliço provocado nas hostes nacionalistas (ou “tradinacionalistas”, segundo CAMPOS, 1986: 160) pela estridência das guitarras utilizadas em performances tropicalistas. Logo se vê que, no caso dos arranjos trazidos a público pela usina sonora comandada por Rogério Duprat e outros pais da Tropicália, um discurso instrumental, nu de palavras, estava, naquele contexto, carregado de sentido político e ideológico: na relação de forças que se instalava e estalava, duas concepções de mundo se confrontavam: uma, qual caramujo, fechada sobre si mesma, se entrincheirava no *front* nacionalista; outra, escancarava as janelas para o mundo e deixava o sol e o ar entrar para oxigenar a produção musical brasileira, ciosa da importância de aprofundar o diálogo com o cenário cultural internacional. (PARANHOS, 2009, p. 3-4)

Na fala de Paranhos, podemos notar que até mesmo a música sem letra pode sim possuir uma “mensagem”. O embate entre nacionalismo *versus* inovação foi o combustível de disputas políticas na música brasileira, chegando até mesmo ao ponto de, na década de 1960, presenciarmos artistas da MPB se reunindo em uma marcha que ficou conhecida como “a marcha contra a guitarra elétrica” (algo que hoje parece ser impossível de ter ocorrido, mas que no seu devido tempo histórico encontra algum sentido). A incorporação de elementos estrangeiros na produção musical nacional seria parte do contexto que conferia aos novos ritmos e elementos da Tropicália forte sentido político e não apenas instrumental ou estético. No caso do *hardcore punk*, a performance das apresentações (sempre carregadas de energia, com postura rebelde e em contato direto com o público) e a composição instrumental das canções, tocados de maneira rápida, alta, com poucos acordes, guitarras e contrabaixos com muita distorção e vocais gritados e roucos, evidenciam um enfrentamento à música tida como convencional, que normalmente é dotada de preocupação com a estética musical, visando ser agradável ao ouvinte. O produto dessas escolhas é um tipo de música

que não agrada ao grande público (mesmo que muitas vezes nem tenha essa intenção) e coloca o *hardcore* em posição de marginalidade.

José Miguel Wisnik analisa a questão política presente na música ao discutir a separação criada pela classe dominante. A música boa, aquela que se apresenta de maneira harmoniosa, estaria em oposição à música ruim, aquela ruidosa, degradante, ausente de harmonia. O autor estabelece um paralelo entre a harmonia musical e a harmonia social, tendo em vista a intenção da classe dominante em construir uma sociedade onde os conflitos e tensões estejam resolvidas. Segundo o autor:

Do ponto de vista dominante, a contestação e a diferença aparecem como “ruídos”, como cacófatos sociais, como dissonâncias a serem recuperadas segundo um código ideológico do qual muitas vezes a música oficial figura como sendo a demonstração “natural” (WISNIK, 2003, p. 200).

Assim, tudo aquilo que sai do padrão, do comum, tudo aquilo de se diferencia do que é imposto pelas classes dominantes seria considerado um ruído e por isso é deixado de lado, excluído e marginalizado. Ao produzir músicas com as características do *hardcore*, as bandas assumem uma postura de rompimento com a estrutura social vigente, quebrando o que o autor aponta como unidade social ou ausência de conflito. Por outro ponto de vista, o estilo é feito para não se adequar as normas radiofônicas e televisivas, sendo uma forma de criticar a apropriação que as grandes corporações fazem dos artistas, transformando a música em produto com fim unicamente comercial. Produzido por sujeitos comuns, que estão inseridos na sociedade e vivenciam seus problemas, o *hardcore* não está descolado da realidade, mas é um produto da mesma. As críticas e protestos presentes nas letras das canções surgem a partir de situações reais, vividas ou observadas pelos integrantes das bandas.

O conjunto *Mukeka di Rato* surge na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo, no ano de 1995, formado pelos então adolescentes Fábio Mazine (baixista), Sandro Juliati (vocalista), Fábio Brek (baterista) e Dudu (guitarrista), sendo que este último participa apenas dos primeiros momentos da banda e acaba dando lugar a Christian Paulista, completando assim a formação oficial do grupo. Ao longo de sua carreira, a banda passou por duas outras alterações nos vocais. No ano de 2001 o vocalista Sandro deixou a banda, sendo substituído por “Bebê”, um ajudante do grupo que gravava alguns vocais de apoio. Em 2007, Bebê sai da banda e Sandro retorna, mantendo a posição até os dias atuais. A grafia do nome, escrita com a letra K, vem das influências musicais do grupo, as quais a banda tentou homenagear. Em entrevista ao blog *Subpunk*, Fábio Mazine (2009)

deixa explícitas algumas dessas influências, bandas de *hardcore* como *Kaaos*, *Tervet Kadet* e *Dead Kennedys*. A escolha do nome será debatida mais adiante neste artigo.

Para este trabalho buscaremos analisar as maneiras como a banda compreende a questão da pobreza e da fome no Brasil, as possíveis causas apontadas e os possíveis caminhos indicados para solução do problema. Para tanto, analisaremos duas canções produzidas pelo conjunto, *Pasqualin na Terra do Xupa-Kabra* e *Mukeka di Rato*, ambas produzidas na década de 1990. A canção *Pasqualin na Terra do Xupa-Kabra* foi lançada no disco *Gaiola*, em 1999. Apesar de sair apenas no segundo disco da banda, a faixa foi composta anteriormente e estaria no projeto original do primeiro disco, sendo justamente ela que nomeia a obra. Além do mais, a capa desse primeiro disco da banda também se relaciona com a composição, como vemos a seguir:



Imagem 1 – Capa do disco *Pasqualin na Terra do Xupa-Kabra*, 1997. Imagem do acervo pessoal do autor.

A capa é formada pela oposição de dois elementos principais: de um lado a figura do palhaço Pasqualin, de outro, um edifício com a fachada semelhante a de um prédio público, com dois homens vestidos de terno na frente. É interessante notar que ao colocar o palhaço mais próximo do observador, a banda tenta aproximar os dois sujeitos, numa busca de identificação. No

caso dos sujeitos de terno ao fundo, a sensação é de distanciamento, de oposição desses personagens em relação à realidade de quem observa a capa. Essa intenção da banda se mostra mais clara ao lermos parte dos agradecimentos do encarte do disco, onde o palhaço Pasqualin é apresentado:

Agradecimento especial a Edvaldo Silva, O Palhaço Pasqualin, por ter nos cedido sua foto de trabalho para usarmos como capa do CD, mais um brasileiro lutando contra criaturas que querem sugar o nosso sangue!!! (MUKEKA DI RATO, 1997)

A afirmação de que Pasqualin luta contra *criaturas que querem sugar nosso sangue* faz referência ao mito popular do Chupa Cabra, conto muito difundido na década de 1990 sobre um monstro ou fera selvagem que ataca animais em fazendas para sugar seu sangue. Assim, se estabelece uma relação entre a figura do Chupa Cabra e a dos dois homens de terno, que representam uma ameaça ao trabalhador brasileiro, encarnado na figura pelo Palhaço Pasqualin. Outro ponto importante a se destacar é o fato de que a capa é inteira em preto e branco, enquanto o único elemento colorido é o nariz vermelho do palhaço. Se pensarmos que historicamente a cor vermelha tem sido utilizada pelos movimentos operários e trabalhistas em suas bandeiras de luta, a representação do trabalhador na figura do Palhaço Pasqualin se estabelece de forma mais concreta. Para compreendermos melhor os aspectos desse embate entre classes que a *Mukeka di Rato* nos leva a pensar, é importante discutirmos, mesmo que de maneira sucinta, os caminhos que a política econômica no Brasil percorreu nas últimas duas décadas.

No ano de 2017, em meio à crise política e econômica que perdura no Brasil desde meados de 2014 e o posterior golpe concluído em 2016, um dentre os vários retrocessos vividos pelo país se tornou destaque na imprensa: após três anos o país corria sérios riscos de voltar ao mapa da fome da ONU (COSTA, 2017). Estar nesse mapa significa possuir mais de 5% da população de um país sem se alimentar direito, em situação de extrema pobreza. Dentre os motivos que contribuíram para esse quadro estão o crescimento do desemprego, o congelamento de gastos públicos e o corte de benefícios sociais para famílias de baixa renda.

Pensando na questão política da pobreza, a democracia brasileira ainda é jovem, se considerarmos que a abertura política, após 21 anos de ditadura civil militar, se deu apenas em 1985. De lá pra cá, a desigualdade social e a pobreza sempre foram problemas insistentes para os governos. A década de 1990, marcada pela queda da URSS, pelas mudanças tecnológicas como a popularização dos computadores e da internet e o fenômeno da globalização, colocou a economia brasileira bastante dependente do mercado internacional. A aposta recorrente em políticas

neoliberais não foi capaz de resolver o problema da fome, aliás, escancarou mais ainda a desigualdade entre classes e o compromisso dos grupos do poder com o mercado financeiro.

No Brasil, segundo Gennari (2001, p. 33) é a partir da publicação de *Além do Cotidiano* do economista Roberto Campos em 1989 que as políticas neoliberais passariam a ser aplicadas com maior rigor. Roberto Campos se tornaria o maior incentivador desse novo caminho, inspirado principalmente pela Inglaterra de Margareth Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Reagan. Os princípios gerais dessa política seriam a diminuição do papel do Estado na vida social e o fim da intervenção do mesmo na economia, deixando a regulação das relações econômicas a cargo da própria auto regulação do mercado. Também seriam fundamentais outras medidas como o processo de privatização de empresas estatais; a entrada massiva de capitais estrangeiros no país; a reforma tributária; as mudanças no processo educacional, voltado para formação de mão de obra; o enfraquecimento de sindicatos e movimentos de trabalhadores; por fim, o alinhamento com as diretrizes do *Consenso de Washington*, evento econômico de grande importância realizado em 1989. Para os países da América Latina, seguir essas diretrizes impostas pelos Estados Unidos possibilitaria poder de renegociar suas respectivas dívidas externas, que explodiram na década de 1980 (conhecida como década perdida do desenvolvimento), ao mesmo tempo em que deixaria esses países reféns de empréstimos de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (BANDEIRA, 2002, p. 135).

Por outro lado, o FMI e o BIRD passariam a monitorar de perto a economia desses países. Para os EUA, se estabelecia a condição perfeita de submeter o continente americano ao seu controle sem necessariamente intervir diretamente nos países, como foi feito com o apoio aos golpes militares durante a Guerra Fria. Como afirma Bandeira:

Esta iniciativa, no contexto das dificuldades para reduzir o desequilíbrio de sua balança comercial por meio da abertura de outros mercados, possibilitaria aos Estados Unidos aumentar ainda mais exportações de mercadorias para os países da América Latina sem a necessidade de negociar com seus governos e fazer outras concessões, dado que com a hegemonia sobre a ALCA obteriam o máximo de liberdade para movimentar bens e fatores de produção (exceto força trabalho), restringindo o acesso ao seu próprio mercado interno, quando lhes conviesse, sob os mais variados pretextos, como competição desleal, riscos sanitários, segurança nacional etc. (BANDEIRA, 2002, p. 136)

Entendemos através da afirmação de Bandeira, que essa política imposta pelos Estados Unidos criou um fenômeno de imperialismo de moldes atuais, onde o mercado financeiro internacional passa a intensificar os processos de colonialidade nos países mais pobres, através de dívidas e acordos comerciais, com a criação de mecanismos próprios, como a ALCA (Área de Livre

Comércio das Américas). Tais processos de colonialidade, segundo Quijano (2005), são parte do desenvolvimento do capitalismo moderno, que apesar de superar as experiências primárias de dominação colonial, não abandonou os elementos básicos de sua estrutura, como a separação entre raças e a divisão do trabalho. Ainda na fala de Bandeira, fica claro que o interesse dos grandes grupos capitalistas dos países desenvolvidos continua a se colocar a frente dos interesses nacionais de países periféricos. O autor também destaca como as ações dentro desse tipo de acordo são unilaterais, pois a todo o momento existe a preocupação dos EUA em manter seu mercado interno fechado aos países da América Latina, valendo-se de diversos pretextos, alguns que até mesmo fomentam sentimentos xenofóbicos, como observamos constantemente nas relações entre as populações estadunidense e mexicana.

Voltando nossa atenção para a letra da canção, notamos a relação da mesma com a arte do disco. É uma canção bastante curta, com apenas 1 minuto e 30 segundos de duração, sendo que a letra é a seguinte:

Pasqualin hoje saiu e entrou no supermercado  
Mas não pode comprar nada e isso não foi engraçado  
Ele perguntou confuso 'por que tanta recessão?'  
Alguém falou para ele 'é a tal globalização'  
Pasqualin na terra do Xupa-Kabra  
Desemprego, humilhação, pão, circo e água

Pasqualin foi numa escola fazer uma apresentação  
Mas não achou nada engraçado o que viu lá no salão  
Alguns moleques deslocados não fizeram a menor pose  
Atacaram ferozmente um resto de algodão doce  
Pasqualin na terra do Xupa-Kabra  
Desemprego, humilhação, pão, circo e água

Um palhaço, um mecânico, um operário, um lavrador  
Pessoas pobres enfrentam um governo opressor  
Estão sugando nosso sangue, criaturas disfarçadas  
Acham que somos palhaços, ta difícil dar risada  
Pasqualin na terra do Xupa-Kabra  
Desemprego, humilhação, pão, circo e água (MUKEKA DI RATO, GAIOLA, 1999)

Tanto a letra quanto a música são divididas em três partes distintas. A primeira parte tem forte inspiração em músicas circenses, onde a guitarra cria uma melodia mais alegre e a bateria é tocada de maneira a seguir um determinado ritmo, característico desse tipo de música. A maneira

com que a voz foi gravada faz parecer que o vocalista está usando um tipo de megafone, como se ele convidasse o público para o espetáculo que se inicia.

Esse início da letra apresenta a primeira situação adversa que o palhaço Pasqualin enfrenta, que é não conseguir comprar nenhum produto no supermercado devido a alta dos preços. A resposta recebida, de que a culpa seria de uma “tal globalização”, por ser dada por alguém que não é nomeado na letra, passa a ideia de que os motivos dos problemas sociais não são de total conhecimento dos cidadãos comuns, os cidadãos mais pobres, que enfrentam as dificuldades das crises financeiras. Voltando a questão das políticas econômicas de cunho neoliberal aplicadas no Brasil após o final da ditadura e seus resultados negativos para a população de renda mais baixa, observamos que o alinhamento com o mercado financeiro internacional fez com que a questão da globalização fosse muito debatida nesse período. Sobre isso, Aloysio Marthins nos diz que:

A chamada globalização insere-se num contexto de imposição dos países industrializados àqueles em processo de industrialização mantendo a dominação sobre extensas regiões produtoras de produtos básicos e receptoras de investimentos, que deverão ser pagos com juros e outras formas de subserviência das classes dirigentes. (JUNIOR, 2005, p. 4)

O autor reforça a ideia de que a aplicação das políticas neoliberais gerou mais vantagens para países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que receberam um grande fluxo de capitais vindo de privatizações, lucros, royalties, e que em contrapartida, os países não desenvolvidos sofreram com os empréstimos, importações. Enfim, a saída de recursos para o mercado internacional. Assim, por mais que na música a ligação entre a globalização e a crise econômica pareça surgir do senso comum, ela não é mera especulação ou invenção. Outro ponto levantado pelo autor (2005, p. 1-2) é que as medidas tomadas pelos governos brasileiros durante a década de 1990 retiraram do país o poder para gerenciar as melhores estratégias para o processo de desenvolvimento social. As decisões sobre onde ou como investir passaram a ficar nas mãos de agentes financeiros, sobretudo agentes internacionais interessados em acumulação de capitais e atraídos por subsídios estatais.

A eleição de Fernando Collor de Melo em novembro de 1989 desbancando Luiz Inácio Lula da Silva, primeira eleição direta após o regime civil militar, marcaria a vitória do *status quo* sobre uma possível mudança nos rumos da política econômica brasileira, já que o candidato do ABC até então era alinhado às políticas de esquerda e movimentos populares. A eleição de Collor confirmava a institucionalização dos “ideais de 1964” (alinhados à política dos EUA no contexto da Guerra Fria) e marcava o início das políticas liberais e privatizantes no Brasil (GENNARI, 2001, p. 34). Mesmo com o fracasso de seus planos econômicos e de seu *impeachment* devido às acusações

de corrupção em seu governo, o projeto econômico de seu governo foi mantido pelo seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela tentativa de manter a estabilidade econômica e o controle inflacionário trazido pelo Plano Real, de 1994. O aumento nas privatizações de empresas brasileiras trouxe muito mais recursos financeiros estrangeiros para nossa economia, mas como esses recursos eram voltados para compra de empresas e não para investimentos diretos no país, a economia nacional cada vez mais dependia de empréstimos internacionais para manter um mínimo de funcionamento das instituições. Gennari também destaca que no período, grande parte dos lucros e royalties eram enviados para os investidores do exterior, além do grande aumento nas importações, que levou ao descontrole da balança comercial. Apesar de relativo sucesso inicial da política de FHC, a economia brasileira, muito dependente do mercado internacional, também sofreu com as crises internacionais e com a desvalorização do Real em 1999. Seu segundo mandato já começaria desgastado, com a perda de dois terços das reservas nacionais, aumento da dívida externa de US\$ 123 bilhões em 1990 para US\$ 235 bilhões em 2000, desequilíbrio da balança comercial e perda de competitividade do Brasil no mercado de exportações (BANDEIRA, 2002, p.136-137).

O refrão da canção, que é repetido ao final de cada parte da letra, enumera alguns elementos que fazem parte da *Terra do Xupa-Kabra*, sendo esses o *desemprego*, *humilhação*, *pão*, *circo* e *água*. Aqui temos a junção de duas expressões distintas, *pão e circo* e *pão e água*. Pão e circo é o nome que foi atribuído à maneira com que os antigos imperadores romanos lidavam com a população, a fim de evitarem questionamentos, revoltas, etc. Enormes arenas eram construídas para festivais de luta entre gladiadores, onde a população recebia alguns alimentos. Esses eventos serviam para afastar a população comum da vida política e manter o controle da ordem vigente. Já a expressão *pão e água* é uma maneira popular de se referir a uma situação de extrema pobreza e escassez de alimento. Dessa maneira, a banda entende que apesar da situação de pobreza e fome que a população enfrenta, não há uma revolta significativa que consiga alterar a ordem vigente pela mesma estar alienada da vida política, através de estratégias da classe dominante para manutenção do poder.

Entrando na segunda parte da canção, a música sofre uma mudança ao abandonar a inspiração circense e apresentar uma melodia típica do *hardcore*: a bateria deixa o ritmo de marcha e passa a ser mais rápida, a guitarra e o contrabaixo ganham mais distorção, passando a produzir um som mais incômodo, enquanto a gravação da voz passa a ter um aspecto comum, porém muito mais gritada do que propriamente cantada. Ao abandonar uma melodia mais agradável, mais técnica e bem elaborada para apresentar um som mais carregado, a postura da banda passa da fase de

apresentação do personagem ao ouvinte para a afirmação das denúncias sobre a situação de pobreza enfrentada pelo mesmo.

Tradicionalmente, bandas de *punk rock* e *hardcore* apresentam uma sonoridade barulhenta, desagradável, como parte de sua composição enquanto críticos da sociedade em que vivem e da indústria musical como um todo. Ao criar músicas nesse estilo, as bandas assumem que não farão parte de um grupo de artistas de sucesso, que não tocarão em rádios ou que não serão aceitos pela maioria da sociedade, pois a intenção é justamente se excluir de uma sociedade a qual eles consideram errada. Nessa parte da letra o palhaço vai se apresentar em uma escola, onde encontra uns *moleques deslocados* que não perdem tempo em atacar um *resto de algodão doce*. A opção da banda em mostrar os efeitos da crise em outros setores da sociedade (aqui nesse caso, falando sobre a situação das escolas e crianças) quebra um pouco o debate sobre a questão econômica e traz um aspecto mais humano. Há o apelo emocional, que fortalece a crítica proposta, mas também há a ironia típica da banda ao narrar a postura das crianças da escola onde Pasqualin se apresenta.

Na terceira parte, a banda diminui o ritmo da música e um pouco do tema circense é retomado, misturando-se com a guitarra e o baixo soando mais distorcidos. Essa junção do ritmo da primeira com a segunda parte da música encaminha a mesma para o seu final. A relação entre a capa e a canção é reforçada mais uma vez. Ao citar algumas profissões, como palhaço, mecânico, operário, lavrador, a letra diz que essas pessoas pobres enfrentam um governo opressor e que este estaria *sugando seu sangue*, assim como o chupa-cabra faz com suas vítimas. Nomear as profissões da maneira como é feito aqui, indica a ligação com a realidade, não é apenas uma obra de ficção, o público tem que se reconhecer nessa relação entre oprimido e opressor. Na canção, o trabalhador/palhaço toma consciência de sua condição, fato que fica claro nos versos *acham que somos palhaços, ta difícil dar risada*, mas não é apontado um caminho ou solução para a questão. Por fim, a canção acaba com o refrão gritado mais vagarosamente, com a voz soando quase seca, deixando a sensação de sofrimento descrita na letra mais nítida.

A canção *Mukeka di Rato*, lançada no disco *Pasqualin na Terra do Xupa-Kabra* em 1997, aborda a questão da pobreza no Brasil sob o aspecto da fome. Temos a seguir a letra para análise:

A fome vergonhosamente apresenta:

Mukeka di Rato! Mukeka di Rato! Mukeka di Rato Não!

Em cartaz em qualquer favela

Em cartaz em bairros do Nordeste

Em cartaz em qualquer buraco

Mukeka di Rato! Mukeka di Rato! Mukeka di Rato Não!

No papel principal o povo

Dirigido pelo governo  
Com fortes cenas de miséria  
Prova concreta da fome  
Mukeka di Rato! Mukeka di Rato! Mukeka di Rato Não!  
Mas no final desse filme nada muda de verdade  
Pessoas comendo ratos na realidade  
Mukeka di Rato! Mukeka di Rato! Mukeka di Rato Não! (MUKEKA DI RATO,  
PASQUALIN NA TERRA DO XUPA-KABRA, 1997)

A música é tocada de maneira muito veloz e diferentemente da outra canção já apresentada. Dessa vez não temos partes mais trabalhadas. São poucos acordes que se sucedem durante 1 minuto e 19 segundos, sem nenhuma pausa para solos ou momentos de lentidão. A bateria repete um ritmo único, soando quase mecânica, enquanto guitarra e baixo se fundem em um som completamente distorcido. Toda essa maneira de ser tocada cria na canção uma atmosfera de desespero e urgência para a “mensagem” contida na letra. Letra essa, aliás, que nos ajuda a compreender a escolha do nome da banda. De acordo com Fábio Mozine:

O nome surgiu de duas situações. No Espírito Santo na década de 90, estava rolando uma *forração* de barra pra um certo regionalismo na música, talvez em função do sucesso de algo parecido com isso, porém natural, que rolou em Recife. Tudo aqui naquela época era nome de passarinho, natureza, batucada, coisas típicas, etc. E não tem nada mais típico aqui do que tal da moqueca. Aí resolvemos fazer esse nome aí, um nome pra agredir a galera da música aqui do Espírito Santo, tipo, jovem revoltadinho mesmo. Pegamos o gancho de uma matéria que vimos na Veja, falando sobre pessoas no Nordeste que estava comendo ratos, inclusive usamos a foto dessas pessoas comendo ratos assados em um lixão na nossa primeira *demo tape*, e foi basicamente isso. (MOZINE, 2011)

Percebemos nessa fala que a escolha do nome passa por duas situações distintas. A primeira é uma crítica, considerada pelo próprio baixista como infantil, à atitude do cenário musical capixaba em tentar criar um regionalismo tomando por base o fenômeno ocorrido em Recife. A segunda faz parte da própria letra e é sobre a situação de pobreza e fome extremas vividas pelos nordestinos durante a década de 1990, que gerava situações desumanas como essa, de pessoas revirando lixo e comendo ratos para sobreviver. Aqui ressaltamos a discussão anterior sobre as políticas econômicas aplicadas no Brasil a partir do início da década de 1990. Os resultados de uma década dessas políticas agravaram situações internas do país, como a desigualdade social e problemas como a fome e a pobreza ainda estavam presentes no início dos anos 2000, sendo que alguns estudos

apontam uma taxa de quase 30% da população em estado de indigência no final da década de 1990 (BELIK, 2001).

Em um estudo realizado por Carlos Augusto Monteiro (2003, p. 17), indica que no mesmo período, a pobreza atingia ¼ da população brasileira, com o problema acentuando-se nas regiões rurais de norte e nordeste. Enquanto isso, pouco ou nada mudou na concentração de renda do país, sendo que dados apontam que nos anos 2000, cerca de 10% da população mais rica do país possuía renda quase superior aos 90% restantes (ALMEIDA, 2017). É justamente essa elite econômica, que está de fora do quadro cruel da fome, que fornece suporte ideológico para implantação de tais políticas, algo que hoje também se faz presente, como nos protestos pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que serviram de pano de fundo para implantações de medidas que seguem a mesma lógica mercadológica, tais como a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio, a reforma da previdência, etc.

Retomando a letra da canção, a banda constrói sua crítica usando de muito sarcasmo. A fome, sendo o motivo pelo qual as pessoas procuram comida no lixo, é a responsável pela existência do “prato” *Mukeka di Rato*. Com uma atitude irônica semelhante à da primeira canção, a banda retrata a situação como um filme e convida o público para assisti-lo. Esse filme, porém, só está em cartaz em lugares mais pobres, como favelas e bairros do Nordeste, onde a crise atinge a população de maneira mais cruel. O papel principal é do “povo”, aqui separado do governo, tido como diretor. A banda coloca os dois em posições opostas, e culpa o governo pelo problema, já que este é o responsável por dirigir a história. Podemos ver que assim como na canção *Pasqualin Na Terra do Xupa-Kabra*, a aposta da banda é na criação de uma história simples, com metáforas e ironias, já que isso atrai o interesse do ouvinte e o leva a refletir sobre a letra.

O refrão repete sempre ao final de cada verso e é cantado em tom de desespero, gritado com uma voz cada vez mais rouca. É a maneira encontrada aqui para ressaltar o horror da fome. A negação ao final de cada frase do refrão mostra o cansaço das pessoas que enfrentam essa situação diariamente. Tudo isso aliado a maneira com que a música é tocada deixa claro a urgência do problema. Porém, o final desse filme não é um final feliz. Assim como o instrumental se mantém sem alterações do começo ao final da canção, a situação retratada na letra também não encontra mudança, pois ainda há *pessoas comendo ratos na realidade*. Nesse último verso a banda descarta a fantasia do filme e aponta o problema como real, o que de certa forma viabiliza a crítica.

### **Considerações Finais**

A música, seja ela apenas instrumental ou letrada, seja vista como “erudita” ou “popular”, sempre esteve ligada ao campo político-ideológico. Apesar da tradição ocidental/europeia destacar

apenas o caráter estético da música (IKEDA, 2001 p. 1), a presença da mesma em diversos momentos das sociedades humanas, como em rituais religiosos, festividades, enterros, homenagens, momentos de exaltação coletiva, entre outros, revela um maior campo de atuação desse elemento durante a história. Alberto Ikeda exemplifica essa questão ao citar alguns usos da música. Na celebração da Missa Solene da autocoroação de Napoleão Bonaparte como Imperador da França, foi composta uma canção especial, cuja melodia e letra cumpriam seu dever de exaltar a figura do Imperador. A execução dessa canção e o seu papel social se diferem totalmente (citando outro exemplo trazido pelo autor) da execução d'A Internacional, o hino socialista, em um encontro de operários franceses no século XIX.

No segundo exemplo, a letra da canção busca questionar a sociedade burguesa e os elementos de exploração de uma classe sobre outra. Apesar das diferenças, em ambos os casos, a música está carregada de sentido político. Apesar disso, o pensamento hegemônico ocidental se manteve por um bom tempo contrário a essa visão, permanecendo com um ideal “romântico” da música, o que levou ao predomínio estético da “música pura” (por vezes tida como clássica, culta). Como consequência, a música dita “popular”, aquela que foge destes padrões idealizados, sofreu com a marginalização. O samba, o rap, o *rock*, o *reggae*, o forró, o baião, o *hardcore* e tantos outros estilos musicais fazem parte da produção cultural humana, e, sendo assim, não devem ser encarados de maneira hierarquizada ou classista. Ao propormos uma análise da produção musical de uma banda de *hardcore punk*, nos posicionamos também politicamente, com a intenção de trazer à luz da pesquisa histórica as visões de mundo, sentimentos, pensamentos de homens comuns, em suas práticas sociais.

Neste trabalho, analisamos duas canções da banda de *hardcore punk* *Mukeka di Rato*, do Espírito Santo, lançadas durante a década de 1990: *Pasqualin Na Terra do Xupa-Kabra* e *Mukeka Di Rato*. Ambas as canções debatem a pobreza e a fome no Brasil, partindo da premissa de criar uma narrativa simples e contada do ponto de vista de quem sofre com esses problemas, ou seja, a banda se posiciona ao lado dos menos favorecidos na disputa entre classes sociais. Na época de produção das canções, os integrantes das bandas ainda eram adolescentes, o que explica certa dose de inocência ou inexperiência nas produções. Esse fato de maneira alguma invalida as questões abordadas, pelo contrário, demonstra que diversos setores da sociedade tinham contato com os problemas sociais do Brasil. Ao elaborar letras com cunho crítico, a banda produz discursos que serão reproduzidos pelos sujeitos que tiverem contato com suas músicas, se inserindo assim no debate político presente nas relações em sociedade. Na *Canção Pasqualin na Terra do Xupa-Kabra*, a banda utiliza da ironia para criar um embate entre o trabalhador e o Estado, onde o primeiro questiona a crise econômica enfrentada pelo país, que é causada justamente pela ganância do

segundo, que age como uma sanguessuga. Já na canção *Mukeka di Rato*, apesar da letra também apresentar características irônicas, observamos que o poder público é considerado responsável pela situação de fome extrema que certas regiões do país enfrentavam. Em ambas, apesar do sentimento de revolta, não temos um caminho indicado para a solução dos problemas, algo que poderia ser buscado em outras canções da banda, mas que optamos por deixar para outro momento de reflexão.

Além da letra, tentamos observar mesmo que de maneira rasa (pela falta de conhecimento técnico sobre teoria musical) as melodias das canções. Elas apresentam características comuns do *hardcore punk*, ou seja, poucos acordes, som rápido, instrumentos cheios de distorções, vocais gritados e berrados. Como vimos ao longo do artigo, a composição instrumental da música também apresenta sentido político e neste caso, a música da *Mukeka di Rato* se destaca justamente por possuir uma melodia agressiva e por algumas vezes até desagradável. Através da sensação de desconforto que temos ao escutarmos as canções, nos aproximamos da realidade dos que sofrem, afinal de contas, a fome e a pobreza são problemas desagradáveis. Lembrando da fala de Wisnik, os “ruídos” produzidos pela banda entram em conflito com o padrão estético musical estabelecido, ilustrando de certa maneira os conflitos sociais de nossa sociedade. Através deles, a banda chama atenção para seu protesto, fazendo suas canções ultrapassarem a barreira do simples entretenimento.

Para uma análise mais satisfatória da produção musical da banda, pensamos em analisar uma apresentação ao vivo do grupo, tomando como referência o conceito de performance de Paul Zumthor. Porém, as limitações desse artigo não nos permitiram tal análise, algo que futuramente poderá ser explorado em outro artigo ou tese.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rodolfo. ZANLORENSSI, Gabriel. **A trajetória da distribuição de renda no Brasil e em outros países.** Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/grafico/2017/09/13/A-trajet%C3%B3ria-da-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-renda-no-Brasil-e-em-outros-pa%C3%ADses>>. Acesso em 10 fev. 2018, 15:21:40.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** (Online). Vol. 45, no. 2, 2002.
- BELIK, Walter. SILVA, José Graziano da. TAKAGI, Maya. Políticas de Combate à Fome no Brasil. In: *São Paulo em Perspectiva.* São Paulo: Vol.15, no.4, Out/Dez. 2001.

- BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. In: **Crítica y emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- COSTA, Daiane. **Fome volta a assombrar famílias brasileiras**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/fome-volta-assombrar-familias-brasileiras-21569940>>. Acesso em 29 jan. 2018, 20:31:45.
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. In: **Pesquisa & Debate**. São Paulo: Vol. 13, no. 1, 2001.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do "popular". In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org); trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 247-263.
- IKEDA, Alberto Tsuyoshi. **Música, Política, Ideologia: algumas considerações**. Comunicação apresentada no V Simpósio Latino-Americano de Musicologia, Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba - Paraná, 18 a 21 de janeiro de 2001, baseada na tese: Alberto T. IKEDA, "Música Política: imanenciado social", Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), 1995.
- JUNIOR, Aloysio Marthins de Araújo. **As políticas neoliberais dos anos 90 no Brasil e seus reflexos na economia Catarinense**. Artigo desenvolvido para a palestra proferida no dia 14 de abril de 2005 no Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas/Univali. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Documents/caderno-pesquisa-09.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2018, 12:58:30.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: vol. 17, no. 48, 2003.
- MOZINE, Fábio. **Discoteca Kamikase entrevista Mozine**. Disponível em: <<https://djbezzi.wordpress.com/2011/09/07/entrevista-mukeka-di-rato/>>. Acesso em 07 mar. 2018, 20:12:17.
- MOZINE, Fábio. **Fábio Sarjeta entrevista Mozine**. Disponível em: <<http://subpunk.blogspot.com.br/2009/11/minha-segunda-entrevista-e-com-mozine.html>>. Acesso em 05 mar. 2018, 20:17:30.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & Música – História Cultural da Música Popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PARANHOS, Adalberto. Música, Política e Ideologia: Migrações de Sentidos na Canção Popular. In: **ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano De Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

WISNIK José Miguel Soares. Algumas questões de música e política no Brasil. In: **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática; 2003.

### **Discografia**

MUKEKA DI RATO. **Pasqualin na Terra do Xupa-Kabra**. Brasília: RVC Music. 1 disco compacto.

\_\_\_\_\_. **Gaiola**. Vila Velha: Läjä Records, 1999. 1 disco compacto.

# **ARQUIVO E MEMÓRIA: O CENTRO DE MEMÓRIA INATEL – CMI EM SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG (2010 a 2017)**

**PATRÍCIA APARECIDA VIGILATO; ANDREA SILVA DOMINGUES; MARILU  
CARDOSO**

## **1. Apresentação**

O artigo proposto realiza uma discussão no sentido de buscar compreender as transformações acerca da preservação patrimonial ocorrida em Santa Rita do Sapucaí a partir da criação do Centro de Memória Inatel – CMI em outubro de 2010.

A questão central deste trabalho se constrói a partir de análises sobre as relações da cidade com a memória antes e após a criação do CMI e da forma como este (re)constrói a memória local. Deste modo, compreendemos que o CMI pode agregar valores, além de vínculos emocionais com a sociedade. Na intenção de buscarmos compreender o conceito de memória produzido em Santa Rita do Sapucaí, adotamos como corpus de análise o regimento e projetos do CMI, recortes de jornais locais, registros de pesquisadores, bem como suas produções que correspondem ao período de 2010 a 2017. A pesquisa buscou identificar e investigar as áreas de interesse e as fontes acessadas para que possamos compreender o tipo de memória que esses pesquisadores buscam conhecer e/ou evidenciar sobre o CMI.

Ao analisarmos a criação do CMI investigamos seus impactos, contemplando a identificação, reunião, organização e as possibilidades de visibilidade, assim como o surgimento de um discurso de preservação patrimonial. Indagamos também as tensões produzidas por este no contexto social, e buscamos perceber de que forma estas mudanças se refletem na cidade. Investigamos se houve alteração na percepção e na construção da memória por parte de seus moradores, e se surgiram sensibilidades a partir da criação do CMI.

A pesquisa aborda o conceito de memória produzido pelo CMI e as práticas arquivísticas que envolvem os arquivos do espaço, e se essas representam a política de preservação patrimonial da cidade. Para dar conta destas questões, o estudo de novas práticas culturais surgidas a partir de mudanças sociais se fez importante para compreendermos as transformações no campo de preservação da memória e patrimônio.

Importa ressaltar que este trabalho não se ocupou do relato sobre a história da instituição que abriga o CMI, mas abordará alguns aspectos relevantes a fim de embasar e analisar a possível intenção de contribuição na memória local. O intuito da análise é colaborativa e não crítica.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de estudos que coloquem em evidência discussões sobre a preservação da memória, preservação cultural, o desenvolvimento da cidade e o lugar ocupado pelos sujeitos histórico nestes contextos. Propôs interpretar se as ações do CMI preservam a memória como prática social, se essas memórias são utilizadas na construção de narrativas e/ou são mascaradas por discursos positivistas.

Indaga-se sobre o que está em questão no CMI, e também no domínio do patrimônio cultural, pois como diz (FENELON, 2004, p.6) “a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e de legitimação”. Por tudo isso, analisamos como o patrimônio histórico foi visto ao longo dos tempos, após a criação do CMI.

A fundamentação deste trabalho consiste na relevância histórica geralmente presente em centros de memória, bem como a importância da preservação da memória social. O autor Jacques Le Goff foi quem nos deu subsídio para esta discussão, pois, “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar problemas do tempo e da história, relativamente ao qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 2003, p. 422).

Compreendemos que a memória está constantemente em movimento, fazendo com que possamos entender o presente a partir de experiências do passado, bem como estas se (re)significam na contemporaneidade. É um vínculo que permite manter as identidades, o que nos lembra que “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 422). Entendemos que a memória desempenha um importante papel como facilitadora da significação da história. O registro dos acontecimentos, do cotidiano, configura o sinal de que registrar a memória é marcar sua existência. A memória é um registro pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico, seja com propósito cultural ou de preservação. Porém, consideramos oportuno apontar que os documentos não trazem uma verdade absoluta. É preciso desconfiar e contestar, sejam eles escritos ou imagéticos. O pesquisador deve ser um mediador na formação e preservação da memória. Acerca dessa desconfiança sobre um olhar positivista e incontestável aos documentos, pensamos que:

[...] Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, com um propósito definido. Nenhum texto é um mero e inocente subproduto da ação. Os textos (incluindo imagens) são todos uma forma de narração muito mais preocupada com a construção de consistência e harmonia para o autor, melhorando posição e ego, em conformidade com as normas de organização e os padrões de discurso, fatos, ou enquadramentos jurídicos ou legais. E não existe apenas uma narrativa numa série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas e histórias, servindo a muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço. (COOK, 2012, p.128)

Neste contexto compreendemos que arquivo não é apenas um espaço de acumulação, nem repositório de memória, mas sim um espaço social, de saber cultural e educacional. Acreditamos, porém, que com essa diversidade ele é plural e cria condições que leva a sociedade a participar dessa mesma criação coletiva, quer seja através da cultura popular, da erudita, da cultura de massa, entre outras expressões. Compreendemos cultura como diversidade e interação, qualquer ação do homem que nos faz repensar o compromisso social e também o cotidiano das pessoas, “conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas em um certo período histórico” (GINZBURG, 1986, p. 16).

(...) a cultura é mais do que belas artes. É memória, é política, é trabalho, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, é festa, etc... Ali onde seres humanos criaram símbolos, valores, prática, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiura, da bondade e da maldade, da justiça, ali há cultura”. (CHAUÍ, 1992, p. 31)

Reconhecemos também como cultura a influência de diferentes sujeitos, a forma com que nasce o costume de um povo, a junção de costumes e hábitos que faz surgir algo novo, a mesclagem definida por (CANCLINI, 1995, p. 70-1) como “hibridismo cultural.”

Nesta perspectiva também compreendemos cidade como uma importante categoria para nosso estudo. Um campo ativo de produção, reafirmação e reelaboração de práticas culturais e sociais instituídas e constituídas neste espaço de sociabilidade, um “cenário cultural da nossa rotina”. Uma produção histórica, permeadas por relações de poder, onde também há dominação, resistências e manifestações muitas vezes reveladas nas expressões da cultura urbana vivida pelos sujeitos em seu cotidiano. “A cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar da pluralidade e da diferença, e por isso representa e constitui muito mais que o espaço da manipulação do poder” (FENELON, 1999, p. 7).

A historiadora Déa Ribeiro Fenelon (1999), contribuiu para um melhor entendimento sobre cidade, espaço urbano permeado por relações sociais nem sempre harmônicas, espaço também de lutas, manifestações culturais, enfim, disputas heterogêneas. Desta forma, entendemos por cidade um espaço construído de relações, um laboratório de possibilidades.

A metodologia deste trabalho foi baseada na análise de documentos e análise de entrevistas transcritas pertencentes ao acervo do CMI, bem como publicações de pesquisadores que usam o espaço para pesquisa.

A relevância deste artigo consiste na importância da identificação e preservação da memória, a fim de evidenciar suas possíveis interferências na construção da sociedade. A pesquisa ocupou-se inicialmente em analisar o processo de criação do CMI. Posteriormente, verificamos a preocupação com a manutenção

dos acervos para fins de preservação da memória, não só institucional como da comunidade. Por fim, buscamos compreender de que forma o CMI se relaciona com a memória que produz, e como as práticas de preservação propostas contribuem com o desenvolvimento de preservação patrimonial do município.

## **2. O CMI como espaço de memória**

Nos últimos anos, instituições tem investido em reflexões sobre sua própria memória, implantados espaços com a iniciativa de disseminar seus valores, abrigar experiências profissionais e relatos de marcos de sucesso das organizações.

O CMI foi criado em 2010 no campus do Instituto Nacional de Telecomunicações - Inatel, instituição de ensino e pesquisa na área de engenharia, fundada em 1965. Foi a primeira instituição de ensino do país a oferecer um curso superior de Engenharia tendo as telecomunicações como foco. É uma instituição de ensino privada sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - Finatel.

Sabemos que a documentação produzida em ambiente organizacional tem seu fundamento na formalização, privilegiando seu poder probatório e nem sempre seu potencial histórico. Trata-se do registro do conhecimento da instituição e envolve informações de diversas áreas e interesses. Portanto, nem sempre existe um espaço preocupado em preservar de maneira adequada tais registros.

De acordo com o Regimento do CMI (2010), o espaço tem como missão tratar, preservar e guardar a memória institucional do Inatel, levar a comunidade tanto acadêmica, quanto da cidade de Santa Rita elementos de sua memória e cultura, bem como as experiências de novos sujeitos sociais de sua própria história invisibilizados pelo esquecimento.

Compreendemos que até a organização do CMI, a documentação produzida na instituição não dispunha de nenhum tratamento arquivístico. Cada área produtora mantinha a documentação sob sua guarda, com critérios definidos sem qualquer intervenção de arquivo, em locais improvisados e, em regra, de difícil acesso.

Atualmente, a documentação produzida recebe tratamento somente ao ser transferido ao CMI. Porém, vale ressaltar que nem toda a documentação produzida pelo Instituto recebem tratamento arquivístico, nem tão pouco integram o acervo do CMI. Algumas documentações como, por exemplo, livros de atas da Finatel, não são enviados ao acervo histórico, de modo incompreensível, se baseiam no caráter de documentação sigilosa, de prova em detrimento do valor histórico que eventualmente possua. O CMI atua no cerne do contexto social em que está inserido e a existência de registros documentais acerca dessas ações é evidente, porém, estes se encontram dispersos, mantidos em áreas restritas.

É evidente a dificuldade de investigação sobre a memória da instituição, fato que relacionamos não à ausência de preocupação com a preservação documental com potencial valor histórico. Porém, pode ser explicado através da falta de conhecimento sobre a importância do tema, aliado a questões políticas internas, sobretudo quando relacionado às possibilidades de utilização da memória da organização.

O CMI permite a preservação e utilização da memória de acordo com os interesses da instituição, sejam eles sociais, políticos ou culturais. São ações que podem ganhar visibilidade e retirar da opacidade a memória do Inatel e sua Fundação mantenedora, agregando valor aos projetos, a história da instituição, além de estabelecer vínculos com a sociedade e suas intervenções sociais ao longo de sua existência.

O CMI incluiu um espaço específico para abrigar relatos de colaboradores, professores, diretores, alunos, ex-alunos, comunidade, enfim sujeitos que consideram integrar a história da instituição. De acordo com Taylor (1985), os usos da informação produzida em ambientes organizacionais podem ser identificados em oito classes, sendo elas; esclarecimento, compreensão do problema, instrumental, factual, confirmativa, projetiva, motivacional e pessoal ou política. A análise do autor reflete os usos dos documentos de arquivos nas organizações, onde as informações são utilizadas com o propósito de contextualizar determinada situação, ou seja, de maneira específica, por exemplo, relacionada a um determinado problema. As informações são usadas, principalmente, para descrever algum fato ou acontecimento. Muitas vezes as informações são altamente relacionadas a competitividade organizacional, enfim, são usadas para criar redes de relacionamentos.

Com pertinência, Heloisa Berlotto (2004) reflete sobre o valor histórico, ciclo vital e função arquivística dos documentos, enfatizando que um arquivo permanente não se constrói por acaso.

É preciso que os responsáveis pelas políticas de informação/documentação estejam cientes de que, uma vez cumprida a razão administrativa pela qual um documento foi criado, este não se torna automaticamente descartável. (...) Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. (BELLOTTO, 2004, p.27).

A autora nos auxilia na análise dos procedimentos adotados pelo CMI acerca da documentação e acesso as informações. Observamos através de análise de registros dos pesquisadores que utilizam o espaço, que as pesquisas não são frequentes. Compreendemos que o acervo do CMI está centrado nos documentos referentes a instituição. Porém, contratos de serviços, convênios, documentação de recursos humanos, secretaria acadêmica, dentre outros documentos, não integram o acervo. O espaço possui acervo diversificado. Além de documental, conta com acervo fotográfico, bibliográfico e audiovisual, conforme consta no regimento de criação. Sua atuação não é somente receptora e passiva, o CMI desenvolve atividades relativas à produção, preservação, e divulgação da memória histórica e sócio-cultural, através do laboratório de História Oral. Organiza e promove, junto a comunidade, tanto acadêmica do Inatel quanto da cidade, eventos de ordem cultural, pedagógico e educacional como exposições, promovendo a interdisciplinaridade voltada à reconstrução da memória histórica e sócio-cultural do Inatel e da cidade de Santa Rita.

“Preservar a história é contar pedaços de vidas de pessoas, instituições e nações. O Centro de Memória se assemelha à memória de cada um de nós, nele estão guardados

fragmentos de vidas que fizeram do Inatel, de Santa Rita do Sapucaí, de Minas Gerais e do Brasil, aquilo que as pessoas, com suas histórias, resolveram fazer. No CMI está um pedaço da memória de cada uma destas pessoas, assim como na memória de cada uma destas pessoas também fica um pedaço do Centro de Memória, através do que ele registra. É a história de cada um de nós que é preservada. E isto, por si só, já é uma linda história." (NAVANTINO, 2011, p. 1).

Há registros fotográficos ainda não organizados, porém o acervo registrado e catalogado conta com cerca de 7 mil fotos, disponíveis para acesso. As fotografias estão relacionadas a inaugurações, solenidades, eventos da instituição, e também a cidade de Santa Rita do Sapucaí e seus sujeitos. O CMI colabora com programas de pesquisa, disponibilizando e facilitando o acesso as fontes. Porém, observamos que muitas pessoas, inclusive colaboradores da instituição, não tem conhecimento sobre a existência desse espaço e tão pouco sobre o objetivo do mesmo. Existem parcerias com instituições culturais externas, onde são organizadas exposições itinerantes. Além de que, no Instituto existe um espaço vinculado ao CMI que conta com constantes exposições relacionadas não só ao Inatel, como também a comunidade. No entanto, ao analisarmos o livro de registro de visitantes das mostras, observamos que o público é relativamente pequeno diante até mesmo do número de colaboradores e alunos do Inatel. Compreendemos, porém, que não é pela qualidade ou tema exposto, mas sim falta de hábito de participação da comunidade. As mostras são abertas ao público e com entrada gratuita, ainda, existe ampla divulgação através de redes sociais, rádio e mídias impressas.

Nossas atividades concentram-se no trabalho de conscientização e conservação dos acervos formados por material imagético, depoimentos e a documentação institucional. E nosso intuito enquanto Centro de Memória é preservar a memória e a história institucional do Inatel e da cidade de Santa Rita. A conscientização da importância de se preservar a memória, a história, a cultura e a identidade é uma das etapas deste trabalho, nela a comunidade tanto acadêmica do Inatel (alunos, professores e colaboradores) quanto da cidade de Santa Rita (incluindo as escolas e associações) poderão através de exposições temáticas, oficinas, seminários e encontros conhecer um pouco mais sobre sua própria história. A ação educativa consiste na última etapa do projeto de criação do CMI, mas possivelmente aquela que exigirá maior empenho e compromisso social dos integrantes do CMI. (REGIMENTO, 2010, p.7).

Além de preservar a documentação que registra a trajetória da organização, estabelecer uma relação da identidade institucional através de um vínculo emocional, com o uso do acervo que é resultado das ações sociais promovidas pela organização e, paralelamente, se estrategicamente melhor divulgado, contribuirá de forma efetiva para o fortalecimento da preservação da memória local.

Compreendemos que os arquivos são compostos por informações vinculadas a processos e atividades de trabalho, realizadas no cumprimento de determinadas funções, e são registradas e estruturadas em razão da possibilidade de sua reutilização. O arquivo não pode ser entendido como a totalidade de documentos produzidos ou recebidos oficialmente. Não é só as informações contidas nos documentos oficiais que devem interessar, mas sim o significado pleno de cada fonte histórica. O que interessa é conhecer como a memória está sendo produzida e disseminada.

[...] O que se sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam o desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa. (LE GOFF, 1996, p. 535).

Deste ponto de vista, os arquivos são produtos da sociedade na qual são inseridos. Assim, o CMI não configura espaço neutro, mas repleto de valor, dogmas e tabus. Todo documento elaborado, bem como todo documento escolhido para ser preservado é um produto cultural e social de determinado contexto histórico. O acervo do CMI abarca formas específicas de poder e autoridade, além de simbolismo e intenções veladas, conferindo-lhe um discurso próprio e refletindo, desse modo, a autoridade do Inatel, instituição que o mantém.

[...] Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta de forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, p. 426).

Le Goff (1996) afirma, que lugares de memória são territórios onde o poder é exercido através de um programa de lembranças por meio do qual ocorrem a criação da memória e seu controle, estabelecendo também o controle da história e do poder.

Para o dicionário brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. As características do acervo são delimitadas por seu acumulador.

Compreendemos que a função dos arquivos permanentes é reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta de documentos de uso não corrente, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins. Do nosso ponto de vista, o CMI exerce sua função de preservação patrimonial e da memória. Porém, não basta reunir e ordenar adequadamente o acervo. É preciso estabelecer medidas de proteção visando sua conservação e realmente facilitar o acesso para consultas.

Diante disso, entendemos que existe a necessidade de estabelecer uma melhor conexão entre o CMI e a comunidade, não só santa-ritense, mas também institucional. A valorização da informação enquanto memória e patrimônio precisa ser uma preocupação. De modo oportuno, essa demanda indica que os arquivos privados podem ser considerados de interesse público, desde que entendidos como fontes históricas relevantes. O arquivo não pode servir de instrumento de poder, a serviço de quem quer utilizá-lo em benefício próprio. Muito menos ser disputa de territórios e vaidades que não agregam benefício algum ao contexto em que está inserido. Ao contrário, o arquivo deve cumprir o papel que lhe é devido; informar e preservar, retirando do anonimato as histórias e os sujeitos que integram a comunidade. Sua função vai além dos muros da instituição na medida em que a organização se destina a sociedade. O CMI deve cumprir a responsabilidade histórica que lhe cabe, enquanto detentor da memória.

Entendemos que uma política arquivística deve incluir premissas, ações, decisões, indicadores e resultados, independente do ambiente em que esteja inserido, seja ele público ou privado. Diante disso é possível perceber que entre o discurso e a prática, existem lacunas.

Há tímidas iniciativas como, por exemplo, as exposições, que minimizam o problema representado pela falta de conhecimento e muitas vezes de interesse da sociedade. É preciso compreender a responsabilidade social histórica que envolve o acervo. A memória institucional surge como possibilidade de comunicação, com viabilidade de propiciar a relação e o resgate da identidade dos indivíduos. Ao preservar a memória, o Inatel tem a possibilidade de disseminá-la, tendo em vista a utilização como ferramenta de comunicação, promovendo um estreitamento da relação com a sociedade, agregando valor a preservação patrimonial.

Nas organizações privadas a memória é representada pelos itens que determinam a preservação da história e que permitem contar a sua trajetória. A memória é seletiva, possibilitando escolher experiências boas e ruins para se preservar. Assim, a história é passível de inúmeras narrativas.

O estudo da memória tem sido valorizado dentro de um processo de construção da identidade. A memória é condição fundamental ao funcionamento das instituições. A seletividade entre o que deve ser retido e o que deve ser desprezado varia de acordo com os interesses que a regem.

De acordo com Le Goff (1990), o que permanece é o resultado das escolhas. Escolha do que ser preservado e escolha do pesquisador quanto ao que deve ser considerado testemunho do passado. Considera-se os arquivos, as bibliotecas e os museus como lugares de memória e faz-se uma abordagem acerca da criação sob intenção de impor, no futuro, a imagem de quem o criou. O CMI precisa manter uma relação estreita com o passado, na medida em que é necessário identificar aspectos relevantes da sua trajetória.

Entendemos o CMI como entidade híbrida, destinada a preservar a memória da organização ou de uma área do conhecimento, abrigando diversos tipos de documento que constitua memória organizacional, sem qualquer restrição de acervo. Objetivando fortalecer o compromisso da organização com as suas responsabilidades sociais e histórica. A valorização do passado tende a suscitar laços efetivos com a

sociedade. O CMI deve estar alinhado aos valores da organização, a fim de que seus objetivos sejam atingidos.

### **3. Memória institucional, memória de arquivo**

A memória institucional, além de um dispositivo teórico entendido como um espaço de discurso que produz sentidos, pode ser utilizada como uma importante ferramenta de gestão de negócios, como instrumento de fortalecimento da instituição que o abriga e também, a responsabilidade social histórica, oportunizando observarmos o CMI como um espaço inserido na sociedade que traz enunciados do passado ao presente, que são manipulados, arquivados e produz novos sentidos. Pois como nos diz (PÊCHEUX, 2002, p. 53) “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro.”

O conceito de memória, quando relacionado a instituições privadas, se torna desafiador. É necessário observar que a memória não é alvo recorrente de interesse de todas as instituições. Nas organizações a memória é representada pelos itens que determinam a preservação da história e que permitem contar sua trajetória. É seletiva e é possível escolher as experiências para se preservar. Existe uma clara intencionalidade na atribuição do que irá representar o passado e as relações de poder, ou seja, a memória é definida por quem decide o que pode e deve ser lembrado, “resgatado” do passado. Um passado escolhido.

Costa (1997) afirma a escolha do passado, com base no que se quer lembrar. Essa escolha, segundo a autora, ocorre em função dos valores que são afirmados e negados no decorrer da existência.

Na realidade, esquecemos se queremos esquecer. No entanto, a qualquer momento, quando a vontade de lembrar nos atravessar o pensamento, quando há vontade de reconstruir o passado, somos impelidos a lançar mão dos mecanismos que dão suporte à memória e vamos buscar as lembranças onde quer que estejam: seja na consciência, no inconsciente, nos materiais de memória – os documentos (*latu sensu*), arquivos, relatos de outras pessoas que tenham partilhado experiências comuns. Não repetir o passado, tal qual um dia se apresentou à nossa consciência, é também uma escolha que passa pelo entendimento. Não esquecemos senão aquilo que queremos afastar de nossa experiência presente. (COSTA,1997, p.127)

A utilização da memória tende a diferenciar a organização no contexto em que está inserida. O CMI informa e auxilia os pesquisadores sobre o conteúdo do acervo, uso dos instrumentos de pesquisa e fontes disponíveis. Reúne informações sobre o perfil do usuário, as temáticas pesquisadas por eles e mantém indicadores sobre as solicitações dos pesquisadores.

Compreendemos que a memória organizada e disponibilizada também pode ser instrumento para o planejamento da organização, considerando que o passado reflete suas ações, e sua compreensão pode servir como referência para novos posicionamentos. Se utilizada estrategicamente a memória institucional reforça a cultura e a identidade não só corporativa, como da cidade, gerando o sentimento de pertencimento dos sujeitos.

Após a definição do que se é documento histórico, e o que se deve preservar, o CMI disponibiliza em seu site uma relação dos documentos disponíveis para pesquisa. Também, busca manter atividades a fim de aproximar seu acervo da sociedade, que incluem atendimento a pesquisas, exposições temáticas e visitas técnicas.

Considerando o conhecimento adquirido após pesquisas realizadas no CMI, com base no referencial teórico anteriormente definido, concluímos que existe material que respalda a existência de um espaço para a preservação da memória. Percebemos que a viabilidade do CMI requer a revisão do atual planejamento de divulgação do espaço, considerando que as análises evidenciaram que esta é aplicada de forma superficial.

#### **4. Algumas considerações**

Este artigo demonstrou o objetivo da criação do CMI, que tem como proposta arquivar parte da memória dos sujeitos sociais envolvidos na trajetória histórica do Inatel e da cidade, sendo esta ação um ato social e estratégico que atrai a atenção de pesquisadores, moradores da cidade e trabalhadores da própria instituição. É uma iniciativa que não se esgota em exposições ou livros comemorativos, pois propõe a preservação da memória institucional, destinando-lhe o seu espaço. Utilizar a memória institucional como recurso estratégico de divulgação representa, portanto, que a intenção deste trabalho que é contribuir com o CMI, destacando a problemática que envolve a questão da sua memória, de modo especial quanto aos documentos e elementos que a representam, apontando como solução o estabelecimento de um lugar para sua guarda e preservação.

Compreender, guardar e preservar a memória do Inatel e de Santa Rita do Sapucaí, representa também compreender, guardar e preservar uma parcela da memória da trajetória de seus sujeitos.

Entendemos que investir em memória institucional é investir também em educação, seja através de palestras relacionadas a patrimônio, seja por meio de palestras para conscientização sobre a importância da preservação de bens culturais. Tais ações de educação patrimonial promovem o exercício da cidadania e o acesso à informação, à cultura e à memória histórica, proporcionando o conhecimento de bens culturais. Sob uma perspectiva mais ampla, incentiva transformações e a percepção de valores culturais importantes para a vida em sociedade. Investir na criação de um arquivo representa contribuir para a perenidade da preservação patrimonial.

Concluímos que um discurso isolado sobre a importância da preservação da memória tende ao fracasso. É preciso tornar a defesa acerca da memória em argumento multidisciplinar e consoante às práticas de preservação. Assim, é necessário integrar esforços, produzir conhecimento, buscar apoio e definir argumentos capazes de mobilizar o aparato necessário à concretização do objeto desta investigação.

#### **Referências Bibliográficas**

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Moderna – Europa 1500 – 1800**. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2010.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo. Ed. EDUSP. 1998.
- COOK, Terry. **Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos**. **Informações Arquivísticas**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123 – 148, jul./ dez. 2012.
- COSTA, Icleia Thiesen Magalhães. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 1. Semestre, 2006.
- DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso em: 01 maio, 2018.
- FENELON, Déa Ribeiro. CRUZ, Heloísa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. In: **Muitas Memórias Outras Histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Cidades: Pesquisas Históricas**, Ed. Olho D'água. São Paulo, 1999.
- FILHO, Navantino Dionísio Barbosa. **Depoimento** concedido ao Centro de Memória Inatel, 2011.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, SP. Ed. Companhia das Letras, 1986.
- GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. 5ª ed. Ed. Unicamp, Campinas – S.P, 2003. Regimento do Centro de Memória Inatel, 2010.
- TAYLOR, R. S. **Information values in decision contexts**. **Information Management Review**, v.1, p.47-55, summers, 1985.
- PECHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre. (Org.) **Papel da memória**. Ed. Pontes, Campinas, 2002.

# **MEMÓRIA E INFÂNCIA: A CASA DA CRIANÇA DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ-MG E SUAS RELAÇÕES FAMILIARES**

**PEDRO CÉSAR PORTO SILVA; MARILU CARDOSO**

Universidade do Vale do Sapucaí. Avenida Prof Tuany Toledo, 470. CEP 37554-000 Pouso Alegre

## **1. Introdução**

O presente artigo realiza um estudo sobre a instituição de assistência infantil Casa da Criança de São Gonçalo do Sapucaí-MG, que esteve em funcionamento da década de 1950 até meados dos anos 2000. Essa pesquisa também produz uma ênfase especial nas memórias de crianças que passaram pela instituição dentre o período da década de 1970 a 1990.

A temática trabalhada no referido artigo já foi abordada na monografia intitulada “História e Memória. A Casa da Criança de São Gonçalo do Sapucaí-MG”. Contudo, nessa pesquisa, a temática é trabalhada de forma diferente da monografia, trazendo à tona as crianças que por lá passaram.

Essa pesquisa se faz relevante por trabalhar com um aspecto social presente na nossa sociedade nos dias de hoje, a maneira como a criança pobre vem sendo encarada, e muitas vezes, estereotipada.

Através dos grandes meios de comunicação notamos que a criança pobre vem sendo tratada como criminoso, e que discursos provenientes desse olhar preconceituoso que toma conta de noticiários que nos trazem essa realidade.

Exemplo desse olhar estabelecido pelo senso comum sobre a criança pobre é a discussão sobre a redução da maioridade penal, que muitas vezes trata a criança como uma criminoso que está protegida por uma maioridade penal que não permite que ela seja presa.

Apesar da questão da maioridade penal ser uma discussão que se emerge nos dias atuais, o olhar estabelecido pelo senso comum que a fundamenta já existe em tempos passados.

Tal análise nos é feita quando compreendemos a situação que as crianças pobres estavam passando em São Gonçalo do Sapucaí no período de fundação da Casa da Criança, a década de 1950, a qual elas eram tidas como mendigas por conta de suas práticas nas ruas da cidade.

Pautada nessa justificativa a pesquisa tem por objetivo desconstruir esse olhar estabelecido pelo senso comum sobre a criança, trazendo assim a memória de algumas crianças que passaram pela Casa, bem como o trabalho realizado pela instituição junto a esses sujeitos sociais.

Utilizamos como fonte para essa pesquisa os livros memorialistas escritos sobre a Casa da Criança, intitulados “Casa da Criança, uma história de amor” e “Criança nossa de cada dia”.

Porém ao pensarmos a literatura memorialista como fonte para pesquisas históricas devemos desconstruir um olhar, estabelecido pela historiografia metódica, sobre as fontes em si na qual se considerava apenas os documentos oficiais como fontes históricas.

Para bem analisarmos a literatura memorialista como fonte da história, devemos nos pautar nas reflexões trazidas pela Nova História que nos traz uma maior abrangência nas fontes utilizadas para a pesquisa, como nos expõem Déa Fenelon quando ela nos diz que:

Além disso, a História Social recolocou inúmeras questões no que diz respeito a uma variedade bem grande de registros documentais, facilitando investigações antes consideradas impossíveis pela inexistência de fontes, ou pelo não reconhecimento deste estudo a materiais inexplorados (FENELON, 1993, p.76).

Através dessa passagem de Fenelon, podemos ver a variedade de fontes que a História Social nos proporciona, e a partir dessa análise compreendemos então a fonte memorialista como um documento histórico que relata uma determinada época e um determinado lugar.

Contudo ao abordarmos a fonte memorialista como um documento histórico, não podemos vê-lo apenas na sua superficialidade, mas sim buscar entender a mensagem que ele traz em suas linhas, como nos expõe Eni Mesquita Samara e Ismênia Silveira:

Quer seja registrando fatos, narrando acontecimentos relativos aos diversos grupos humanos ou, ao menos, impressões e sentimentos de uma determinada pessoa, entre inúmeros outros exemplos de registros escritos, um estudioso deve destacar o óbvio: a escrita possibilita a elaboração não apenas de um texto mas também a transmissão de mensagens entre quem o escreve e quem o lê e/ou o interpreta (SAMARA; TUPY, 2004, p.120).

Através dessa passagem de Samara e Silveira nos é apresentado como podemos proceder com a análise da fonte documental, focando a análise na mensagem que ela nos traz bem como os sentidos que são atribuídos a ela por quem a interpreta.

Interpretamos então a literatura memorialista como um documento histórico que atribui sentidos diferentes para aqueles que realizam a sua interpretação ao entrar em contato com ele.

Porém sua análise fica apenas restrita apenas a que está escrito em suas páginas, mas engloba cuidados específicos para o seu trato metodológico, como trago em minha monografia “História e Memória: A Casa da Criança de São Gonçalo do Sapucaí-MG”:

A fonte memorialista nos proporciona uma relação com as memórias vivenciadas em um determinado momento e manifestadas na forma de livros em outro momento, necessitando assim um cuidado ao se fazer a sua análise – tendo como base a ideologia formada para a produção dessa fonte histórica - além de compreender que suas memórias não estão estáticas em suas páginas, mas que através de sua análise, e em diálogo com outras fontes, elas nos mostram o movimento presente na história que elas nos contam. (SILVA, 2017, p. 101)

Busco evidenciar, nessa passagem, a relação das memórias presentes nas obras memorialistas, que foram vivenciadas em um determinado momento e passadas para os livros em outro momento, dando ênfase para a ideologia da autora dessas obras memorialistas e nos dizendo que esse corpo de análise, em conjunto com diferentes tipos de fontes, nos possibilita interpretações das histórias presentes em suas páginas.

Os livros memorialistas foram escritos pela senhora Maria Xavier Azzi, que irá ter uma relação com a Casa da Criança, pois se trata de uma dos membros fundadores da instituição, como nos mostra essa passagem de seu livro:

Trabalhávamos na Escola Estadual Bárbara Heliodora... Nos intervalos os professores comentavam sobre o grande número de menores perambulando pelas ruas da cidade até altas horas da noite, com fome e com frio, sujeitos ao analfabetismo, à perversão e ao crime por falta de amparo (AZZI, 1995, p.16).

Através dessa passagem podemos ver uma primeira relação de Maria Xavier Azzi com a Casa da Criança, pois ela era uma professora que lecionava na Escola Estadual Bárbara Heliodora<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup>Escola Estadual Bárbara Heliodora é uma escola que se situa em São Gonçalo do Sapucaí e foi palco do primeiro contato dos membros fundadores da Casa da Criança com a realidade vivida pelas crianças pobres de São Gonçalo do Sapucaí

e ao entrar em contato com a realidade vivida pelas crianças pobres da cidade realizou a fundação da Casa da Criança.

Sua relação com a instituição se aprofunda quando tomamos a análise do estatuto da Casa da Criança, que nos traz o seguinte corpo diretivo: “Presidente; Maria Xavier Azzi, Vice Presidente; Custódia Valias de Rezende, Tesoureiro; Dulce Carvalho, 1ª Secretária; Maria Luiza Azevedo Lima, 2ª Secretária Dagmar Pereira de Almeida”<sup>107</sup>.

Notamos então a relação de Maria Xavier Azzi com a Casa da Criança, pois além de ser uma dos membros fundadores da instituição ela também exerceu trabalhos dentro da Casa através da diretoria da Casa da Criança.

Através dessa iniciativa foi fundada em 1951 a instituição Casa da Criança em São Gonçalo do Sapucaí, que tinha como finalidade um trabalho assistencial com as crianças pobres da cidade.

Ao analisarmos a finalidade da instituição, bem como a passagem trazida pela senhora Maria Xavier Azzi em seu livro entendemos a forte presença de um discurso assistencialista na Casa da Criança, sendo que esse discurso se refletiu no trabalho realizado pela instituição. Margareth Rago em sua obra “Do Cabaré ao lar. A Utopia da Cidade Disciplinar” nos traz que:

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais [...]. (RAGO, 1997, p.12)

Segundo a autora esse discurso assistencialista irá se estabelecer na virada do século XIX para o século XX e terá como foco principal um trabalho com sujeitos sociais específicos tais como trabalhadores fabris, mulheres e crianças pobres.

Ao pensarmos nesse discurso assistencialista para com as crianças uma questão nos vem em mente, onde esse discurso é posto em prática? Todavia ao analisarmos as fontes, bem como amparado pelo referencial teórico compreendemos que esse discurso irá ser praticado nas instituições de apoio a criança pobre, como a Casa da Criança, como já nos traz Olga Brites:

Num certo sentido, ela participa ativamente das transformações urbanas; as reformas efetuadas na cidade também estão voltadas para o confinamento infantil em diversas instituições, permanentemente vigiadas pelos adultos; o lazer, a brincadeira, são agora controlados; a presença de pedagogos, médicos, pais, religiosos é intensificada para

---

<sup>107</sup>Passagem do Estatuto da Casa da Criança

garantir uma educação desejada, um controle da sociabilidade infantil. (BRITES, 2006, p.197)

Através dessa citação de Brites, entendemos a relação do discurso assistencialista com as instituições de amparo a infância pobre, como é o caso da Casa da Criança, pois os trabalhos que englobam desde práticas de lazer, brincadeiras, e a alfabetização desses sujeitos sociais foram realizados nesses espaços.

Tendo em vista todo caráter assistencialista da Casa da Criança um questionamento se faz necessário, pois este pauta a temática central desta pesquisa, qual a relação das crianças e seus familiares com a instituição?

## **2. Memórias das crianças**

Ao entrarmos em contato com as fontes, compreendemos que o contato inicial das crianças com a instituição nem sempre era feita de forma amistosa e que muitas vezes apresentava resistência por parte da criança, como vemos no caso trazido por Maria Xavier Azzi sobre a criança Alex, que era conhecida como “Baianinho”:

Há uns dois anos, em 1990, passando pelo cine Rosário, vi um menino que aparentava ter uns doze anos, na realidade já tinha 16 anos. Deitado de baixo da marquise com o rosto coberto com as mãos; estava muito sujo, descalço, com os olhos fechados e não queria conversar. Eu e Justino Ferreira continuamos insistindo muito querendo saber se ele sentia alguma coisa, se estava doente, o que ele queria. Tanto insistimos que ele nos respondeu: - não quero nada, não quero nada, EU QUERO MORRER. (AZZI, 1995, p.362)

Vemos então como foi o primeiro contato da Casa da Criança com o Alex, evidenciando uma reação de rejeição por parte da criança em receber o auxílio da instituição.

Essa reação de rejeição é tida por nós como uma resistência por parte da criança, pois esta estava acostumada com os diversos tipos de preconceitos que eram lançados sobre ela sejam eles pela fala ou pelos olhares de quem por lá passavam.

A resposta para tal situação pelo qual esse sujeito social passava se deu na negativa ao auxílio da instituição, o que levou a ele dizer as seguintes palavras “Eu quero morrer”, algo que refletia a vida que ele estava tendo nas ruas.

Analisamos também o local a qual a criança foi encontrada, pois se trata do Cine Rosário, um cinema que funcionava no centro da cidade de São Gonçalo do Sapucaí na Rua Direita<sup>108</sup>.

Tal lugar em que a criança foi encontrada nos leva a compreender a importância que o lugar tinha, pois a Rua Direita de São Gonçalo do Sapucaí era o centro comercial da cidade, que atraía as crianças que praticavam a mendicância por conta da circulação que o local apresentava.

Ao depararmos com o local em que a criança estava, percebemos então a ação do discurso assistencialista sendo posto em prática, pois para tal discurso o espaço da rua é visto como lugar de corrupção moral da criança pobre, como nos traz Brites: “A rua é, então, discutida como lugar de criminalidade, de divulgação de vícios condenados, a mendicância que envolve a criança é exaustivamente rejeitada pela imprensa e pelo poder judiciário” (BRITES, 2006, p.197).

Através da análise da fonte, bem como amparado pelo referencial teórico compreendemos que grande parte dos trabalhos da Casa da Criança se deu nas ruas da cidade, tendo em vista que, para o discurso assistencial, que visava trabalhar com tais sujeitos, pois eles eram tidos como o futuro da nação, esse era um lugar a ser combatido pela instituição já que era entendido como um local de corrupção moral para a criança.

Nota-se também a reação que a criança teve ao ser abordado pelos membros da Casa da Criança, que logo após o contato que tiveram (que foi trazido pela fonte como um contato insistente por parte dos membros da instituição) disse que não queria a ajuda e que preferia morrer por conta da realidade que estava vivenciando.

Era o ALEX, o filho do Baiano, como era conhecido; andava descalço, muito sujo, com uma coberta jogada nas costas, chupava um bico e tinha sempre um cigarro atrás da orelha. Ele mancava muito, puxava de uma perna depois que sofrera um acidente e fora jogado para longe pelo carro que o atropelara. Batendo também forte com a cabeça (AZZI, 1995, p.362).

Através desse trecho do memorialista percebemos que não era apenas Alex, o Baianinho, que morava nas ruas da cidade, mas que também o seu pai, o Baiano, como era conhecido na cidade também frequentava aquele espaço, nos mostrando que se tratava nesse caso de uma família em situação de rua. Mas como a Casa realizou os seus trabalhos com essa família?

Com a Fundação do PROJETO MENOR começou a funcionar o Internato tendo o Sr  
Prefeito Municipal ASSUMINDO TODAS AS DISPESAS COM O PROJETO

---

<sup>108</sup>A Rua Direita é uma rua que se localiza no centro da Cidade de São Gonçalo do Sapucaí e era tida como o centro comercial da cidade no recorte trabalhada nesse artigo

funcionou, de início, no SOS. Logo a diretoria exigiu a transferência de menores, tendo sido transferido para uma casa anexa ao almoxarifado da Prefeitura (AZZI, 1995, p.362).

Vemos então a fundação de um projeto realizado pela Casa da Criança, o Projeto Menor, que tinha como objetivo trabalhar com as crianças que moravam nas ruas, e foi por intermédio desse projeto que o Alex irá entrar na Casa da Criança.

Logo depois que chegou a Casa da Criança foi levado ao neurologista de Pouso Alegre Dr. OliverVaula Werneck, foi feito o Eletrocardiograma e receitado o remédio que devia tomar duas vezes ao dia e voltar depois de um ano (AZZI, 1995, p.363).

Vemos então qual foi a primeira assistência que a Casa prestou para o Baianinho, levando-o para o médico que residia em Pouso Alegre, e que na qual foram feitos exames e passada medicações para o uso da criança.

Através dessa análise vemos uma presença muito forte do poder médico junto ao discurso assistencialista, sendo este interpretado como um “aliado” das instituições de amparo à criança, como nos traz Margareth Rago: *Através da apropriação da infância, o poder médico procura projetar-se no mundo da política, outorgando-se um papel de importância vital para a sobrevivência física e moral dos habitantes, das crianças aos adultos, de todas as classes sociais.*” (RAGO, 1997, p.120)

Percebemos então a ação que o poder médico tinha com instituições de amparo infantil e como ele se tornou uma constante presente no discurso assistencialista.

Sofreu há mais tempo um desastre, foi atropelado por um carro, arrastado, bateu com a cabeça no calçamento. Em consequência puxa de uma perna e esqueceu o que aprendera da escola. Lê muito pouco e conseguiu reaprender a escrever o seu nome; motivação maior: Queria votar pela 1ª vez... (AZZI, 1995, p.363)

Nessa passagem nos deparamos com um acidente que o Alex sofreu, e que por conta das seqüelas desse acidente ele esqueceu aquilo que havia aprendido na instituição, cabendo então a Casa da Criança retomar todo o trabalho que havia desenvolvido com ele.

Notamos então qual era o trabalho que a Casa da Criança tinha com o Alex, tendo em vista que a instituição tratava da alfabetização das crianças que por lá passaram, algo que ocorreu com o Alex, que tinha como maior motivação poder votar pela primeira vez.

Quando analisamos a fonte memorialista nos deparamos com uma categoria importante para os estudos da História, a Memória, trazida da seguinte maneira pela autora Andrea Silva Domingues:

As memórias são, portanto, experiências historicamente construídas, constantemente modificadas, enquanto que cada experiência é, por sua vez uma criação constante da memória, que faz o passado servir para fazer o presente e imaginar o futuro (DOMINGUES, 2011, p.27).

A autora nos mostra a relação da memória com as experiências vividas por cada sujeito social, visto que as memórias são formadas por essas experiências e, em contra partida, a essas experiências são atribuídos sentidos pela memória, fazendo com que o passado se torne uma forma de entender o presente e construir o futuro.

Essas experiências citadas por Domingues irá auxiliar a formação da memória social, que está presente dentro de diversos campos de representação, como nos traz Heloisa Helena Pacheco Cardoso quando a autora nos afirma que:

A memória social sobre o passado se articula tanto no campo das representações oficiais como no da memória privada, não como esferas separadas, mas como campos que se misturam ou se cruzam, em que elementos de um podem ser encontrados no outro, muitas vezes ressignificados no conjunto daquilo que vai readquirindo sentido para as pessoas (CARDOSO, 2006, p.178)

Através dessa análise promovida por Cardoso, entendemos que a memória social está presente em diversos tipos de fontes como a fonte memorialistas, utilizada nessa pesquisa.

Ao analisarmos essas memórias presentes na obra memorialista nos deparamos com uma criança em especial, que apresentava uma deficiência visual e que foi levada para a Casa da Criança. Essa criança se chamava Maria Aparecida Moreira e que foi referida pela autora memorialista como “A Idealista”: “Maria Aparecida Moreira é cega de nascença. Morava na roça e transferiu-se com sua família para a cidade, porque sua família era grande e podia ajudá-los. Era a família do senhor Belarmino Moreira e morava na Cata Funda” (AZZI, 1995, p.341)

Por meio dessa passagem da autora memorialista vemos de onde veio a família da Maria Aparecida. Eles vieram da zona Rural da cidade e por conta de terem família na cidade vieram em busca de condições de vida melhores. Evidencia-se também qual era a deficiência que Maria Aparecida tinha, ela era cega e por conta de sua deficiência sua família procurou a Casa da Criança.

Era uma menina muito viva, esperta, inteligente, e tinha uma grande vontade de aprender a ler. Um dia foi a Casa da Criança com sua tia D. Maria Oliveira Belarmino e pediu-nos, com muita insistência, que arranjasse para ela estudar em algum instituto para cegos. A Casa estava em construção e lutávamos com dificuldades [...] (AZZI, 1995, p.342)

Vemos então, através dessa passagem, o primeiro contato da família de Maria Aparecida com a Casa da Criança. Nesse contato vemos que a família veio à instituição pedindo para que esta conseguisse uma vaga para a criança em uma instituição para cegos, posto que a Casa da Criança não tinha estrutura suficiente para trabalhar com crianças que detinham essa deficiência. Mas como que a casa conseguiu lidar com essa situação?

Pedi a minha irmã Elza que morava em B. Horizonte para ver se conseguia uma vaga para Maria Aparecida no Instituto S. Rafael, com grande alegria recebemos a notícia e começamos a preparar o enxoval para a sua ida. (AZZI, 1995, p.342)

Por meio dessa passagem conseguimos ver como que a instituição lidou com o caso de Maria Aparecida, pois Dona Maria Xavier (por intermédio de sua irmã, Elza) conseguiu uma vaga para Maria Aparecida no Instituto São Rafael em Belo Horizonte.

Com a análise da fonte memorialista nós vemos que os estudos de Maria Aparecida no instituto São Rafael foram até a 4ª série e que logo após o seu término ela foi estudar em São Paulo em um Instituto de Cegos, como nos traz Azzi:

Quando concluiu a 4ª série ginásial enviou-nos o convite de formatura. Antes da formatura escreveu-me uma carta dizendo que queria continuar os estudos e estava pleiteando uma vaga no Instituto de Cegos em São Paulo [...] soube, depois, em Belo Horizonte que a Aparecida Conseguira ir estudar em São Paulo, conforme desejava. (AZZI, 1995, p.342)

Contudo a relação de Maria Aparecida com a Casa da Criança não se encerrou com sua ida para São Paulo, pois ao analisarmos as fontes encontramos uma carta escrita por ela (depois de se tornar adulta e casada) endereçada para a Casa da Criança dizendo:

Querida Maria Cansada com muitas saudades e recordações te escrevo para dar minhas notícias no decorrer dos anos passados. Estou casada, tenho 4 filhos, 3 homens e 1 menina...e eu estou com uma banca de mercadorias do Paraguai no centro da cidade alugada. Estou pagando o INSS para poder me aposentar. Senhora Maria desculpe de eu não ter entrado em contato antes, mas eu nunca me esqueci da senhora. Vou terminar

com muitas saudades e um forte beijo, esperando que a senhora me responda essa carta. Aparecida.<sup>109</sup>

Através dessa carta vemos como que Maria Aparecida levou sua vida em São Paulo após sua partida de Belo Horizonte, pois naquele momento ela se encontrava casada, com filhos e trabalhando na capital paulista.

Todavia o que mais chama a atenção nessa carta é a maneira como ela se refere à Dona Maria Xavier Azzi (citada na carta como Maria Cansada, que era o seu apelido) evidenciando um sentimento de gratidão por parte de Maria Aparecida à Casa da Criança.

Mas por que a autora memorialista resolveu deixar relatos sobre o Alex e a Maria Aparecida? Por que ela atribuiu à alcunha de a “Idealista” ao se referir a Maria Aparecida em seu livro?

Para responder tais perguntas se faz necessário dialogar com referências que tratam de uma categoria presente nos estudos históricos e que também está presente na literatura memorialista enquanto fonte histórica, a Ideologia, apresentada da seguinte maneira por Carlos Henrique Escobar:

A ideologia é um sistema de representações que possui sua lógica, e que se apresenta através das imagens, mitos, idéias ou noções, cumprindo funções na sociedade. Na ideologia a função pacto-social se sobrepõe a função teórica ou função do conhecimento. A ideologia tem então uma dupla relação: o conhecimento, por um lado, e com a sociedade, por outro lado. (ESCOBAR, 1978, p.67)

Segundo o autor, ideologia é um sistema de representações que se faz presente nos mais variados meios de se interpretar o mundo e a realidade, como nas imagens, mitos, lendas e ideias e que cumprem funções específicas dentro de cada sociedade.

Tais sistemas de representações que aparecem nas especificidades de cada sociedade que irão atribuir a cada civilização pensamentos diferentes, e esses pensamentos estarão ligados com a forma pela qual essa sociedade se constitui, como nos traz Escobar:

A ideologia que se constitui nas formações sociais aparece como formações específicas – sistema de representações – imprescindíveis para a existência mesma das formações

---

<sup>109</sup>Carta escrita por Maria Aparecida para Maria Xavier Azzi retirada de: AZZI, Maria Xavier. **Criança Nossa de Cada Dia, 2ª Parte**. Três Corações: Excelsior, 1995

sociais. As sociedades investem ideologia – isto é, produzem-na ao se reproduzirem como estrutura e história. (ESCOBAR, 1978, p.67)

Contudo não devemos separar os conceitos de Ideia e História, pois ambos caminham lado a lado, sendo que um acaba por se fazer presente no estudo do outro, como nos mostra Francisco Falcon quando ele nos diz que:

Ao acloparmos idéias e história a ambigüidade deste último termo permite a leitura da expressão daí resultante segundo duas claves bem diversas: como proposição ontológica que afirma a existência “real” das idéias na história (no sentido de matéria do conhecimento histórico); e como proposição epistemológica que garante a validade de um certo tipo de conhecimento histórico no qual as idéias constituem o seu objeto. (FALCON, 1997, p.92)

Segundo o autor as ideias se fazem presente dentro dos estudos da História, tornando-as objeto de estudo diretamente, ao buscar entender as ideias por trás de um determinado acontecimento histórico, ou indiretamente, ao buscar o estudo sobre um determinado objeto que está inserido dentro de um sistema de representações, como é o caso das pesquisas ligadas à Casa da Criança.

Compreendemos então que os relatos da fonte memorialista a cerca dessas crianças que passaram pela Casa da Criança está inserido em um sistema de representações que, embasados na ideologia da autora, nos apresenta a visão que Dona Maria Xavier tinha a cerca desses sujeitos sociais.

Por meio desse sistema de representação presente na fonte memorialista, percebemos que a autora traz também alguns relatos sobre acontecimentos que ocorreram dentro e fora da instituição como o seguinte caso que aconteceu no parque na instituição:

Dia 28 de maio de 1995, 10:40 da manhã. As crianças estavam no parque brincando. Os maiores estavam na horta trabalhando nos canteiros e aguando a horta. As crianças brincavam alegremente no parque sobre a orientação de ILDEA E MARIA DAS GRAÇAS. A Irmã Ilka acabava de dar catecismo para as crianças e eu acompanhava até a porta (AZZI, 1995, p.374).

Ao analisarmos essa passagem vemos um pouco do cotidiano das crianças dentro da instituição, na qual as crianças mais novas brincavam no parque enquanto as mais velhas trabalhavam junto à horta da Casa da Criança.

Vemos também a relação que a Igreja Católica tinha com a Casa da Criança, pois o catecismo<sup>110</sup> era dado dentro da instituição. Porém ao analisarmos o restante do relato notamos que algo aconteceu nesse espaço:

Ao entrar ouvimos um barulho estranho e esse barulho foi aumentando cada vez mais, sem que pudéssemos identificar. As crianças olharam para a árvore de onde vinha o barulho e correram assustadas, chorando e gritando em direção ao pátio, nem chegaram ao meio do pátio à árvore caiu num barulho grande (AZZI, 1995, p.374).

Tal acontecimento relatado na fonte memorialista foi a queda da árvore do parque da Casa da Criança que, segundo a autora, aconteceu derrepente e provocou um grande tumulto no pátio da instituição, pois as crianças que brincavam no parque estavam fugindo da queda da árvore.

Contudo é importante nos questionar qual era o valor que essa árvore tinha para a instituição e que fez com que essa memória fosse preservada nas páginas memorialistas. Ao vermos o restante do relato percebemos qual era esse valor:

Era uma árvore imensa plantada há uns 32 anos pela irmã Eudóxia; em fins de Outubro começava a florescer e continuava florida até Novembro e Dezembro, como símbolo de natal enfeitando todo o parque. Era uma árvore maravilhosa e tomava conta do parque fazendo parte da paisagem da Casa da Criança. Chamava a atenção de todos pela sua beleza com ela morreu grande parte das recordações da vida alegre e feliz que ali passamos (AZZI, 1995, p.374).

Compreendemos então, com essa passagem, que esta árvore já se fazia presente a certo tempo na instituição, e por conta disso lhe fora atribuída um significado especial por quem passava pela instituição.

Esse significado atribuído à árvore se fazia presente principalmente nos períodos de outubro a dezembro, pois era o período de florescimento da árvore, fazendo com que ela se tornasse, segundo a autora, parte da paisagem da Casa da Criança.

Notamos também a maneira como Dona Maria Xavier se referiu à queda da árvore dizendo que “com ela morreu grande parte das recordações da vida alegre e feliz que ali passamos”, ou seja, com a queda da árvore grande parte do simbolismo que ela tinha acabou caindo com ela.

---

<sup>110</sup>Prática da Igreja católica de educar as crianças através dos preceitos da religião. Na casa da Criança o catecismo era ministrado pelas Irmãs de Providência de GAP, denotando uma forte ligação entre a instituição e a Igreja Católica.

Compreendemos então a importância que essa árvore tinha para com àqueles que passaram pela Casa da Criança, pois ela se tornou um símbolo da instituição, e sua queda acarretou um grande impacto naqueles que lá estavam.

Ao entrarmos em contato com a fonte memorialista também vemos que as atividades da Casa da Criança também se faziam fora da instituição, como nos mostra Dona Maria Xavier ao nos relatar a seguinte excursão:

No dia 23 de maio de 1991, quinta feira 14:00 horas da tarde as crianças foram fazer uma excursão a igreja de SANTA RITA DE CÁSSIA, levadas pela Adelina e outras. Lá, rezavam e depois brincavam alegremente, cantavam,dançavam. Depois do lanche descasavam e voltavam. Naquele dia notaram que na volta, algumas crianças não estavam passando bem. Quando chegaram, preparavam para sair, depois do jantar. As 04:00 horas da tarde, quando saiam, levamos um grande susto; as crianças começaram a sentir-se mal, chorando, gritando e correndo pelos corredores. Todos estavam desorientados (AZZI, 1995, p.375).

Entendemos então qual era o local da excursão promovida pela Casa da Criança, era a igreja de Santa Rita localizada em São Gonçalo do Sapucaí (evidenciando mais uma vez a relação da instituição com a Igreja Católica), na qual as crianças rezaram e brincaram nessa excursão.

Percebemos também que as crianças começaram a passar mal durante a excursão, mas foi na chegada à instituição que essa situação se agravou, tendo em vista as reações que as crianças tiveram ao chegar da excursão.

A Andréa, mais prática pelo seu trabalho no ambulatório, tomou uma das crianças e correu levando-a para o Posto Municipal... o médico examinou, mandou dar PLAZIL que passaria logo. A Andréa percebeu que a criança não estava bem e correu com ela para a Santa Casa. O Dr. Stênio a atendeu e disse-lhe tragam, com urgência, todas as crianças que estavam com sintoma de vômitos e diarreias estavam com intoxicação alimentar (AZZI, 1995, p.375).

Através dessa passagem vemos o trabalho da Andréa, uma mulher que trabalhava na Casa da Criança e, por já ter trabalhado em um ambulatório antes, sabia como agir nessa situação.

Andréa tomou a iniciativa de levar uma criança para o Posto de Saúde da cidade, chegando lá o médico havia apenas receitado um medicamento para conter o mal estar. Todavia Andréa não se contentou com esse diagnóstico e procurou também o atendimento na Santa Casa de Misericórdia da Cidade. Chegando lá o médico deu o diagnóstico de intoxicação alimentar e que

todas as crianças que apresentavam esse quadro deveriam ser levadas a Santa Casa. Mas o que causou a intoxicação nas crianças?

Chegou logo José Walter Nogueira e pediu-me que lhe mostrasse a alimentação que tinha sido servida naquele dia e disse-me; foi o tomate que, certamente foi tratado com agrotóxico. Na Santa Casa aconteceu isto tendo o tomate vindo da mesma procedência (AZZI, 1995, p.376).

Vemos então qual foi o motivo que levou a intoxicação alimentar, foram os tomates que ao ser tratado com agrotóxicos contaminaram as crianças.

Notamos também que casos de intoxicação alimentar estavam acontecendo com frequência em São Gonçalo do Sapucaí, tendo como foco principal as verduras e legumes que eram tratados com agrotóxicos.

Os 16 (dezesseis) menores foram encaminhados para a Santa Casa e começaram imediatamente a tomar o soro; a medida em que iam melhorando iam sendo dispensadas pelo médico, os pais estavam lá aflitos junto aos filhos, preocupados e chorosos (AZZI, 1995, p.376).

Através da análise dessa passagem vemos que as crianças foram tratadas na Santa Casa, e logo que apresentavam sinais de recuperação eram liberadas pelos médicos e encaminhadas para suas famílias.

### **3. Infância e Imagem**

Por intermédio das análises feitas na fonte memorialista vemos que se tratam das experiências vivenciadas pelas crianças dentro da instituição. Mas ao trabalharmos com essa temática devemos refletir sobre o momento da vida em que esses sujeitos sociais estão passando, a Infância, trazida da seguinte forma por Olga Brites: “Abordar a infância numa perspectiva histórica pode ajudar a compreender como se elaborou uma identidade para a criança...” (BRITES, 2004, p.17).

Segundo Brites ao se trabalhar o conceito de infância dentro dos estudos da história conseguimos entender a formação identitária desse sujeito social, pois será na fase da infância que as pessoas vão começar a se formar enquanto sujeitos sociais através das práticas e discursos que elas vivenciam.

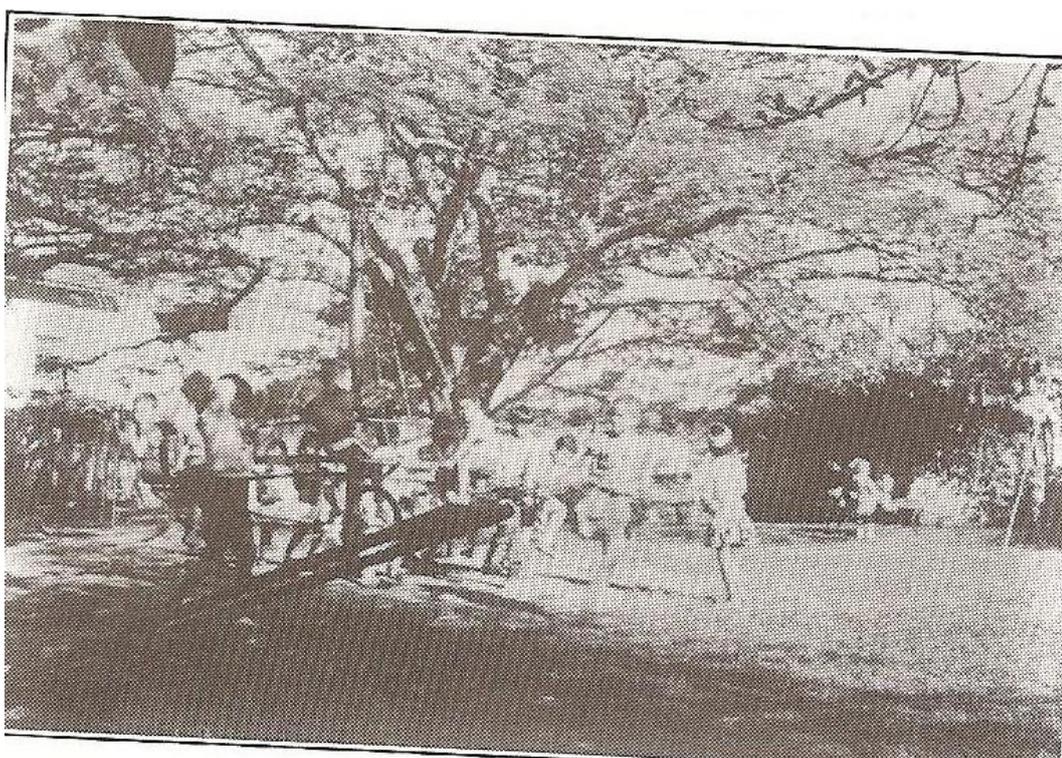
Entretanto ao pensarmos a infância dentro da Casa da Criança devemos levar em consideração o trabalho que a instituição fazia para com esses sujeitos, sendo que esse trabalho estava ligado à formação da criança para o trabalho, sendo que essa formação se dava com a presença adulta junto com elas, como já nos mostra Aries:

A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças a convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-la (ARIES,1981,p.10).

Através dessa análise de Aries podemos entender como que a formação identitária das crianças foi se constituindo dentro da Casa da Criança, pois uma vez que se objetivou formá-las para exercer uma profissão tal ideal ira ser refletido no processo identitário desses sujeitos.

Contudo, quando analisamos as fontes vemos que o cotidiano da instituição não era apenas marcado pela formação da criança para o mundo do trabalho, mas que também haviam momentos de descontração e lazer dentro da Casa da Criança e que também se faziam presentes na formação identitária desses sujeitos. Mas como se davam esses momentos de lazer?

Como vimos anteriormente nesse artigo a Casa da Criança contava com um parque a qual as crianças utilizavam em momentos de brincadeiras e que nós podemos ver a baixo:



**Imagem 01: Parque da Casa da Criança**

Esse parque se localizava aos fundos da sede da Casa da Criança e contava com a presença de brinquedos como balanços, gangorras e escorregadores, sendo interpretado como o espaço que simbolizava as práticas de lazer das crianças.

Contudo as práticas de lazer não eram apenas simbolizadas pelo parque da Casa da Criança, pois ao analisarmos as fontes vemos que a prática de esportes era muito valorizada pela instituição, como podemos ver na imagem abaixo:



**Imagem 02: Time de Futebol da Casa da Criança de 1980**

Essa imagem irá nos mostrar o time formado por crianças assistidas pela Casa da Criança e que iriam disputar um torneio vigente na cidade nessa época, o Troféu Casa da Criança.

Ao analisarmos o nome da competição, bem como o fato da Casa ter feito um time de futebol para representá-la, conseguimos ver a importância que a instituição dava para a prática de esportes, sendo encarado como uma forma de lazer para as crianças, e também uma forma de trabalhar a saúde das mesmas.

Quando realizamos a análise da fonte imagética não podemos tomá-la apenas como uma fonte ilustrativa, mas devemos compreender as possibilidades de análise que tal fonte nos traz,

como já nos diz Eduardo França Paiva “[...] é importante sublinhar que a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver”. (PAIVA, 2004, p.19).

Através da análise da fonte memorialista, notamos a presença de várias fotografias que relatam o cotidiano das crianças (como as imagens 01 e 02 apresentadas nesse artigo). Contudo um questionamento nos vem à luz, por que as crianças foram escolhidas como sujeitos centrais das fotografias encontradas nos livros memorialistas?

Olga Brites em sua obra “Retratos da Infância” irá trabalhar com a relação da infância como temática de fotografias, analisando os motivos que fizeram das crianças sujeitos central nessas fontes. Já nos trazia a autora que: “Sabemos que a criança é sujeito preferencial a ser fotografada na família, nos eventos escolares, nas comemorações cívicas da cidade, em fotografias de instituições moradia dos cortiços como precária, promíscua” (BRITES, 2006, p.195).

Para a autora as crianças irão se tornar sujeitos preferenciais para serem fotografadas nas mais variadas ocasiões e espaços. Mas essa centralização na imagem da criança não se dará apenas no período estudado por Brites, pois ao analisarmos estudos sobre a infância nos séculos passados vemos que a formação de uma imagem que foca como sujeito principal a criança já era praticado pelas famílias, como nos expõe Aries:

O leitor destas páginas sem dúvida terá notado a importância do século XVII na evolução dos temas da primeira infância. Foi no século XVII que os retratos de crianças sozinhas se tornaram numerosos e comuns. Foram também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou centro da composição (ARIES, 1981, p.65).

Através das análises empregadas por Brites e Aries, entendemos como que a criança se torna sujeito principal de fotografias tendo em vista a formação de um ideal que visava trabalhar a criança para a formação do futuro dela, sendo que esse trabalho será empregado por casas de auxílio à criança durante o período trabalhado nesse artigo.

Por meio dessa análise percebemos o porquê da representação imagética da criança na fonte memorialista, pois ela é idealizada sobre os preceitos e os trabalhos realizados pela instituição junto com esses sujeitos, os tornando a temática central na qual a fonte memorialista foi produzida.

#### 4. Considerações Finais

Essa pesquisa teve como finalidade compreender as relações existentes entre a instituição de amparo infantil de nome Casa da Criança em São Gonçalo do Sapucaí com as famílias que eram atendidas por ela.

Para a realização dessa pesquisa utilizamos a literatura memorialista local produzida sobre a Casa da Criança. Essa fonte nos traz as possibilidades de reinterpretação sobre as práticas e discursos vivenciados nesse local, se transformando assim em uma fonte histórica de muitas possibilidades e usos.

Ao realizar essa análise pegamos dois exemplos de crianças atendidas pela instituição que estão presentes nos livros memorialistas da Casa, a criança que se chamava Alex, nos mostrada pelo apelido de “Baianinho” pela fonte memorialista, e Maria Aparecida, que foi nos apresentada como “A Idealista”.

Também foi realizada uma análise sobre algumas práticas que a Casa fazia com as crianças assistidas por ela, como passeios para fora da instituição, bem como as práticas de lazer e esporte que ela promovia.

Tais reflexões apresentadas durante esse artigo vieram com o propósito de responder o seguinte questionamento: qual a relação das crianças e seus familiares com a instituição?

Quando empregamos as análises pautadas nesse questionamento entendemos que essa relação se dá por uma via de mão dupla, pois as famílias dessas crianças viam na Casa da Criança uma forma de mudar a realidade vivida por seus filhos (vide o caso trazido de Maria Aparecida, a Idealista), e a instituição via nessa realidade a oportunidade de colocar em prática os discursos assistencialistas vigentes no Brasil sobre a infância nas décadas de 1950 a 1990.

Contudo, precisamos entender o que seria esse discurso assistencialista que fundamentou as práticas da Casa da Criança. Esse discurso tem como foco o pensamento de que a criança é o futuro da nação e, por isso, deveria ter uma formação que a afastasse de possíveis práticas ou lugares de corrupção moral (como a rua por exemplo) e que lhe preparava para exercer uma profissão em sua vida adulta (conceito esse conhecido pelos pesquisadores dessa área por educação para o trabalho).

Entendemos também a relação que esse discurso tem para com as famílias que lhe são alvo, pois ele defende um único modelo familiar, o modelo de família nuclear, muitas vezes composta pelo pai, a mãe e os filhos. O discurso assistencialista trabalha em cima desse modelo a partir do momento em que ele interpreta que a criança é o principal componente dessa estrutura familiar,

fazendo assim trabalhos que visam à formação desse sujeito através dos trabalhos em instituições e do auxílio aos pais.

Por meio dessa análise sobre o discurso assistencialista e através dos trabalhos realizados pela Casa da Criança em São Gonçalo do Sapucaí conseguimos entender como se deu o assistencialismo nesse recorte temporal e espacial abordado nesse artigo.

Para nós o discurso assistencialista empregado pela Casa da Criança se pauta na formação futura dos sujeitos sociais alvos de seus trabalhos, sendo que essa formação se deu através das praticas institucionais da Casa, bem como suas relações com as famílias das crianças atendidas, nos mostrando assim que não se tratava apenas de um assistencialismo infantil, mas sim familiar.

Porém, não podemos dar como concluído essa pesquisa, pois novos olhares podem surgir futuramente sobre os trabalhos da Casa da Criança e seus discursos assistencialistas, trazendo a tona então novas perspectivas de interpretação sobre as práticas ali vivenciadas.

## 5. Fontes

AZZI, Maria Xavier. *Casa da Criança uma História de Amor, 1ª Parte*. Três Corações: Excelsior, 1995

AZZI, Maria Xavier. *Criança Nossa de Cada Dia, 2ª Parte*. Três Corações: Excelsior, 1995

## 6. Referências Bibliográficas

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

BRITES, Olga. *Infância, Trabalho e Educação; A Revista Sesinho (1947/1960)*. Bragança Paulista:Universitária São Francisco, 2004.

\_\_\_\_\_. Retratos da Infância. In: MACIEL, Laura Antunes.; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun (Orgs). *Outras histórias: Memórias e linguagens*. São Paulo: olho d'Água, 2006

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Memórias e imagens: (re)pensando os significados do Memorial JK. In: MACIEL, Laura Antunes.; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun (Orgs). *Outras histórias: Memórias e linguagens*. São Paulo: olho d'Água, 2006.

DOMINGUES, Andrea Silva. *A arte de falar. Redescobrimdo trajetórias e outras histórias da Colônia do Pulador Anastásio/MS*. São Paulo: Paco, 2011.

ESCOBAR, Carlos Henrique. *Ciência da História e Ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

FALCON, Francisco. Histórias das Idéias. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs) *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997.

FENELON, Déa Ribeiro. “Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa”.In: *Revista Projeto História*. Nº 10,São Paulo: EDUC, 1993.

- PAIVA, Eduardo França. *História & Imagem*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar*. A Utopia da Cidade Disciplinar. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SAMARA, Eni de Mesquita, TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SILVA, Pedro César Porto. *História e Memória: A Casa da Criança de São Gonçalo do Sapucaí – MG*. Pouso Alegre Univas/ 2017. 107 F.

# **O COTIDIANO DAS MENINAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ITAJUBÁ (MG): “GÊNERO, RAÇA, CLASSE E EDUCAÇÃO”**

**PRISCILA CAETANO MENDES; MARILU SANTOS CARDOSO**

Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVAS  
AV. Prof. Tuany Toledo, 470, Unidade Fátima  
CEP 37554-210 | Pouso Alegre | MG

priscila.04caetano@gmail.com; marilusantos16@gmail.com

## **Apresentação**

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, e também, metas que dizem respeito especificamente a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, que, segundo o próprio relatório são imprescindíveis para equidade. Contudo, durante a tramitação no Congresso Nacional em 2014, a questão do gênero foi retirada do texto.

O texto vetado colocava como meta “a superação de desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. O PNE aprovado não faz nenhuma menção às duas últimas questões (gênero e orientação sexual), delegando para estados e municípios a decisão de incluí-las ou não em seus planos.

Em meio a toda essa discussão, a situação específica de meninas no espaço escolar permanece invisível. Como o governo justifica a retirada da questão do gênero em uma sociedade onde a opressão capitalista reforça os valores de gênero e, é grande o número de mulheres que são oprimidas pelo patriarcado?

Partindo dessa premissa, e, se somarmos a ela ainda outros fatores como classe social, raça e sexismo, que segundo HOOKS (2013), não podem ser tratados sob uma hierarquia e sim interligados, percebemos o quanto esses fatores podem afetar especificamente o processo de aprendizagem das estudantes, tornando assim fundamental as discussões de gênero nas escolas.

Ao analisar criticamente o papel social que a escola exerce enquanto espaço público percebe-se o quanto é necessário uma reflexão sobre as práticas pedagógicas enquanto o ensino que se pretende ofertar conjuntamente com uma pedagogia engajada.

Enquanto educadores em escolas públicas assumimos um posicionamento político referente aos currículos básicos comuns, mas nossa prática não pode e não deve ser apenas voltada para o foco teórico. Através de múltiplas experiências sabe-se que os professores tem colocado em questão cada vez mais esse dilema. Qual o papel da escola? O que é necessário para uma educação de qualidade? Quais os alunos estamos pretendendo formar?

A escola enquanto ambiente físico é um espaço de trocas de experiências, é um reflexo da sociedade. É preciso repensar cada vez mais o seu papel. Não se trata de assumir um perfil ideal do professor, mas a escola precisa estar em contato com o aluno como um todo. O multiculturalismo e a diversidade cultural precisam ser levados a sério, mas por que há tanta resistência por parte da sociedade quanto a isso?

Apesar do multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado uma experiência de inclusão (HOOKS, 2013, p.51).

A crise que a educação vem enfrentando é um exemplo claro que nossas práticas não estão condizentes com as transformações que a sociedade vem passando. A escola é um lugar seguro, confortável para nossos alunos e alunas?

Quando se trata da questão do gênero essa reflexão se torna ainda mais complexa. O quanto nossas práticas estão contribuindo para reforçar valores de dominação? Estamos oferecendo uma educação que liberte nossos alunos e alunas de práticas opressivas enquanto gênero?

Enquanto pensarmos na escola somente como um espaço em que o campo das ideias é mais valorizado que as experiências individuais continuaremos sim, a reproduzir uma pedagogia que reforça valores de dominação.

Neste contexto o que se pretende analisar é o quanto é importante olharmos para a questão do gênero, raça e classe no espaço escolar e como essas questões afetam as diferenças no processo de aprendizagem entre meninos e meninas.

Este trabalho pretende realizar uma análise qualitativa através do depoimento de alunas de uma escola pública estadual de Itajubá (MG), uma abordagem também, do ponto de vista dessas estudantes e do quanto elas se sentem prejudicadas com a sua condição de mulher dentro da escola ou não. Esses depoimentos podem contribuir e trazer esclarecimentos sobre a luta atual da emancipação das mulheres.

Enfim a inclusão do debate de gênero nas escolas é fundamental para combater a discriminação e a violência física e psicológica de gênero.

Para compreender melhor a questão dos problemas relacionados as questões de gênero, raça e classe dentro da escola, mais especificamente sobre a condição do que representa ser mulher na sociedade atual e de como isso se reflete para o ambiente escolar torna-se necessário fazer uma correlação entre gênero, raça e classe. Esses conceitos estão interligados e seria insatisfatório fazer uma análise separadamente.

Da minha participação em todos esses grupos, aprendi que opressão e intolerância de diferenças aparecem em todas as formas e sexos e cores e sexualidades — e que entre aqueles de nós que compartilham objetivos de libertação e um futuro viável para nossas crianças, não pode existir hierarquia de opressão. Eu aprendi que sexismo e heterossexismo surgem da mesma fonte do racismo. (LORDE, 1983)

Através da análise de uma escola específica foi possível identificar dois aspectos importantes. Primeiro, um índice de evasão entre meninas cujos motivos estão relacionados à violência praticada entre elas. Segundo, um índice de meninas que faltam às aulas e cujos motivos estão relacionados à maternidade e também ao fato de precisarem cuidar da casa substituindo a mãe que precisa trabalhar e, as mesmas têm que cuidar dos irmãos mais novos.

Foram analisados documentos oficiais de uma escola pública estadual, situada na cidade de Itajubá no sul de Minas Gerais, datados do ano de 2017: o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico da escola e o Livro de Ocorrências onde todos os professores escrevem conjuntamente sobre cada aluno de forma específica durante todo o ano letivo, bem como entrevistas realizadas com algumas alunas cujos nomes foram preservados nessa pesquisa.

## **1. Da escola**

Esta escola localiza-se em um bairro periférico e recebe alunos de diversos bairros adjacentes. Há grande diversidade social, cultural e econômica. Segundo o Regimento Escolar, um dos maiores problemas é o risco social enfrentado pelos alunos, no que diz respeito a questão das drogas em seus bairros de origem. A escola acaba tornando-se o único espaço de convivência social fora dessa realidade.

Atualmente a escola conta com 9 turmas do 9º ao 6º ano, 260 alunos, funcionando em 2 turnos, com o corpo docente composto por 17 professores. (Regimento Escolar, 2017, p.3).

De acordo com esses documentos existe um grande interesse por parte da Direção em modificar o ambiente escolar, já que esses alunos tem que lidar todos os dias com condições socioeconômicas difíceis, e, que segundo o próprio documento os alunos vivenciam um grande risco social que o bairro apresenta em questão de drogas, e outros problemas sociais.

Atendemos uma clientela educacional com características sócio econômicas muito diversificadas principalmente quando levamos em consideração os alunos do bairro [...] e seus adjacentes. São alunos com baixo poder aquisitivo, com dificuldades educacionais e principalmente vivenciam um grande desafio contra o risco social que o bairro apresenta em questões de drogas e outras mazelas sociais. Portanto influências negativas no bairro fazem com que os pais e os próprios alunos busquem soluções para desenvolver uma atuação diferenciada dentro da sociedade, logo a escola torna para eles menos importante, e não as tem como atrativo de mudança social e educacional; por isso buscamos desenvolver um trabalho que almeje a elevação da autoestima de nossos alunos, para que possam deslumbrar um mundo de mudanças e uma sociedade capaz de sobreviver as tormentas sociais (Regimento Escolar, 2017, p.4).

Há uma primeira preocupação em transformar esta situação social. Contudo os livros de ocorrência demonstram situações de advertências em que os alunos são punidos, por exemplo, por conversar, rir, ou sair do lugar. Algumas situações cotidianas que ainda carregam práticas educacionais conservadoras. Como por exemplo, consta no Regimento Escolar “não fazer proselitismo político, religioso ou filosófico no ambiente escolar.” (Regimento escolar, 2017 p. 29). O documento data do ano de 2017 condizendo com propostas políticas conservadoras atuais.<sup>111</sup>

Contudo, o objetivo desse trabalho é analisar através das experiências das alunas como as questões de gênero podem interferir na vida escolar dessas meninas.

## **2. Das alunas**

Um item que chama a atenção é que “é vedado ao corpo discente entrada de filhos para as aulas diárias” (Regimento Escolar, 2017, p.63). De acordo com o livro de ocorrências e registros da escola, foi possível perceber que meninas evadem durante o ano letivo, algumas delas abandonaram a escola, pois ficaram grávidas.

Nesse sentido, a escola entende que o motivo das faltas dessas meninas está relacionado a um problema complexo que envolve certas de relações de poder? Em um dos registros feitos pela escola no livro de ocorrências consta que, “a mãe compareceu a escola, pois a menor está

---

<sup>111</sup> Projeto de Lei do Senado, nº 193 de 2016.

amamentando e assim estamos estudando uma situação para melhor atendê-la.” (Livro de ocorrência, 26/04/2017). Percebe-se que ao mesmo tempo em que a escola repensa suas práticas depara-se com situações em que dificulta a permanência de “meninas-mães” no ambiente escolar.

Quais seriam então, as práticas pedagógicas desenvolvidas para combater o sexismo dentro e fora da escola, enquanto professores?

Para melhor entender a experiência vivida por estas meninas no ambiente escolar foram realizadas algumas entrevistas a fim de investigar e levantar questões que pudessem denunciar as relações de gênero no ambiente escolar, contribuindo assim para um novo olhar sob a educação, utilizando como categoria de análise, o gênero. Não se trata apenas de relatar as diferenças existentes entre meninos e meninas na sociedade e sim, de identificar como determinadas tarefas atribuídas pela sociedade às mulheres prejudicam o processo escolar das alunas. Entende-se que discutir gênero não significa apenas ressaltar diferenças existentes e sim, evidenciar relações de dominação que são resultado de um longo processo histórico.

Segundo Joan Scott (1989, p. 21) “Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Falar sobre a questão do gênero dentro da escola é o mesmo que falar sobre formas de opressão há muito tempo invisíveis em relação às meninas. Elas frequentam o ambiente escolar, mas até que ponto estão socialmente em desvantagem em relação aos meninos? Não só a maternidade precoce representou um indicador de evasão. Ficou evidenciado também casos como violência, padrões de beleza, racismo e classe social. É impossível pensar a escola como um espaço democrático e igualitário sem antes pensar as relações de gênero.

Penso que estes já podem servir de indicadores da articulação História e Gênero e demonstrar o esforço de construção teórica e de pesquisa empírica que vem sendo empreendido internacionalmente nesta temática. Parece-me também que não seria necessária muita imaginação para estender essas reflexões para a História da Educação (LOURO, 1997, p.107).

Assim, de acordo com as entrevistas realizadas, foi possível constatar que algumas dessas meninas deixaram de frequentar a escola, pois engravidaram e não tinham com quem deixar seus filhos.

Ela é minha vizinha está faltando por causa da menininha dela, ela tem uma neném. Aí, a mãe dela veio aqui conversar na escola, ela fez uma prova, aí o (diretor) pegou e passou

ela pro oitavo. É porque ela está bem atrasada. (Aluna 1. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 18ago. 2017.)

É ontem eu estava conversando com ela. A mãe dela falou assim que segunda-feira ela vai vir pra escola. Aí, a mãe dela pegou e falou assim que, a mãe dela falou que, a neném tá dando muito trabalho, que ela é novinha, o dente dela tá nascendo, daí a mãe dela não dá conta. Que agora ela tá querendo, ela não está querendo ficar só com a vó quer ficar com a mãe dela com a [...]. Aí tá difícil pra [...] vir pra escola. (Aluna 1. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 18ago. 2017.)

O cuidado com os filhos, historicamente é atribuído as mulheres, é o que determinava segundo BEAUVOIR (1960), e, de acordo com a crítica feminista do pós-guerra, a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina.

Em todas as falas percebe-se a presença da responsabilidade feminina. Nesse sentido, qual o papel da escola? Propor situações que possam atender esta demanda ou simplesmente esperar que essas meninas busquem ajuda? E, só então pensarem possibilidades para resolver tais problemas?

Ah deixa eu ver... ah normal, tipo, a professora de português talvez eu acho que ela não saiba, mas acho que os outros professores é normal, porque toda mãe sempre falta serviço por causa de filho. Mas no caso assim, eu acho que eles deveriam ser mais esforçada ainda pros estudo, por saber que tem uma criança que depende delas do que qualquer outra pessoa. Ou ter a mesma garra de qualquer outra pessoa. (Aluna 2. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 25 set. 2017).

Neste caso a aluna 2, em entrevista concedida, referiu-se ao fato de ter uma colega em sua sala que faltava as aulas por ter um filho. Quando foi questionado sobre a atitude dos professores em relação a tal aluna, as relações de dominação foram perceptíveis na última fala. Elas estão enraizadas na sociedade a ponto de se considerar normal, somente as mulheres faltarem à aula ou ao serviço para cuidar dos filhos. Tomando mais uma vez para a mulher, a solitária tarefa de cuidar dos filhos deixando de lado as realizações pessoais em nome desse dever atribuído a elas. Se a escola não propõe soluções para isso, dificilmente as condições sociais e econômicas em que essas meninas se encontram permitirão outra alternativa que se não abandonar a escola.

Nas entrevistas realizadas, no que diz respeito à questão da evasão ficou evidenciado que além de algumas meninas abandonarem a escola porque engravidaram, algumas também precisavam ficar em casa para ajudar as mães nas tarefas domésticas.

Se eu for faltar ela fala assim “[...] você tem prova hoje? Eu falo que não. Aí ela fala “você tem alguma coisa pra fazer, exercício”? Como que fala? É avaliativo? Aí eu falo: “Ah! Acho que não mãe. Aí ela fala “tem como você faltar aula hoje? Tem! Pra quê? Pro ce fazer tal isso, tal isso. [...]

Ah é muito raro ela pedir pra eu fazer. Mas às vezes ela fala pra mim lavar uma roupa, ou pegar um negócio na casa da minha tia. (Aluna 3. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 25 set. 2017.)

Quando há necessidade de faltar às aulas para cuidar da casa, a escola reconhece e adota práticas para contornar essa situação? As alunas que faltam com frequência têm a preocupação em recuperar o conteúdo das aulas? Elas tem tempo em casa para estudar o conteúdo que perderam? “Ah eu penso... se eu falto um dia de aula, parece que eu falto o ano todo, porque os professores passam muita matéria quando eu falto.” (Aluna 3. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 25 set. 2017.)

Como os pais se sentem sabendo do desempenho dos filhos na escola mesmo sabendo que precisaram faltar a aula para ajudar em casa?

Ela fala assim ah filha desculpa, eu só falo isso, porque eu to precisando [...]. Porque minha mãe tem 6 filhos. Uma tem 18, saiu de casa [...] grávida. O outro tem, ele saiu lá de casa, foi morar com o pai dele, com, ah esqueci, tem 17 anos, foi morar com o pai dele. Aí agora ele tem 18 anos. Aí só eu que ficou lá pra ajudar minha mãe. (Aluna 3. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 25 set. 2017.)<sup>112</sup>

Todas essas fontes, regimento, entrevistas, livros de ocorrências, projeto político pedagógico nos coloca em contato com o cotidiano desta escola, possibilitando lançar um olhar feminista para a experiência dessas alunas dentro da escola e evidenciar a importância do gênero que segundo SCOTT (1989), é uma categoria útil para análise histórica e que ainda segundo ela, “Natalie Zemon Davis salientou sobre descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (SCOTT, 1989, p.23).

Segundo Scott (1989), o objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Ainda, segundo Scott (1989), esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais.

---

<sup>112</sup> Em entrevista concedida a aluna 3, relata ter mais dois irmãos menores com idade entre 13 e 6 anos. Ainda assim, a aluna com 14 anos, fica responsável, pois a mãe estuda e trabalha fora.

Portanto, se a escola dá significado às experiências cotidianas, como a escola têm reproduzido essas diferenças entre as relações de gênero?

De acordo com o Projeto Político Pedagógico a missão da escola é fortalecer a qualidade da escola pública, e incorporar uma postura de ensino de qualidade, proporcionando o desenvolvimento das dimensões de aprendizagem e a excelência humana, através de ações democráticas, transparentes, éticas e solidárias, frentes aos desafios propostos no Projeto Político Pedagógico. (Projeto Político Pedagógico, 2017, p. 46).

Além disso, ainda, segundo o Projeto Político Pedagógico, um dos objetivos da escola é a realização de reuniões para tomada da decisão coletiva em torno de debates sobre classes sociais, gênero, etnia e cultura possibilitando a resistência e o combate à discriminação e a exclusão; defendendo a coexistência da diversidade. (Projeto político Pedagógico, 2017, p.42).

A proposta escolar é criar um ambiente democrático, entretanto, ao analisarmos o livro de ocorrências da escola, percebemos que as meninas são advertidas por seus “nervosismos”, por usar objetos como espelhos, batons, por rirem, serem grossas, mal educadas sendo que, nenhuma referência desses comentários é dirigida aos meninos. Ficou evidenciado que no caso de algumas meninas o maior problema que ela apresentava na sala de aula era o fato de falar muitos palavrões embora realizasse as atividades propostas. Como por exemplo,

A aluna foi advertida verbalmente por ficar falando palavrões dentro da sala, mesmo tendo sido advertida verbalmente várias vezes. Faz todas as atividades com capricho. (Livro de ocorrências, 4 set. 2017).

O rendimento que já era baixo piorou, passa o tempo todo rindo. (Livro de Ocorrências, 4 ago.2017)

Não tem compromisso, conversa muito tumultua a sala com seus nervosismos. (Livro de Ocorrências, 28 abr, 2017.).

Esses comentários foram escritos por diferentes professores e também pela direção escolar quando julgou-se necessário, pelos mesmos, resolver situações consideradas, por eles, inadequadas ou indisciplinadas. “A aluna teve que voltar para a casa para trocar de roupa”. (Livro de ocorrências, 3 abr, 2017).“Vem suja para escola, precisamos falar com a mãe” (Livro de Ocorrências, 5 jun. 2017).

Qual seria o tipo de comportamento esperado pelos professores e demais funcionários da escola em relação às meninas? “Ótima aluna! Belezinha! Muito compromissada. Exemplo de aluna”. (Livro de Ocorrências, 09 ago. 2017). “A aluna fica com brincadeiras durante a aula foi

advertida e continuou. O professor pediu para a aluna e os demais colegas voltarem para a sala e ela continuou com brincadeiras.” (Livro de Ocorrências, 16 mai. 2017).

Percebe-se que os professores ficam bastante incomodados quando algumas meninas fazem uso de alguns objetos em sala de aula. “Aluna fraca também faz uso de objetos de maquiagens em sala. Comportamento instável.”(Livro de Ocorrências, 28 abr. 2017.) “Não participa da aula, fica o tempo todo olhando no espelho, arrumando o cabelo, passando maquiagem. Não faz tarefa”. (Livro de Ocorrências, 20 nov. 2017.) “Aluna falante. Não cumpre com as atividades. Usa o celular em sala e usa muito ‘produtos de beleza’(escovas, espelhos, rímel...) durante a aula.” (Livro de Ocorrências, 16 ago. 2017).

O machismo é estrutural, não é a escola que impõe certos hábitos de conduta e espera que estas meninas se comportem como tal. A escola é um reflexo da sociedade e este ambiente é uma extensão de tais condutas. Entretanto, a escola reforça tais condutas na medida em que trata tais questões como indisciplinares enquanto deveriam ser tratadas como problemas sociais.

Durante as entrevistas foi possível evidenciar que é muito comum o fato de as meninas trocarem de sala ou até mesmo de escola devido a brigas que ocorrem entre elas, o mesmo não ocorre com os meninos.

Por que ela gostava do [...] eu também gostava dele, sabe o [...] do 7º Ano? Aí ela foi falou que ia bater ni mim e que eu comecei a gostar dele depois que ela começou a gostar dele. Aí eu falei então tá bom, vamo vê quem que guenta então, e ela também quebrou o celular da [...] e ela não queria pagar o celular da [...]. Aí não sei quem que foi, que falou que ia bater nela, porque ela derrubou o celular da [...], ela derrubou aí queimou o touch, aí era 150, ela pagou 40reais, aí a [...] pagou o resto. Ela falava que eu queria bater nela, que ia arrastar a cara dela no chão, ela saiu da escola, a mãe dela tirou ela da escola. (Aluna 4. Entrevista cedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá,18 ago. 2017).

Com uma menina que não estuda mais aqui a [...], porque a [...] fez fofuquinha que eu estava zuando ela, que eu tava querendo bater nela, aí a menina falou que ia bater ni mim, aí a (supervisora) não deixou eu entrar no ônibus, e com a [...] também ( pausa) que falou que eu tava mexendo com o namoradinho dela, mas eu nem conversava com o namorado dela e com a [...]. (Aluna 4. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá,18 ago. 2017).

Eu tinha batido na menina, aí ela chamou turminha lá na escola, aí foi aquele bafafá lá na escola. [...]

Não eu cheguei lá em casa e comentei com a minha mãe né, que não era pra eu sair da minha sala não, porque minhas amigas estavam lá, aí eu falei pra ela que ia ficar. Porque

geralmente ela que é menina solta assim, anda pra qualquer lugar, não fica fixo na escola.  
(Aluna 1. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 18ago. 2017).

Durante as entrevistas realizadas com as alunas foi discutido o modo como elas se relacionavam e, se sentiam em relação à outras meninas na escola, sendo questionado se as mesmas possuíam “inimigas”. Algumas meninas revelaram ter “inimigas”, mas no que se refere ao seu sentimento em relação aos meninos essa afirmação não existe.

Ah... não sei... não gosto... o santo não bate.” [...]É o jeito que elas olha, olha de cima abaixo a gente, eu não gosto. É fica reparando na gente. E a gente olhou já está querendo bater. (Aluna 4. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 18 ago. 2017.)

O que fica evidente é que analisando esse problema das inimizades entre as meninas a causa maior está relacionada às questões de classe e racismo, pode se dizer ainda, dos padrões de beleza estabelecidos pela sociedade.

Tendo como partida o feminismo interseccional, que segundo Davis (1981) podemos perceber como as opressões relacionadas às questões de gênero, raça e classe se apresentam em diferentes nuances sem necessariamente que uma se sobreponha sobre a outra, porque na verdade, se intercalam. Nesse sentido, a discussão de gênero especificamente não seria suficiente para abordar as relações de dominação existentes no espaço escolar faz-se necessário discutir a questão da raça e da classe de forma interseccional.

Há algumas referências sobre classe e raça no Projeto Político Pedagógico da escola:

Entendemos que pensar o papel político e pedagógico que a escola cumpre no interior de uma sociedade, dividida em classes sociais, dentro de um modelo de produção capitalista, implica em reconhecer a educação como um ato político, que possui uma intencionalidade e, contraditoriamente, vem contribuindo, ou para reforçar o modelo de sociedade, sua ideologia a cultura e os saberes que são considerados relevantes para os grupos que possuem maior poder, ou para desvelar a própria forma como a escola se articula com a sociedade e seu projeto político, se constituindo num espaço emancipatório, de construção de uma contra ideologia, onde a cultura e os saberes dos grupos sociais que historicamente têm sua história negada, silenciada, distorcida, estejam em diálogo permanente com os saberes historicamente acumulados e sistematizados na história da humanidade (Projeto Político Pedagógico, 2017, p.16).

Outra questão de grande relevância e que deve permear todo o trabalho escolar é o de que vivemos em uma sociedade em que minorias sociais, especificamente a raça negra,

os deficientes, a classe baixa, padece por conta da existência do preconceito (Projeto Político Pedagógico, 2017, p.16).

Atualmente, percebe que paralelamente à situação vivenciada pelo negro e outras minorias no mundo, em nosso país, em nosso estado, no nosso município e especificamente, nas pequenas comunidades e aglomerações sociais, como nas escolas, retrata situações de desvalorização e preconceito, o que tem causado conflitos de identidade (Projeto Político Pedagógico, 2017, p.16).

Mas como a escola percebe as situações cotidianas em que casos de racismo e também preconceitos de classe são evidenciados pelas alunas? Nas entrevistas fica claro que situações de racismo e preconceito de classe estão presentes no ambiente escolar:

Chegou uns boato pra mim que ela tava falando coisa... tipo eu nem liguei muito, que ela tava falando do meu cabelo que eu tava usando trança e da... do meu tom de pele. Tipo, no começo eu nem liguei muito mas aí depois ela começou a falar da minha família, e que eu morava em casinha de prefeitura, que num sei o que, que eu era miserável, daí eu fiquei nervosa, daí eu xinguei tal, tipo isso. [...]

Nossa! Eu já discuti com bastante gente! Mas esse ano? Deixa eu ver... com a [...] porque ela falou que o cabelo dela era de verdade, o meu era de mentira. [...] Deixa eu ver de quem mais... Com o [...] porque ele tem umas atitudes meio racista também[...]Tipo... uma vez ele falou pro [...], que ele era vela preta, não sei, porque ele sempre foi de segurar vela para algumas pessoas... Aí o [...] comentou com ele que ele também era [...], de segurar vela essas coisas, aí ele pegou e comentou que ele segura a vela pelo menos, não é a vela torrada. (Aluna 2. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 25 set. 2017).

No que se refere à posição da escola, durante entrevista concedida pela aluna 2, a atitude da escola foi em conversar com os alunos a respeito do ocorrido. Assim, mesmo que a Direção tendo conversado com os alunos a respeito do quanto isso era errado, ela tomou a atitude em detrimento de possíveis brigas entre meninas, ou seja, não foi discutido classe nem racismo, apenas a violência. Fica bastante claro que estas situações vivenciadas por alunos e alunas é uma questão estrutural.

Mas quando paramos para analisar como questões relacionadas a gênero, raça e classe podem interferir na educação nos deparamos com uma série de situações cotidianas que embora tenham sido relatadas acima merecem um entendimento mais demorado no que diz respeito também à raça e a classe.

Ah (risos) tipo... não era pra ter brigado na verdade. Quando eu fui falar com ela, ela meio que aumentou a voz... E eu já tava estressada porque... porque falou de mim, falou que eu era miserável. Porque tipo assim, eu não sou a pessoa mais rica do mundo mas eu também não sou a pessoa mais miserável, porque a minha mãe, minha família corre atrás de muita coisa, principalmente de um futuro melhor, e quando ela falou isso, era como se fosse, de que nós era..., de que nós era só o segurança, ou a empregada doméstica, a mãe de família que nunca fez nada pra melhorar isso, que gostava de aceitar certo tipo de preconceito (Aluna 2. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 25 set. 2017).

Em entrevistas concedida pela aluna 2 foram evidenciadas situações de abandono escolar devido ao racismo e padrões de beleza.

Ah... eu falava pra minha mãe “ah mãe, eu quero fazer selagem, quero sair da escola, por causa das menina falar do meu cabelo, por causa do meu cabelo sê assim, por causa de ser magrinha, andar com essas roupas assim, daí a minha mãe falava, não... vai pra escola que num sei que, seu cabelo é bonito, tê cabelo enrolado é bonito, aí a minha mãe falava assim, pra mim, e eu tinha vontade de ir pra escola (Aluna 1. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 18ago. 2017).

Contudo isto não significa que não possamos lhe dar com situações de resistência construídas cotidianamente por tais meninas. Citando Harway (1991):

Como as mulheres constroem a si mesmas no interior de estruturas existentes de modo a encontrar o ponto no qual seja possível a mudança. Se as mulheres são teorizadas como passivas do sexo e do gênero como um sistema de dominação, nenhuma teoria de libertação seria possível (HARWAY, 2004, p.207).

Até que ponto a escola é capaz de perceber que situações de indisciplina como de pular o muro da escola, por exemplo, são formas de resistência encontradas por essas meninas que enfrentam esse tipo de situação todos os dias.

[...] por causa de ser magrinha eles ficava insultano eu de magrela, cabelo duro, pretinha, que num sei que, aí eu não queria ir pra escola (olhos encheram de água). Aí quando eu vinha, eu chegava dentro da sala, assim, as meninas tudo insultava eu, aí eu pulava o muro e ia embora. (Aluna 1. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 18ago. 2017).

Enquanto professores, muitas vezes tais situações passam despercebidas, contudo essas meninas entrevistadas estão muito conscientes dos problemas que enfrentam, e a medida que se percebem enquanto mulheres, vão aprendendo novas formas de resistência a cada dia. Elas não se sentem invisíveis, elas não são invisíveis.

Ah mas agora, agora ninguém insulta eu não, antes eu era mais pequena, aí geralmente, quando as menina insultava eu, elas era maior né, aí eu pensava assim comigo, se eu falar eu vou apanhar né! Mas aqui, agora, ninguém mexe não! Agora se vier falar comigo é duas estalada e já parto pra agressão (Aluna 1. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 18ago. 2017).

Ah! Eu senti confusa no começo, eu fiquei triste, mas depois eu fiquei com mais força assim de mostrar pro mundo que... que a pessoa negra pode ser mais do que um simples traficante ou uma simples empregada doméstica... (Aluna 2. Entrevista concedida a Priscila Caetano Mendes. Itajubá, 25 set. 2017).

As meninas entrevistadas pertencem a classes sociais baixas, o que sugere que, já que certos papéis são atribuídos às mulheres como o de cuidar da casa e dos filhos, conseqüentemente as meninas de renda social baixa serão as mais prejudicadas no âmbito escolar.

Se é papel do Estado discutir teoricamente as questões de gênero, raça, classe em um Plano Educacional é papel da escola também, repensar suas práticas cotidianas para não reproduzir relações de dominação no ambiente escolar e contribuir para uma sociedade mais igualitária. Tendo em vista que a pedagogia com enfoque feminista representa um primeiro passo para essa mudança.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa se propôs como objetivo geral denunciar situações de opressão que ocorrem entre as meninas no espaço escolar. Evidentemente, determinados papéis que, em uma sociedade capitalista e patriarcal são atribuídos às mulheres, nos colocam em desvantagens em diferentes espaços sociais. No ambiente escolar essa situação não é diferente. Percebemos com este trabalho que o cotidiano das meninas na escola representa um movimento de lutas e resistências diárias pelo simples fato de serem mulheres. Essas situações ocorrem na escola e, na sociedade como um todo, devido a um processo histórico em que relações de dominação entre homens e mulheres foram sendo construídas e modificadas ao longo do tempo. Tendo em vista que o ser mulher se dá de diversas formas e que nem todas as mulheres sofrem de forma igual.

Essa perspectiva de que todas as mulheres sofrem igualmente é desumana, porque essa universalização da categoria mulheres foi feita tendo como base uma mulher branca, heterossexual e de classe média. O racismo cria uma hierarquia de gêneros e ao dizer que todas sofremos iguais, quando sabemos que não, perpetuamos essa representação que deixa de fora muitas mulheres e cria uma hierarquia de vidas; escolhe quais vidas devem ser representadas e conseqüentemente salvas. (RIBEIRO, 2015)

Ao propor a investigação da escola em Itajubá (MG) evidenciaram-se situações não só de opressão, mas também de resistência de mulheres que se descobrem a cada dia. O risco de abandono escolar foi maior entre as meninas devido a fatores como machismo e racismo.

Existe uma dificuldade em permanecer na escola devido ao fato de ser mulher. A maternidade, as tarefas domésticas os padrões de beleza estão constantemente presentes no cotidiano escolar. Pretende-se com esse trabalho apontar para como a escola reforça essas situações de opressão e refletir sobre como transformar essa realidade através de práticas pedagógicas e posicionamento político focados no feminismo. Citando Louro (1997):

Inicialmente me parece que vale a pena reafirmar, com muita clareza, que a opção por uma história da educação na perspectiva do gênero é mais do que uma opção teórica ou pedagógica; é uma opção política, supõe um engajamento numa perspectiva feminista (LOURO, 1997, p.124).

Desse modo, a discussão de gênero nas escolas faz-se cada vez mais necessária. Enquanto professores é imprescindível uma autorreflexão para não continuar reproduzindo valores de opressão e dominação entre meninos e meninas. Embora estas ainda encontrem maneiras de resistir, é sim, papel da escola repensar suas práticas.

### Referências bibliográficas

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.
- \_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960b.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Rev. Estud. Fem. vol.19 no.2. Florianópolis May/Aug. 2011.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação-PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2014.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016.

HARAWAY, Donna. **"Gênero" para um dicionário marxista:** a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu* [online]. 2004, n.22, pp.201-246.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia da opressão.** 1983. Versão digital: <https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde>.

Acesso em: 14/06/2018.

RIBEIRO, Djamila. **Por um olhar interseccional.** 2015. Disponível em: <http://lugardemulher.com.br/feminismo-interseccional/>. Acesso em: 14/06/2018

SCOTT, Joan. **Gênero:** Uma categoria útil para análise histórica. In. *Gender and the Politics of history*. New York. Columbia University Press, 1989. 3. Ed. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. S.O.S CORPO. Recife, 1996.

# O GRITO DO IPIRANGA CONTADO EM IMAGENS

**TIAGO MENDES VIANA; CAROLINA RAMOS SOUZA**

Curso de Pós-Graduação em História, Educação e Sociedade  
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS

Av. Prefeito Tuany Toledo, 470 - Fatima, Pouso Alegre - MG, 37550-000

[tiago.viana.historia@gmail.com](mailto:tiago.viana.historia@gmail.com); [souza.carolinaramos@gmail.com](mailto:souza.carolinaramos@gmail.com)

## Introdução

Este artigo é releitura da nossa história, no período do Brasil Império, no início do século XIX até 1888. Para sermos mais exatos quanto a periodização, o ano de estudo deste, é referente ao ano de 1822, ano em que “foi proclamada a independência do Brasil”, por Dom Pedro I. Até a produção artística da tela: “O grito do Ipiranga” em 1888. Dentre os acontecimentos históricos do nosso país no século XIX, artistas como François Renné Moreau e Pedro Américo registraram o episódio histórico em suas telas, ambas com anos de produção diferentes, e com intenções diversas ao retratar a independência do Brasil e aqui neste artigo, proponho a análise destas obras.

Como conhecemos na História Tradicional, nosso Imperador Dom Pedro I, proclamou a independência do Brasil, no dia 07 de setembro de 1822, sobre as margens do Rio Ipiranga, por onde recebera uma carta das cortes de Lisboa que o obrigava a voltar à Portugal e honrar seus compromissos, como herdeiro do trono português. Não apenas a estas questões, mas também a requisitos do Império do Brasil, até o dado momento colônia do mesmo. E sendo assim, o monarca pronunciou sua famosa frase histórica: Independência ou morte! Desde então, nossa pátria estaria “livre e independente” de Portugal, no entanto, não foi exatamente isso o que ocorreu. Para garantir o reconhecimento de sua soberania e o *status* de independente, o Brasil teve que pagar uma taxa de indenização à Lisboa – somente assim teríamos nossa liberdade assegurada.

Este fato ocorrido em nosso país não mudou nossas estruturas políticas e sociais, pois o povo simples, o brasileiro, o africano escravizado, o nativo de nossa terra, os mestiços e outros

ainda eram uma maioria pobre, analfabeta e com condições miseráveis. A independência em si, foi de conhecimento das elites e da burguesia portuguesa que habitavam a antiga capital do Rio de Janeiro durante Império até a Velha República, enquanto pessoas simples e comuns jamais souberam desta tal liberdade, uma vez que suas vidas não melhoraram em nenhum aspecto. A saúde, nem sequer existia para estes brasileiros, sendo os mesmos dependentes de curandeiros ou curandeiras locais de sua região, médicos, apenas para a elite, para a corte real e burgueses. Educação, nem sequer existia escola e muito menos uma preocupação em alfabetizar nossos agentes sociais das camadas mais desfavorecidas do Brasil durante o século XIX. Sendo assim, houve apenas um grito ouvido e registrado em nossa história, o “grito do Ipiranga”, enquanto os gritos de socorro de milhares de brasileiros foram abafados pela construção do “querido” herói nacional, Dom Pedro I.

## 2. Justificativas

A escolha deste tema é precisamente pessoal, pautadas em minha identificação pessoal com o episódio do “grito do Ipiranga. Sou professor de História da rede pública de ensino e me deparo com vários temas e tempos históricos a serem estudados dentro do Currículo Básico Comum, o CBC, e nesses mais variados conteúdos, me encontro melhor com a nossa história, a História do Brasil, no período do Império.

A História Tradicional narra muitos feitos “grandiosos” do nosso imperador Dom Pedro, mas a História Social, traz novas possibilidades e novas releituras dessas narrativas históricas, versões de histórias, que ainda não estão inseridas na rede pública de ensino, quantos aos acontecimentos do passado de nossa história.

Através desta pesquisa, busquei abordar e refletir a respeito de tal temática mediante às novas narrativas históricas sobre a nossa independência, pois este acontecimento foi registrado em nossa história em um quadro (tela) muito conhecido, ou seja, a obra de Pedro Américo, “O Grito do Ipiranga”<sup>113</sup> e outras obras de artes, pinturas e gravuras que registram este período histórico, a independência do Brasil, que não estão inseridas nos livros e nem na história social.

Temos não apenas a fonte tradicional, mas também outras obras, que retrataram D. Pedro I proclamando a “liberdade” de nosso país. Existem ainda outras vertentes da história que serão narradas durante o desenvolvimento e a escrita do artigo, com outros olhares, o olhar da nova

---

<sup>113</sup> Imagem muito retratada nos livros didáticos de História da rede pública de ensino, a arte também se encontra no Museu do Ipiranga, na Cidade de São Paulo - SP),

história, não negando o tradicionalismo, mas o questionando, analisando, indagando para que assim, possamos ter uma síntese deste fato que marca o Brasil Império.

Portanto, temos um dever como historiador, e com a sociedade, de escrever histórias não escritas, e buscar pelas respostas não respondidas, fazer as perguntas que ainda não foram feitas, dar voz aqueles que ainda não foram ouvidos, dos testemunhos não retratados ou registrados ao longo deste tempo histórico de nossa sociedade, da qual o tradicionalismo calou por séculos, décadas e anos.

### **3. Objetivos Gerais**

A pesquisa seguirá na análise de imagens, questionamentos quanto as produções imagéticas das obras que retrataram nossa história, como o quadro, do Grito do Ipiranga, pintado por Pedro Américo. Temos também uma versão francesa deste acontecimento histórico, nesta obra, François Renné Moreau aclama o monarca junto ao “povo” brasileiro.

A partir destas fontes e registros históricos ocorridos em nosso país, temos as indagações a serem feitas à estas iconografias. Não usaremos as imagens neste artigo, como meras reproduções sem sentido.

#### **3.1 Objetivos Específicos**

O objetivo deste estudo é analisar as imagens, não como um todo, não como a única verdade histórica, mas sim analisar os interesses que haviam por trás de cada imagem, a intenção do uso das iconografias, e outro ponto importante, para quem eram destinadas as obras, e o real propósito deste marco.

Buscamos também a análise dos diferentes usos sociais destas imagens em seus períodos históricos, desde de sua confecção até os dias atuais. Sem perder o objetivo de nosso objeto de estudo quanto à análise das iconografias que marcam o episódio histórico da independência do Brasil.

### **4. Desenvolvimento e análise: Do grito sai a frase: Independência ou morte!**

O imperador estava na companhia de pessoas simples, estava cercado por escravos, e outros agentes históricos que jamais foram registrados no livro de história durante séculos e décadas, por qual motivo? Não sabemos de fato, quem estava ou não com ele, mas sabemos que alguns franceses a partir da versão de Moreau tenha visto algo revolucionário, inovador e inspirador perante sua história de Revolução e Liberdade. Mas sabemos que nossa história não foi bem assim.

É de conhecimento geral que a nação era constituída por uma maioria de pessoas analfabetas e de extrema pobreza, de uma enorme desigualdade social, no contexto de uma

sociedade escravocrata, que tratava seres humanos como cargas, produtos ou meros animais de comércio, com fins comerciais em torno do tráfico negreiro, que era muito presente, intensificado e financiado por Portugal, justamente pela mão-de-obra. Não podemos dizer com certeza, mas é bem provável que a maioria da população não fazia a menor ideia do que se passava no dia 07 de setembro de 1822, muitos jamais souberam o que foi, ou o que significava de fato a independência. Talvez alguns destes tenham sabido algumas informações devido alguns movimentos sociais por parte dos portugueses, conhecido na história, como a noite das garrafas. O que deve ter incomodado e gerado perguntas para tais fins.

A imprensa era quase inexistente, e poucos tinham acesso as informações e jornais naquele período, e como já mencionado, tínhamos uma população que não sabia ler, e nem sequer escrever o próprio nome, e então do que valeria jornal, a imprensa para o povo, sendo que este era elitizado. Portanto temos aqui uma série de questionamentos e indagações neste artigo científico a ser estudado pelo presente pesquisador.

Dom Pedro I poderia estar viajando em um burro, e ali mesmo, montado neste animal, ter realizado tal ato da independência, ou se de fato foi assim, pois estas possibilidades de narrativa históricas, sequer está mencionada nos livros de história de nosso país. Afinal de contas um líder, não poderia ser retratado de tal forma, no caso o imperador do Brasil, que mais tarde acabou deixando nosso país e retornando a Portugal.

Nossa independência de fato ocorreu em 1822? Pois com a vinda da família real para o Brasil em 1808, nossa nação deixa de ser uma colônia, e passa a ser chamado de Império, era sede da corte real portuguesa, merecia destaque. E a partir deste ponto temos um aspecto incomum, como uma colônia se torna império, sem estar livre? Então nossa libertação dos laços portugueses teria sido um ato falso e sem valor, sendo que nós tivemos que pagar uma indenização altíssima a Portugal, para que o mesmo nos reconhecesse como um país livre e independente.

Sérgio Corrêa da Costa nos aponta que: *“O gesto do Ipiranga, anos mais tarde, viria apenas reafirmar “simbolicamente” uma separação que já existia, de fato, entre Portugal e sua ex-colônia americana. Não passaria de um revide teatral às tentativas de “recolonização” do Brasil, feitas pelas cortes revolucionárias de Lisboa, (p. 19)*

»14

Portanto devemos sempre indagar e questionar as imagens, pois elas podem ser: *“certamente uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutido as escolhas do produtor e de todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. (PAIVA)”*<sup>15</sup> E mais uma vez, Eduardo França Paiva vem

---

<sup>14</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. **As Quatro Coroas de D. Pedro I**. RJ, Paz e Terra. 1995

<sup>15</sup> PAIVA, Eduardo França. **História e Imagem**. Belo Horizonte, Autêntica. 2006;

nos advertir quanto as imagens, “São registros com os quais os historiadores e professores de História devem estabelecer um diálogo contínuo (2006).” Enquanto historiador e professor e Historiador, não posso deixar esses pontos passarem despercebidos nas aulas e muito menos no seguinte artigo que se sucederá ao longo dos estudos. Procurando sempre desenvolver a pesquisa com todo o respeito com a história, desenvolvendo assim, um contra – síntese, e se chegando a uma síntese do aprender no campo histórico e devolvendo algo com todo o prazer para a sociedade.

E aponto aqui, alguns aspectos sobre o artigo, abordando esse tema que: Em uma das verdades históricas, podemos dizer que o Brasil se separou de Portugal, apenas simbolicamente; Pois o país estava afundado agora em uma dívida muito alta com a Inglaterra; A desigualdade social continuava em nosso país; E a escravidão não mudou absolutamente em nada, o que mais tarde com a liberdade destes veio o pré – conceito racial, que está sendo abafado agora, por apelação da lei, gradativa e lenta que veio de herança de nossos queridos amigos de Portugal, durante o Brasil Império!

As descrições analisadas são os reflexos de uma herança elitista portuguesa que foi enraizada no Brasil ao longo dos 500 anos de nossa história, e por mais de 3 séculos perdurou a escravidão da nação, sendo o presente país a ser um dos últimos a abolir de fato a escravidão, e aqui lhes digo que a ideia de “independência” não era de fato a liberdade da nação, então poderia ser também a libertação e fim da escravidão do povo africano, e também uma revolução educacional para que se alfabetizasse a população, maioria na pobreza e na escassez humana, conforme sabemos a grosso modo de conhecimento geral. Porém nem todo pensamento de liberdade é pensado no geral, sem discriminar as classes sociais existentes na terra brasileira.

Apresento aqui neste artigo, algumas fontes que irei trabalhar e dialogar no decorrer do mesmo, dos quais estas fontes são os meus questionamentos, pois é necessário que nos tornemos interlocutores válidos do conhecimento histórico, produzido e narrado dentro do campo histórico. Dialogar com as fontes e ver novas possibilidades de escrever a história e também de se achar problematizações não antes vistas e analisadas historicamente.

No presente tema de nosso estudo, temos a seguir a iconografia produzida no ano 1888, um quadro que foi encomendado e pintado pelo brasileiro (Pedro Américo), retratando aqui, nossa proclamação, como se de fato tivéssemos ficado livres da metrópole de Portugal. Nesta imagem, observaremos alguns aspectos quanto a pintura que fora realizada de nosso imperador no início do século XIX.



**Iconografia 1.O Grito do Ipiranga – Pedro Américo – 1888.**

Como conhecemos na história tradicional e nos livros didáticos, Dom Pedro recebe a carta vinda de Lisboa, e como resposta soa com sua voz: Independência ou Morte! “Livrando-nos assim”, de todos os portugueses, separando-nos de Portugal a partir daquele ato. Onde se “encontrava” todo o povo brasileiro, inclusive escravos e senhores de terras, como ilustrado por Pedro Américo em sua obra. Lembrando que a tela do nosso imperador foi encomendada no final do século XIX e observando as características presentes na pintura, chamo a atenção quanto ao monarca, praticamente no centro do quadro, com a espada empunhada, proferindo a independência, tendo ao seu lado, membros de sua comitiva, participando assim, do tal fato ocorrido. Na iconografia, podemos perceber o alinhamento dos dragões brancos e a reverência que fazem perante a Dom Pedro I, mostrando respeito para com este. Além de termos membros da comitiva e os dragões, temos também a presença de um mestiço, descalço, virando seu olhar para o monarca, parecendo mostrar atenção as palavras mencionadas por Dom Pedro, no momento em que nossa independência estava ocorrendo, e assim, dirigindo ainda nosso olhar para a tela de Pedro Américo, temos outros homens, como um senhor de terras, em seu cavalo observando atentamente

o que estava acontecendo naquele momento. Resumidamente, podemos dizer, que ao analisarmos esta iconografia, todos os personagens aqui presentes, estão com seus olhares voltados para o governante.

Nesta imagem, temos a representação de um imperador onipotente, um líder nato. Porém podemos perceber uma outra característica nesta tela, como, por exemplo, o carro de boi, que foi pincelado pelo autor da obra. Demonstrando aqui características da economia agrária de nosso país neste período, podendo ser uma colheita, da cana – de – açúcar, ou do café, produtos agrícolas que eram as principais fontes de renda e giro de capital do Brasil Império. Mas eis que no carro de boi estão sendo transportados trocos de árvores, pois a extração da madeira também era outra fonte econômica do país, e continua sendo, assim, como o café e a cana – de – açúcar, porém não são os únicos hoje, como conhecemos. E tais características descritas da tela, pode ser observada no recorte da imagem nas páginas a seguir.

Sempre vemos que a independência do Brasil está ligada à figura de Dom Pedro, mas na realidade, foi seu pai o responsável pela separação de nossa nação e Portugal, pois Costa nos diz que: *“No dia 16 de dezembro de 1815, D. João VI proclamou a independência do Brasil elevando – o à categoria de reino unido”*<sup>116</sup>, e este episódio é fruto de um longo processo que tem início com a vinda da família real com sua corte para a nossa terra, em 1808. E mais uma vez Costa aponta:

*“O gesto do Ipiranga, anos mais tarde, viria apenas reafirmar “simbolicamente” uma separação já existente, de fato, entre Portugal e sua ex – colônia americana. Não passaria de um revide teatral às tentativas de “recolonização” do Brasil, feitas pelas cortes revolucionárias de Lisboa, contrárias ao decreto de 1815. ”*<sup>117</sup>

Ao analisarmos a fala de S. Costa (1995) acima, e observamos a imagem do Grito do Ipiranga, não temos nenhuma indicação destes fatos históricos, nem sequer a menção da figura de Dom João, absolutamente nada que o retrata na obra de Pedro Américo, temos apenas um único personagem centralizado na tela, como o verdadeiro responsável pela proclamação da independência. D. João XI tinha uma preocupação quanto a independência do Brasil, ele era um estrategista, que não queria, perder sua força em terras brasileiras e muito menos seu poder, ou influência em nosso país. E mais uma vez Costa nos fala:

*“A marcha implacável dos acontecimentos fora prevista, com acuidade, pelo pesado e sonolento Bragança. A sua vinda para o Brasil, a abertura dos portos, o estabelecimento da corte no Rio de Janeiro e a revolução das colônias espanholas tinham tornado impraticável a volta do Brasil ao estado primitivo. Ninguém melhor do ele penetrou o sentido desta verdade. A situação surgiu – lbe, clara, diante dos olhos; ele e seu herdeiro deveriam ficar,*

---

<sup>116</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. As quatro coroas de D. Pedro I. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1995

<sup>117</sup> COSTA, Sérgio Corrêa da. As quatro coroas de D. Pedro I. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1995

*definitivamente, um no Rio, outro em Lisboa. Era o único jeito de garantir os dois tronos para a casa dos Bragança*”.<sup>118</sup>

Podemos perceber tanto nos fatos históricos citados por Sérgio C. Costa e na obra de P. Américo, que ambos, tem uma relação de poder. A família real, tentando se manter no poder e ter o controle de dois países, e por outro lado, na tela do autor Pedro, temos a representatividade de um líder, com novos horizontes, e novos olhares para com nossa nação. É possível que um dos objetivos da obra era construir a imagem de ídolo, um ícone da independência, da liberdade, e de certa maneira, quem encomendou esse quadro à Pedro Américo tenha conseguido atingir com sucesso seu objetivo, pois a arte tinha um destino, vários focos, sendo um destes, enaltecer o fato histórico ocasionado em 1822, no dia 7 de setembro.

Enquanto isso, o monarca Dom João, ficara de fora dos personagens da independência. Mas D. João VI deixou bem claro ao seu filho: *“Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que há de me respeitar, do que para alguns desses aventureiros”* (COSTA, 1995, pag. 20). Mesmo o fato do pai de Dom Pedro I não ter sido inserido neste cenário imagético de produções artísticas, ele contribui para tal ato. Pois *“imagens são feitas para comunicar. Num outro sentido elas nada nos revelam.”*<sup>119</sup>

Logo mais observaremos as imagens recortadas, não apenas para ilustrar o artigo científico, mas para atentarmos aos detalhes da obra, os quais o autor retratou em sua tela. Detalhes das pinturas e observações já realizadas, e a complementação essencial da iconografia em nosso estudo acadêmico.

---

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> BURKE, Peter. Testemunho Ocular: história e imagem, Bauru – SP. Editora EDUSC, 2004.



Iconografia 2. O Grito do Ipiranga – Pedro Américo – 1888. (Recorte realizado pelo pesquisador).



Iconografia 3. O Grito do Ipiranga – Pedro Américo – 1888. (Recorte realizado pelo pesquisador).

Mas Pedro Américo, não foi o único artista a registrar a independência de nosso país, como assim podemos visualizar na iconografia abaixo, tela pintada por um pintor francês, François R. Moreau (1818 – 1877), “residente no Rio de Janeiro (pag. 1133)”<sup>120</sup>. E nesta outra obra, temos uma construção, outra narrativa histórica que se pode ser questionada a partir das indagações que podem surgir a partir de análises da imagem.



**Iconografia 4. Independência – François Renné Moreau – 1844.**

Nesta obra (que sem encontra na página anterior), François Renné Moreau aclama o monarca junto ao “povo” brasileiro celebrando a liberdade da nação brasileira, com uma “grande festa”, como se de fato o povo estivesse ali naquele determinado local, celebrando a liberdade do Brasil, conforme já questionado aqui, no início do presente artigo. O artista francês retrata a independência do Brasil, com a participação do povo, das massas populares, até as crianças estão participando de tal evento, com muito entusiasmo e alegria. Como se não houvesse mais nada que as deixassem feliz.

---

<sup>120</sup> ELI, Daniela. Anais do Seminário Internacional História do Tempo Presente. **Conhecimento Histórico: Imagens de outros tempos no tempo presente**. Florianópolis – SC: EDESC; ANPUH, 2001. ISSN 2237-4078

Analisando a pintura, é possível observar um homem com as mãos levantadas, como se estivesse louvando D. Pedro I, e os dragões ali em sua volta, e membros da sua comitiva, ali, bem ao lado do imperador comemorando tal atitude de nosso líder. Mas eis que esta obra, é antecessora a pintura do “Grito do Ipiranga”, sendo que o quadro de Moreau foi pintado 44 anos antes da obra de Pedro Américo. Aqui as intenções eram com certeza outras, diferentes a do artista brasileiro.

Sabemos que François – René Moreau retratou nossa independência e assim, registrou este fato histórico, a tela foi uma *“encomenda do Senado Imperial. Atualmente, a pintura de Moreau está no Museu Imperial de Petrópolis (RJ). Esta última nem sempre aparece nos livros didáticos, impossibilitando, dessa forma, um trabalho de comparação entre ambas e de estudo do contexto de produção de cada uma delas. (Pag. 1134)”*<sup>121</sup> Diferentemente da pintura de Pedro, que enfatiza o imperador militarizado, Moreau por sua vez, enfatiza Dom Pedro, parecer um líder popular, amado, aclamado e querido pelo povo brasileiro.

Tal episódio histórico, merece destaque para a descrição de testemunho da comitiva de Dom Pedro I, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, que desmente as obras relacionadas, pois:

*“... não houve berro, nem nada parecido. Em seu relato – escrito quatro anos depois, aliás -, o sacerdote diz que Pedro, após receber três mensageiros com notícias de Lisboa e da corte brasileira, inicialmente fica possesso, mas logo se tranquiliza e, depois de alguns momentos de silêncio, declara: “Nada mais quero com o governo português e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal”.*<sup>122</sup>

Não temos aqui somente o depoimento do padre, como sendo a única verdade, mas também outro testemunho, outro membro da comitiva também, o alferes Francisco de Castro Canto e Melo, ele por sua vez diz: “o príncipe teria explodido: *“É tempo! Independência ou morte. Estamos separados de Portugal”* (Aventuras na História, 2011, pág. 20). Diante de tais depoimentos, vemos que alguns relatos não coincidem, porém no campo histórico, não existe a verdade absoluta, existem verdades, existem histórias. E todas têm o seu valor, e merecem atenção dos historiadores, para assim, analisarem, e construir uma síntese e a ante – síntese de sua própria tese.

E nesta tentativa na investigação do passado, ao analisarmos as imagens deste estudo, Paiva diz:

*“A iconografia é tomada agora como registro histórico realizado por meio de ícones, de imagens pintadas, desenhadas, impressas ou imaginadas e, ainda, esculpidas, modeladas, talhadas, gravadas em material fotográfico e cinematográfico. São registros com os quais os historiadores e professores de História devem estabelecer um diálogo contínuo. É preciso saber indagá-los e deles escutar as respostas... A iconografia é, certamente uma fonte histórica*

---

<sup>121</sup> ELI, Daniela. Anais do Seminário Internacional História do Tempo Presente. **Conhecimento Histórico: Imagens de outros tempos no tempo presente.** Florianópolis – SC: EDESC; ANPUH, 2001. ISSN 2237-4078

<sup>122</sup> Revista: Aventuras na História. 1822: A Independência do Brasil. SP, Abril. 2011;

*das mais ricas, que traz embutido as escolhas do produtor e de todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada.*”<sup>123</sup>

Ao analisarmos a fala de Eduardo França Paiva, podemos dizer, que toda imagem, é uma fonte, toda iconografia é um registro histórico, que toda produção imagética é merecedora de estudo histórico, e neste contexto, é necessário olhar para os artistas Américo e Moreau, e ver que eram tempos diferentes, épocas distantes, encomendas com variações e intenções distintas umas das outras.

O próprio autor da obra o “Grito do Ipiranga” Pedro Américo Figueiredo e Melo (1843 – 1905) disse: “O pintor histórico precisa retratar as cores da imortalidade este episódio que ele não viu. O pintor não pode ser escravo da realidade”<sup>124</sup>. Então aqui encontramos vertentes que podem ser percebidas pela fala do pintor, e também destacar no ponto em E. F. Paiva nos chama atenção para que sempre possamos ter “um diálogo contínuo” (PAIVA, 2006, pág. 15) com as imagens. Não as usando como meras ilustrações de textos, mas sim com todo o cuidado.

## 5. Conclusão

Nem todas as perguntas sobre as iconografias serão respondidas, pois nem sempre seremos interlocutores válidos das imagens, por isso, nós, professores de História devemos tomar cuidado com o uso de uma imagem. Procurar, buscar e indagar sempre sobre a produção imagética usada, seja na sala de aula, ou em outro lugar. Pois devemos ter um respeito ético para com a iconografia.

O recorte temporal de nosso artigo, é do início do século XIX, até o final do mesmo, e vimos que além de Dom Pedro I, a figura “importante” da independência, estava ligada diretamente pelos laços familiares, ou seja, o “primeiro” governante do país a querer se separar do Brasil, e proclamar de fato a independência, foi Dom João VI, o mesmo tinha interesses e não perder laços com o Brasil, mesmo retornando à Portugal, procurou e preocupou-se em manter sua família no poder, os Bragança.

As telas analisadas neste artigo, sobre a independência do Brasil, mesmo sendo de décadas diferentes, propunham em retratar tal fato histórico. A pintura de Pedro Américo, mostra um imperador militarizado, um líder onipotente, incapaz de perder uma batalha, empunhando a sua espada e sendo o centro da atenção da obra de arte. Mas P. Américo também fez outras pinturas, outras versões de seu próprio quadro, como, por exemplo, Dom Pedro, montado em um asno,

---

<sup>123</sup> PAIVA, Eduardo França. História e Imagem. Belo Horizonte, Autêntica. 2006

<sup>124</sup> Revista: Aventuras na História. 1822: A Independência do Brasil. SP, Abril. 2011

com uma espécie de foice, ou facão na mão. Outra pintura retrata é de Dom Pedro proclamando a independência, sem estar em cavalo, ou asno, mas em pé, com o punho levantado, como se estivesse gritando: Independência ou Morte. O que sabemos é que estas imagens não são consideradas “oficiais”, mas são de suma importância para nós historiadores, pois a partir deste ponto, temos mais fontes para se trabalhar e perguntas e realizar, e pesquisas a concretizar.

Mas jamais chegaremos em uma conclusão final de nosso trabalho, o que temos é algumas considerações a serem respaldadas diante de tais fatos históricos e estudados aqui nesta pesquisa, como o caso de nossas iconografias. Que são “*testemunhas mudas da história*” (BURKE, 2004), e conseqüentemente são dignas de estudo e pesquisa.

E na obra de François Renné Moreau, a vertente, a visão da independência é outra bem diferente de Pedro Américo. Nosso imperador D. Pedro, está com mais pessoas a sua volta, além de sua comitiva, e sua guarda real, conhecidos, como o Dragões Reais.

Porém devemos nos lembrar que cada pintura tem 44 anos de diferença, ambas têm como principal personagem, a figura de D. Pedro I. E se formos pensar em uma outra produção artística da independência, talvez teríamos uma infinidade de quadros diferentes. Alguns com testemunhos oculares, outros com narrações baseados em depoimentos diferentes. Pois cada agente histórico, tem a sua verdade, a fala se é percebida, como assim, tivemos o exemplo do sacerdote que participava da comitiva do imperador, relatando o ocorrido 4 anos depois do fato, com algum interesse de se destacar nesta eventualidade ocorrida em nosso país.

Entretanto não podemos desconsiderar nenhuma narrativa histórica sobre a nossa independência, pois este ato, foi um marco político e um passo importante para o Brasil. Pois as cortes de Lisboa, não reconhecia o decreto de 1815, que D. João VI descrevera que nosso país já era livre. Sendo este ato, de proclamação de independência repetido de certa forma, por D. Pedro, no dia 07 de setembro de 1822, e oficializando assim, a separação oficial entre os dois países: Brasil e Portugal.

A Independência do Brasil é um dos fatos históricos mais importantes de nosso país, pois marca o fim do domínio português e a conquista da autonomia política. Muitas tentativas anteriores ocorreram e muitas pessoas morreram na luta por este ideal. Podemos citar o caso mais conhecido: Tiradentes. Foi executado pela coroa portuguesa por defender a liberdade de nosso país, durante o processo da Inconfidência Mineira.

Os primeiros países a reconhecerem a Independência do Brasil, foram: E.U.A e México, e Portugal cobrou \$ 2 milhões de libras para reconhecer a independência de sua ex-colônia, e para tal realização do pagamento de “indenização” D. Pedro fez um empréstimo à Inglaterra e paga o preço absurdo para Portugal.

O povo pobre se quer acompanhou a independência, estes “jamais” souberam o que se estava passando no Brasil e muito menos souberam o que foi e o que era Independência. Continuaram pobres e passando fome do mesmo jeito. Sempre sendo explorados pela elite podre que D. Pedro apoiava, e vice-versa. A estrutura agrária continuou a mesma, e a distribuição de renda também continuou desigual. A elite cafeeira foi a que mais se beneficiou com o ocorrido. Pois nosso “amado” D. Pedro sempre ajudou os que mais precisavam: Os ricos!

Em uma das verdades históricas, podemos dizer que o Brasil se separou de Portugal, apenas simbolicamente. Pois o país estava afundado agora em uma dívida muito alta com a Inglaterra. A desigualdade social continuava em nosso país e a escravidão não mudou absolutamente em nada, o que mais tarde com a liberdade destes veio o pré-conceito racial, que está sendo abafado agora, por apelação da lei, gradativa e lenta que veio de herança de nossos “queridos amigos” de Portugal, durante o Brasil Império!

## 5. Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria. Ensino de História: Fundamentos e Métodos, SP, Contexto. 2008;
- COSTA, Sérgio Corrêa da. As Quatro Coroas de D. Pedro I. RJ, Paz e Terra. 1995.
- PAIVA, Eduardo França. História e Imagem. Belo Horizonte, Autêntica. 2006.
- Revista: Aventuras na História. 1822: A Independência do Brasil. SP, Abril. 2011.
- BURKE, Peter. Testemunho Ocular: história e imagem, Bauru – SP. Editora EDUSC, 2004.
- ELI, Daniela. Anais do Seminário Internacional História do Tempo Presente. Conhecimento Histórico: Imagens de outros tempos no tempo presente. Florianópolis – SC: EDESC; ANPUH, 2001. ISSN 2237-4078.

# **O LUGAR DA FESTA: OS DIFERENTES OLHARES PARA O DIA 16 DE JULHO EM BORDA DA MATA – SUL DE MINAS.**

**CLEYTON ANTÔNIO DA COSTA; WALTER LUIS BARONE**

## **Introdução**

Este capítulo traz à tona as reflexões acerca espaço em que acontece a festa realizada no dia 16 de julho na cidade de Borda da Mata, Sul de Minas Gerais. Uma parte da festa é a religiosa, que celebra a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, a outra se refere ao Aniversário da Emancipação Política do Município. Formula-se um cenário dicotômico em relação às práticas culturais neste período na pequena cidade de Borda de Mata durante a festa que é popularmente conhecida na região como “A Festa da Borda”.

Metodologicamente utilizamos a prática da História Oral, que nos possibilitou dialogar com muitas memórias e outras histórias de diferentes gerações e significados do festejo, realizando um diálogo profícuo com outras fontes, como jornais, leis, fotografias, tentando compreender as permanências e rupturas desta prática cultural, que é permeada de valores, sentimentos e tensões.

Borda da Mata, que possui uma população calculada, pelo IBGE no censo de 2010, em 17.118 habitantes<sup>125</sup>, está localizada no extremo sul mineiro e tem sua economia baseada na agricultura e na média indústria de confecções de pijamas e tecelagens.<sup>126</sup> Fazem limites com Borda da Mata, os municípios de Pouso Alegre, Congonhal, Inconfidentes e Bom Repouso.

Compreendemos que a festa não se define apenas como uma aglomeração de pessoas em um determinado horário e espaço, pois é também, por meio das festas, que nos é possibilitado evidenciar múltiplos elementos que indiquem religiosidade, lazer, economia, política, tensões, conflitos, entre outros, proporcionando uma gama de reflexões que atravessam o festejar vivenciado por diferentes sujeitos sociais.

---

<sup>125</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 26 de janeiro de 2014.

<sup>126</sup> Prefeitura Municipal de Borda da Mata. Borda da mata comemora 87 anos. *Jornal Guia de compras*. MG, Julho de 2011. p. 2.

O dia 16 de julho com sua dinâmica específica que está enraizada na vida de muitos sujeitos sociais em Borda da Mata, e assim vendo a festa ligada às referências culturais da cidade, pois entendemos que “cultura [é] apresentada como todo um modo de vida e todo um modo de luta”<sup>127</sup>. Tendo base essa discussão, compreendemos uma perspectiva que sobressai o erudito, o clássico, o culto como sendo aquele que detém a cultura em si, mas amplia-se a visão historiográfica para os outros modos de vida, outras produções que não emergem dos ateliês, dos teatros das grandes capitais, pela mídia cultural, que descreve tal ato como cultura ou não. Aqui, caminhamos para um debate que gera polêmicas, divergências, isso se deve ao fato que a cultura

é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para a geração e o desenvolvimento sob formas históricas específicas das relações sociais e de trabalho<sup>128</sup>

Pautado neste prisma nos é advertido o quão vago é o termo cultura, que em si promove um jogo de revela/esconde, em que o que deve se atribuído dentro da dimensão cultural. E cabe a nós atermos de maneira crítica frente ao paradigma cultura da elite e desconstruir percepções que cristalizaram modos específicos de fazer e viver a cultura. Nisto, ressaltamos os diferentes modos de viver as festas de 16 de Julho.

Assim, do mesmo modo, compreendemos que os modos de viver e ver a festa são diferenciados pelo fato que depende de cada experiência vivenciada pelo sujeito social, que o entendemos que “o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem históricas e culturalmente”<sup>129</sup>. Ou seja, os olhares para os festejos realizados no período de Julho em Borda da Mata, constituem-se de formas divergentes, antagônicas e/ou convergentes, em que esses sujeitos se respaldam em suas perspectivas no que se refere ao lazer, devoção e festa.

Tendo esse pressuposto, nos apoiamos em Fenelon:

---

<sup>127</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em História*. 4ª Ed., São Paulo: Ática, 2004, p. 07.

<sup>128</sup> THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22

<sup>129</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. *Revista Projeto História*, nº 22, junho, São Paulo: EDUC, 2001, p. 80.

Seja qual for a natureza do trabalho historiográfico que realizamos envolvendo a cultura, ou as conceituações que possamos desenvolver para a cultura popular, será preciso admitir a impossibilidade de tratá-la (a cultura) no singular, pensada como capaz de abarcar em si mesma a história como totalidade, ou tomá-la como fator determinante de todo o processo, a partir de pontos de vistas classificatórios. Falamos sim de culturas no plural<sup>130</sup>.

Percebemos que uma festa não se concretiza em um só ritmo ou padrão, mas de maneiras múltiplas, pois os seus participantes almejam festejar, interagir de acordo com os seus interesses, que podem ser devoção, o lazer, estar entre amigos e/ou família, momento de revigoração diante da rotina desgastante. Por se tratar de dois festejos diferentes, notamos que não há um único motivo para vivenciar estes eventos. Grande parcela dirige-se a dinâmica religiosa, manifestando seus anseios; outros preferem interagir com as atividades organizadas pela Prefeitura Municipal e, também, há aqueles que realizam o percurso fundido aspecto do sagrado junto à dinâmica festiva social.

### **O lugar da festa**

Em Borda da Mata, o espaço festivo é demarcado pelas praças centrais, mas vemos que, no período de festa, primeira quinzena de Julho, o lugar das praças assume outros sentidos, outros usos. Cotidianamente, é marcado como o lugar que abriga diversos serviços à população, como instituições, bancos, delegacia, supermercados, lojas de roupas, bares, restaurantes, lojas de eletrodomésticos, prefeitura municipal e a Igreja Católica.

---

<sup>130</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. *Revista Projeto História*, nº 10, São Paulo: EDUC, 1993, p. 75



Imagem 01 - Mapa do centro da cidade de Borda da Mata – Espaço Festivo<sup>131</sup>

No mapa vemos em amarelo o espaço da Praça Nossa Senhora do Carmo, que se localiza em frente à Igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo. O espaço traçado em verde é a Praça Antônio Megale e em azul Avenida Wilson Megale. O quadrado vermelho representa o local que ocupa o palco, montado pela comissão organizada pela Prefeitura Municipal. Temos, portanto, representado, o espaço físico em que ocorre o festejo de 16 de julho.

Diante de diversos usos, vários significados são construídos para este espaço que se forma pelas relações humanas estabelecidas. Ao refletir acerca do uso dos espaços urbanos, Arantes Neto relaciona as questões que possibilitam a significação de determinados espaços na cidade.

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam das categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas

<sup>131</sup> Mapa da cidade de Borda da Mata. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Borda+da+Mata+-MG/@22.2732285,46.1654682,368m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x94cbd773fbd2a367:0x8fa36ee6c02b7f8e>. Acesso em 24 de maio de 2014.

reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento”<sup>132</sup>.

As praças centrais que, no dia-a-dia, concentram opções de serviços, conforme citado, no período festivo materializam-se como um espaço simbólico para os bordamatenses. Ali é constituído o lugar da festa em que lembranças e experiências são vivenciadas. Sobressaem do mero uso corriqueiro pela função de abrigar o cenário festivo, que possibilita diferentes interações, como os shows, as barracas de comidas e bebidas e o comércio popular oferecido pelos barraqueiros. Deste modo, vemos o espaço central da cidade se transformar no lugar que é regido pelo lazer, encontro, devoção, diversão, quebra do cotidiano.

Não constitui um mero acaso os festejos serem realizados nas praças centrais, mas sim o rememorar de outras vivências festivas, pelo fato, de que este evento é realizado há mais de noventa anos, mesmo com suas ressignificações ao longo do tempo, pois essas praças centrais trazem sim um sentido marcante por serem o principal espaço coletivo da cidade de Borda da Mata.

O centro de Borda da Mata se modifica com a proximidade da festa. Isto corresponde, também, à mudança de como interagir com este espaço. Durante o ano o espaço atua como ponto de convergência de serviços e compras, mas no período festivo arquiteteta-se como um espaço de lazer, diversão.

A questão de atribuir os significados a este espaço se deve pela experiência e reflexão, que é promovida diante dos dias de festa. Adolfo Cabral Júnior estabelece em sua fala um contraponto histórico ao se referir ao papel das praças centrais.

É exatamente entre as duas praças, certo? Acabou-se tudo, neste lugar que é... neste lugar que a... até hoje é feito o... é feito o palco. Então ali, quando faz o palco ali, historicamente, falando, aquilo é a substituição, né? Se uma coisa familiar que a gente tinha, passa uma coisa mais controlada pelo poder público, né? E aí então isto... esta festa foi ela tomando essa coisa que eu acho meio gigantesca.<sup>133</sup>

Apoiado em suas memórias, Adolfo relata que a dinâmica no tempo presente no momento em que é montado o palco para os shows, entre as praças Nossa Senhora do Carmo e Antônio Megale, acontece como que uma ruptura, um “acabou-se tudo”. Ou seja, um novo sentido é instaurado no festejo.

---

<sup>132</sup> ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 106.

<sup>133</sup> Adolfo Cabral Júnior. Em Borda da Mata, 03 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

Domingues em seus estudos defende que “A memória é, portanto, experiências historicamente construídas e constantemente modificadas que fazem do passado uma dimensão importante na constituição do presente” (2017, p. 23).

Ao remeter-se ao passado, buscando as festas religiosas que ocorreram no centro de Borda da Mata, em frente à Igreja Matriz, com o envolvimento, basicamente, familiar, o narrador aponta um momento em que todos se conheciam e se confraternizavam, ato restrito à população do município. É esta dinâmica que estabelece parâmetro para discutir a atual estrutura da festa.

O ato de se imprimir uma significação para este espaço demarca o pertencimento ao modo de festejar, que não ocorre na atualidade. A possessividade por aquilo que havia antes é articulada pelo termo substituição, que demonstra que a dinâmica atual não possui mais o mesmo sentido e está em outras mãos.

O poder público municipal detém o respaldo para a organização do evento, realizado de acordo com os seus interesses e princípios.

Adolfo, também, observa que ao “ser controlada pelo poder público” foi promovida uma remodelação que, paulatinamente, tornou-se “gigantesca”. De uma interação familiar junto ao padre passou-se a uma dinâmica que mescla shows, durante um período de 7 a 10 dias, com barracas de comidas e bebidas, brinquedos chamados de parquinho e ofertas de produtos variados “pelos barraqueiros” oriundos de outras cidades.

Com a busca de propagar a dimensão do evento foi publicada na Revista Cereja, a seguinte matéria “Tradicional festa anima Borda da Mata” que descreve:

Tradicional na região, a festa reúne milhares de pessoas. Em meio a uma estrutura com palcos, telões, praça de alimentação, barracas de roupas, calçados e outras bugigangas, os moradores da cidade e os visitantes puderam participar das festividades religiosas e se divertir ao som de bandas<sup>134</sup>.

Ao traçar o cenário festivo a presente revista, que tem o foco comercial, ou seja, divulgar empresas e serviços de diferentes ramos que a custeiam a cidades ao redor de Pouso Alegre, o articulista classificou-o, primeiramente, como “Tradicional na região”. O intuito se sustenta em evidenciar não apenas um evento importante para os borda-matenses, mas ao mesmo tempo, para as cidades circunvizinhas. Essa ampliação geográfica busca visibilizar um cenário propício para que os habitantes de outras cidades tenham interesses em usufruir de tal estrutura.

---

<sup>134</sup> Revista Cereja, nº 05, agosto de 2009, p.03.

Juntamente com esta estratégia de marketing para atrair visitantes, deparamos com o cartaz de divulgação da festa do ano de 2008 com os seguintes dizeres: “Programação do Maior Evento do Sul de Minas em Praça Pública, 84 anos de Emancipação Político-Administrativa da cidade de Borda da Mata ‘Capital Nacional do Pijama’”.<sup>135</sup>

As atrações musicais são gratuitas para a população e visitantes, sendo realizadas no centro de Borda da Mata. O primeiro dizer do cartaz é provocar certo impacto, por estar frente à programação do maior evento do Sul de Minas em praça pública. Promove-se, intencionalmente, a chamada de atenção para o evento organizado pelo poder público municipal. Outro ponto é a definição da cidade como a “Capital Nacional do Pijama”, pelo fato da cidade possuir várias lojas dedicadas a este ramo de comércio que atrai compradores de diversas regiões de Minas e São Paulo.

O poder público local investe na promoção de uma imagem calcada no lazer, na diversão voltada para todos ao anunciar o evento em praça pública, ou seja, aberto, sem restrições. Ao traçar a definição como o maior evento do Sul de Minas tem a intenção de evidenciar o mais possível o município entre as cidades vizinhas. Estampa-se uma imagem de que o evento não se dirige, apenas, aos habitantes do município de Borda, mas extrapola este território político, motivado na propaganda de uma administração política municipal que se atém à organização de uma festa, que visa celebrar a emancipação da autonomia política do município.

Com estes pressupostos, no período festivo na primeira quinzena de Julho em Borda da Mata, grande contingente de pessoas da região sul mineira se desloca para fazer parte das festividades de 16 de julho.

Ao relatar a relação dos shows e o espaço da praça, Regina Moreira, diretora do departamento municipal de Cultura e Esporte afirma:

Os shows, eles estão sendo cada ano melhores, né? Embora este ano achei que estava razoável e a cidade não comporta o número de pessoas que vem, porque o boca a boca é muito forte, né? “Vamo pra festa da Borda? É de graça, é show de graça” [...]. Na praça. O espaço se tornou pequeno. Primeiro porque a Prefeitura tem que fechá os canteiros com alambradinhos de ferro. O jardim, o jardim bonito que fico caro. A prefeitura tem muito carinho pela festa, mas as pessoas que vem, não vem com a mesma convivência.<sup>136</sup>

O que atrai as pessoas, segundo Regina, são os shows contratados pela Prefeitura Municipal. Definindo-os como “cada ano melhores”, sua fala é pautada pelo fato de que isso se

---

<sup>135</sup> Cartaz da festa do ano de 2008, organizado pela Prefeitura Municipal de Borda da Mata.

<sup>136</sup> Regina Maria Moreira. Em Borda da Mata, 02 de novembro de 2013. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

deve ao trabalho realizado pelo poder público municipal interessado em proporcionar um lazer de qualidade para seus munícipes e visitantes.

Um aspecto pertinente no diálogo de Regina é que o contingente de pessoas que se dirigem a Borda da Mata para assistirem aos shows é devido à circulação de informação. Essa circulação é, popularmente, definida por “boca a boca”. Mas, também, é feita pela divulgação da programação da festa por meio de cartazes, que são confeccionados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal. O atributo de maior peso se deve à gratuidade dos shows realizados na praça.

Assim, a disputa do espaço para assistir aos shows é travada com os alambrados colocados aos redores dos canteiros dos jardins, evitando a destruição das plantas que ornamentam o espaço público. A preocupação na conservação dos canteiros é porque o jardim da Praça Antônio Megale foi remodelado e segundo Regina “ficô caro”.



Imagem 02 – *A praça Antonio Megale com estrutura para proteção do jardim nos dias de festa.*<sup>137</sup>

Com estes alambrados o espaço disponível se limitou. A circulação de pessoas é restringida na busca da conservação dos jardins que integram o espaço central de Borda da Mata, pelo fato também de ser um dos principais cartões de visitada cidade, senão o único.

---

<sup>137</sup> Fotografia do acervo do próprio pesquisador. Fotografia retirada no dia 16 de julho de 2013.

De acordo com Guarinello, a “festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais”<sup>138</sup>. Aqui compreendemos que o fazer uma festa se estabelece em uma bagagem histórica, ou seja, um respaldo que sustente o porquê de propor e vivenciar um festejo.

E este festejar se estrutura num tempo e lugar definidos e especiais. Certo disto, o dia 16 de julho em Borda da Mata se configura no tempo carregado de significado, como celebrar a padroeira, comemorar o aniversário do município, constituindo um dia de reunir a família, encontrar amigos. E estas dinâmicas são vividas em lugar que é o centro da pequena cidade.

Mas o local festivo durante os anos de 1997 a 2000 foi remanejado para a Avenida João Olivo Megale.



Imagem 03 - Mapa da cidade: os diferentes lugares da festa<sup>139</sup>

No mapa vemos o centro da cidade demarcado em verde e a Avenida João Olivo Megale, apontada em vermelho, é o espaço em que se realizou a festa do aniversário da cidade organizada pela Prefeitura Municipal, pela administração de 1997-2000.

De acordo com o jovem Carlos Rafael houve insatisfação quando ocorreu a mudança de local do evento.

<sup>138</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*, vol. II, São Paulo: Hucitec: Ed. da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 972.

<sup>139</sup> Mapa da cidade: Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Borda+da+Mata++MG/@22.2732285,46.1654682,368m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x94cbd773fbd2a367:0x8fa36ee6c02b7f8e>. Acesso em 24 de maio de 2014.

Olha, é uma questão complicada porque o seguinte quando tentaram mudar o lugar da festa, né? Quando fizeram ali a avenida [João Olivo Megale]. [...] a cidade, o pessoal reclama muito. [...] e...na época tinha um esgoto, tinha mau cheiro, reclamava que era frio, que era longe.<sup>140</sup>

O narrador, ao se referir à mudança do local da festa, inicia sua fala no tempo presente, isto demonstra pertinência ao tratar dos problemas que envolvem a realização da festa. Esta “questão complicada,” implica a articulação com as propostas pela comissão organizadora da prefeitura municipal e a população que vivencia o festejo. Sua narrativa é demarcada por diferentes temporalidades. Assim, entendemos que “a memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”<sup>141</sup>.

Carlos Rafael constrói sua memória alicerçada neste jogo que permeia diferente temporalidade. Reportando ao momento em que “tentaram mudar o lugar da festa”, ele avalia que essa alteração de local não foi definitiva.

Mediante a mudança, a população que participou destes festejos respondeu com uma postura de resistência, pois a Avenida João Olivo Megale está localizada em uma posição geográfica mais baixa que o centro da cidade. Também foi formada a partir da cobertura de um pequeno riacho, que recebe o esgoto de parte do centro da cidade e do bairro Nossa Senhora Aparecida. Assim, diante do fragmento da entrevista de Carlos Rafael, a população que ia até o “novo” local da festa era incomodada pelo mau cheiro e, do mesmo modo, com o frio, pois a festa do aniversário é realizada na primeira quinzena de julho, período de intenso inverno, que é uma marca da região sul mineira.

Outro ponto é ressaltado pela questão que “era longe”. O dia 16 de julho é marcado pelos festejos, o religioso e do município, um contexto divergente que, simultaneamente, se completava. Com o deslocamento, a festa organizada pela Prefeitura Municipal, com sua estrutura, promovia uma quebra e o afastamento de duas peças que regiam os festejos. Muitas pessoas que, tradicionalmente, participavam das celebrações religiosas, logo após essas celebrações se dirigiam para a festa na praça. Com a mudança de lugar esta prática se rompeu, pois estabeleceu a distância entre os dois festejos, como apontado por Carlos Rafael.

---

<sup>140</sup> Carlos Rafael de Freitas, Em Borda da Mata, 10 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antonio da Costa.

<sup>141</sup> THOMSON, Alistar. *Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias*. *Revista Projeto História*, nº 15, abril, São Paulo: EDUC, 1997, p. 57.

A insatisfação pelo local em que estava sendo realizada a festa se tornou um dos assuntos que circulavam pelas ruas de Borda da Mata, conforme, vemos no editorial do *Jornal Tribuna Popular* de agosto de 1998, que enfatizou a questão do local em que a festa organizada pela Prefeitura se realizou.

A Festa da Cidade que já virou tradição e há muitos anos é realizada com barraqueiros de fora só prejudica os bordamatenses. Este ano que foi mudada de local, o que se via pelas ruas era o povo discutindo sobre ela. Falava de tudo. Que tinha matado a festa, outros até apelidaram o local de “sapolândia”, de “Shopping [sic] das Amoreiras”, alguns barraqueiros elogiavam e outros reclamavam, algumas pessoas gostaram de ver a praça limpa e assim se foram os dias da festa e dos comentários.<sup>142</sup>

Na verdade, com perfil mais crítico e reflexivo, o editorial “‘Festa da Cidade’ não é festa da cidade”, traz à tona pontos que comentam a festa organizada pela Prefeitura Municipal. Um desses pontos é a presença dos barraqueiros, que são comerciantes oriundos, na sua maioria, de outras localidades e ofertam vários produtos como roupas, calçados, brinquedos, utensílios de cozinhas e outras bugigangas, e que terão maior atenção logo à frente.

O cerne deste fragmento para nossa análise se concentra na seguinte parte: “Este ano em que a festa foi mudada de local, o que se via pelas ruas era o povo discutindo sobre ela. Falava-se de tudo”.

A cidade se configura como espaço dos conflitos e tensões. E a festa realizada no dia 16 de julho com o intuito de comemorar o aniversário da emancipação político-administrativa do município materializa um dos momentos mais aguardados, por proporcionar uma temporalidade diferenciada.

O centro da cidade se constituiu aos longos dos anos como o local da festa. Primeiramente, pela festa religiosa realizada ao redor da igreja matriz, marcada pela construção deste espaço festivo durante os anos de festa pelos moradores e visitantes. As experiências que perpassam as festas de 16 de julho se materializam no centro da cidade. Quebrar este cotidiano festivo demarcado pelo espaço da praça central traz outros modos de vivenciar a festa. Deste modo, não sendo realizada da mesma maneira, o povo em geral considera que a festa foi morta, pois, realizada de uma maneira já cristalizada na vida dos bordamatenses ao ocorrer essa ruptura surgem denominações jocosas sobre o novo local da festa.

Os apelidos recolhidos, como “Sapolândia”, “Shopping das Amoreiras,” remontam a um humor regido pela ironia quanto à realização do evento na Avenida João Olivo Megale que se

---

<sup>142</sup> *Jornal Tribuna Popular*, Ano II, nº 18, 15/08/1998, p.02.

localiza, em relação à praça central, numa área mais baixa, próxima a um riacho, local onde proliferam anfíbios. Ao denominar o espaço como “Shopping das Amoreiras” configura-se o local destinado aos comércios populares, que são as barracas e sua organização na avenida, juntamente, como a movimentação nos dias de festas para a obtenção de diferentes produtos com um custo bem abaixo.

Diante deste cenário de insatisfação em decorrência da mudança do local, as páginas do *Jornal Tribuna Popular*, em seu número 30, ano III, de agosto de 1999, oferecem o seguinte olhar:

Desde 1998 a Festa de aniversário da cidade vem acontecendo na Avenida João Olivo Megale. Com essa iniciativa, a administração tentou separar definitivamente as festas religiosa (dia de Nossa Senhora do Carmo) e social que sempre ocorreram em conjunto. Não é necessário dizer o quanto essa decisão favoreceu as celebrações em louvor à padroeira, uma vez que com as praças desocupadas é possível realizar procissões, carreatas, como aconteceu esse ano, e missas campais sem a interferência do som altíssimo do palco e daqueles que só estão interessados em passear e divertir<sup>143</sup>.

Aqui é exposto o objetivo do poder público quanto à realização da “festa da cidade” em outro local. Seu ponto de partida é a separação da festa religiosa do evento municipal. Ao expor que, com “essa iniciativa, a administração tentou separar definitivamente as festas religiosa [...] e social que sempre ocorreram em conjunto” traz em si algumas controvérsias. Primeiramente, temos ciência de que a festa religiosa se desdobrou em festa “social” da prefeitura. No passado, a igreja produzia sua festa social, com as quermesses, bingos, leilões e shows, mas com o intuito voltado para a aquisição de dinheiro para manter as suas atividades religiosas. Com a lei orgânica, desde 1991, legalmente, a festa da cidade é separada em sua organização e objetivos. Apontar que “sempre ocorreram em conjunto” é uma afirmação errônea.

Mediante a instalação do festejo municipal houve a elaboração de duas festas, divergentes, que são realizadas na mesma data.

A principal preocupação do governo municipal é o desmembramento da festa em vista da parte religiosa. Por meio desta decisão estabeleceu um espaço propício para as atividades religiosas fora do templo. Também, o desvinculamento se dá com o objetivo de evitar “interferência do som altíssimo do palco e daqueles que só estão interessados em passear entre as barracas e se divertir”.

Alterar o espaço festivo produziu uma ressignificação para o ato de festejar em Borda da Mata. Com o novo modo de viver a festa, várias olhares foram engendrados, uns de apoio, outros

---

<sup>143</sup> *Jornal Tribuna Popular*, nº 30, ano III, 15 de agosto de 1999, p. 13.

não. As experiências que permeiam o evento ligado ao aniversário da cidade partem da dinâmica evidenciada quanto ao local em que ele é realizado.

Buscamos evidenciar não uma interpretação ou compreensão do que é descrito pelos jornais, pois que estão interligados ao poder público devido a interesses e influências, mas sim, outras versões que possibilitam compreender diferentes olhares para este festejo dentro do espaço urbano e com as problemáticas que desabrocham com as interações que acontecem dentro do cotidiano festivo.

Experienciar a festa em outro local, que não o centro da cidade, traz o sentimento de falta, de carência de um elemento que marca o evento que é sua concretização em praça pública, no centro da pequena Borda da Mata.

Frente a este olhar, notamos a relação entre festa e cidade, que Fernandes analisa:

Fazer festa é transformar a vida social em vida pública. Trata-se de atividade disputadíssima em toda a sociedade, um território pelo qual distintos grupos sociais se enfrentam. É coisa de quem tem muito o que fazer, dos que desejam promover ou influenciar a produção da identidade de um grupo social. Nos palcos, estádios, praças e ruas, a festa é sempre uma arena onde se desenrola uma ação coletiva especial, na qual uma comunidade dispersa, heterogênea e dividida se expressa como um grande sentido de unidade e comunhão<sup>144</sup>.

O espaço demarca vários sentidos em que é realizada a festa. O cenário festivo se concretiza em um determinado local, que proporciona diferentes interações e culmina na comunhão e unidade. Nisto, compreendemos que a unidade e comunhão que devem ser produzidas por meio da festa não se concretizaram nos anos em que a dinâmica festiva foi transferida para a Avenida João Olivo Megale.

Reforçando o ponto atrelado à insatisfação, deparamos com a narrativa de Carlos Rafael que descreve como a praça é encontrada após a realização da festa.

A vida inteira assim acabou a festa todo mundo prepara pra encontrá todo aquele lixo na rua, né? Talvez fosse o caso de se pensar numa estrutura, mas também tem a questão eu acho de como lidar os donos das barracas. O que fazer para melhorar neste aspecto. E também porque as pessoas, é uma questão de sujeira, de bagunça, o que as pessoas podem fazer também para ajudar isso, o que a gente vê não é uma pessoa comendo alguma coisa e procurando um lixo pra jogá, não, ele joga no meio da rua mesmo. Ninguém procura os banheiros, que eles instalam, né? As cabines, as pessoas vão pro

---

<sup>144</sup> FERNANDES, Nelson da Nobrega. A cidade, a festa e a cultura popular. In: *Revista GEOgraphia*, ano 6, nº 11, 2004, p. 58.

canto das ruas, onde tá escuro, né? E fica aquele cheiro ruim na cidade. Então, entendo sim que deve, que pode ser sim esta necessidade de se pensar mais na estrutura, mais eu sei até que ponto as pessoas vão fazer algo pra mudá. Já uma questão de educação, de princípio das pessoas.<sup>145</sup>

Diante desta narrativa, atentamos para o papel político que é possibilitado pela História Oral. Ou seja, na oportunidade de conhecer outras versões, que rompem com aquela cristalizada pelo discurso oficial que são retratadas, sobretudo nos jornais e documentos oficiais. Assim nos apoiamos nas orientações de Portelli ao defender que:

Com freqüência se diz, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia<sup>146</sup>.

Partindo dessas afirmações, procuramos trazer outras narrativas que possibilitam visualizar outra festa, bem diferente daquela descrita nos jornais que circulam em Borda da Mata. Nisto, concentra-se a dimensão política, explanar as demais versões que proporcionam problematizar os elementos e ações que se fazem presentes nos dias festivos.

Frente ao cenário que a festa desdobra após sua realização, deparamos com um espaço marcado pela desorganização e falta de estrutura. Porém, a narrativa percorre desde ações públicas realizadas pela Prefeitura Municipal, quanto instituição organizadora do evento, que diante do grande contingente de pessoas que buscam o evento a infra-estrutura se torna precária para o efetivo atendimento.

---

<sup>145</sup> Carlos Rafael de Freitas. Em Borda da Mata, 10 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

<sup>146</sup> PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Revista Mnemosine*. Vol. 6, nº 2, Rio de Janeiro, 2010, p. 03.



Imagem 04 - Praça central logo após a festa.<sup>147</sup>

Na imagem acima vemos o espaço da rua depois da realização da festa. Devido à falta de recipientes para depositar os materiais que são utilizados na dinâmica festiva, como copos plásticos, embalagens de doces ou comidas que são comercializados na praça. E de uma falta de estrutura por parte da prefeitura, Carlos Rafael também aponta as ações individuais, em que os participantes da festa, na busca de deixar o lixo em local apropriado.

É este cenário que aqueles que moram no centro não querem se deparar, isto demonstra a ação realizada pelos 103 sujeitos sociais diante do voto contra a volta da festa ao centro da cidade.

Com o retorno da festa do aniversário da cidade para a Praça Antonio Megale traz a dinâmica festiva como o modo de reafirmar o centro da cidade, por grande parte da população, como o território festivo. Ao apontar a questão de território, lembramos-nos das palavras de Rolnik onde “a ideia de território como uma ideia de espaço vivido: não só um espaço geográfico delimitado, mas um espaço apropriado é constituído por relações sociais, por relações culturais”<sup>148</sup>.

<sup>147</sup> Fotografia do acervo do próprio pesquisador. Fotografia retirada no dia 16 de julho de 2013.

<sup>148</sup> ROLNIK, Raquel. Lei e Política: A construção dos territórios urbanos. In: *Revista Projeto História*, nº 18, maio, São Paulo: EDUC, 1999, p. 137.

Por meio da pesquisa, em que 92% dos votos apontaram a festa da cidade tendo um local definitivo, compreendemos território como um local conquistado e que é atribuído vários significados que são produzidos pela interação festa e a praça central.

Temos ciência que este cenário de alegria, de bebedeira, comidas contem outras problemáticas que interagem frente ao comércio local versus o comércio popular dos barraqueiros, a festa como mecanismo de uso político por parte da Prefeitura Municipal e a realização de um festejo organizado pela Igreja Católica, que é a Festa do Milho, com o intuito de obter recursos financeiros para sua manutenção, fora do dia 16 de Julho.

Vemos, desta maneira, as festas de 16 de julho como palcos de experiências individuais e coletivas, que produzem diferentes memórias. Possibilitando a contemplação de múltiplas narrativas que apresentam outras histórias para aos dois festejos que se articulam e se divergem.

### **Algumas considerações**

A cidade é alterada com a realização da festa. As praças centrais são isoladas para montagem das estruturas do palco para os shows e das barraquinhas dos diferentes produtos ofertados somente neste período.

O centro da cidade, no período festivo, acolhe diferentes práticas como procissões, shows, barracas de diversos produtos e um conjunto de brinquedos denominados de “parquinho”. Ali é constituído o lugar da festa, em que lembranças e experiências são vivenciadas e lembradas.

A festa realizada no dia 16 de julho abarca as duas praças centrais da cidade, a Nossa Senhora do Carmo e a Antônio Megale, onde são perpassados gestos, valores e interesses. O espaço físico se transforma em um suporte simbólico carregado de significações e lembranças compartilhadas.

Os territórios festivos também apresentam a dualidade da festa, pois em cada um são vivenciadas as práticas dirigidas a cada dimensão do evento. Na Praça Nossa Senhora do Carmo ocorrem as procissões e o momento da coroação, pois é o espaço na cidade em que está a Igreja Matriz. E na Praça Antônio Megale, onde se localiza a sede da Prefeitura Municipal, estrutura-se toda a parte social da festa que é organizada pela Prefeitura. Ali o palco é montado e todas as barracas são distribuídas. A festa ocupa a cidade, trazendo novos usos para o espaço público urbano.

A festa com sua dinâmica atual não evidencia somente o sagrado ou só o profano, mas sim uma junção entre estas duas dimensões que formam o que é conhecido por grande parte daqueles que vão até Borda da Mata na primeira quinzena de Julho como a “Festa da Borda”.

## Referências bibliográficas

- ARANTES NETO, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- DOMINGUES, Andrea Silva. *Cultura e memória: a festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis – MG*. Pouso Alegre: Univás, 2017.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. *Revista Projeto História*, nº 10, São Paulo: EDUC, 1993.
- FERNANDES, Nelson da Nobrega. A cidade, a festa e a cultura popular. In: *Revista GEOgraphia*, ano 6, nº 11, 2004.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*, vol. II, São Paulo: Hucitec: Ed. da USP: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. *Revista Projeto História*, nº 22, junho, São Paulo: EDUC, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Revista Mnemosine*. Vol. 6, nº 2, Rio de Janeiro, 2010.
- ROLNIK, Raquel. Lei e Política: A construção dos territórios urbanos. In: *Revista Projeto História*, nº 18, maio, São Paulo: EDUC, 1999.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMSON, Alistar. Reconstituindo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Revista Projeto História*, nº 15, abril, São Paulo: EDUC, 1997.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em História*. 4ª Ed., São Paulo: Ática, 2004.

## Fontes Impressos:

- Jornal Guia de compras*. MG, Julho de 2011.
- Jornal Tribuna Popular*, nº 30, ano III, 15 de agosto de 1999.
- Jornal Tribuna Popular*, Ano II, nº 18, 15 de agosto de 1998.
- Revista Cereja*, nº 05, agosto de 2009.

## Narrativas Orais:

Adolfo Cabral Junior. Em Borda da Mata, 03 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

Carlos Rafael de Freitas, Em Borda da Mata, 10 de março de 2012. Entrevista concedida a Cleyton Antonio da Costa.

Regina Maria Moreira. Em Borda da Mata, 02 de novembro de 2013. Entrevista concedida a Cleyton Antônio da Costa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Analisar, 7, 8, 9, 24, 27, 34, 41, 46, 49, 50, 51, 76, 77, 83, 89, 100, 104, 105, 107, 109, 110, 115, 135, 139, 154, 160, 165, 198, 208, 212, 214, 244, 245, 247, 255, 262

### C

Cidade, 7, 8, 9, 10, 16, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 40, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 57, 61, 62, 64, 66, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 197, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 236, 239, 240, 246, 274, 275, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291

Ciência, 88, 141, 218, 286, 290

Contracultura, 7, 8, 69, 83

Cultura, 7, 11, 13, 18, 20, 49, 69, 70, 71, 72, 75, 108, 113, 117, 122, 135, 136, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 160, 161, 164, 165, 176, 177, 178, 194, 195, 209, 213, 214, 217, 220, 221, 222, 251, 254, 275, 276, 287, 291

Culturas, 8, 222

### D

Desigualdades sociais, 7, 46, 83

Discurso, 8, 9, 12, 17, 32, 36, 42, 72, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 132, 133, 135, 138, 140, 141, 150, 151, 152, 155, 157, 163, 164, 165, 166, 178, 179, 181, 182, 183, 186, 189, 190, 191, 193, 196, 211, 213, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 228, 229, 241, 242, 288

### E

Escola, 10, 18, 20, 21, 74, 107, 108, 109, 110, 111, 158, 186, 201, 204, 226, 230, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261

Espaço, 10, 22, 23, 26, 29, 30, 32, 43, 46, 47, 60, 61, 66, 67, 78, 98, 115, 116, 126, 137, 139, 141, 144, 145, 147, 150, 154, 158, 159, 160, 164, 166, 170, 179, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 228, 229, 234, 238, 244, 245, 246, 248, 249, 254, 257, 274, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291

Espaços, 7, 46, 49, 136, 137, 151, 154, 214, 227, 240, 257, 277

Estereótipos, 7, 11, 12, 13, 16, 152, 159, 160

Evento, 140, 200, 269, 278, 279, 280, 283, 285, 286, 287, 289, 290

### F

Festa, 8, 10, 29, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 148, 213, 269, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291

### H

História, 7, 9, 13, 14, 24, 27, 51, 58, 66, 68, 70, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 96, 98, 103, 112, 121, 137, 138, 139, 141, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 160, 161, 162, 166, 168, 169, 170, 173, 177, 180, 182, 185, 186, 192, 193, 195, 206, 207, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 233, 237, 254, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 272, 273, 276

História Oral, 10, 132, 138, 147, 148, 216, 274, 284, 288, 291

Historiadores, 9, 24, 121, 153, 165, 177, 178, 181, 264, 270, 272

## I

Imagem, 8, 13, 20, 21, 42, 43, 54, 55, 76, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 132, 136, 159, 177, 178, 179, 184, 185, 219, 238, 239, 240, 262, 265, 266, 267, 269, 271, 273, 280, 289  
Imaginário, 7, 12, 13, 37, 96, 150, 152, 157, 160, 173, 179  
Instituição, 9, 96, 122, 124, 154, 175, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 288

## L

Livros didáticos, 10, 86, 98, 261, 265, 270  
Lugar, 10, 26, 34, 48, 60, 65, 75, 81, 97, 99, 121, 138, 139, 144, 152, 158, 168, 169, 174, 175, 177, 187, 197, 212, 213, 221, 224, 228, 245, 247, 253, 271, 276, 278, 282, 283, 284, 290  
Luta, 7, 17

## M

Memória, 9, 94, 98, 99, 114, 137, 148, 149, 211, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 230, 243  
Município, 8, 26, 30, 36, 39, 40, 46, 51, 58, 61, 64, 89, 90, 95, 96, 143, 214, 254, 279, 280, 282, 284, 285  
Música, 8, 9, 22, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 194, 195, 196, 197, 202, 204, 205, 207, 208, 210

## P

Pesquisa, 8, 9, 10, 20, 48, 50, 65, 68, 69, 70, 82, 83, 86, 89, 90, 91, 92, 100, 112, 115, 121, 131, 132, 138, 144, 147, 153, 162, 169, 178,

194, 195, 207, 210, 211, 212, 214, 216, 220, 221, 223, 224, 227, 230, 241, 242, 243, 246, 248, 251, 257, 261, 262, 264, 272, 275, 276, 290, 291, 292

Política, 13, 24, 25, 27, 34, 37, 38, 43, 44, 49, 50, 60, 68, 69, 70, 74, 80, 89, 92, 100, 103, 104, 106, 111, 116, 121, 126, 132, 143, 153, 158, 159, 160, 161, 167, 169, 170, 171, 172, 193, 197, 199, 200, 201, 203, 210, 211, 213, 215, 219, 229, 244, 258, 272, 275, 280, 288  
Prática cultural, 10, 71, 135, 136, 142, 143, 144, 274  
Preconceito, 7, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 49, 157, 158, 254, 255

## R

Região, 8, 10, 15, 25, 26, 30, 31, 39, 48, 49, 50, 61, 64, 65, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 119, 122, 134, 135, 140, 144, 145, 147, 261, 274, 279, 280, 281, 284

## S

Sociedade, 2, 4, 7, 11, 12, 23, 34, 46, 49, 50, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 89, 97, 100, 101, 102, 105, 109, 110, 113, 115, 117, 121, 122, 124, 125, 126, 131, 144, 145, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 167, 171, 178, 182, 186, 189, 195, 196, 197, 204, 207, 208, 211, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 223, 232, 233, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 252, 253, 254, 257, 262, 263, 264, 287

## T

Territórios, 88, 92, 136, 218, 290, 291

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

### **ANDREA SILVA DOMINGUES**

Possui graduação em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (2016). Atualmente, é Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, professora titular do Curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Pesquisadora e orientadora de diversos projetos de pesquisa de iniciação científica financiados pela FAPEMIG. Professora, pesquisadora colaboradora eventual do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura do Campus Universitário do Tocantins - Cametá, da Universidade Federal do Pará. Desenvolve projetos de pesquisa com foco em Análise de Discurso, Cultura e Sociabilidade, Memória, Campo e Cidade, Língua e Ensino. Tem experiência na área de História e Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, cidade, memória, história, discurso, migração, festejos populares, etnia, identidade, cultura afro brasileira, questões indígenas, leis educacionais, história e imprensa, história e memória, prática de ensino em história, pesquisa e metodologia.

E-mail: [andrea.domingues@gmail.com](mailto:andrea.domingues@gmail.com)

### **ATILIO CATOSSO SALLES**

Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso (2012), Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (2014) e Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (2017). Realizou estágio de Pós-Doutorado (CAPES/PNPD) no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Univás (2017-2018). Atualmente é professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Integra projetos de pesquisa interinstitucionais, em âmbito nacional e internacional, como participante e líder. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise de Discurso, discurso e performance, memória, narratividade fílmica, arte, efeito presença e corpo. Sua tese "Corpo-em-arte: sujeito, presença e performance" recebeu menção honrosa do Prêmio ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) de Teses e Dissertações: Luiz Antônio Marcuschi (2018). Em 2018 publicou o livro *Discurso e performance*.

E-mail: [atiliocs@gmail.com](mailto:atiliocs@gmail.com)